



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 29^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**08/11/2016
TERÇA-FEIRA
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 08/11/2016.**

29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 91/2016 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO ANASTASIA	11
2	MSF 93/2016 - Não Terminativo -	SEN. JOSÉ AGRIPINO	71
3	MSF 97/2016 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	119

2ª PARTE - DELIBERATIVA - LEITURA DE RELATÓRIOS

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 90/2016 - Não Terminativo -	SEN. TASSO JEREISSATI	216
2	MSF 95/2016 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	273

3	MSF 96/2016 - Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	321
4	MSF 98/2016 - Não Terminativo -	SEN. EDISON LOBÃO	373

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151

Maoria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PRB)(30)(34)(35)(32)	RJ (61) 3303- 5225/5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edíson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

-
- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
- (31) Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
- (32) Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
- (33) Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
- (34) Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- (35) Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 8 de novembro de 2016
(terça-feira)
às 14h30

PAUTA
29ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Deliberativa - Leitura de Relatórios
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Mudança de Plenário e inclusão relatório MSF 95/2016.

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- 1) Em 04/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
- 2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- 1) Em 19/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
- 2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- 1) *Em 19/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;*
- 2) *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repùblica do Paraguai.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- 1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*
- 2) *A matéria constou da pauta da Reunião do dia 19/10/2016.*

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de

29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repùblica Helêñica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.**Textos da pauta:**[Relatório \(CRE\)\)](#)[Anexos \(CRE\)\)](#)[Avulso da matéria](#)

1^a PARTE - SABATINA

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO
ANASTASIA

PARECER N° , DE 2016

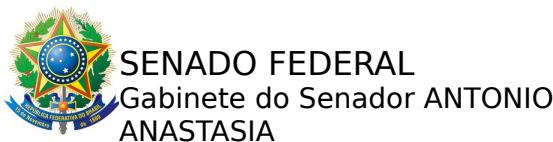
Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 91, de 2016 (Mensagem nº 503, de 22 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.*

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

De acordo com o currículo elaborado pelo MRE, em atendimento a preceito regimental, a indicada nasceu no Rio de Janeiro/RJ. É filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro.

Graduou-se em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui cursos de pós-graduação no Reino Unido nesse campo de estudos, com destaque para o Mestrado (*Master of Arts – Linguistics*) na Universidade de Reading. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a



tese intitulada “Conhecimentos tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)”.

Tendo ingressado no Instituto Rio Branco para o Curso Preparatório à Carreira Diplomática em 1981, tornou-se Terceira-Secretária no ano seguinte, Segunda-Secretária em 1987, e Primeira-Secretária, por merecimento, em 1993. Foi a Conselheira, por merecimento, em 1999. Na sequência, também por merecimento, alcançou promoção para Ministra de Segunda Classe, em 2003, e Ministra de Primeira Classe, em 2007.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assessora no Gabinete do Ministro de Estado (1993); Assessora na Secretaria de Relações com o Congresso (1993); Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim (1994/1997); Assessora da Presidência da República (1999/2003); Assessora da Secretaria-Geral (2003/2005); Diretora do Departamento de Ásia e Oceania (2005/2009); Representante Permanente Alterna junto às Nações Unidas (2009/2013); e Delegada Permanente da Delegação Permanente em Genebra, desde 2013.

Entre as condecorações de Sua Excelência, destacam-se a Ordem do Rio Branco, a Ordem do Mérito Aeronáutico, e a Medalha Mérito Tamandaré.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre o Reino dos Países Baixos. Nesse sentido, importa registrar algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

O documento disponibilizado pelo MRE assinala que o Brasil e o Reino dos Países Baixos compartilham os mesmos valores, como a crença na democracia, no multilateralismo, na via pacífica para a solução de controvérsias e na defesa dos direitos humanos, sendo que ambos defendem a reforma das estruturas políticas multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A crise e consequente recessão na União Europeia vem impondo um redesenho de prioridades de política externa e um fortalecimento da vocação mercantilista holandesa, o que confere crescente relevância à dinamização das relações econômico-comerciais com as economias emergentes, entre elas o Brasil.



Estima-se que mais de 150 empresas dos Países Baixos estejam instaladas no Brasil, incluindo multinacionais neerlandesas de grande porte. Outra parte significativa desse contingente é formada por pequenas fábricas especializadas em produtos de alta tecnologia, em diversos campos, além de fornecedores de serviços, tais como empresas de consultoria e engenharia, organizadores de feiras de negócios e similares. Destacam-se, de toda maneira, empresas como a Shell, Unilever, Philips e o ABN-AMRO Bank, KLM, Makro, Akzo Nobel, entre outras.

Grandes empresas brasileiras, por sua vez, estabeleceram, nos últimos anos, escritórios e representações em Amsterdã e Roterdã, entre as quais a Petrobras, a Braskem, a Odebrecht, a Seara, a Marfrig, a Queiroz Galvão, a Cutrale e a Brazil Foods. Em 2015, a Embraer anunciou que deverá ampliar sua base comercial em Amsterdã de cinco para cerca de cem funcionários.

No que diz respeito às relações de comércio e investimentos entre os dois países, os Países Baixos se tornaram o 5º principal parceiro comercial do Brasil em 2015. A corrente de comércio totalizou US\$ 12,5 bilhões, com saldo comercial superavitário da ordem de US\$ 7,6 bilhões em favor do Brasil. Tradicionalmente, o Brasil contabiliza expressivos superávits comerciais, que vêm diminuindo nos últimos anos (US\$ 14,99 bilhões, em 2013, e US\$ 9,87 bilhões, em 2014). As exportações brasileiras para o país ultrapassaram os US\$ 10 bilhões, e as importações somaram US\$ 2,5 bilhões. Ademais, o Brasil se beneficia do porto de Roterdã como ponto de entrada para a venda de produtos brasileiros para diversos países europeus.

Em se tratando de investimentos, o Reino dos Países Baixos é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, por estoque de investimentos. Conforme os dados de 2014 do Banco Central, o estoque de investimentos do país no Brasil atingiu US\$ 71,3 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos (de US\$ 111,7 bilhões). O relatório do MRE assinala, ainda, que, em 2014 e em 2015, os Países Baixos registraram o maior fluxo de investimentos no Brasil, com montante total de US\$ 8,7 bilhões e US\$ 11,5 bilhões, respectivamente. O Brasil, por sua vez, tem ampliado o estoque de investimentos diretos nos Países Baixos, que se constituíram, em 2015, no terceiro principal destino do estoque de investimentos diretos brasileiros.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO
ANASTASIA

O relatório do Itamaraty também ressalta as oportunidades para fortalecer o diálogo político em temas de interesse mútuo da agenda internacional e a cooperação em áreas prioritárias para o Brasil, como infraestrutura, logística, educação, ciência e tecnologia.

Estima-se em 21.948 o tamanho da comunidade brasileira nos Países Baixos. Há 8 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento. Além de contar com a Embaixada na Haia e o Consulado Geral de Roterdã, o Governo brasileiro mantém Consulado Honorário em Amsterdã.

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício do Reino dos Países Baixos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
EMBAIXADOR PIRAGIBE S. TARRAGÔ**

Apresenta relatório de gestão de atividades realizada pela Embaixada em Haia no período de 2013 a 2016.

CONTEXTO POLÍTICO INTERNO E EXTERNO

3. Na preparação das análises que a embaixada fez sobre as políticas interna e externa do governo holandês, ademais das informações disponíveis em fontes abertas, eu e meus colaboradores muito nos valemos dos contatos com meios políticos e da sociedade locais, com funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com colegas do corpo diplomático.

4. Durante meu período à frente desta Embaixada, acompanhei o segundo governo do primeiro-ministro Mark Rutte (Gabinete Rutte-II), constituído em 2013, e que terminará em março de 2017, quando se realizarão novas eleições. O Gabinete atual é formado pelo Partido Liberal (VVD) em parceria com o Partido Trabalhista (PvdA). Este último substituiu o Partido da Liberdade (PVV), de extrema direita, que integrava o governo, anterior.

5. Com a divisa "Construindo Pontes", o atual governo social-liberal mostrou-se mais estável do que o que o precedeu, embora enfrentasse um cenário econômico adverso e uma resistência do eleitorado a medidas de austeridade para conter o déficit público. Isto não impediu que a aliança VVD-PvdA de avançar, de forma gradual, na reforma do Estado de bem-estar social por meio da revisão, por exemplo, das políticas tributária e de seguridade social. Congelamento dos salários do setor público e cortes nos orçamentos da saúde e da educação marcaram o primeiro momento do atual governo. Porém, com a progressiva recuperação econômica a partir de 2014, para a qual contribuíram reduções de impostos e flexibilização nas leis trabalhistas, verificou-se retomada de investimentos e de gastos governamentais, ainda que em pequena escala.

6. O baixo crescimento das economias europeias, inclusive a neerlandesa (no máximo, 1,7%), e o aumento da imigração,

associado por boa parte da população à insegurança e ao terrorismo, tendem a deslocar para a direita as preferências políticas de parcela crescente dos trabalhadores e de outros setores menos afluentes. O fenômeno derivaria do esgotamento do discurso social-liberal que poucas perspectivas econômicas teria oferecido à grande maioria dos cidadãos. Nos Países Baixos, o enfraquecimento da social-democracia se deu, em boa medida, pela tendência à desestruturação do tradicional sistema de apoios entre partidos e agremiações em nome de soluções de consenso, (conhecido como sistema de pilares - 'verzuiling'). Tal tendência tem como pano de fundo as transformações advindas com a imigração, a globalização e o fracionamento etnorreligioso, que tem resultado na diluição de uma consciência corporativa nacional e dificultado a mobilização dos grupos sociais pelas lideranças classistas tradicionais.

7. Em paralelo, prosseguiu a fragmentação do espectro partidário, com o enfraquecimento de partidos tradicionais e o surgimento de alternativas, como partidos locais, de extrema direita e populistas. Essa diluição revelaria percepção de falta de representatividade dos partidos tradicionais. Os eleitores acusam estes de, em nome da governabilidade, abdicarem da defesa dos interesses de suas bases de apoio, sobretudo em questões específicas (i.e. imigração, direitos trabalhistas, integração europeia, terrorismo), provocando, assim, uma redução da fidelidade partidária e uma maior volatilidade nas intenções de voto.

8. Os resultados das eleições para o senado (indiretas), em maio de 2015, que confirmaram enfraquecimento da coalizão governista, poderiam prenunciar as eleições gerais de março de 2017, com perda de espaço dos partidos tradicionais (especialmente o trabalhista) e fortalecimento da extrema direita. Nesse quadro, a continuação de um governo de centro dependeria de ampla coalizão formada por, pelo menos, cinco partidos (VVD, CDA, D66, PS e PvdA), fenômeno pouco usual na história política neerlandesa recente e que poderia significar forte instabilidade para o futuro bloco governista. Mesmo na hipótese de vir a obter o maior número de votos, a possibilidade de o PVV (extrema direita) liderar um novo governo parece pouco provável, dado o alto grau de rejeição que provoca nos demais partidos.

9. Outro tema que acompanhei com interesse diz respeito aos fluxos de imigrantes, em decorrência notadamente da instabilidade política no Oriente Médio e no Norte da África. Os Países Baixos foram diretamente afetados pelo

incremento nas correntes de refugiados e demandantes de asilo originários daquelas regiões. Receberam mais de 80 mil solicitações de refúgio e reunião familiar nos dois últimos anos (59 mil em 2015 e 30 mil em 2014). A coalizão governamental empenha-se em buscar resolver rapidamente, e sem maiores custos políticos, a crise dos refugiados, uma vez que sua persistência poderá beneficiar à extrema direita nas próximas eleições gerais.

10. A população, em diversas ocasiões, mostrou-se pouco receptiva ao acolhimento de refugiados. O governo neerlandês engajou-se, durante sua presidência de turno do Conselho da União Europeia (primeiro semestre de 2016), em alcançar acordo com a Turquia para obter uma redução substancial no fluxo de migrantes. Chegou mesmo a articular plano para transferir refugiados de volta àquele país (Plano Samsom) e cogitou do estabelecimento de 'safe havens' para refugiados em países da região. Ventilou também a proposta (mal recebida no restante da Europa), apelidada de 'mini Schengen', de limitar para o território do Benelux, Áustria e Alemanha a zona de livre circulação de pessoas.

11. Como consequência das restrições de acesso em território europeu, fruto do acordo logrado entre a UE e a Turquia sobre controle do fluxo de migrantes, notou-se, desde o início de 2016, redução expressiva no ingresso de demandantes de asilo, cujo principal contingente provém hoje da Albânia, e não mais da Síria.

12. O terrorismo foi outro tema sobre o qual a embaixada buscou manter-se informada. Nos Países Baixos, desconhece-se a realização de atos terroristas propriamente. Mas importantes setores da sociedade associam a presença dos refugiados ao aumento da insegurança e do risco de que tais atos venham a ser cometidos. As preocupações com segurança decorrem, além do fluxo de demandantes de asilo, dos recentes atentados terroristas em países próximos (sobretudo na Bélgica), do envolvimento de militantes neerlandeses nos conflitos na Síria e no Iraque e da participação do governo holandês na coalizão que combate o autoproclamado Estado Islâmico (EI).

13. As autoridades neerlandesas estimam ser real a possibilidade de ataque terrorista nos Países Baixos. Por isso, vêm adotando medidas adicionais de vigilância e de segurança. Procuram, ademais, restringir o fluxo de combatentes nacionais para Síria e Iraque e buscam conter o

processo de radicalização, observado em algumas comunidades do país. A prioridade do tema reflete-se ainda em iniciativas de coordenação em âmbito multilateral e na articulação com outros países. Em 2014, os Países Baixos nomearam enviado especial para o combate ao terrorismo. Atualmente, o país copreside, com o Marrocos, o Fórum Global de Combate ao Terrorismo (GCTF). A cidade de Haia é sede do Centro Internacional de Combate ao Terrorismo (ICCT) e do Centro Europeu de Combate ao Terrorismo (ECTC/EUROPOL), criado em 2016.

14. O posto buscou também analisar aspectos mais relevantes da participação dos Países Baixos na União Europeia, que se sobressai como prioridade número um de sua política externa. Portanto, atribuí grande importância ao exame do seu desempenho na presidência rotativa do Conselho da União Europeia, que a Holanda ocupou entre janeiro e julho de 2016. Os Países Baixos buscaram impulsionar o fortalecimento e a construção de pontes entre os estados membros por meio da identificação de áreas prioritárias. Estas deveriam moldar uma União Europeia de escopo limitado às áreas em que as ações conjuntas possam agregar valor, como nos casos de segurança, meio ambiente e mudança do clima, e de deixar para a competência dos estados membros temas relativos a assistência social, educação e questões fiscais.

15. Durante a presidência dos Países Baixos, a UE viu-se diante de questões complexas, tais que o acordo com a Turquia para controlar o fluxo de migrantes e demandantes de asilo, o referendo aprobatório da saída do Reino Unido, o tratado de associação UE-Ucrânia - rejeitado, em referendo popular nos Países Baixos - e a coordenação intraeuropeia no combate ao terrorismo, sobretudo à luz dos ataques em Bruxelas. Ainda que tenha exercido papel, sobretudo, de moderador do debate e construtor de consenso, a Holanda buscou exercer papel ativo na identificação de prioridades comuns e imprimir sua marca na definição da agenda europeia.

16. O referendo de 23/6/16 sobre a permanência do Reino Unido no bloco regional foi objeto de grandes debates neste país. A classe política reagiu, de maneira geral, com decepção à vitória do 'leave'. Para o primeiro-ministro neerlandês, o 'Brexit' teria enfraquecido o argumento por maior integração da UE, que deveria agora se concentrar em temas como o crescimento econômico, a redução dos fluxos migratórios e um melhor controle das fronteiras externas do bloco. Já o líder do partido de extrema direita PVV, deputado Geert Wilders, saudou o resultado do referendo

britânico e sustentou que se deveria fazer o mesmo neste país

17. Para além das repercussões políticas, o 'Brexit' deverá ter impacto sobre a economia dos Países Baixos. Estudos técnicos desenham cenários em que a saída do Reino Unido da EU poderia implicar perdas de 10 bilhões de euros para economia holandesa em 15 anos, equivalente a 1,2% do PIB. Também preveem uma queda de 4,3% no volume das exportações neerlandesas.

18. Mereceu também detido acompanhamento pelo posto a relação dos Países Baixos com a Rússia. Esta ganhou ainda maior notoriedade após a derrubada do avião da Malaysia Airways (voo MH17), em julho de 2014, que caiu em solo ucraniano e vitimou 196 holandeses. Se, até então, a Holanda mantinha uma atitude de cautela em relação à crise ucraniana de modo a não prejudicar o relacionamento com Moscou, o premiê Rutte passou a não economizar críticas às ações russas na Ucrânia, em particular à incorporação da Crimeia. O apoio a Kiev não deve, porém, ser confundido com a defesa da entrada da Ucrânia na União Europeia, vista com ceticismo por setores internos.

19. Tal evidenciou-se na rejeição, por 61% dos votantes, do Acordo de Associação da Ucrânia com a EU, objeto de um referendo consultivo em abril de 2016. Apesar de apoiar as penalidades comunitárias impostas a Moscou, os Países Baixos veem riscos numa escalada de sanções. Tal posição se explica pelos importantes laços comerciais entre os dois países. Além da forte presença da Gazprom no mercado energético local, há o temor de que a Rússia intensifique suas restrições à entrada de produtos oriundos da UE, causando maiores prejuízos aos exportadores neerlandeses.

20. Também integrou as tarefas da embaixada o acompanhamento das posições dos Países Baixos em relação à guerra civil na Síria. As fissuras no relacionamento com Moscou se transpuseram igualmente para o conflito no país médio-oriental. Desde o início da escalada da guerra, o governo neerlandês assumiu postura contra o presidente Assad, da Síria, e endossou o coro dos que exigem sua partida. Os Países Baixos associaram-se à coalizão de países que favorece o combate aos grupos jihadistas. Passaram a participar das operações militares contra o EI com caças F-16, material militar, treinamento e apoio civil a milícias curdas e da oposição. Inicialmente limitadas ao Iraque, as operações foram estendidas neste ano ao território sírio.

21. Procurei, igualmente, dar atenção ao tema dos direitos humanos. Prioritário para a opinião pública holandesa, o tema tem pautado a atuação deste país em foros multilaterais. O governo neerlandês e a opinião pública local são sensíveis a pleitos de organizações não-governamentais e do

setor privado sobre questões ambientais, trabalhistas e sociais

em terceiros países. Questões relativas a violações de direitos humanos ou medidas supostamente danosas ao meio ambiente ou a direitos laborais, levantadas por ONGs, repercutem junto aos consumidores holandeses e são encampadas pelo governo, com potencial impacto no comércio bilateral, na imagem e na cooperação com outros países.

22. As relações deste país com a América Latina e Caribe foram igualmente objeto de atento seguimento pelo posto. Os Países Baixos, em geral, mantêm um bom relacionamento com os países da região. As relações com alguns deles mereceram atenção mais detida, em vista dos desdobramentos que tiveram desde 2014. Refiro-me especificamente às relações com Venezuela, Suriname, Colômbia e Cuba.

23. Com a Venezuela, os Países Baixos têm buscado desenvolver relações estreitas, tendo presente, sobretudo, a proximidade geográfica entre a sua porção caribenha (Aruba, Curaçao e São Martinho) e o país sul-americano. Aparecem como áreas de maior cooperação com a Venezuela as de combate ao crime organizado transnacional, em especial tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo. Apesar de seu constante interesse em promover os valores da democracia e o respeito aos direitos humanos, o governo holandês (e mesmo o Parlamento) tem sido econômico em endossar as acusações levantadas contra o governo venezuelano naqueles temas.

24. No caso do Suriname, dados os laços históricos, a intensidade das relações (e das tensões) tem sido maior. Após quatro anos 'congeladas', Suriname e Países Baixos normalizaram suas relações diplomáticas em setembro de 2014, com a designação de um embaixador holandês para a chefia da missão diplomática em Paramaribo. A medida, no entanto, ainda não foi reciprocada pelo Suriname, que segue mantendo um encarregado de negócios no comando de sua embaixada em Haia. Parece haver, da parte do governo holandês, esforço para incrementar as relações, apesar de persistir o grave irritante político representado pela condenação do presidente Bouterse por tribunal dos Países Baixos, decisão na qual o executivo holandês não teria capacidade de intervir.

25. Os Países Baixos manifestaram entusiasmo com o acordo de paz entre o Governo colombiano e as FARC-EP. O país acompanha com particular interesse questões relativas a direitos humanos e combate à impunidade, e propõe-se a contribuir para a implementação de reformas agraria e da justiça, no contexto do acordo. A participação dos Países Baixos no CSNU (2018) dará à diplomacia neerlandesa papel especial no mecanismo de monitoramento do acordo de paz.

26. Em paralelo, intensificaram-se esforços na reaproximação com Cuba, com visitas de alto nível à ilha e vinda a Haia do ministro do exterior cubano, além de tentativas de engajar a UE no processo de abertura e reforma do país caribenho. Em janeiro de 2016, a ministra de Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento, Lilianne Ploumen, visitou àquele país acompanhada de representativa delegação empresarial. Investidores holandeses preveem que o levantamento das sanções dos EUA contra Cuba deverá gerar grandes investimentos na ilha, embora as regiões insulares holandesas no Caribe possam vir a sofrer desvios de comércio e de turismo.

RELAÇÕES BILATERAIS

27. Quando cheguei a Haia, em dezembro de 2013, os Países Baixos apenas esboçavam sinais de recuperação da crise financeira iniciada em 2008. A recessão obrigara o país a redefinir algumas das prioridades de sua política externa e privilegiar a vocação comercial do país. Ganharam, assim, crescente relevância as relações com as economias emergentes e, por extensão, com o Brasil. Afora o componente econômico-comercial, ainda hoje prevalecente no relacionamento bilateral, a diversificação de parcerias para além da Europa significou, para o Brasil, também uma oportunidade para fortalecer o diálogo político com os Países Baixos em temas da agenda internacional e a cooperação em áreas de maior interesse para nós, a saber: educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e logística. Também permitiu ao país desenvolver contatos políticos mais estreitos com a Holanda por defender esta a reforma das instituições multilaterais, inclusive o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tese cara aos nossos interesses.

28. Uma das principais iniciativas neste esforço de ampliação e fortalecimento do diálogo foi a realização de reuniões de consultas políticas bilaterais. Em duas

ocasiões (07/05/2014, em Brasília, e 27/11/2015, em Haia) o então Subsecretário-Geral embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, e seu homólogo neerlandês, o diretor-geral de Assuntos Políticos da Chancelaria, Wim Geerts, conversaram sobre gama variada de temas, numa demonstração da amplitude temática do diálogo bilateral: cooperação em ciência, tecnologia e inovação, revisão do acordo para evitar a dupla tributação, situação na América do Sul (Colômbia, Venezuela, Cuba e Suriname), mecanismos inter-regionais, negociações de acordo comercial Mercosul-União Europeia, reforma do CSNU, conflitos na Ucrânia e na Síria, terrorismo, crise migratória, mudança do clima, direitos humanos e candidaturas.

29. Em Haia, o SGAP I participou também de seminário promovido pelos Institutos Igarapé (Brasil) e Clingendangel (Países Baixos) intitulado "Setting a Progressive United Nations Peace and Security Agenda: searching for new narratives". O evento efetuou reflexão sobre o processo de reforma das Nações Unidas e discutiu novas narrativas sobre o tema, que levavam em conta a adaptação dos órgãos da ONU às realidades contemporâneas e a participação de novos atores, notadamente a sociedade civil. Destacou-se a visão compartilhada de Brasil e Países Baixos sobre a reforma da ONU, em particular a necessidade de adaptação do CSNU como forma de manter sua eficácia e legitimidade.

30. Apesar deste cenário positivo para o relacionamento entre o Brasil e os Países Baixos, foram poucas as visitas de alto nível de natureza estritamente bilateral nestes últimos três anos. Não houve, desde as visitas do então Presidente Lula (2008) e do então príncipe herdeiro Willem Alexander (2012), novo intercâmbio de visita oficial de chefes de estado ou governo. Nesse período, os encontros de altas autoridades se restringiram a entrevistas à margem de reuniões internacionais, como o contato entre a então presidente Dilma Rousseff e primeiro ministro Mark Rutte, à margem da VII Cúpula das Américas, na Cidade do Panamá.

31. Cabe mencionar a visita a Haia do então vice-presidente da República, Michel Temer, em março de 2014. Ainda que se tenha dado no contexto da Cúpula de Segurança Nuclear, o então vice-presidente manteve encontro bilateral com a rainha Máxima. A reunião versou, essencialmente, sobre o projeto da Nações Unidas para Finanças Inclusivas para o Desenvolvimento, que a soberana neerlandesa coordena. Máxima salientou, na ocasião, estar em tratativas sobre o tema da inclusão financeira com o Banco Central do Brasil

desde 2011.

32. Em minha gestão, Haia não recebeu visita de chanceler brasileiro. Do lado holandês, tampouco concretizou-se a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros neerlandês, Bert Koenders, a Rio de Janeiro e Brasília, prevista para 15 a 19 de julho de 2016, mas cancelada, à última hora, por ter Koenders que antecipar sua volta aos Países Baixos em razão da tentativa de golpe militar na Turquia em 15/07. O chanceler neerlandês indicou interesse em remarcar a visita para tão logo possível.

33. No que tange às visitas de outras autoridades brasileiras à Holanda, é importante sublinhar o fluxo de altos representantes de governos estaduais. Destaco a visita, em outubro de 2015, do governador de Goiás, Marconi Perillo, à frente de numerosa delegação dos setores público e privado, com programação organizada pela embaixada. Esteve recentemente na Holanda, desta feita com encontros agendados pelo lado holandês, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, para contatos com o Porto de Roterdã (setembro de 2016). Também em visita de prospecção de parcerias técnicas e econômicas, em setembro de 2014, o secretário de Gerenciamento de Projetos do Estado do Rio de Janeiro, José Cândido Muricy, procurou identificar possíveis parcerias para o programa de despoluição da Baía de Guanabara. No mesmo mês, o secretário-executivo de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas, Ronney César Peixoto, veio divulgar o projeto do Polo Naval amazonense e atrair investidores para a indústria naval do Amazonas.

34. A crise econômica e política brasileira nesses últimos três anos terá pesado na diminuição, durante esse período, do número de missões de autoridades ministeriais neerlandesas ao Brasil. Indico, apenas para fins de registro pois foram organizadas pelo lado neerlandês, as que se realizaram no período:

(i) ministra da Infraestrutura e Meio Ambiente, Wilma Mansveld (Brasília, São Paulo e Belém, 31/03 a 04/04/2014): acompanhada de empresas holandesas dos setores de aviação, meio ambiente, mudança do clima e transporte intermodal, a ministra tratou com autoridades brasileiras de temas como (a) meio ambiente e mudança do clima, especialmente no que tange a "cidades sustentáveis" e gestão de resíduos; e (b) aviação, nas áreas de infraestrutura, espaço aéreo e biocombustíveis.

(ii) ministra da Educação, Cultura e Ciência, Jet Bussemaker, a São Paulo e Rio de Janeiro, 11 a 14/08/2015: a ministra participou da Conferência "World Skills 2015" e manteve agenda de encontros com foco em educação profissional técnica e tecnológica, e economia criativa.

35. Os megaeventos esportivos de 2014 e 2016 no Brasil ensejaram visitas de altas autoridades neerlandesas, sem que tenha havido programação bilateral: (i) o rei Willem-Alexander, a rainha Máxima e a ministra da Saúde, Bem-estar e Desporto, Edith Schippers, foram ao Brasil para a Copa do Mundo de 2014; e (ii) o rei Willem-Alexander e família, o primeiro ministro Mark Rutte e a ministra Edith Schippers, participaram de cerimônias dos Jogos Olímpicos. A ministra Schippers voltou ao Rio de Janeiro para os Jogos Paralímpicos.

36. Pode-se avaliar que os Países Baixos identificam no Brasil ator de relevo na estabilização e modernização na América do Sul. Há uma percepção positiva quanto ao potencial brasileiro e a seu peso nas relações internacionais. Durante todo o processo de impeachment, por exemplo, o governo dos Países Baixos manteve posicionamento sereno e respeitoso dos nossos processos internos, o que denotou confiança nas instituições e na democracia brasileira.

37. As relações caracterizam-se, portanto, pelo entendimento mútuo e pelo acervo de experiências históricas compartilhadas ao longo de quase dois séculos de interlocução ininterrupta entre nossos governos. Os dois países convergem na importância da salvaguarda de valores baseados nos princípios da democracia e do multilateralismo, na solução pacífica de controvérsias, na defesa dos direitos humanos e na expectativa de reforma das estruturas políticas multilaterais. O voto brasileiro, em todos os escrutínios, à candidatura neerlandesa ao CSNU (biênio 2017-2018), foi importante demonstração de apoio político, que nos rendeu a gratidão holandesa e foi reciprocada com respaldo a candidaturas brasileiras diversas.

38. O capital político acumulado tem sido de valia para o Brasil, tanto em questões pontuais, quanto em temas de maior amplitude da agenda internacional, no nosso relacionamento com os Países Baixos. A relevância estratégica do relacionamento aumenta pela presença, no Caribe, de territórios autônomos, integrantes do Reino – como Aruba, Curaçau e São Martinho.

39. Para intensificar ainda mais o relacionamento, valeria explorar a possibilidade de dinamizar o diálogo parlamentar (hoje esporádico). A criação de um grupo parlamentar Brasil-Países Baixos poderia abrir nova frente de intercâmbio e de conhecimento mútuo, com reflexos positivos

para os interesses econômico-comerciais brasileiros. O grupo parlamentar (de deputados federais e senadores) poderia ser inclusive encorajado por governos estaduais, que procuram intensamente os Países Baixos para cooperação econômica e investimentos.

ECONOMIA E PROMOÇÃO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

40. Minha chegada a Haia coincidiu com o ponto mais baixo da atividade econômica nos Países Baixos, fruto sobretudo da crise financeira de 2008 e da dos países mediterrâneos da UE. Pude, assim, acompanhar a lenta recuperação da economia holandesa a partir de 2014/15. Os índices de crescimento do Produto Interno Bruto foram de 1,4% em 2014, e de 2% em 2015, taxa que deve ser um pouco menor no corrente ano (1,7%). O modesto crescimento tem sido puxado pelo consumo interno, pelo setor de construção e pela expansão do mercado de trabalho. A inflação, por outro lado, tem caído, de 1% em 2014, para (projeção) 0,1% neste ano.

41. O comércio exterior permanece como o principal motor da economia holandesa, para o qual concorrem a sua localização geográfica estratégica, a eficiência do porto de Roterdã e o perfil aberto de seu empresariado, bem integrado ao mercado externo. A corrente de comércio variou, de EUR 826 bilhões em 2014, para EUR 810 bilhões em 2015, com superávits da ordem de 51 e 44 bilhões de euros, respectivamente. Prevê-se novo superávit de aproximadamente EUR 50 bilhões em 2016.

42. O período coincidiu também com a entrada do Brasil em recessão (2013-16) e a queda acentuada nos preços internacionais das matérias-primas. Ambas tiveram impacto negativo no comércio Brasil-Países Baixos. Reduções sucessivas nas quantidades e nos preços de exportação levaram a que, em 2015, as cifras retornassem aos níveis de 2010 - exportações brasileiras de US\$ 10 bilhões e importações de US\$ 2,5 bilhões. Os principais itens de nossa pauta exportadora continuaram sendo soja, carnes e celulose, e da importadora, combustíveis. No corrente ano, as exportações brasileiras devem manter-se no mesmo patamar, mas as importações provavelmente deverão ficar abaixo da alcançada em 2015, resultando no terceiro ano seguido de diminuição na corrente bilateral de comércio. A alta posição que os Países Baixos ocupam na lista dos parceiros comerciais brasileiros se deve, em larga medida, ao chamado 'efeito Roterdã', que faz computar como

destinadas à Holanda exportações que, na realidade, se dirigem a terceiros países no continente europeu (Alemanha e países da Europa Central), além de boa parte das matérias-primas adquiridas ao Brasil serem reprocessadas neste país para posterior comercialização em outros mercados na Europa.

43. Procurei manter-me em contato com as empresas holandesas com negócios no Brasil, em particular, por meio de encontros empresariais. Ressalto a importante e tradicional presença de corporações holandesas no Brasil (Shell, Unilever, Philips, Akzo Nobel, Heineken, KLM, Makro, entre outros). Os fluxos de investimento holandeses permanecem altos, com estoque estimados em cerca de US\$ 165 bilhões (quarto maior investidor estrangeiro no Brasil). Os investimentos recentes mais importantes dizem respeito à assunção, pela Shell, dos ativos da British Gas no Brasil, e à construção, pela Heineken, de nova fábrica, em Goiás. As empresas brasileiras (Petrobras, JBS, Cutrale, Braskem, entre outras), por seu turno, aumentaram nesta década sua presença na Holanda, ainda que muitas tenham apenas escritórios de representação ou de comercialização, sem atividade produtiva propriamente. A Embraer, desde 2014, fez da Holanda sua base europeia para vendas aos mercados da Europa, Ásia e África. A crise que atingiu a Petrobrás se fez sentir na Holanda com queda expressiva nas encomendas que a empresa costuma colocar junto a fornecedores holandeses.

44. Com apoio da Secretaria de Estado (apesar das restrições orçamentárias vigentes), dei prosseguimento ao principal instrumento de promoção comercial e de atração de investimentos de iniciativa da embaixada: o encontro empresarial "Brazil Network Day" (BND). Realizado semestralmente desde 2011, o BND é um importante foro que reúne delegações brasileiras de setores produtivos específicos e empresários holandeses de médio e pequeno porte, interessados em fazer negócios com o Brasil. Durante minha gestão, efetuaram-se seis edições do BND (já contando com a que deve ocorrer em novembro, pouco antes de minha partida), em Amsterdam (duas vezes), Rotterdam (idem), Haia e Breda, com público médio estimado em 400 pessoas por edição. Os encontros tratam de como fazer negócios e investir no Brasil e do cenário da economia brasileira e sustentabilidade; promovem os setores de petróleo, gás, indústria naval e energias renováveis; e são palco para delegações empresariais, como as que aqui estiveram: de São Paulo (Investe São Paulo), de Minas Gerais (INDI) e do BNDES. Em novembro, deverá vir missão de Goiás.

45. Numerosas delegações empresariais brasileiras visitaram os Países Baixos nesses últimos anos, sempre contando com o apoio da embaixada para agendamento de encontros, informações sobre o mercado local, interlocução com autoridades provinciais e nacionais e, malgrado os poucos recursos disponíveis, apoio logístico. Destaco a missão do governador de Goiás, Marconi Perillo, em outubro de 2015, acompanhado por cerca de trinta empresários e assessores; a visita do Secretário de Transportes do Rio Grande do Sul (janeiro de 2016); a missão empresarial de captação de investimentos no setor de laticínios, liderada pelo vice-governador da Bahia (março de 2016); a visita do secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo (abril de 2016), para tratar de infraestrutura portuária; e as missões empresariais organizadas em torno das edições do BND mencionadas acima. Note-se que, ao contrário do lado holandês, que frequentemente envia altas autoridades nacionais ao Brasil à frente de missões empresariais, não houve, desde o início de 2014, visita de nível ministerial brasileira à Holanda com o propósito de promover o comércio bilateral e atrair investimentos.

46. Na área de promoção do turismo, a embaixada manteve coordenação com o escritório da Embratur em Amsterdã e com os principais operadores e agentes de turismo especializados em Brasil. Dessa cooperação resultaram 'workshops' sobre estratégias destinadas a vender o país como destino turístico, reuniões e atividades relacionadas à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos. Nossa participação em feiras do setor, por outro lado, decresceu, dadas a falta de recursos orçamentários e a suspensão do apoio recebido, até 2015, da Embratur. Uma das consequências disso, foi a redução da participação do Brasil na principal feira do setor nos Países Baixos, uma das mais importantes da Europa. Na última edição (janeiro de 2016), o estande brasileiro se limitou a uma presença apenas institucional.

47. As relações econômicas continuaram a demonstrar dinamismo, a despeito do desaquecimento da economia brasileira e do insucesso de algumas empresas holandesas que se lançaram em projetos e investimentos no Brasil no início da década. Os setores mais tradicionais seguiram despertando maior interesse. Na área de petróleo e gás, a Shell revelou planos de expansão de sua capacidade produtiva no país (pretende quadriplicá-la até 2020, dos atuais 7%). A cooperação no setor portuário também permaneceu ativa, como indica o desdobramento da parceria entre o porto de Roterdã e o governo do Espírito Santo para a expansão do porto Central, naquele estado. As inversões planejadas por empresa holandesa de lácteos na Bahia, se

concretizadas, terão impacto substancial na produção e exportação desses produtos.

48. No âmbito das relações econômicas, durante minha gestão, presenciei o surgimento de dois pequenos irritantes. Em dezembro de 2015, Ato Declaratório Executivo baixado pela Secretaria da Receita Federal reincluiu os Países Baixos na lista de jurisdições com regimes de tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados. O Ato foi contestado pelo governo neerlandês, que apresentou pedido de revisão e suspensão da decisão. O assunto teve repercussão na Holanda, inclusive no Parlamento, também em função de debate sobre a questão mais ampla da evasão fiscal. É positivo o fato de permanecerem abertos os canais de diálogo entre as autoridades neerlandesas e a Receita Federal. Esta se prontificou a examinar novos dados que a Holanda venha a apresentar que justifiquem uma reconsideração de sua decisão. O tema tem integrado a agenda dos encontros políticos bilaterais desde o havido entre a presidente Rousseff e o primeiro ministro Rutte, à margem da cúpula EU-CELAC, no Panamá em 2015, por exemplo, até o das consultas políticas bilaterais anuais entre as chancelarias.

49. Também acompanhei a inconclusiva disputa em torno do não pagamento de cerca de US\$ 40 milhões devido à empresa holandesa Van Oord por obras de dragagem do canal do porto de Suape (PE). A empresa açãoou, em 2014, o governo neerlandês, garantidor da operação. O governo brasileiro, em resposta a gestões do lado neerlandês, apontou o âmbito da Justiça brasileira como caminho para melhor avaliar quem estaria com a razão na disputa, já que há também alegação, da parte do porto de Suape, de que o não pagamento decorreria de incumprimento pela empresa holandesa dos trabalhos encomendados (deficiências técnicas).

50. Durante minha gestão, busquei, sob instruções, atuar no sentido de encorajar uma posição favorável dos Países Baixos para a retomada das negociações do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia. Fiz gestões em relação ao andamento do processo e à troca de ofertas. O governo local - com poucas sensibilidades comerciais defensivas e com interesse na expansão do comércio global -- é receptivo ao nosso desejo de acelerar o processo negociador. Embora seja possível contar com a Holanda para moldar um acordo aceitável para o Mercosul/Brasil, não se deve desprezar seus interesses ofensivos (laticínios, redução de barreiras não tarifárias, serviços, harmonização de procedimentos de avaliação da conformidade), nem sobrevalorizar seu peso relativo na conformação de uma posição da União Europeia.

51. A promoção dos interesses econômico-comerciais brasileiros é facilitada pelo histórico de presença empresarial holandesa no Brasil e pela percepção do governo deste país do potencial brasileiro. À ampla gama de companhias neerlandesas de grande porte com investimentos no Brasil corresponde uma dinâmica decisória própria, que normalmente prescinde da intervenção da embaixada (e do próprio governo brasileiro). As autoridades econômicas holandesas têm interpretado a situação econômica brasileira com tranquilidade. Demonstram confiança na capacidade de recuperação do país e, por consequência, animam os investidores holandeses a considerarem as oportunidades de bons negócios no Brasil numa perspectiva de médio e longo prazo.

52. Diante desse quadro, procurei ajudar a manter a percepção positiva e o nível de interesse pelo Brasil e, sempre que possível, aproveitei os vários seminários e reuniões de que participei para informar sobre as realidades e as perspectivas da economia brasileira. Nesse sentido, recepcionei em almoço de trabalho o presidente da Confederação da Indústria e dos Empregadores dos Países Baixos, Hans de Boer. Busquei também difundir informações sobre a ação do governo brasileiro, principalmente nas áreas de economia, meio ambiente e energia, por meio de boletim semanal que compila notícias publicadas nos sítios oficiais.

53. No posto, notei a demanda de pequenos e médios empresários neerlandeses por informações (em geral, em nível de detalhamento superior ao que a embaixada pode prestar) sobre sistema tributário, legislação e identificação de potenciais parceiros. Eventualmente essa carência poderá ser suprida por uma câmara de comércio bem equipada. A propósito, constituiu-se, em 2016, a BRADUTCH (câmara de comércio brasileira nos Países Baixos), associada à sua homóloga, a DUTCHAM, instalada, no Brasil, desde

1952.

54. Observei, também, a disparidade de condições entre o que a embaixada pode oferecer a missões empresariais brasileiras e o que o governo holandês proporciona quando se encarrega de organizar sua vinda a este país. A carência de recursos orçamentários limita o escopo de atuação do posto, quando comparado a uma forte estrutura holandesa de promoção comercial. Tem-se visto que as missões brasileiras, que vêm a este país cumprir programação concebida pelo lado holandês, são levadas a naturalmente interessar-se pelo que os Países Baixos têm a oferecer em

termos de tecnologias e serviços associados a determinados setores e investimentos demandados pela delegação visitante.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

55. Durante minha gestão, procurei manter ativa a cooperação bilateral em matéria de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). As atividades nessa área foram impulsionadas pela implementação do Memorando de Entendimento entre Brasil e Países Baixos para a Cooperação em C,T&I (assinado em 2011) e pela realização das primeiras reuniões da Comissão Mista, em Brasília (em 2013 e 2015), para cuja preparação a embaixada contribuiu com subsídios e interlocução com o lado holandês.

56. A partir desses entendimentos, estabeleceram-se como interesses prioritários dos dois países temas, como cidades sustentáveis, recursos hídricos, mudança do clima, astronomia, tecnologia de alimentos e agricultura, políticas de popularização da ciência e energias renováveis. A parte holandesa empenhou-se, em particular, no campo da bioeconomia, inclusive com o envolvimento da Organização Holandesa para Pesquisa Científica (NWO) em melhoramento de colheitas, agricultura sustentável, biorrefinarias, saúde animal, biorremediação para tratamento de resíduos e desenvolvimento de bioproductos, com aplicação na indústria alimentícia.

57. Registraram-se missões de diversas instituições brasileiras aos Países Baixos, dentre as quais saliento as de Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), EMBRAER, Embrapa, Centro Técnico Aeroespacial (CTA), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Hospital Einstein, Universidade de São Paulo (USP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

58. Em 2014, visitei o 'cluster' tecnológico de Eindhoven, a convite da Philips, onde me informei sobre suas atividades, em especial, seus projetos futuros. A Philips está estabelecida no Brasil há mais de um século. Em novembro de 2015, voltei ao campus na companhia do governador de Goiás, Marconi Perillo, e comitiva. Entusiasmado com o que viu, o governador instruiu seus assessores a dar seguimento aos contatos com as empresas visitadas, a fim de interessá-las em projetos de investimento no seu estado.

59. Ainda em 2015, como parte dos preparativos para a

segunda reunião da Comissão Mista de C,T&I, participei no Ministério do Ensino, Cultura e Ciência dos Países Baixos (OCW) de mesa redonda sobre estudo elaborado pelo 'Advisory Council for Science, Technology and Innovation' do governo neerlandês relativo à cooperação com o Brasil.

60. Em março de 2016, a embaixada acompanhou visita de delegação técnica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo de Minas Gerais (SECTES), que efetuou encontros com representantes do OCW, em seguimento a reunião anterior (11/2015). Como resultados concretos do diálogo, ressalto acordo firmado para cofinanciamento de pesquisas sobre recursos hídricos, a extensão da iniciativa "BioLab", medidas com vistas a possibilitar a estruturação de cursos conjuntos de formação e de graduação e de um Centro para a Internacionalização do Ensino e a decisão de revitalizar a parceria com o HidroEx (Delft). Na mesma ocasião, a missão de Minas Gerais subscreveu memorandos de entendimento com a província de Brabante do Norte e com a Universidade de Pesquisa de Wageningen nas áreas de cooperação científica e tecnológica em bioeconomia e de cooperação no setor de recursos hídricos, respectivamente.

EDUCAÇÃO

61. No campo da cooperação educacional, dei particular atenção aos estudantes brasileiros na Holanda, participantes do programa Ciência sem Fronteiras, coordenado, desde sua inauguração nos Países Baixos (2012), pela Organização Neerlandesa para a Internacionalização do Ensino Superior (Nuffic). Operando em parceria com CAPES/CNPq, a Nuffic administrou a vinda de 1.198 bolsistas brasileiros entre 2012 e 2015. A alta receptividade neerlandesa, expressada por meio de incentivos à pesquisa e investimento na área educacional, contribuiu para aumento anual no número de bolsistas enviados desde 2013, que chegou a 470 em 2015. No corrente ano, o programa foi fortemente atingido por falta de verbas, o que ocasionou queda substancial no número de estudantes brasileiros nas universidades holandesas.

62. Os estudantes participantes do Ciência sem Fronteiras distribuiram-se entre as áreas de engenharias e tecnologia, indústrias criativas, biologia e ciências biomédicas e da saúde, computação e tecnologia da informação e produção agrícola sustentável. As principais instituições receptoras foram as Universidades de Groningen, de Wageningen, Universidade Fontys de Ciências Aplicadas, Universidade de Tecnologia de Eindhoven e Erasmus Rotterdam. No âmbito do

Programa de Apoio a Estudantes Brasileiros (PAEB), a embaixada, em recepção aos bolsistas, lançou o Guia do Estudante Brasileiro na Holanda, projeto elaborado em bem-sucedida parceria com a Associação de Estudantes e Pesquisadores Brasileiros na Holanda (APEB-NL).

63. Igualmente, empenhei-me em estimular maior intercâmbio entre as universidades brasileiras e neerlandesas. Em março de 2016, o reitor da Universidade de Leiden, à frente de numerosa comitiva, visitou o Brasil e assinou memorandos de cooperação com várias universidades em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

64. Também procurei prestigiar as palestras efetuadas pela catedra Ruy Barbosa da Universidade de Leiden, inclusive tendo participado, como palestante, de mesa redonda sobre o Zona de Paz no Atlântico Sul, organizada em 2015. Apoiei, da mesma forma, o estabelecimento de um leitorado naquela universidade, cujas tratativas, tanto quanto me é dado saber, estariam bem encaminhadas.

65. Outras atividades relevantes do setor incluíram a minha participação na IV Conferência Europeia de Estudantes e Pesquisadores Brasileiros e no I Encontro anual da Associação de Estudantes (Utrecht, 4/2015). O setor educacional da embaixada participou também de reuniões com representantes do "Holland Festival" e da "New Holland Foundation", para tratar de apoio financeiro e institucional, e da escola Brasileirinhos, para explorar possível cooperação educacional e apoio do Ministério da Educação.

66. Em diversas atividades, verifiquei haver grande disposição de estudantes neerlandeses de participar de intercâmbio no Brasil. À luz desse interesse, a embaixada esclareceu dúvidas e dispôs-se a facilitar acesso a informações relevantes, embora não conte com material informativo especializado. Interlocutores do posto indicaram que uma maior oferta de cursos em língua inglesa no Brasil, bem como opções mais diversificadas de programas de mestrado e doutorado poderiam facilitar a mobilidade estudantil com os Países Baixos.

CULTURA

67. Na área cultural, busquei apoiar a divulgação da cultura e das artes brasileiras nos Países Baixos. Estas já desfrutam de relativo grau de reconhecimento nos meios locais, especialmente a música. Grupos empresariais, muitos deles de brasileiros expatriados, tomam iniciativas para

trazer artistas brasileiros, bem como organizam festivais culturais. Sem contar com qualquer recurso orçamentário para a promoção cultural, a embaixada presta, sempre que apropriado, apoio institucional e auxilia na divulgação. Entre 2014 e 2016, realizaram-se, em diversas cidades do país, de forma independente ou no contexto de festivais, como o 'Viva Brasil', 'Brazilian Summer Sessions' e 'Brasil Sinfônico', apresentações de renomados músicos brasileiros. Filmes brasileiros foram também regularmente projetados nos principais festivais do país, em particular o Festival de Cinema de Roterdã.

68. Em minha passagem pelo posto, observei que o seu setor cultural é muito procurado por diversas instituições em busca de apoio para projetos, sobretudo de música e artes plásticas, bem como por artistas brasileiros radicados na Holanda. O setor limitou-se ao respaldo institucional para aqueles que sejam de boa qualidade. Em alguns casos, fiz gestões junto a potenciais fontes de financiamento, como empresas brasileiras estabelecidas no país que pudesse doar recursos para tais projetos. Também o posto cooperou com a Mesa de Cultura do Conselho de Cidadãos, coordenado pelo Consulado-Geral de Roterdã, no sentido de viabilizar a iniciativa daquela Mesa de realizar uma semana de cultura brasileira em Amsterdã e algumas localidades próximas, como parte das comemorações da independência brasileira.

69. Creio que a exposição de maior relevo que teve lugar durante minha gestão tenha sido a 'Brasil, beleza?', que reuniu obras de dezenas de artistas plásticos e escultores brasileiros contemporâneos, montada no Museu Beelden aan Zee, em Haia, e na rua mais bonita da cidade , a Lange Voorhout. Estimou-se que mais de 200 mil pessoas terão visitado a exposição, graças também ao fato de efetuar-se durante a alta estação turística e coincidir com os Jogos Olímpicos do Rio. Os custos com sua realização foram inteiramente cobertos por doadores e mantenedores do Museu, bem como pela Prefeitura de Haia.

70. No que tange à divulgação da realidade brasileira, a embaixada engajou-se igualmente na promoção da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, reforçando atividades de divulgação e contatos com setores da imprensa local e por meio da distribuição regular de informações e material audiovisual. No dia de inauguração da Copa do Mundo em 2014, e mediante recursos obtidos junto a empresários brasileiros, ofereci nos jardins da residência jantar com comidas típicas brasileiras para cerca de 350 convidados, os quais puderam assistir, em telão instalado na área, ao jogo de abertura. Artigos assinados pela então

presidente Rousseff e por mim foram publicados em órgãos de imprensa local. No retorno dos atletas olímpicos e paralímpicos holandeses, fui convidado a prestigiar cerimônia de condecoração desses atletas no Parlamento, a que estiveram presentes altas autoridades neerlandesas, inclusive o primeiro ministro Rutte. Em ambas as ocasiões ouvi expressões altamente elogiosas e de agradecimento ao Brasil pela exemplar organização dos Jogos da Rio 2016.

CONCLUSÃO

71. Avalio que, embora produtiva minha passagem pelo posto, muito mais poderia ter feito, não fosse a conjuntura recessiva que o país vem atravessando nos últimos anos, a qual reduziu a disponibilidade de recursos para o Ministério das Relações Exteriores e, por extensão, para os postos no exterior. A embaixada enfrentou, assim, limitações adicionais na sua capacidade de atuar nas diferentes frentes que oferece a relação bilateral. Não obstante, creio ter podido apoiar ou desenvolver alguns projetos, como acima resumi, que mantiveram vivo o interesse em explorar oportunidades de cooperação (política, econômica, educacional e em ciência e tecnologia), bem como novos espaços de divulgação da cultura brasileira nos Países Baixos.

Piragibe S. Tarragô, embaixador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 91, DE 2016

(nº 503/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 503

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Os méritos da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.

EM nº 00310/2016 MRE

Brasília, 8 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 589 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP

CPF.: 105.940.517-20

ID.: 8297 MRE

1950 Filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro, nasce em 9 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1969 | Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| 1973 | Pós-graduação, Teaching of English as a Foreign Language, Royal Society of Arts, Londres, Reino Unido |
| 1975 | Pós-graduação, in Applied Linguistics, Leeds University, Leeds, Reino Unido |
| 1977 | Mestrado, Master of Arts - Linguistics, University of Reading, Reino Unido |
| 1980 | Letras pela Universidade Veiga de Almeida/RJ |
| 1981 | CPCD - IRBr |
| 1990 | CAD - IRBr |
| 2003 | CAE - IRBr, Conhecimentos Tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1982 | Terceira-Secretária |
| 1987 | Segunda-Secretária |
| 1993 | Primeira-Secretária, por merecimento |
| 1999 | Conselheira, por merecimento |
| 2003 | Ministra de Segunda Classe, por merecimento |
| 2007 | Ministra de Primeira Classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|-----------|---|
| 1982-83 | Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, Assistente |
| 1983-89 | Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente |
| 1989-93 | Representação junto aos Organismos Econômicos Especiais Internacionais, Londres, Segunda-Secretária |
| 1993 | Gabinete do Ministro de Estado, Assessora |
| 1993-94 | Secretaria de Relações com o Congresso, Assessora |
| 1994-97 | Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária |
| 1997-99 | Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessora |
| 1999-2003 | Presidência da República, Assessora |
| 2003-2005 | Secretaria-Geral, Assessora |
| 2005-2009 | Departamento da Ásia e Oceania, Diretora |
| 2009-2013 | Representante Permanente Alterna junto às Nações Unidas |

2013 Delegação Permanente em Genebra, Delegada Permanente

Condecorações:

2001 Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil

2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

2007 Ordem Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil

2012 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil

Publicações:

2001 Artesanato Solidário, in Patrimônio Imaterial, Revista Tempo Brasileiro nº147, Tempo Brasileiro, ed., Rio de Janeiro

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

PAÍSES BAIXOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE OS PAÍSES BAIXOS	
NOME OFICIAL:	Reino dos Países Baixos
GENTÍLICO:	Neerlandês ou holandês
CAPITAL:	Amsterdã (a Haia é a sede do Governo e do Parlamento)
ÁREA:	41.526,18 km ²
POPULAÇÃO:	16.691.700 habitantes (2014)
IDIOMA OFICIAL:	Neerlandês (oficial nacional); frisão, inglês e papiamento (oficiais regionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Sem afiliação: 49,2%; católica romana: 24,4%; protestante: 15,8%; muçulmana: 4,9%; hinduísmo e budismo: 1,1%; outras: 4,5%; judaísmo: 0,1%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Staten-General – Estados-Gerais), consistindo na Primeira Câmara (Eerste Kamer) e na Segunda Câmara (Tweede Kamer).
CHEFE DE ESTADO:	Guilherme IV, desde abr/2013
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mark Rutte (desde nov/2012 exerce seu segundo mandato)
CHANCELER:	Albert Gerard (Bert) Koenders (desde out/2014)
PIB (2015/FMI)	US\$ 738,4 bilhões
PIB PPP (2015/FMI)	US\$ 832,6 bilhões
PIB per capita (2015/FMI)	US\$ 43.603
PIB PPP per capita (2015/FMI)	US\$ 49.249
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,9% (2015); 1% (2014); -0,49% (2013); -1,05% (2012); 1,6% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,922 – 5º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	81,12 anos
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99% (2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	6,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Hans Peters (desde 2014)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	21.948

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016 jan-jun
Intercâmbio	3.189	3.396	4.756	5.872	9.956	9.122	15.907	19.678	12.512	5.567
Exportações	2.594	2.863	4.247	5.285	8.840	8.150	13.639,7	17.333	10.044	4.731
Importações	595	533	508	586	1.116	972	2.267,3	2.345	2.468	866
Saldo	1.998	2.330	3.738	4.698	7.724	7.177	11.372,4	14.988	7.576	3.864

PERFIS BIOGRÁFICOS

GUILHERME IV

REI DOS PAÍSES BAIXOS



Guilherme IV, nascido Willem-Alexander Claus George Ferdinand, foi coroado Rei dos Países Baixos em 30 de abril de 2013. O monarca nasceu em 27 de abril de 1967. Filho mais velho da Rainha Beatrix e do Príncipe Claus, tornou-se oficialmente o herdeiro do trono do Reino dos Países Baixos em 1980. Formado em história pela Universidade de Leiden, tem grande interesse em esportes e na questão dos recursos hídricos em escala mundial. É o primeiro monarca neerlandês do sexo masculino desde seu bisavô Guilherme III, falecido em 1890.

É casado com Máxima Zorreguieta Cerruti, nascida em 17 de maio de 1971, em Buenos Aires, filha de pais argentinos e neta de espanhóis e italianos. A Rainha formou-se em economia pela Universidade Católica Argentina e trabalhou no mercado financeiro em Buenos Aires e em Nova York antes de casar-se com o Príncipe Guilherme em 2002. Ao contrário do marido, membro da Igreja Reformada Neerlandesa, a Princesa é de confissão católico-romana.

O casal tem três filhas, batizadas na Igreja Reformada Neerlandesa (condição para eventual sucessão ao trono).

MARK RUTTE PRIMEIRO-MINISTRO



Nascido na Haia a 14 de fevereiro de 1967, o Premier neerlandês cursou história na Universidade de Leiden, período em que alcançou a liderança da seção juvenil do VVD (“Partido do Povo para Liberdade e Democracia”, de orientação liberal). Concluída sua graduação, em 1992, trabalhou por dez anos na empresa holandesa Unilever.

Em 2002, foi nomeado secretário de Estado de Assuntos Sociais e Emprego, cargo que deixou em 2004 para ocupar a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Ciências. Em 2006, retornou à Segunda Câmara do Parlamento, quando se tornou líder do seu partido.

Em outubro de 2010, foi nomeado Primeiro-Ministro, após o VVD vencer as eleições parlamentares com 31 dos 150 assentos (a menor proporção de um partido vitorioso já obtida nos Países Baixos). Trata-se do primeiro político liberal a assumir o cargo desde 1918.

Tornou a assumir a Chefia de Governo no Parlamento imediatamente subsequente, em 2012, em governo de coalizão com a esquerda trabalhista. Desta feita, seu partido aumentou sua representação parlamentar para 41 assentos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos compartilhados, como a democracia, o multilateralismo, a solução pacífica de controvérsias, a defesa dos direitos humanos e o apoio à reforma das estruturas políticas multilaterais. Dado o crescente peso específico e a atuação no âmbito regional e internacional do Brasil, os Países Baixos identificam no país ator relevante na estabilização e modernização da América do Sul e na construção de novo paradigma de crescimento econômico.

Diante do cenário de crise e recessão na União Europeia, a política externa neerlandesa tem redefinido suas prioridades. Nesse exercício, tem ganhado relevância a dinamização das relações econômico-comerciais com economias emergentes, como o Brasil.

Nos últimos anos, o número de empresas neerlandesas no Brasil passou de 50, em 1995, para mais de 150, em 2013. Nesse grupo, incluem-se grandes conglomerados internacionais, exportadores de produtos e serviços de alto valor agregado, tais como Shell, Unilever, Philips, ABN-AMRO Bank, ING Group, Akzo Nobel (Tintas Coral e Ypiranga), KLM e Makro.

Recentemente registra-se aumento da presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, atraídas pelo ambiente empresarial e fiscal favoráveis e pela excelente rede de infraestrutura e logística do país. Alguns exemplos: Petrobras, Embraer, Braskem, Bertin Agropecuária, Cutrale, Perdigão e Seara Foods. Com a finalidade de assessorar empresas brasileiras que queiram instalar-se nos Países Baixos, o governo neerlandês mantém em São Paulo, desde 2010, escritório da Agência Neerlandesa de Investimentos Estrangeiros (NFIA).

Há, ademais, oportunidades para fortalecer o diálogo político em temas de interesse mútuo da agenda internacional e a cooperação em áreas prioritárias para o Brasil, como infraestrutura, logística, educação, ciência e tecnologia.

O mecanismo de consultas políticas entre o Brasil e os Países Baixos – estabelecido em 2007, por meio de memorando de entendimento entre o Itamaraty e a chancelaria neerlandesa – representa importante instrumento nesse sentido. A última edição do mecanismo foi realizada em Brasília, em novembro de 2015. Em relação à cooperação na área de ciência e tecnologia,

foi realizada em Brasília, em novembro de 2015, a II reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelecida por memorando de entendimento, em novembro de 2011. A I reunião da Comissão realizou-se em Brasília, em junho de 2013. As áreas identificadas como prioritárias para a definição de programa de trabalho conjunto foram as seguintes: bioeconomia, prevenção e mitigação de desastres naturais, nanotecnologia, temas espaciais e sustentabilidade urbana.

Assuntos consulares

Estima-se em 21.948 o tamanho da comunidade brasileira nos Países Baixos. Há 8 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

Além de contar com a Embaixada na Haia e o Consulado Geral de Roterdã, o Governo brasileiro mantém Consulado Honorário em Amsterdã.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício dos Países Baixos.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura de Governo

O Rei Guilherme IV tornou-se soberano dos Países Baixos em 30 de abril de 2013, após a abdicação de sua mãe, a Rainha Beatrix, que reinou por 33 anos. Guilherme IV é o primeiro monarca do sexo masculino desde seu bisavô, Guilherme III, falecido em 1890.

O monarca neerlandês exerce poderes substancialmente maiores do que usualmente outros monarcas de países europeus. A Constituição dos Países Baixos estabelece que a Coroa — definida como o monarca e o gabinete reunidos — exerce o governo. O soberano nomeia prefeitos e governadores e preside o Conselho de Estado, órgão consultivo máximo que examina tanto os projetos de lei submetidos pelo governo quanto os acordos internacionais a serem encaminhados ao Parlamento, além de designar os membros do Conselho.

No centro do sistema político do país encontra-se o Parlamento, ou estados-gerais, incumbido da revisão e aprovação dos atos da Coroa. A cada quatro anos, realizam-se eleições para a câmara baixa (Segunda Câmara). Quanto ao Senado (Primeira Câmara), este conta setenta e cinco membros eleitos indiretamente, por quatro anos, por assembleias das províncias. A câmara baixa é integrada por cento e cinquenta deputados eleitos diretamente, também por quatro anos.

Conjuntura Atual

O Gabinete liberal de centro-direita, liderado pelo Primeiro-Ministro Mark Rutte ("Governo Rutte I"), enfraquecido pelos efeitos da crise da dívida europeia, renunciou em abril de 2012, após tentar, sem sucesso, aprovar pacote de austeridade fiscal.

Mesmo na condição de chefe de governo interino ("caretaker government"), Rutte negocia com três partidos de oposição pacote de ajustes substanciais, prevendo aumento de impostos, congelamento dos salários do setor público e corte de benefícios fiscais.

Nas eleições gerais antecipadas de setembro de 2012, Rutte formou o atual governo de coalizão ("Rutte II") com partidos de centro-direita e de centro-esquerda (o liberal Partido Popular para a Liberdade e a Democracia e o Partido Trabalhista, do Chanceler Bert Koenders).

Com a divisa “Construindo Pontes” e base parlamentar de 79 das 150 cadeiras da Segunda Câmara, o atual governo liberal-trabalhista tem-se mostrado mais estável que seu predecessor, mas confronta-se com as mesmas difíceis escolhas políticas em meio a cenário econômico adverso. Pesquisas de opinião indicam que o eleitorado neerlandês segue refratário a propostas de resgate financeiro de parceiros da zona do euro.

Nos últimos meses, tem-se observado aumento da polarização política nos Países Baixos, com fortalecimento do partido de extrema direita PVV (Partido para a Liberdade). Analistas apontam que tal fenômeno estaria relacionado, em grande medida, às tensões geradas pelo influxo de refugiados e demandantes de asilo no país. Efeitos dessa tendência seriam visíveis nas sondagens de intenções de voto. A última pesquisa conduzida pelo indicador nacional de pesquisa de opinião deixou entrever substancial aumento no apoio ao PVV (liderado por Geert Wilders), que poderia alçar-se à posição de maior partido no parlamento (estimativa de 35 a 40 assentos). Embora o PVV já tenha encabeçado pesquisas de intenção de voto anteriormente, analistas apontam que, desta feita, chama a atenção a rapidez com que o partido estaria atraindo apoio dos eleitores.

No contexto do processo de saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), Wilders tem promovido a proposta de um referendo holandês sobre a permanência na União Europeia ("Nexit"). O Parlamento neerlandês examinou e rejeitou a iniciativa por ampla maioria. Segundo pesquisas recentes de opinião, o eleitorado seria em sua maioria favorável à realização de referendo sobre a permanência dos Países Baixos na União Europeia, ainda que 60% rejeitem uma "Nexit".

POLÍTICA EXTERNA

Os Países Baixos, historicamente com elevado grau de abertura comercial, priorizam o multilateralismo. A diplomacia holandesa assume papel relevante nas principais instâncias políticas internacionais, como as Nações Unidas, e tem participação ativa em temas de alcance mundial, como direitos humanos e desarmamento e não-proliferação. É também sensível a temas relativos ao processo de integração europeia e à segurança internacional, em particular no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como a situações que possam envolver riscos ao abastecimento

energético (petróleo e gás).

Contudo, maior protagonismo holandês esbarra em fatores objetivos, como limitações de ordem geopolítica (território e população reduzidos) e restrições logísticas e orçamentárias de suas Forças Armadas. De todo modo, o país tem tido participação frequente, embora nem sempre numericamente expressiva, em operações militares internacionais, seja no âmbito das Nações Unidas, da União Europeia ou da OTAN.

A promoção dos direitos humanos no plano mundial, que conta com amplo apoio interno, constitui hoje uma das prioridades da política externa neerlandesa. O país mantém posição ativa nos foros internacionais competentes e tem sido vocal em sua oposição ao uso de diferenças culturais e religiosas como justificativas para a negação de direitos humanos.

Os Países Baixos têm, historicamente, tradição na promoção da paz e da justiça internacionais, haja vista a presença na Haia da sede de organizações como a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional, a Corte Permanente de Arbitragem, a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia e o Tribunal Especial para o Líbano. Os Países Baixos têm sido enfáticos em seu apoio à consolidação do Tribunal Penal Internacional e ao pleno respeito a sua liberdade de atuação, sem limitações de ordem política.

Igualmente, a presença na Haia da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) reflete a posição ativa dos Países Baixos em temas de desarmamento e não proliferação. Em março de 2010, o país liderou articulação com outros parceiros europeus para solicitar ao Secretário-Geral da OTAN que priorize, em seus trabalhos, temas de desarmamento nuclear, não proliferação e controle de armamentos. Não surpreende, portanto, que os Países Baixos tenham sediado a Cúpula de Segurança Nuclear (2014), considerada a maior conferência internacional a realizar-se no país desde a Conferência da Paz de 1907.

Sucessivos governos holandeses atribuíram prioridade à ajuda ao desenvolvimento, com ênfase na luta contra a pobreza e, em particular, à promoção Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. O nível de contribuição já foi um dos mais altos do mundo (0,8% do PIB), mas caiu recentemente, em razão de cortes orçamentários.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia neerlandesa

A economia holandesa consolidou sua recuperação em 2015. De acordo com a agência estatal de estatísticas (CBS), o crescimento do PIB no ano passado foi de 2%, comparado com - 0,5%, em 2013, e 1%, em 2014.

As previsões para 2016 são cautelosas. A agência central de planejamento (CPB) prevê crescimento da economia neerlandesa de 1,8%, em 2016, e 2%, em 2017. Segundo a CPB, riscos do cenário internacional pressionam a economia e prejudicam o ambiente para os negócios. Além da saída do Reino Unido da União Europeia (UE), também constituem riscos a volatilidade dos mercados financeiros em resposta a incertezas associadas ao ritmo de desenvolvimento econômico da China, a queda dos preços do petróleo e os tempos da normalização da política monetária nos EUA.

A CPB também cita a eventual suspensão da aplicação do tratado de Schengen, em reação ao crescente afluxo de refugiados provenientes do Oriente Médio e do Norte da África, como possível fonte adicional de efeitos negativos para a economia neerlandesa. O principal fator endógeno para a diminuição das expectativas de crescimento do PIB seria a redução no ritmo da extração de gás natural nos Países Baixos. Os setores que mais impulsionam a economia atualmente são a construção civil, gastos públicos e exportações.

A taxa de desemprego, que, em 2015, ficou em 6,9%, está prevista para 6,7% ao final de 2016. A retomada do emprego estima-se em ritmo lento, com crescimento entre 0,5 e 0,8% em 2016. O governo prevê 600.000 o número de pessoas na categoria de "baixa renda", que, dependendo da situação familiar, varia entre 1020 euros (solteiros sem dependentes) e 2100 euros por mês (casal com três filhos). Em 2007, tal número chegava a 800.000 pessoas e, em 2013, superava 1,2 milhão.

A inflação, em 2015, repetiu o índice baixo de 2014, de 0,3%, provocado pela queda internacional do preço do petróleo e das "commodities" agrícolas. Segundo o Banco Central dos Países Baixos, a inflação deverá atingir 1% somente em 2017.

Comércio exterior

Em 2015, os Países Baixos foram o quinto maior parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio totalizou US\$ 12,5 bilhões, com saldo comercial superavitário da ordem de US\$ 7,6 bilhões em favor do Brasil. Tradicionalmente, o Brasil contabiliza expressivos superávits comerciais, que vêm diminuindo nos últimos anos (US\$ 14,99 bilhões, em 2013, e US\$ 9,87 bilhões, em 2014). As exportações brasileiras para o país ultrapassaram os US\$ 10 bilhões, e as importações somaram US\$ 2,5 bilhões. O Brasil se beneficia do porto de Roterdã como ponto de entrada para a venda de produtos brasileiros para diversos países europeus.

Em relação ao resto do mundo, o superávit comercial holandês em janeiro e fevereiro de 2016 chegou aos 8 bilhões de euros. Os dados dos dois primeiros meses do ano revelam ligeiro aumento das importações (2,3%), bem como decréscimo, também discreto (1,1%) das exportações.

Os Países Baixos obtiveram superávit comercial de 47 bilhões de euros em 2015, com importações de aproximadamente 378 bilhões de euros e exportações de 425 bilhões. De acordo com a agência estatal de estatísticas, as exportações holandesas para a UE constituíram 70% do total, enquanto as importações do bloco foram apenas 10% superiores, em valor, às do resto do mundo. Dentro da UE, os principais parceiros comerciais continuaram a ser Alemanha e Bélgica. No resto do mundo, destacaram-se China e EUA.

Os principais produtos exportados foram máquinas e equipamentos de transporte (28%), combustíveis (23%), alimentos (11%), vestuário e calçados (10%) e produtos farmacêuticos (5%). As importações foram compostas por combustíveis (29% do total), máquinas (26%) e alimentos e animais vivos (8,6%).

No comércio de serviços, os dados de 2015 indicam superávit de quase 11 bilhões de euros, com importações de 149 bilhões e exportações 160 bilhões. Os setores com maior destaque foram serviços em manufaturas, manutenção e reparos, transporte marítimo e aéreo e telecomunicações.

Com respeito aos investimentos, estimativas para 2015 apontam aumento de 7,2% com relação a 2014. Em fevereiro de 2016, o volume de investimentos em ativos fixos foi 16,7% maior do que em fevereiro de 2015 e 12,7% maior que em janeiro de 2016. O resultado do aumento no último mês foi a alta em investimentos em imóveis e no setor de aeronaves.

Investimentos

Os Países Baixos são o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, por estoque de investimentos. Conforme os dados mais recentes do Banco Central (2014), o estoque de investimentos neerlandeses no Brasil atingiu US\$ 71,3 bilhões, atrás apenas dos EUA, de US\$ 111,7 bilhões. Em 2014 e em 2015, os Países Baixos registraram o maior fluxo de investimentos no Brasil, com montante total de US\$ 8,7 bilhões e US\$ 11,5 bilhões, respectivamente.

O Brasil também tem ampliado o estoque de investimentos diretos nos Países Baixos. Em 2015, o estoque foi de US\$ 35,4 bilhões, fazendo dos Países Baixos o terceiro principal destino do estoque de investimentos diretos brasileiros.

Os Países Baixos chegaram a ser o maior destino de investimentos brasileiros diretos em 2011, por fluxo, recebendo o valor de US\$ 8,5 bilhões. Desde então, os fluxos de investimentos brasileiros para o país europeu apresentaram queda, mas voltaram a registrar crescimento em 2015, quando o Brasil investiu US\$ 2,6 bilhões nos Países Baixos.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) Países Baixos-Brasil (em US\$ milhões)						
	Estoque	Fluxo				
		2011	2012	2013	2014	2015
Origem: Países Baixos	71.352 (2014) (2º)	17.582 (1º)	12.213 (2º)	10.511 (1º)	8.791 (1º)	11.573 (1º)
Origem: Brasil	35.491 (2015) (3º)	8.546 (1º)	1.222 (4º)	1.066 (7º)	61 (27º)	2.605 (3º)

Dados do Banco Central do Brasil

Estima-se que mais de 150 empresas dos Países Baixos estejam instaladas no Brasil, incluindo multinacionais neerlandesas de grande porte. Outra parte significativa desse contingente é formada por pequenas fábricas especializadas em produtos de alta tecnologia, em diversos campos, além de fornecedores de serviços, tais como empresas de consultoria e engenharia, organizadores de feiras de negócios e similares.

A cervejaria HEINEKEN assinou protocolo de intenções, em novembro de 2015, para instalação de nova fábrica no Brasil – em Itumbiara-GO –, com investimentos estimados em R\$ 650 milhões e geração de 650 empregos diretos e indiretos. A fábrica contará com os mais elevados padrões de tecnologia e requererá trabalhadores altamente qualificados. Terá a capacidade de atender de 20 a 30 milhões de consumidores. A cervejaria

planeja investir R\$ 1 bilhão no Brasil até 2018, somando o valor dos investimentos em Goiás e a ampliação de outras unidades instaladas em São Paulo e no Paraná.

Recentemente, a neerlandesa SBM OFFSHORE fechou contrato de 3,5 bilhões de euros com a PETROBRAS, para arrendamento de duas unidades flutuantes de armazenamento e transferência (FPSO's). Trata-se do maior contrato jamais assinado pela SBM OFFSHORE, que é a maior construtora mundial de unidades flutuantes de armazenamento e transferência (FPSO's). As embarcações serão utilizadas na exploração de campos do pré-sal na Bacia de Santos.

Como citado anteriormente, grandes empresas brasileiras estabeleceram, nos últimos anos, escritórios e representações em Amsterdã e Roterdã, entre as quais a PETROBRAS, a BRASKEM, a ODEBRECHT, a SEARA, a MARFRIG, a QUEIROZ GALVÃO e a BRAZIL FOODS. Em 2015, a EMBRAER anunciou que deverá ampliar sua base comercial em Amsterdã de cinco para cerca de cem funcionários.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1914-1918	Os Países Baixos mantêm sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial. O imperador Guilherme II da Alemanha exila-se nos Países Baixos ao final da guerra.
1939	No romper da 2ª Guerra Mundial, os Países Baixos declaram sua neutralidade.
1940	A Alemanha nazista invade o país em 10 de maio. A Família Real holandesa desloca-se para a Inglaterra.
1945	A ocupação alemã termina com a rendição da Alemanha Nazista.
1949	As Índias Orientais Holandesas, que haviam sido ocupadas pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial, declaram independência, como Indonésia.
1949	Os Países Baixos abandonam sua política de neutralidade e aderem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que se tornaria a Comunidade Econômica Europeia cinco anos depois.
1963	A colônia holandesa da Nova Guiné é cedida à Indonésia.
1975	A colônia holandesa do Suriname alcança sua independência. Centenas de milhares de surinameses emigram para os Países Baixos.
1980	A Rainha Juliana abdica; Beatriz torna-se Rainha.
2002	O Euro substitui o Florim holandês.
2004	Falecimento da Rainha-Mãe Juliana, aos 94 anos.

2006	O parlamento concorda em enviar um adicional de 1.400 soldados holandeses para se juntar às forças lideradas pela OTAN no Afeganistão.
2010	Agosto – Os Países Baixos retiram seus 1.900 soldados do Afeganistão, terminando uma missão de quatro anos.
2010	Outubro – As Antilhas Neerlandesas são dissolvidas. Curaçao e São Martinho tornam-se nações no Reino dos Países Baixos. Bonaire, Santo Eustáquio e Saba tornam-se municípios especiais autônomos dos Países Baixos.
2013	A Rainha Beatriz abdica e seu filho, Guilherme-Alexandre, torna-se Rei.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa);
1931	Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa;
1938	Ata de Encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa;
1952	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Holanda
1955	Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico";
1997	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia;
1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel;
1998	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo;
1998	Visita do Príncipe Herdeiro Guilherme;
1998	Aquisição do Banco Real e do BANDEPE pelo Banco AMB AMRO;
1998	Visita do Primeiro-Ministro Win Kok;
2000	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso;
2003	Visita da Rainha Beatrix, do Príncipe Herdeiro Guilherme e da Princesa Máxima;
2004	Visita do "Minister of State" Hans van Mierlo, no marco das comemorações do IV Centenário de Nascimento de Maurício de Nassau;
2005	Visita da Princesa Máxima;
2007	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot;
2008	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
2009	Visita do Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende.
2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen
2011	Promulgada a Lei Nº 12.392, que institui o Ano da Holanda no Brasil, em comemoração ao centenário da imigração "moderna" de holandeses

	ao Brasil
2012	Visita da Princesa Máxima, a convite do Banco Central Brasileiro, por suas funções nas Nações Unidas e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão.
2012	Visita aos Países Baixos de delegação interministerial brasileira, chefiada pela Ministra-Chefe da Casa Civil.
2012	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Guilherme e de sua esposa, Princesa Máxima.
2013	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota (4 de julho)
2014	Viagem do Vice-Presidente Michel Temer, por ocasião da III Cúpula de Segurança Nuclear (23 a 26 de março)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa.	22/09/1931	22/09/1931	29/09/1931
Ata de encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa.	30/04/1938	30/04/1938	N/D
Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico".	16/08/1955	16/08/1955	19/09/1955
Acordo para a Abolição do Visto em Passaportes.	30/01/1956	01/02/1956	30/01/1956
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	16/03/1959	30/04/1964	10/06/1964
Acordo para a Extensão ao Suriname e às Antilhas Neerlandesas da Convenção Relativa à Assistência Judiciária Gratuita de 1959.	16/11/1964	16/11/1964	28/08/1965
Acordo Cultural.	12/10/1966	29/05/1968	15/07/1968
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra.	24/01/1967	24/01/1967	N/D
Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos.	22/08/1969	22/08/1969	N/D
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	25/09/1969	14/06/1971	01/07/1971
Troca de Notas Constituindo um	05/07/1973	05/07/1973	13/06/1973

Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares.			
Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras.	07/03/2002	07/03/2002	03/08/2006
Memorando de Endendimento sobre Implementação de Isenção Tributária Recíproca no Setor de Transporte Aéreo.	09/06/2004	09/06/2004	24/06/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	16/12/2004	16/12/2004	11/02/2005
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	16/01/2007	16/01/2007	23/03/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo de Educação Superior e Técnico-Profissional	11/04/2008	11/04/2008	05/05/2008
Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos	23/01/2009	01/08/2011	05/02/2013
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa	07/12/2011	Tramitação Congresso Nacional	

Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos	07/03/2002	Em Ratificação	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba	16/09/2014	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao	03/12/2013	Tramitação Ministérios/Casa Civil	

DADOS ECONÔMICOS COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos dos Países Baixos

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-0,49%	1,01%	1,93%	1,84%	1,89%
PIB nominal (US\$ bilhões)	864,44	880,72	738,42	762,52	794,25
PIB nominal "per capita" (US\$)	51.442	52.225	43.603	44.828	46.594
PIB PPP (US\$ bilhões)	787,75	808,80	832,62	856,27	884,45
PIB PPP "per capita" (US\$)	46.878	47.960	49.166	50.339	51.886
População (milhões de habitantes)	16,80	16,86	16,94	17,01	17,05
Desemprego (%)	7,26%	7,43%	6,87%	6,42%	6,16%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,40%	-0,06%	0,27%	0,51%	0,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	10,98%	10,61%	10,97%	10,60%	10,20%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,752	0,752	0,901	0,901	0,893

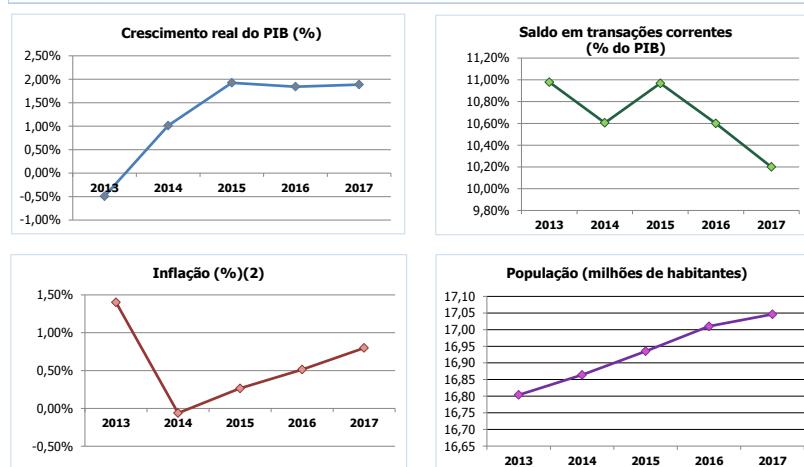
Origem do PIB (2014 Estimativa)

Agricultura	1,6%
Indústria	18,8%
Serviços	79,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report July 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

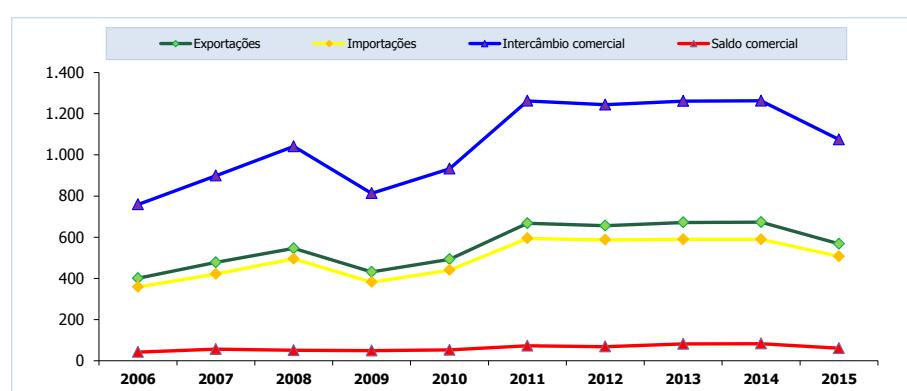
(2) Média de fim de período.



Evolução do Comércio Exterior dos Países Baixos
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	401	14,5%	359	15,4%	759	15,0%	42
2007	478	19,2%	421	17,5%	899	18,4%	56
2008	546	14,3%	495	17,5%	1.041	15,8%	51
2009	432	-20,9%	382	-22,8%	814	-21,8%	49
2010	493	14,2%	440	15,1%	933	14,6%	53
2011	668	35,5%	595	35,2%	1.262	35,3%	73
2012	656	-1,7%	588	-1,2%	1.244	-1,5%	69
2013	672	2,4%	590	0,4%	1.261	1,4%	82
2014	673	0,2%	590	0,0%	1.263	0,1%	83
2015	568	-15,6%	507	-14,0%	1.075	-14,9%	61
2016 (jan-mar)	135	-5,2%	118	-5,5%	253	-5,4%	17
Var. % 2006-2015	41,7%	--	41,4%	--	41,6%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

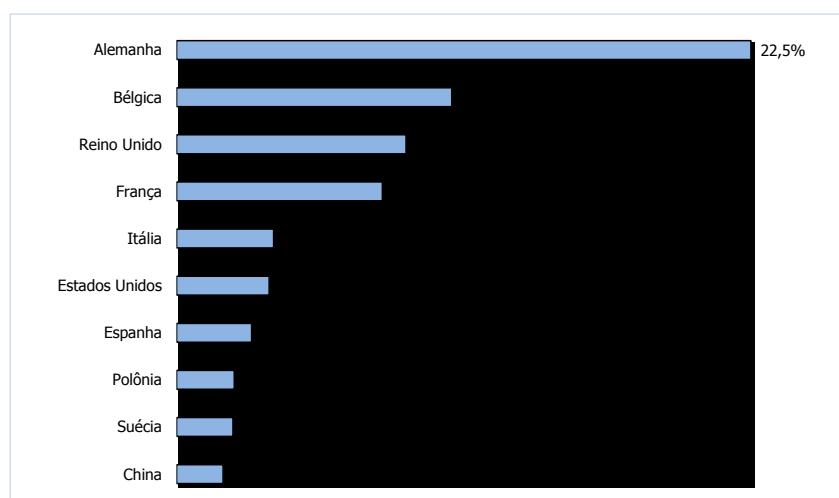


Direção das Exportações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part. % no total
Alemanha	127,5	22,5%
Bélgica	61,1	10,8%
Reino Unido	50,9	9,0%
França	45,7	8,0%
Itália	21,5	3,8%
Estados Unidos	20,6	3,6%
Espanha	16,6	2,9%
Polônia	12,8	2,3%
Suécia	12,5	2,2%
China	10,3	1,8%
...		
Brasil (31ª posição)	2,8	0,5%
Subtotal	382,3	67,3%
Outros países	185,4	32,7%
Total	567,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais destinos das exportações

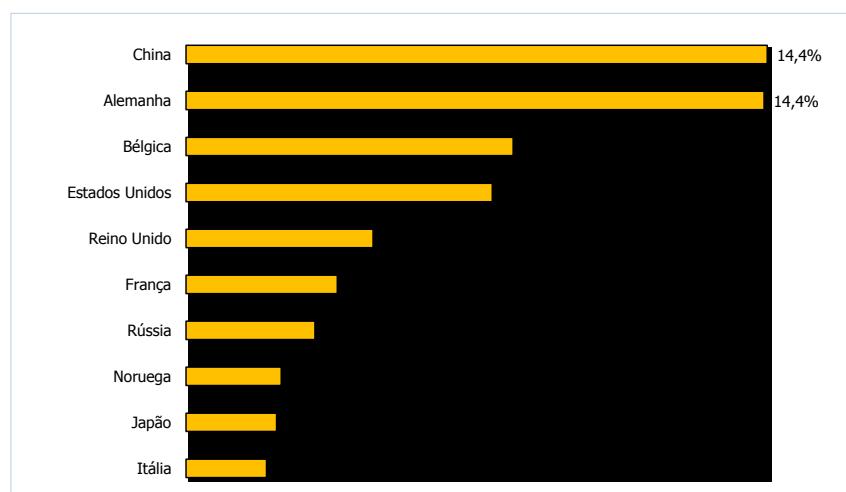


Origem das Importações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Países	2015	Part. % no total
China	73,2	14,4%
Alemanha	72,8	14,4%
Bélgica	41,2	8,1%
Estados Unidos	38,6	7,6%
Reino Unido	23,6	4,6%
França	19,0	3,8%
Rússia	16,2	3,2%
Noruega	12,0	2,4%
Japão	11,4	2,2%
Itália	10,1	2,0%
...		
Brasil (14ª posição)	6,8	1,3%
Subtotal	324,9	64,1%
Outros países	182,1	35,9%
Total	507,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais origens das importações

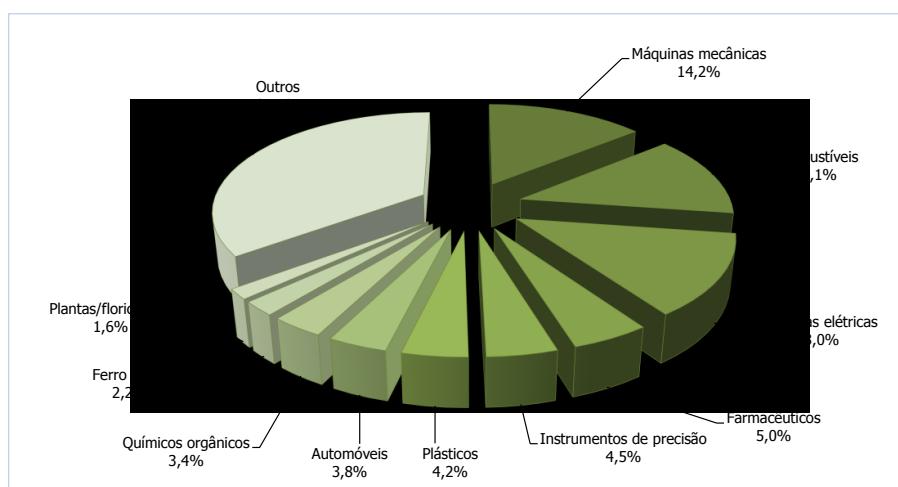


Composição das exportações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2015	Part.% no total
Máquinas mecânicas	80,4	14,2%
Combustíveis	74,3	13,1%
Máquinas elétricas	73,6	13,0%
Farmacêuticos	28,3	5,0%
Instrumentos de precisão	25,3	4,5%
Plásticos	23,6	4,2%
Automóveis	21,4	3,8%
Químicos orgânicos	19,3	3,4%
Ferro e aço	12,7	2,2%
Plantas/floricultura	9,3	1,6%
Subtotal	368,2	64,9%
Outros	199,5	35,1%
Total	567,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

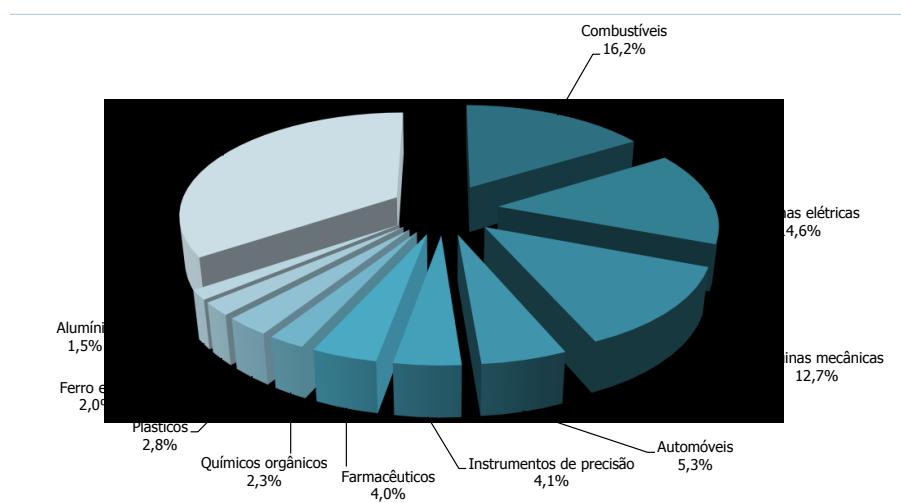


Composição das importações dos Países Baixos
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015	Part.% no total
Combustíveis	82,1	16,2%
Máquinas elétricas	73,9	14,6%
Máquinas mecânicas	64,5	12,7%
Automóveis	26,6	5,3%
Instrumentos de precisão	20,8	4,1%
Farmacêuticos	20,5	4,0%
Químicos orgânicos	11,4	2,3%
Plásticos	14,2	2,8%
Ferro e aço	10,3	2,0%
Alumínio	7,5	1,5%
Subtotal	331,9	65,5%
Outros	175,1	34,5%
Total	507,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, July 2016.

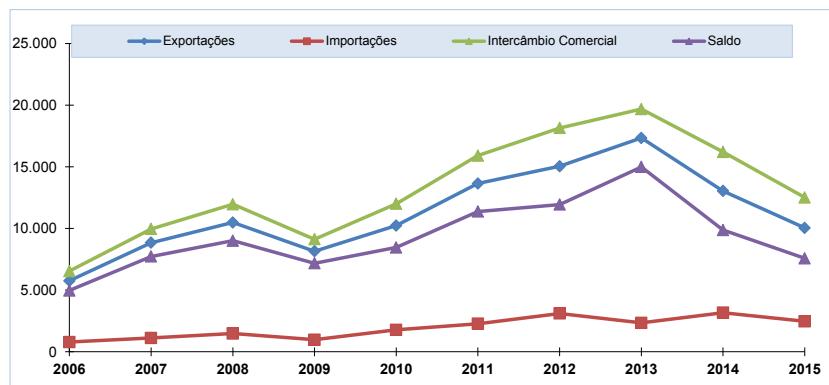
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Países Baixos
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2006	5.749	8,8%	786	34,0%	6.534	11,3%	4.963
2007	8.841	53,8%	1.116	42,0%	9.957	52,4%	7.725
2008	10.483	18,6%	1.477	32,4%	11.960	20,1%	9.005
2009	8.150	-22,3%	972	-34,2%	9.123	-23,7%	7.178
2010	10.228	25,5%	1.773	82,3%	12.001	31,6%	8.454
2011	13.640	33,4%	2.267	27,9%	15.907	32,5%	11.372
2012	15.041	10,3%	3.107	37,0%	18.148	14,1%	11.934
2013	17.333	15,2%	2.345	-24,5%	19.678	8,4%	14.988
2014	13.036	-24,8%	3.168	35,1%	16.204	-17,7%	9.867
2015	10.044	-22,9%	2.469	-22,1%	12.513	-22,8%	7.575
2016 (jan-jun)	4.731	-0,5%	867	-40,3%	5.598	-9,8%	3.864
Var. % 2006-2015	74,7%		214,1%		91,5%		n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

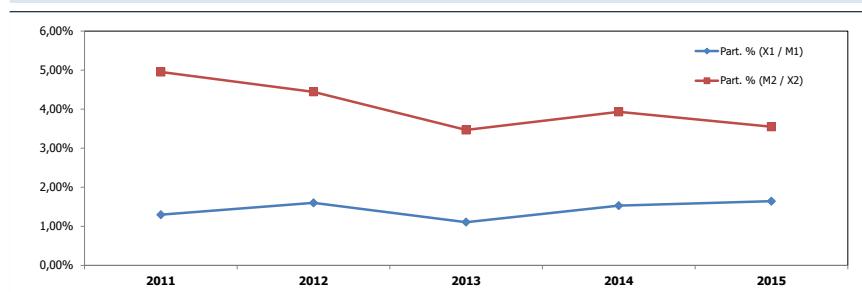


Part. % do Brasil no comércio dos Países Baixos
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para os Países Baixos (X1)	13.640	15.041	17.333	13.036	10.044	-26,4%
Importações totais dos Países Baixos (M1)	594.723	587.513	589.747	589.735	506.972	-14,8%
Part. % (X1 / M1)	2,29%	2,56%	2,94%	2,21%	1,98%	-13,6%
Importações do Brasil originárias dos Países Baixos (M2)	2.267	3.107	2.345	3.168	2.469	8,9%
Exportações totais dos Países Baixos (X2)	667.501	656.029	671.634	673.008	567.700	-15,0%
Part. % (M2 / X2)	0,34%	0,47%	0,35%	0,47%	0,43%	28,0%

Part. % dos Países Baixos no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações dos Países Baixos para o Brasil (X1)	2.934	3.571	2.654	3.503	2.816	-4,0%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	1,30%	1,60%	1,11%	1,53%	1,64%	26,7%
Importações dos Países Baixos originárias do Brasil (M2)	12.677	10.780	8.391	8.848	6.785	-46,5%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	4,95%	4,44%	3,47%	3,93%	3,55%	-28,3%



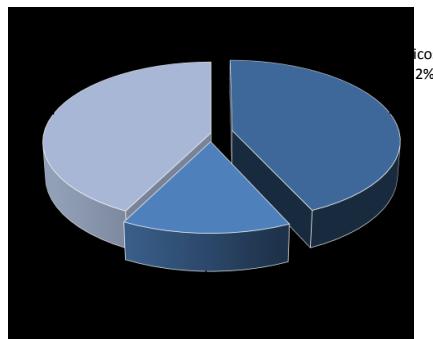
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MIDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas do comércio exterior brasileiro e no comércio exterior dos Países Baixos explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

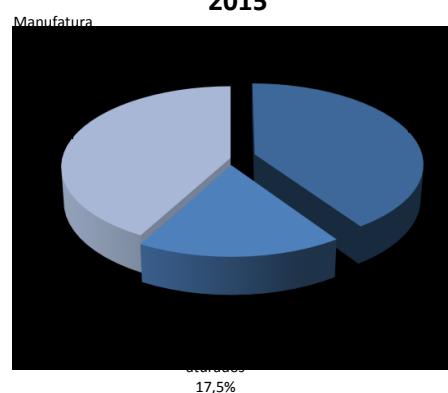
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

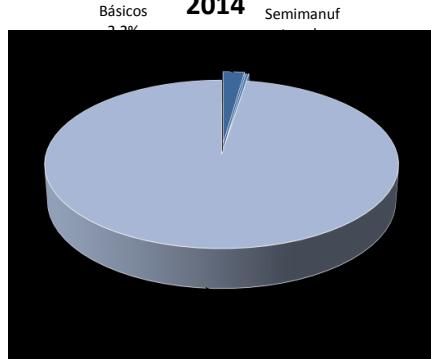


2015

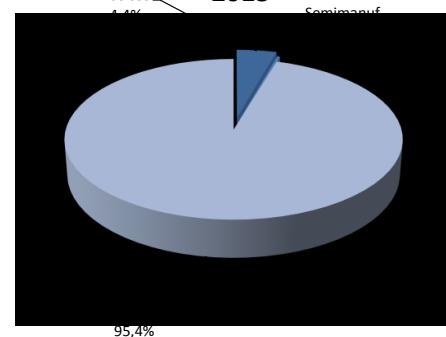


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.

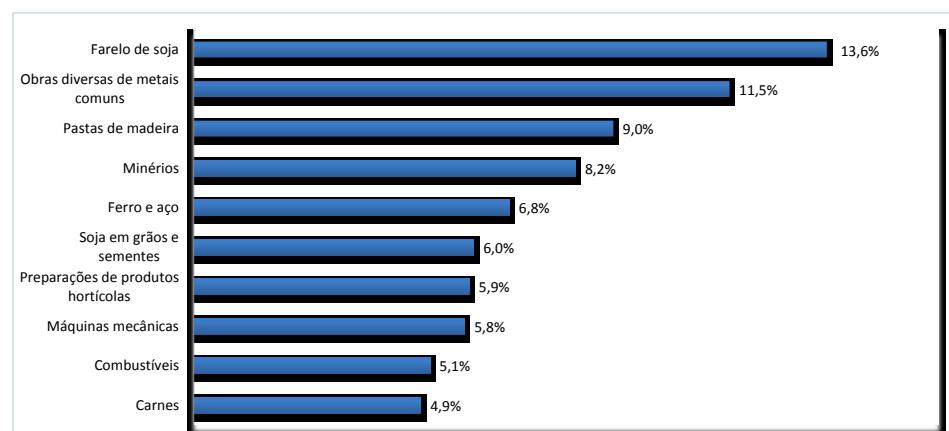
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para os Países Baixos
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farelo de soja	2.351	13,6%	1.922	14,7%	1.365	13,6%
Obras diversas de metais comuns	713	4,1%	858	6,6%	1.155	11,5%
Pastas de madeira	1.034	6,0%	906	6,9%	905	9,0%
Minérios	1.773	10,2%	1.121	8,6%	823	8,2%
Ferro e aço	687	4,0%	790	6,1%	681	6,8%
Soja em grãos e sementes	871	5,0%	1.045	8,0%	604	6,0%
Preparações de produtos hortícolas	600	3,5%	562	4,3%	594	5,9%
Máquinas mecânicas	711	4,1%	705	5,4%	584	5,8%
Combustíveis	2.466	14,2%	1.680	12,9%	509	5,1%
Carnes	629	3,6%	595	4,6%	490	4,9%
Subtotal	11.836	68,3%	10.184	78,1%	7.711	76,8%
Outros produtos	5.497	31,7%	2.851	21,9%	2.334	23,2%
Total	17.333	100,0%	13.036	100,0%	10.044	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Julho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

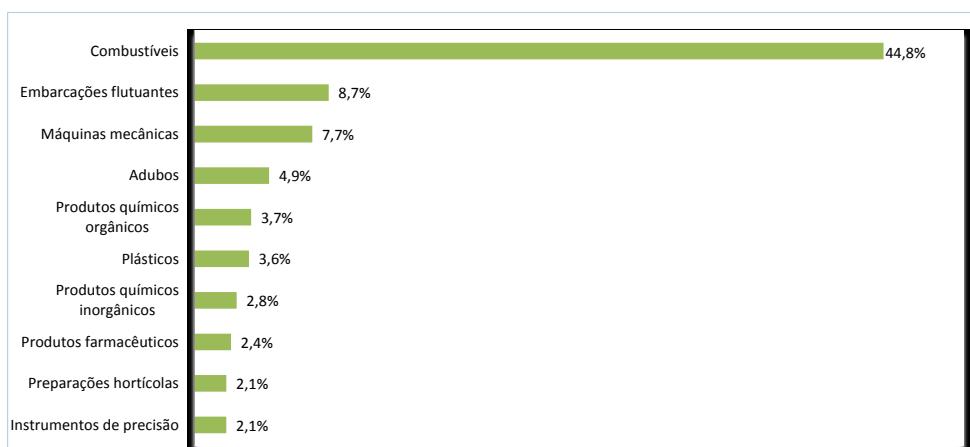


Composição das importações brasileiras originárias dos Países Baixos
US\$ milhões

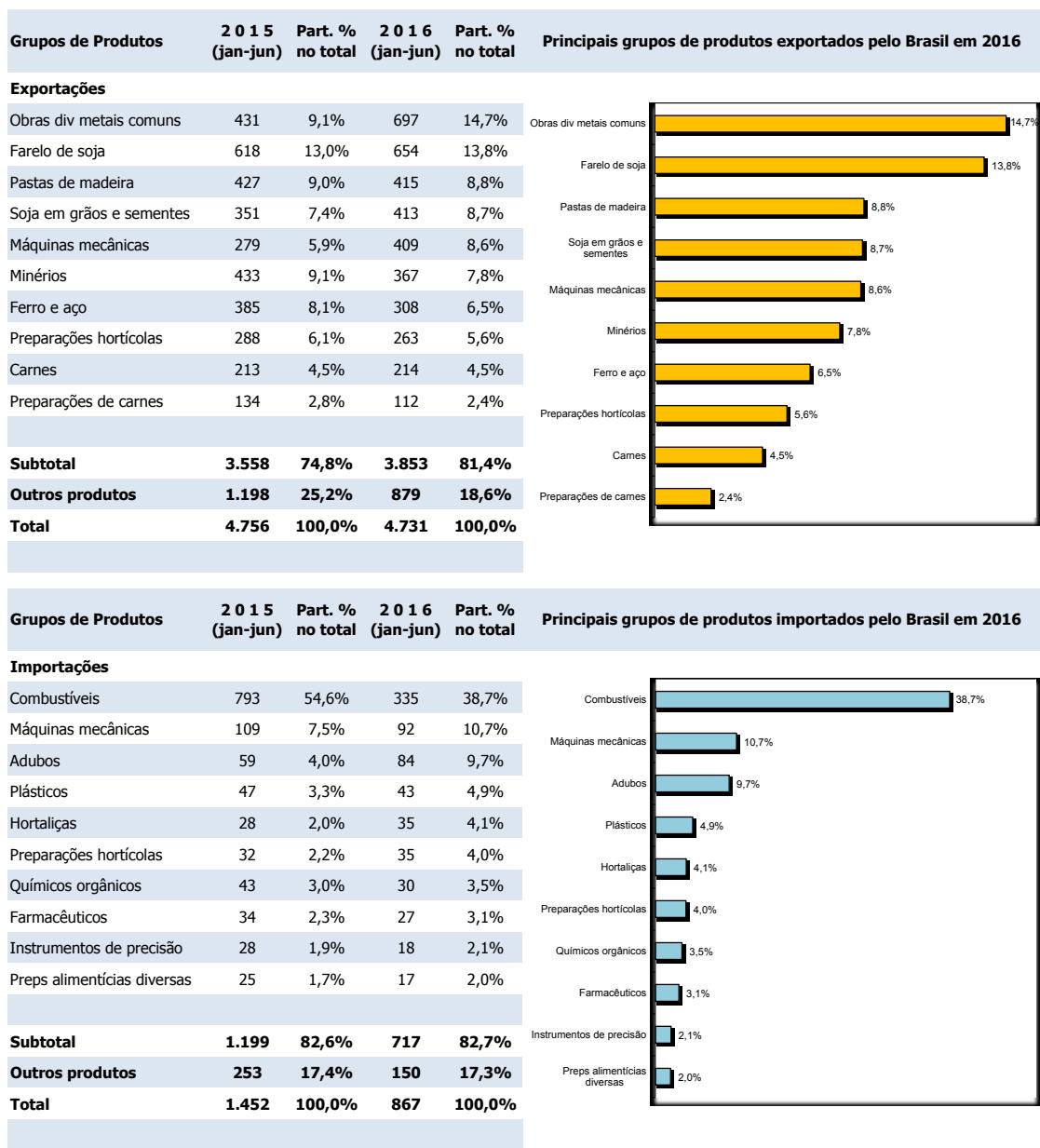
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	893	38,1%	1.723	54,4%	1.106	44,8%
Embarcações flutuantes	5,3	0,2%	0,6	0,0%	216	8,7%
Máquinas mecânicas	287	12,2%	319	10,1%	189	7,7%
Adubos	170	7,3%	143	4,5%	120	4,9%
Produtos químicos orgânicos	133	5,7%	121	3,8%	91	3,7%
Plásticos	118	5,0%	113	3,6%	88	3,6%
Produtos químicos inorgânicos	18	0,8%	17	0,5%	68	2,8%
Produtos farmacêuticos	64	2,7%	74	2,3%	59	2,4%
Preparações hortícolas	57	2,4%	70	2,2%	51,49	2,1%
Instrumentos de precisão	99	4,2%	78	2,5%	51,48	2,1%
Subtotal	1.844	78,6%	2.658	83,9%	2.040	82,6%
Outros produtos	501	21,4%	510	16,1%	429	17,4%
Total	2.345	100,0%	3.168	100,0%	2.469	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Julho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Julho de 2016.

1^a PARTE - SABATINA

2

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 93, de 2016 (nº 505, de 22 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.*

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPINO

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e deliberar a respeito por voto secreto.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata.

O indicado, DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, nasceu em 26 de fevereiro de 1954, em Recife – PE. É filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1980 e tornou-se Terceiro-Secretário. Em 1982, passou a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro

em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira Classe em 2007.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985, e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual defendeu a tese “A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira”, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, no ano de 2000.

Entre as funções que desempenhou durante sua carreira, merecem destaque: Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim (1989-1992); Assessor na Secretaria-Geral (1993-1995); Conselheiro nas Embaixadas em Paris (1995-1998) e em Pretória (1998-2001); Ministro-Conselheiro na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE (2003-2006); Diretor do Departamento do Serviço Exterior (2006-2010); Subsecretário-Geral do Serviço Exterior (2010-2013); Embaixador no Vaticano (desde 2013).

Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, a exemplo da Ordem do Mérito da Alemanha, 1º grau; Ordem do Rio Branco, Grande Oficial e Grã-Cruz; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial; e Ordem de Pio IX, do Vaticano, Grã-Cruz.

Acompanha a mensagem presidencial sumário executivo elaborado pelo MRE, contendo informações sobre o Canadá, com realce para suas relações com o Brasil.

O Canadá conta com dez províncias, organizadas sob a forma federativa de Estado. Cuida-se de monarquia constitucional parlamentarista, cuja Chefe de Estado é a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, sendo representada pelo Governador-Geral do Canadá.

O país, conhecido por suas riquezas naturais e com economia bem diversificada, ocupa a 9ª colocação no *ranking* mundial do índice de desenvolvimento humano (IDH). Seu comércio, todavia, é bastante dependente dos Estados Unidos da América (EUA), destino de mais de 70% das exportações canadenses. O Canadá integra o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês), ao lado do México e dos EUA.

Em termos de política externa, o Canadá mostra-se favorável ao multilateralismo, à paz, à democracia, aos direitos humanos e à abertura comercial. Desse modo, integra diversas organizações internacionais.

No que tange às relações bilaterais, o documento do MRE ressalta os fatores que aproximam os dois países. Ambos são democracias multiétnicas e multiculturais; contam com territórios extensos, sendo que parte deles apresenta pouca densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas; estão entre as maiores economias mundiais; contam com expressivas reservas de água doce; detêm parque produtivo e pauta de bens e serviços de exportação diversificados; caracterizam-se como grandes produtores de alimentos e energia.

O dinamismo das relações entre Brasil e Canadá reflete-se no grande número de visitas bilaterais de alto nível nos últimos anos. A agenda de cooperação abrange os campos de comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o país com maior número de estudantes brasileiros no exterior e principal destino de investimentos brasileiros no exterior, com o estoque acumulado de US\$ 15,24 bilhões em 2014.

Toronto, Montreal e Vancouver são as cidades que abrigam a maioria dos cerca de 30 mil brasileiros residentes no Canadá.

Em 2015, o Brasil foi o 13º destino das exportações canadenses e 15º fornecedor de produtos para o Canadá. As exportações brasileiras foram de US\$ 2,36 bilhões, e as importações, de US\$ 2,42 bilhões. Portanto, houve déficit de US\$ 59 milhões e corrente de comércio de US\$ 4,78 bilhões.

Entre 2000 e 2008, a pauta de exportações brasileira tinha considerável participação de manufaturados. Desde 2009, todavia, nota-se “primarização” desses itens, em especial após o crescimento das vendas de óxido de alumínio, óleos brutos de petróleo, além de produtos tradicionais como café e açúcar refinado.

Assim, os principais produtos exportados para o Canadá, em 2015, foram o óxido de alumínio (US\$ 727 milhões), açúcar (US\$ 244 milhões), ouro em bulhão ou em barras (US\$ 220 milhões), café (US\$ 139 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 99 milhões), aviões (US\$ 90 milhões), bauxita (US\$ 66 milhões) e niveladores (US\$ 45 milhões). Já os principais produtos vendidos pelo Canadá ao Brasil, no mesmo ano, foram cloreto de potássio (US\$ 845 milhões), aviões (US\$ 183 milhões), hulha (US\$ 144 milhões), papel de jornal (US\$ 89 milhões), medicamentos (US\$ 85 milhões), partes de turborreatores ou turbopropulsores (US\$ 75 milhões), helicópteros (US\$ 51 milhões), alumínio (US\$ 39 milhões) e polímeros de etileno (US\$ 37 milhões).

4

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

**RELATÓRIO DE GESTÃO EMBAIXADA DO BRASIL EM OTTAWA, CANADÁ
EMBAIXADOR PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS**

Logo após minha indicação para o cargo de embaixador do Brasil em Ottawa, tive a honra de ser sabatinado pelo Senado Federal em 19 de setembro de 2013. Aprovado, assumi o posto a 16 de dezembro do mesmo ano. Se faço aqui esse registro cronológico, não é por quaisquer razões curriculares, mas porque ajuda a explicar por que encontrei, no Canadá, um panorama substancialmente diverso daquele que esperava encontrar.

Com efeito, entre uma data e outra, a 6 de outubro de 2013, a imprensa brasileira registrou denúncias de que agências de inteligência canadenses haviam monitorado instituições brasileiras. Diante disso, assumi o posto com a dupla missão de obter do governo canadense as explicações devidas e -- quando superada essa etapa -- de ajudar a recompor um relacionamento que forçosamente se ressentiu do episódio.

(1) O PRINCÍPIO DE MINHA GESTÃO

Apresentei minhas credenciais ao Governador-Geral David Johnston pouco mais de um mês após minha chegada, a 28 de janeiro de 2014. Embora breve, procurei tratar o encontro com o governador-geral como algo mais que um trâmite protocolar. Johnston não era, afinal, uma pessoa sem incidência no desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Canadá. Acadêmico respeitado com passagens pelos órgãos de direção de três universidades canadenses, David Johnston fizera da cooperação educacional uma das ideias-força a promover, enquanto aqui ocupasse o posto de representante de Sua Majestade Elizabeth II, rainha do Reino Unido e do Canadá (entre mais de uma dezena de outras jurisdições). E com essa missão Johnston viera ao Brasil entre 23 e 28 de abril de 2012.

Quero crer que, já na apresentação de minhas credenciais, comecei a construir uma relação que se nos revelou instrumental para preservar e fortalecer a cooperação numa área estratégica para o Brasil -- e isto a despeito do momento delicado de nossas relações políticas. Em dois anos e meio à frente da embaixada, tive a satisfação de colher alguns bons frutos nessa área, enquanto o Canadá permanecia, por exemplo, como o terceiro principal destino dos bolsistas brasileiros no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras.

Naquele momento, no entanto, o fundamental era impedir que a cooperação se visse afetada, ali onde ela era relevante para o Brasil, e acredito que os dois governos trabalharam adequadamente nesse sentido. No mais, dei sequência a uma série de contatos que visavam a recompor o diálogo político

com o lado canadense, e um passo fundamental nesse sentido foi a visita que fez a Brasília, a 15 de maio de 2014, o vice-ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Peter M. Boehm (que era, naquele momento, o mais graduado e influente dos diplomatas de carreira canadenses).

(2) A RECOMPOSIÇÃO DO DIÁLOGO E DA COOPERAÇÃO BILATERAIS

Ultrapassada essa etapa, o diálogo político restabeleceu-se gradualmente, com as reuniões que mantiveram os titulares dos dois ministérios de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado e John Baird, a 24 de setembro de 2014 (à margem da 69ª AGNU, em Nova York), e Mauro Vieira e Rob Nicholson, a 9 de abril de 2015 (à margem da 7ª Cúpula das Américas, no Panamá). Entrementes, o Canadá se fizera representar por seu ministro dos Negócios Estrangeiros, ainda John Baird, por ocasião da posse da presidente da República Dilma Rousseff, a 1º de janeiro de 2015. (Aquele foi, a propósito, um gesto perfeitamente inusual para o Canadá, que não costuma fazer-se representar em cerimônias dessa natureza por autoridades de nível ministerial.) Finalmente, a então presidente Dilma Rousseff avistou-se com o recém-empossado primeiro-ministro Justin Trudeau a 15 de novembro de 2015, à margem da cúpula do G-20 realizada em Antália, na Turquia.

Restabelecido o diálogo político, as duas partes puderam retomar os foros e mecanismos de cooperação. Esta não será a ocasião para um relato exaustivo de tudo o que se fez nesses âmbitos. Registrem-se, então, apenas os principais marcos desse processo:

(i) A 12 de dezembro de 2014, realizou-se, em Brasília, a oitava reunião do Conselho Econômico e Comercial Conjunto Brasil-Canadá, sob a copresidência do subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE e do vice-ministro de Comércio Internacional canadense, e com a participação de oito agências do governo brasileiro. Esta foi a primeira reunião do mecanismo desde novembro de 2012, e a pauta de discussões envolveu a evolução do comércio e investimentos bilaterais; conjuntura econômica global; troca de impressões sobre políticas oficiais de responsabilidade corporativa; temas de cooperação aduaneira e tributária; aviação civil; harmonização tarifária; ciência, tecnologia e inovação; cooperação educacional; temas da agenda econômica multilateral (OMC, G20); e negociações comerciais em outras instâncias.

(ii) Em julho de 2015, a ministra dos Transportes canadense assinou memorando de entendimento para cooperação na área de aviação civil. O documento contempla iniciativas de colaboração em segurança e navegação aéreas, gestão de

aeroportos, serviços regionais e indústria aeroespacial. (Para entrar em vigor, o memorando carece ainda da assinatura do titular da Agência Nacional de Aviação Civil)

(iii) Em 7 e 8 de março de 2016, já sob o governo liberal de Justin Trudeau, realizou-se em Ottawa a quarta edição do Diálogo Político-Militar Brasil-Canadá. As duas delegações contaram com a participação de autoridades do ministérios de Relações Exteriores e Defesa dos dois países. O mecanismo não se reunia desde 4 de abril de 2013, e nesta edição foi possível repassar a ampla agenda de cooperação efetiva e potencial nos domínios da defesa e segurança. Foi digna de nota a troca de impressões sobre missões de paz, à luz da experiência adquirida pelo Brasil no Haiti e do desejo canadense de recuperar protagonismo nessa área e nos organismos multilaterais de modo geral.

(iv) Ainda no terreno da defesa, em minha gestão a embaixada dedicou absoluta prioridade à conclusão das negociações de um Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, que se vinham realizando desde, pelo menos, 2006. A conclusão das tratativas deu-se, finalmente, a 12 de fevereiro do ano corrente, e a minuta a ser assinada está sob análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty. O acordo prevê ampla gama de modalidades e áreas de cooperação, em especial nos seguintes domínios: (a) aquisição de produtos e serviços de defesa; (b) questões de governança e institucionais na gestão da defesa nacional; (c) ciência e tecnologia; (d) pesquisa, desenvolvimento e produção; (e) operações domésticas e internacionais; (f) assistência humanitária e defesa civil; (g) operações de manutenção da paz "sob a égide da ONU"; (h) exercícios militares conjuntos; (i) apoio logístico; (j) Direito militar e Justiça militar; (k) treinamento e instrução militares; (l) sistemas e equipamentos militares; (m) questões estratégicas regionais ou internacionais; e (n) quaisquer outras áreas relacionadas à defesa, por decisão conjunta das duas partes.

(v) Também se registraram avanços na cooperação em matéria eleitoral: entre 16 e 20 de outubro, visitou esta capital o ministro do Supremo Tribunal Federal e, à época, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Antônio Dias Toffoli, a convite do organismo canadense homólogo -- o Elections Canada -- para acompanhar as eleições canadenses de 19 de outubro. Durante sua visita, para além da programação organizada pelo Elections Canada, o ministro Dias Toffoli também se entrevistou com a presidente da Suprema Corte canadense, a srª. Beverly MacLachlin.

(3) OUTRAS AÇÕES DIPLOMÁTICAS

Fora dos mecanismos formais de cooperação entre governos, procurei sempre, na medida do possível e dos recursos destinados a este posto, incrementar a interlocução

com agentes capazes de influir positivamente no relacionamento entre as sociedades brasileira e canadense.

Destaco, muito especialmente, a minha participação em duas edições seguidas (2014 e 2015) da conferência anual da `Prospectors and Developers Association of Canada` (PDAC). O evento congrega anualmente, em Toronto, representantes de empresas e governos interessados no setor da mineração. Recordo que o setor responde por parcela significativa dos investimentos canadenses do Brasil e -- desde a aquisição da INCO pela Vale, por US\$ 17,5 bilhões, em 2006 -- dos investimentos brasileiros do Canadá. Nas duas ocasiões, proferi discursos sobre as perspectivas da economia brasileira, o quadro geral do relacionamento bilateral e sobre oportunidades de investimentos no Brasil.

4) DESENVOLVIMENTOS EM OUTROS ÂMBITOS

De resto, houve, ao longo destes dois anos e meio, desenvolvimentos outros que independem da ação do agente diplomático brasileiro, mas que me cumpre registrar pelo que têm de ilustrativo do quadro atual do relacionamento.

4.1. COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Se, por um lado, o comércio bilateral contraiu-se, de 2013 para cá, é também verdade que deixo o posto sem que haja contenciosos vigentes, como os que marcaram o relacionamento na virada do milênio. A contração registrada não decorre de causas específicas ao relacionamento bilateral: é antes um padrão que se tem observado nas relações entre o Brasil e diversas nações desenvolvidas, e que lança raízes na conjuntura econômica brasileira.

De todo modo, observo que, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras caíram de US\$ 2,70 bilhões em 2013 para US\$ 2,31 bilhões em 2014, oscilando positivamente para US\$ 2,36 bilhões em 2015. As importações caíram por três anos consecutivos: de US\$ 3,00 bilhões em 2013 para US\$ 2,71 bilhões em 2014 e US\$ 2,42 bilhões em 2015. Com esses resultados, o comércio foi deficitário para o Brasil nos três anos: US\$ 229,84 milhões em 2013, US\$ 397,71 milhões em 2014 e US\$ 58,87 milhões em 2015. (As cifras da agência canadense de estatísticas, a StatCan, divergem das brasileiras. segundo os números canadenses, o Brasil teria alcançado superávit nos três anos de minha gestão: US\$ 1,11 bilhão em 2013, US\$ 1,16 bilhão em 2014 e US\$ 1,16 bilhão em 2015.)

Recordo que esta embaixada não conta com um setor de promoção comercial. Até por isso, os Consulados-Gerais do Brasil em Montreal, Toronto e Vancouver deveriam complementar este diagnóstico com sugestões para aprofundar e diversificar as trocas bilaterais. De minha parte, observo

que o Canadá é um mercado razoavelmente aberto e que as barreiras comerciais que há são conhecidas (em especial para carnes e lácteos). No futuro, caberia realizar consultas, junto aos setores brasileiros afetados, com vistas a desenhar estratégia para a abertura desses mercados.

Em contrapartida, em matéria de investimentos, a presença brasileira no Canadá aumentou substancialmente. Isto se deu graças à aquisição da rede de `fast food` Tim Hortons (a mais popular do país) pelo fundo brasileiro 3G Capital Management (por intermédio de sua `holding` americana Burger King), em dezembro de 2014. O valor da operação foi estimado em US\$ 12,5 bilhões, e a empresa daí resultante passou a ser a terceira maior do mundo no setor, com vendas anuais estimadas em US\$ 23 bilhões.

Para além disso, capitais brasileiros mantêm presença importante em ramos como a mineração (Vale), bebidas alcoólicas (AB InBev, proprietária da cervejaria Labatt), cimento e produtos de construção (Votorantim), siderúrgica (Gerdau), automotivo (Marcopolo) e farmacêutico (Biolab). Em 2013 (últimos dados disponíveis), o estoque de investimentos brasileiros no Canadá ascendia a US\$ 17,22 bilhões (uma cifra substancialmente superior à do estoque de investimentos canadenses no Brasil: US\$ 10,39 bilhões). Com esses números, o Brasil era a sexta principal origem de investimentos no Canadá. (Dados da Statistics Canada.)

4.2. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional tem sido um dos eixos mais dinâmicos das relações bilaterais. Símbolo máximo daquele dinamismo é o fato de o Canadá ter alcançado a terceira posição entre os destinos de estudantes brasileiros na primeira fase do programa Ciência sem Fronteiras. Desde 2011, mais de sete mil estudantes foram contemplados com bolsas para frequentar instituições pós-secundárias canadenses.

A esse programa vieram somar-se variadas iniciativas conjuntas. Entre as parcerias formais estabelecidas no período, destacam-se o acordo firmado entre a Capes e o Mitacs (<http://www.mitacs.ca>), em dezembro de 2014 (que criou 450 bolsas de estágio de pós-graduação a brasileiros no Canadá); e o memorando de entendimento celebrado entre a Universities Canada e a Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), em junho de 2015.

Em paralelo à formalização de termos de colaboração, têm sido promovidas ações para adensar o fluxo de estudantes e pesquisadores entre os dois países, nos dois sentidos. O Mitacs, em 2015, acrescentou o Brasil à lista de destinos do programa `Globalink Partnerships Awards`, que oferece bolsas a mestrandos e doutorandos canadenses que desejam realizar estágios em empresas e universidades. O Consórcio CALDO

(<http://www.caldo.ca>) e o `Canadian Bureau for International Education` (CBIE, <http://www.cbie.ca>) têm estimulado a vinda de brasileiros para estudar no Canadá (o primeiro, por meio da organização das feiras de divulgação EduCanada; o segundo, com a criação da rede de ex-intercambistas brasileiros "Canada-Brazil Alumni Network" e do programa "Líderes em Educação Brasil-Canadá").

Também merece registro o fato de que o Brasil é o principal país de origem dos estudantes que vêm ao Canadá estudar idiomas (inglês ou francês). Segundo a Languages Canada, mais de 20 mil brasileiros ingressaram no país, em 2014, com o propósito específico de estudar um dos dois idiomas oficiais. Nesse contexto, há um dado que cumpre salientar: desde que aqui cheguei, todos os anos a Escola de Línguas das Forças Armadas canadenses tem ministrado cursos de língua inglesa a oficiais das Forças Armadas brasileiras, que ao regressar ao Brasil estarão capacitados a atuar como professores do idioma.

4.3. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Durante minha gestão, foram mantidos contatos regulares entre as copresidências brasileira e canadense do Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, instituído em 2011. Semestralmente, realizaram-se videoconferências que permitiram a definição de planos de ação e a organização de atividades conjuntas (dedicadas, muitas vezes, a explorar as fronteiras do conhecimento). Mencionei, como exemplo significativo de atividades com essa natureza, a realização de workshop bilateral sobre nanotecnologia à margem da feira `Nanotradeshow`, em outubro de 2015, em São Paulo.

Registro, de resto, que, em abril de 2016, o Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá assinou termos de cooperação com a Fapesp e com a Finep. Nos dois casos, os instrumentos voltam-se ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico conduzidos por pequenas empresas.

Em suma, os parágrafos precedentes servirão para ilustrar a importância dos temas educacionais e de ciência, tecnologia e inovação no universo mais amplo das relações bilaterais. Num caso como no outro, busquei fomentar entendimentos, seja facilitando contatos entre instituições brasileiras e suas homólogas canadenses, seja pelo meu envolvimento pessoal em encontros com estudantes brasileiros em Ottawa, em conferências e simpósios especializados (destaco aqueles organizados pelo CBIE, em novembro de 2014, e pelo CALDO, em junho de 2016) e em visitas a universidades locais.

(5) SUGESTÕES DE AÇÕES FUTURAS

À luz do que precede, e a título de contribuição para meu sucessor, permito-me formular as seguintes recomendações de ação.

(i) Restabelecido o diálogo político, é importante perseverar para que ele recobre o dinamismo registrado até o princípio desta década. Concretamente, é necessário que se retomem as reuniões de consultas políticas entre vice-ministros de Relações Exteriores, com vistas à posterior retomada dos encontros anuais do Diálogo de Parceria Estratégica estabelecido em 2011, no nível de chanceleres, que se reuniu em duas ocasiões.

(ii) Ao longo da última década, observou-se importante expansão dos investimentos brasileiros no Canadá, ao passo que capitais canadenses mantiveram presença importante no Brasil. Paralelamente, como se viu, um número substancial de alunos brasileiros realizou estudos no Canadá, sob diversos programas públicos ou privados, ao passo que se estabeleceram vínculos importantes entre instituições de ensino brasileiras e canadenses. Diante disso, creio que estão dadas as contribuições para que atores privados com interesses nos dois países -- investidores, acadêmicos, cientistas, diretores de instituições de ensino -- sejam ouvidos acerca do desenvolvimento futuro do relacionamento. Os dois governos deveriam idealizar foros que permitam a esses atores manifestar, de maneira orgânica, suas demandas e sugestões, à semelhança de mecanismos que existem com países como os EUA (CEO Forum) ou a Alemanha (Comissão Mista de Cooperação).

(iii) Em seu discurso de posse à frente do Ministério das Relações Exteriores, o chanceler José Serra estabeleceu como diretrizes "[acelerar] o processo de negociações comerciais" em bases bilaterais, dando especial atenção à necessidade de "ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão". Creio que, nesse esforço, o Canadá não deveria ser relegado a um segundo plano. A seu favor, hão de contar o tamanho não desprezível de seu mercado e, sobretudo, a rede de acordos comerciais que teceu ao longo das décadas (que abrangem os principais países e blocos com os quais o Brasil deseja negociar). Nesse sentido, conviria intensificar o diálogo com os atores relevantes, no governo e na sociedade canadense, com vistas a gerar interesse e a explorar possibilidades de um acordo comercial entre o Mercosul e o Canadá.

(iv) Não devemos deixar perder-se a dinâmica positiva criada pelo Ciência sem Fronteiras e pelos demais acordos entre entidades educacionais brasileiras e canadenses. Mesmo num cenário de maior escassez de recursos, seria importante preservar um fluxo mínimo de bolsistas e pesquisadores. Parece-me igualmente importante realizar um breve diagnóstico do estado atual das relações com o Canadá na área da educação e avaliar o que pode ser aproveitado e melhorado. Em meus

contatos neste âmbito, pude averiguar que a experiência de intercâmbio de tem sido, em termos gerais, muito positiva, mas que há espaço para aprimoramento e para garantir, sobretudo, que o investimento feito pelo Brasil gere os frutos desejados. Cito, unicamente a título de exemplo, a necessidade de estabelecer uma relação mais forte e permanente entre as universidades de origem e de destino de nossos estudantes, para facilitar o reconhecimento de créditos e a criação de linhas duradouras de pesquisas conjuntas.

(v) No campo da ciência, tecnologia e inovação, já dispomos de acordo, estrutura e plano de trabalho para avançar. São claras as complementariedades numa série de temas, tais como energia, biotecnologia, ciências do mar (pesquisas polares, energia maremotriz), nanotecnologia e tecnologias da informação e comunicação. Creio, portanto, que é preciso buscar dar seguimento e investir no que já foi feito, sobretudo por meio do fortalecimento daquele que é o foro-chave para articulação de iniciativas bilaterais na área: o Comitê Conjunto para Cooperação em C,T&I. De imediato, seria necessário redobrar esforços para que, mesmo no atual contexto de restrições orçamentárias, se possa realizar em breve a terceira reunião do Comitê.

(vi) Como se viu, busquei dedicar atenção especial aos temas de defesa, por vislumbrar aí um potencial de cooperação ainda não explorado (inclusive diante de semelhanças importantes entre os dois países nesse domínio, como a necessidade de defender vastíssimas regiões remotas -- a Amazônia e o Ártico -- que encerram enormes riquezas em recursos naturais). Além do Diálogo Político-Militar a que me referi, esse potencial de cooperação foi identificado nas visitas que fizeram ao Canadá o então chefe do departamento-geral de Pessoal do Exército Brasileiro (e hoje chefe do Gabinete de Segurança Institucional), general Sergio Westphalen Etchegoyen, a 22 de setembro de 2014, e o comandante do Exército Brasileiro, general Eduardo Villas-Bôas, entre 29 de maio e 4 de junho de 2016. Também esteve no Brasil, com propósitos semelhantes, o comandante do Exército Canadense, tenente-general Marquis Hainse, entre 25 e 27 de março de 2015. Creio que, para explorar plenamente o potencial existente nessa área, seria de todo conveniente que esta Embaixada pudesse contar com uma Adidância residente de Defesa. Proposta nesse sentido encontra-se sob análise do ministério da Defesa já há alguns anos. Acredito que é chegado o momento de implementá-la.

(vii) Para o desenvolvimento futuro das relações entre o Brasil e o Canadá, será de crucial importância buscar um trânsito de pessoas tão livre quanto possível entre os dois países. Nesse sentido, seria desejável manter ativo o Grupo de Trabalho Bilateral sobre Mobilidade, que deveria ter-se

reunido no segundo semestre de 2015, no Canadá. Esse foro poderá ajudar a acelerar, por exemplo, a extensão aos nacionais brasileiros das autorizações eletrônicas de viagem (ETA). O ETA, na essência, é uma autorização de viagens de emissão fácil e rápida, pela Internet, e deverá aplicar-se aos brasileiros que, no passado, já tenham obtido vistos canadenses, ou que disponham de visto válido para viajar aos EUA. No momento, o benefício só se aplica a nacionais de países para os quais já existe regime de isenção de vistos. Segundo as autoridades canadenses, o atraso na entrada em vigor do ETA para o Brasil resulta de problemas técnicos. A expectativa é que ocorra até o final de 2016. Caso essa facilidade em termos de vistos se confirme, o Brasil precisará refletir sobre a possibilidade de adotarmos alguma medida de reciprocidade, tendente a facilitar o ingresso de canadenses em território brasileiro.

(viii) Ao longo de minha gestão, os diplomatas lotados neste posto e eu buscamos manter diálogo tão fluido como frequente com os três consulados-gerais existentes no Canadá (Montreal, Toronto e Vancouver), além da missão junto à OACI. Num país das dimensões do Canadá, isto é imprescindível para a coerência da ação diplomática -- sobretudo se levarmos em conta a particularidade de a capital nem de longe rivalizar com o dinamismo de outras regiões, como aquelas onde estão sediados os três consulados. Numa situação ideal de abundância de recursos, deveria ser possível ao embaixador do Brasil viajar mais pelo país para intensificar contatos com atores relevantes para o fortalecimento de nossas relações materiais. Infelizmente, a simples leitura dos relatórios de gestão de meus antecessores mostra que esse é problema antigo e recorrente. Diante disso, eu me permitiria recomendar que se intensifique o exercício de coordenação e troca de informações entre os postos no Canadá, inclusive com a criação de um diálogo mais estruturado a respeito dos diversos temas de interesse comum. Paralelamente, é imprescindível que se continue a buscar o financiamento adequado às necessidades de trabalho do posto, que forçosamente incluem o deslocamento do chefe do posto às províncias canadenses.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 93, DE 2016

(nº 505/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 505

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Os méritos do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2016.

EM nº 00316/2016 MRE

Brasília, 13 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 591 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

CPF.: 223255064-87

ID.: 7749 MRE

1954 Filho de Carlos Alberto de Souza Pinto e Hilda Fontes Pinto, nasce em 26 de fevereiro, em Recife/ PE

Dados Acadêmicos:

1977 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

1985 CAD-IRBr

1999 CAE - IRBR, A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE: Uma visão brasileira

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1982 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2007 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-80 CPCD - IRBr

1980-82 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente

1982-83 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Assistente

1983-86 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1986-89 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário

1989-91 Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado

1991-93 Departamento de Administração, Coordenador-Executivo, Substituto

1993-95 Secretaria-Geral, Assessor

1995-98 Embaixada em Paris, Conselheiro

1998-01 Embaixada em Pretória, Conselheiro

2001-03 Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral

2003-06 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro

2006 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral

2006-10 Departamento do Serviço Exterior, Diretor

2010-13 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

2013 Embaixada no Vaticano

Condecorações:

1986 Ordem do Mérito, Alemanha, 1º grau

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2009 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2011 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial

2011 Medalha do Pacificador, Brasil

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

2016 Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

Publicações:

2000 A OCDE: Uma visão brasileira, in Coleção de Altos Estudos, FUNAG, Brasília

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CANADÁ**



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O CANADÁ	
NOME OFICIAL:	Canadá
CAPITAL:	Ottawa
ÁREA:	9.984.670 km ²
POPULAÇÃO:	35,67 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), 59%; francês (oficial), 23%; outros, 18%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (42,6%), protestantes (23,3%), outros grupos cristãos (4,4%), muçulmanos (1,9%), outras (11,8%), ateus (16%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Constitucional Parlamentarista/Estado Federal
PODER LEGISLATIVO:	Poder Legislativo Bicameral, composto pelo Senado (104 membros escolhidos pelo Primeiro-Ministro) e a Câmara dos Comuns (308 membros eleitos por voto direto).
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, David Johnston (desde 01/10/2010).
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Justin Pierre James Trudeau (desde 04/11/2015)
CHANCELER:	Stéphane Dion (desde novembro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 1,873 trilhão (Brasil: US\$ 2,356 trilhões)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 1,647 trilhão (Brasil: US\$ 3,172 trilhões)
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 52.287 (Brasil: US\$ 11.527)
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 45.981 (Brasil: US\$15.518)
VARIAÇÃO DO PIB	1,79 (2014); 1,8% (2013); 1,8% (2012); 2,6% (2011); 3,2% (2010); -2,8% (2009); 1,1% (2008); 2,1% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,913 (9º no ranking; Brasil 0,755/75º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	81 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	6,9% (Statistics Canada)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar canadense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Riccardo Savone
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 30 mil brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CANADÁ (fonte: MICS)									
Brasil→Canadá	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.486	1.483	1.730	2.966	4.070	3.314	6.685	5.703	4.784
Exportações	513	556	979	1.947	2.361	1.712	3.129	2.701	2.363
Importações	973	927	750	1.019	1.708	1.601	3.556	3.001	2.421
Saldo	-460	-370	229	928	653	110	-426	-299	-59

Informação elaborada por Cláudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016. Revisada por Cláudia de Angelo Barbosa em 22/06/2016.

APRESENTAÇÃO

Segundo maior país em extensão territorial (9.984.670 km²) e 36º país em população no mundo (35,67 milhões em 2014), o Canadá localiza-se na América do Norte. É banhado por três oceanos: ao norte, pelo Oceano Ártico, a oeste pelo Oceano Pacífico e a leste pelo Oceano Atlântico. Sua fronteira ao sul e ao noroeste (Alasca) com os Estados Unidos da América é a mais longa fronteira terrestre do mundo.

Habitado originalmente por populações aborígenes, o Canadá, desde fins do século XV, foi sendo explorado por expedições britânicas, portuguesas e francesas que foram estabelecendo colônias ao longo da costa do Atlântico.

Com a derrota na Guerra dos Sete Anos, em 1763, a França cedeu ao Império Britânico suas colônias na América do Norte (Nova França e Acádia). Em 1867, as províncias do Canadá (hoje compreendendo Ontário e Quebec), New Brunswick (antiga Acádia) e New Scotia juntaram-se para formar uma federação politicamente independente do Reino Unido. Nesse mesmo ano, em 1º de julho de 1867, foi adotado o "Ato da América do Norte", que estabeleceu o "Domínio do Canadá".

Pouco a pouco, outras províncias e territórios foram gradualmente se juntando à Confederação Canadense: Manitoba e Northwest Territories, em 1870; British Columbia, em 1871; Prince Edward Island, em 1873; Yukon Territories, em 1898; Saskatchewan e Alberta, em 1905; Newfoundland and Labrador, em 1949; e Nunavut, em 1999.

Apesar da autonomia política, as relações exteriores do Canadá continuavam sendo controladas pelo Reino Unido, ao abrigo da "Lei da Confederação". Com base nessa legislação, o Canadá participou da Primeira Guerra Mundial, ao lado das tropas britânicas. Essa situação levou, em 1917, à revolta da população francófona do Quebec contra o serviço militar obrigatório.

A resistência da população quebequense aprofundou, ainda mais, a autonomia canadense. Em 1919, o Canadá entrou na Liga das Nações independentemente do Reino Unido. Em 11 de dezembro de 1931, o Estatuto de Westminster formalizou a independência do Canadá. Em 1965, foi adotada a atual bandeira canadense.

Em 1969, o Canadá oficialmente reconheceu-se como bilíngue (inglês e francês). O inglês é a língua materna de 59,7% da população canadense, enquanto 23,2% têm o francês como primeira língua.

O bilinguismo foi uma maneira encontrada para tentar refrear intenções separatistas na província do Quebec. Apesar disso, a história do Canadá é, de tempos em tempos, pontuada pelo separatismo francófono do movimento Front de Libération du Québec (FLQ). Em 1980, foi convocado referendo sobre o *status* do Québec, que, no entanto, decidiu pela permanência da província na federação. Em 1990, tentativas de emendas constitucionais a favor da separação da província tampouco prosperaram. Num segundo referendo, em 1995, a soberania do Québec foi rejeitada por uma estreita margem: 50,6% contra 49,4%.

O tema foi objeto de decisão dos Poderes Judiciário e Legislativo. Em 1997, a Corte Suprema finalmente decidiu que a secessão unilateral de uma província seria considerada inconstitucional. No mesmo ano, o Parlamento aprovou o *Clarity Act*, estabelecendo os termos de uma saída negociada da Confederação canadense.

Atualmente o Canadá é uma federação composta por dez províncias – Ontario, Quebec, Nova Scotia, New Brunswick, Manitoba, British Columbia, Prince Edward Island, Newfoundland and Labrador, Saskatchewan e Alberta – e três territórios – Yukon, Northwest Territories e Nunavut. Nessa monarquia parlamentarista constitucional, a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, é a Chefe de Estado, representada pelo Governador-Geral do Canadá, enquanto o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

O Canadá é um país com alto grau de desenvolvimento humano (9º no *ranking* mundial de IDH). Rico em recursos naturais, o país tem uma economia diversificada, embora seu comércio seja muito dependente dos Estados Unidos, país que absorve mais de 70% das exportações canadenses. Desde 1994, Canadá, EUA e México são parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês).

PERFIS BIOGRÁFICOS

DAVID JOHNSTON GOVERNADOR-GERAL DO CANADÁ



Nascido em Sudbury, Ontário, em 1941, David Johnston é anglicano, casado, e tem cinco filhas. Formou-se em Harvard (“Bachelor of Arts”), em 1963, e obteve graduação e pós-graduação em direito nas Universidades de Cambridge (1965) e de Queen’s (1966).

Tem extensa carreira acadêmica, com especialização em direito corporativo, regulação, políticas públicas e direito da tecnologia da informação. Foi professor das universidades de Queen’s e de Toronto até 1974, quando se tornou reitor da Escola de Direito da Universidade de Western Ontario. Em 1979, assumiu como Diretor (“Principal”) da Universidade de McGill, exercendo o cargo até 1994. Em 1999 tornou-se Presidente da Universidade de Waterloo, cargo que ocupou até outubro de 2010. Durante seu mandato, Johnston contou com o apoio do governo e do setor privado para modernizar a Universidade de Waterloo, o que contribuiu para transformar a região de Waterloo no principal polo de alta tecnologia do Canadá. Também atuou em diversas funções públicas, principalmente em nível provincial, tanto em governos liberais quanto conservadores, e integrou o Conselho de Administração de diversas empresas.

Em 1º de outubro de 2010, Johnston foi indicado pelo então Primeiro-Ministro, o conservador Stephen Harper, para a função de Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II, na qualidade de Chefe de Estado do Canadá.

JUSTIN TRUDEAU PRIMEIRO-MINISTRO DO CANADÁ



Justin Pierre Trudeau nasceu em Ottawa, em 25 de dezembro de 1971. É filho do ex-Primeiro-Ministro Pierre Elliott Trudeau (1968-1979; 1980-1984) e nasceu enquanto seu pai exercia a Chefia do Governo canadense. Graduou-se em literatura inglesa pela Universidade McGill, de Montreal, e em pedagogia pela Universidade da Colúmbia Britânica. Entre fins da década de noventa e princípios deste século, atuou como professor em escolas primárias e secundárias na área metropolitana de Vancouver, na costa do Pacífico.

Sua militância política é relativamente recente: Trudeau ganhou notoriedade ao discursar no velório do pai, em 2000, mas evitou envolver-se com a política até o fim de uma longa sequência de Governos liberais, em 2006. Com o Partido Liberal na oposição a Harper, Trudeau elegeu-se deputado pelo distrito urbano de Montreal, em 2007, e vem-se reelegendo desde então. Após a *débâcle* eleitoral de 2011 (quando o Partido Liberal foi reduzido à condição de terceira bancada na Câmara dos Comuns), Trudeau postulou-se para a liderança do partido e conquistou-a em 14 de abril de 2013, com uma plataforma centrada na ideia da renovação e na denúncia das práticas que macularam o histórico dos liberais na década anterior (notadamente casos de corrupção no Québec).

Ao longo da campanha de 2015, sustentou que a diversidade étnica e o multiculturalismo seriam o maior trunfo do país. Com a vitória do Partido Liberal, Justin Trudeau assumiu as funções de Primeiro-Ministro do Canadá em 4 de novembro de 2015.

É casado desde 2005 com Sophie Grégoire Trudeau, formada em comunicação pela Universidade de Montreal e ex-apresentadora de televisão. Teve com ela três filhos: Xavier James, Ella-Grace e Hadrien.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. São sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (7ª e 11ª) e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação. Brasil e Canadá possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades por contarem com vastas parcelas de seus territórios com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

As relações entre o Brasil e o Canadá são marcadas pelo diálogo político e por uma ampla agenda de cooperação em comércio e investimentos; infraestrutura; energia; meio ambiente; educação; ciência, tecnologia e inovação; defesa; e segurança. O Canadá é o principal destino de investimentos brasileiros no exterior, abrigando o estoque acumulado de US\$ 15,24 bilhões em 2014, e é o país que mais abriga estudantes brasileiros no exterior.

O dinamismo do relacionamento Brasil e Canadá tem sido refletido em grande número de visitas bilaterais de alto nível ocorridas nos últimos anos, com destaque para as visitas ao Brasil do então Primeiro-Ministro Stephen Harper, em agosto de 2011, e do Governador-Geral David Johnston, em abril de 2012, que ajudaram a aprofundar as relações bilaterais.

Nessas ocasiões, o Brasil e o Canadá criaram o Fórum de Altos Executivos e o Diálogo de Parceria Estratégica entre Ministros de Relações Exteriores. Adicionalmente, estabeleceram o Diálogo Estratégico de Energia; o Diálogo de Cooperação Espacial; e o Comitê Conjunto para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasil e Canadá concordaram, ainda, em levar adiante a colaboração em política agrícola e o Diálogo Político-Militar.

A posse do liberal Justin Trudeau como Primeiro-Ministro do Canadá, em 4/11/2015, deu continuidade ao processo de intensificação do diálogo e da cooperação, tendo em vista a existência de convergências entre Brasília e Ottawa em diversos domínios (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente, política indigenista e, possivelmente, no tratamento aos refugiados). Destaca-se, ainda, na diplomacia canadense, a prioridade conferida pelo Governo de Justin Trudeau ao tema da mudança do clima, a começar pela escolha de um especialista no tema para a Pasta de Relações Exteriores: o Chanceler Stéphane Dion.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Canadá é estimada em cerca de 30 mil pessoas, com predomínio de brasileiros com nível superior completo. As principais cidades onde tal comunidade se encontra são, pela ordem: Toronto, Montreal e Vancouver.

Além da Embaixada em Ottawa, há no Canadá mais quatro postos de representação diplomática do Brasil: os Consulados-Gerais em Toronto, Montreal e Vancouver e a Delegação Brasileira junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), também em Montreal.

Além desses postos, o Brasil conta com Consulados Honorários na seguintes cidades: Halifax, Calgary, Edmonton e Saskatoon.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há créditos do Canadá sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

Em 1º de outubro de 2010, David Johnston tornou-se Governador-Geral do Canadá, substituindo a jornalista Michaëlle Jean, de origem haitiana. Por sua vez, desde 4 de novembro de 2015, Justin Trudeau, do Partido Liberal, é o Primeiro-Ministro, encerrando nove anos do Governo conservador de Stephen Harper (2006-2015).

O Parlamento do Canadá (em inglês *Parliament of Canada*; em francês *Parlement du Canada*) constitui o Poder Legislativo do governo do Canadá, sediado na *Parliament Hill*, na capital do país, Ottawa, província de Ontário. De acordo com o Ato da América do Norte Britânica de 1867, como o Canadá é uma monarquia democrática, o Parlamento é composto pelo monarca do Reino Unido, o Senado e a Casa dos Comuns.

Como representante do monarca, o Governador-Geral aprova os 105 membros do Senado, os quais são indicados pelo Primeiro-Ministro do Canadá. Os 308 membros da Câmara dos Comuns são eleitos diretamente pela população do país, cada membro representando um dos 308 distritos eleitorais em que o país está dividido.

A Câmara dos Comuns, ou Câmara Inferior, é o ramo dominante do Parlamento do Canadá. Já o Senado, ou Câmara Superior, raramente se opõe à Câmara dos Comuns. As tarefas do monarca e do Governador General são puramente ceremoniais e simbólicas. O Primeiro-Ministro e o Gabinete precisam ter o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Comuns para permanecer nos cargos, mas não da confiança do Senado ou do monarca. O Senado tem por função rever a legislação, enquanto a monarquia fornece a aprovação real às leis.

POLÍTICA EXTERNA

A despeito da constante alternância de poder entre os dois principais partidos do Canadá (Partido Liberal e Partido Conservador), as características democráticas, multiétnicas e multiculturais do Canadá contribuíram para consolidar uma tradição diplomática do país, conducente à abertura ao mundo e à busca de consenso na agenda global.

Em termos políticos, identifica-se um traço constante da diplomacia canadense em prol do multilateralismo, em favor da paz, da democracia e dos direitos humanos. Em termos concretos, o Canadá costuma ser ativo nos foros multilaterais de direitos humanos, de meio ambiente (mudança do clima e desenvolvimento sustentável), paz e segurança, bem como em assuntos humanitários, com expressiva contribuição do governo canadense em iniciativas de ajuda ao desenvolvimento.

O país é membro dos principais agrupamentos e organismos internacionais. Destacam-se, entre outros, o G7 e o G20 das maiores economias do mundo; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização

dos Estados Americanos (OEA); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD); Conselho Ártico; Commonwealth de Nações; Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BID); Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Tribunal Internacional de Justiça; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Organização Internacional do Trabalho; Organização Mundial de Saúde; Grupo de Supridores Nucleares; Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ); Clube de Paris; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial de Aduanas; União Postal Universal; Organização Meteorológica Mundial; Comitê Zangger (controle de exportação de bens e tecnologias nucleares); além de ser observador em várias organizações regionais.

Outra tradição canadense é a política externa voltada para a abertura comercial. O país é parte de 11 acordos de livre comércio (ALCs) em vigor – entre os quais o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), com os EUA e México (desde 1994) e ALCs com o Chile, Peru, Israel, e Coreia do Sul, entre outros. Concluiu recentemente as negociações de três ALCs – o Acordo Econômico e Comercial Global Canadá–União Europeia (CETA); a Parceria Transpacífica (TPP) com quatro países do Pacífico americano (EUA, México, Chile e Peru) e sete países do Pacífico asiático (Austrália, Brunei, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã); e o ALC com a Ucrânia. O Canadá negocia atualmente cerca de sete ALCs (com a Índia, Japão, Cingapura, Caricom, entre outros) e conduz negociação para modernizar o ALC já existente com a Costa Rica. O MERCOSUL e o Canadá mantêm diálogo exploratório sobre a possibilidade de negociação de ALC.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ECONOMIA DO CANADÁ

No primeiro trimestre de 2016, a economia canadense deu os primeiros sinais de que não sucumbirá à queda de preços do petróleo e de outras *commodities*. Embora a economia venha lutando com baixas taxas de crescimento, parece, por ora, afastada a hipótese de uma recessão. O setor de energia, que corresponde a cerca de 13% do PIB, ainda sofre com a queda de 70% no valor do barril de petróleo de meados de 2014 ao início de 2016. Por outro lado, as exportações de manufaturas e serviços parecem recuperar-se, estimuladas pela desvalorização da moeda nacional, que perdeu 25% de seu valor frente ao dólar dos EUA no mesmo período.

Em seu último relatório trimestral (janeiro-março de 2016), o Banco Central do Canadá elevou, de 1,4% para 1,7%, a estimativa de crescimento para 2016. O Banco estima que o crescimento anualizado no primeiro trimestre tenha alcançado 2,8%, considerado “inesperadamente forte”. O otimismo reflete uma série de fatores recentes que permitem avaliação mais positiva do panorama econômico a curto e médio prazo, tais como o estímulo fiscal lançado pelo governo federal em seu primeiro orçamento, apresentado ao Parlamento em 22 de março, com previsão de déficit de CAN\$ 29,4 bilhões (US\$ 21,6 bilhões) para o ano fiscal de 2016-2017.

Mencionem-se ainda: (i) o crescimento do PIB de 0,6% em janeiro (taxa anualizada) considerado acima do esperado; (ii) a reversão, em março, da tendência de

aumento do desemprego, com queda no índice de 7,3%, registrado no mês anterior (o mais alto em três anos), para 7,1% (houve saldo positivo, no primeiro trimestre, de 33 mil novos postos de trabalho); e (iii) o aumento de 4,8% nas exportações do primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Há, por outro lado, razões para cautela. Um dos indicadores preocupantes é a valorização, nos últimos três meses, da moeda nacional em 15% frente ao dólar norte-americano – fenômeno, por sinal, causado pela recuperação do preço do barril de petróleo (salto de US\$ 30 a US\$ 40). Também a perspectiva de crescimento econômico lento nos Estados Unidos, na China e na Europa pode contribuir para frear as exportações canadenses.

Por esses motivos, o Banco Central decidiu, em reunião de abril, manter em 0,5% a taxa básica de juros, mesmo patamar desde julho de 2015.

Em fevereiro de 2016, a inflação caiu a 1,4% ao ano, após ter alcançado 2% em janeiro – a mais alta desde novembro de 2014. A taxa anual de 2% é, entretanto, precisamente o alvo do Banco Central (BC) para controle do índice de preços. O BC prevê que a economia canadense não alcançará o pleno emprego antes do segundo semestre de 2017, o que afasta, por ora, pressões inflacionárias e dá ao BC espaço de manobra para manter a política de juros baixos, estimulando o consumo e o investimento, e evitando valorização mais acelerada da moeda canadense.

COMÉRCIO EXTERIOR DO CANADÁ

Em 2015, o intercâmbio comercial do Canadá com o mundo foi de US\$ 826 bilhões, o que representa queda de 11,8% em relação às trocas comerciais de 2014. O Canadá exportou US\$ 407 bilhões e importou US\$ 419 bilhões (quedas, respectivamente, de 14% e 9,6% dos valores de 2014), o que resultou num déficit comercial de US\$ 12 bilhões.

Em 2015, os principais destinos das exportações canadenses foram, pela ordem: EUA (76,7%), China (3,9%), Reino Unido (3,1%), Japão (1,9%) e México (1,3%), tendo o Brasil ocupado a 13^a posição.

Quanto às importações canadenses em 2015, as principais origens foram os EUA (53,2%), China (12,2%), México (5,8%), Alemanha (3,2%), Japão (2,8%), Reino Unido (1,7%), e Coreia do Sul (1,5%), tendo o Brasil ocupado a 15^a posição dos principais fornecedores de produtos para o Canadá.

A excessiva dependência comercial dos EUA, acentuada pela entrada em vigência do NAFTA, em 1994, tem levado o governo canadense a buscar uma maior diversificação de parceiros comerciais, mediante a negociação de novos acordos de livre comércio.

COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ

Segundo o MICS, em 2015, as exportações brasileiras foram de US\$ 2,36 bilhões, e as importações, de US\$ 2,42 bilhões, o que perfaz um déficit de US\$ 59 milhões e uma corrente de comércio de US\$ 4,78 bilhões.

A pauta de exportações brasileira chegou a ter participação bastante razoável de produtos manufaturados, sobretudo entre 2000 e 2008: eram frequentes as vendas de automóveis e autopeças, calçados, motores a diesel, além de aviões (que continuam a ter participação importante nas vendas brasileiras). A partir de 2009, observa-se uma progressiva "primarização" nas exportações brasileiras, sobretudo com o crescimento nas vendas de óxido de alumínio e óleos brutos de petróleo, além de produtos mais tradicionais como café e açúcar

não refinado. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos exportados pelo Brasil foram o óxido de alumínio (US\$ 727 milhões), açúcar (US\$ 244 milhões), ouro em bulhão ou em barras (US\$ 220 milhões), café (US\$ 139 milhões), óleos brutos de petróleo (US\$ 99 milhões), aviões (US\$ 90 milhões), bauxita (US\$ 66 milhões) e niveladores (US\$ 45 milhões).

A pauta de exportações canadenses é mais equilibrada no que tange à participação de produtos primários, semielaborados e manufaturados. São importantes as vendas de produtos como cloreto de potássio, carvão, papel para a impressão de jornal, trigo e etileno-glicol. O mercado brasileiro também importa do Canadá produtos como turbo-reactores de empuxo, turbo-propulsores, aviões, barcos e partes de máquinas de sondagem. Em 2015, segundo dados do MICS, os principais produtos vendidos pelo Canadá ao Brasil foram cloreto de potássio (US\$ 845 milhões), aviões (US\$ 183 milhões), hulha (US\$ 144 milhões), papel de jornal (US\$ 89 milhões), medicamentos (US\$ 85 milhões), partes de turborreactores ou turbopropulsores (US\$ 75 milhões), helicópteros (US\$ 51 milhões), alumínio (US\$ 39 milhões) e polímeros de etileno (US\$ 37 milhões).

INVESTIMENTOS BILATERAIS

Segundo dados disponíveis da Agência de Estatísticas do Canadá (*Statistics Canada*), o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) originários do Canadá no Brasil manteve-se estável em 2014, na comparação com 2013. Tendo acumulado, em 2014, o fluxo de CAN\$ 10,3 bilhões (US\$ 7,9 bilhões, em valores atualizados), o Brasil figurou na 12^a posição entre os principais destinos de IEDs oriundos do Canadá, abaixo dos seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (350,0), Barbados (71,2), Reino Unido (68,8), Ilhas Cayman (36,6), Luxemburgo (31,1), Austrália (26,4), Chile (18,3), Bermuda (17,8), Países Baixos (17,5), Irlanda (15,3) e México (13,0).

No que diz respeito ao estoque de IEDs brasileiros no Canadá, o valor atingiu CAN\$ 19,9 bilhões em 2014 (US\$ 15,24 bilhões, em valores atualizados), com incremento de 8,7% em relação ao ano anterior. O montante eleva o Brasil à 7^a posição entre as principais origens de IED recebido pelo Canadá, após os seguintes países (valores em bilhões de dólares canadenses): EUA (361,4), Países-Baixos (69,2), Luxemburgo (53,6), Reino Unido (48,3), Suíça (27,7) e China (25,1).

Destacam-se no Canadá as operações das empresas: VALE, Votorantim, Gerdau, InBev, JBS, Grupo 3G Capital Management, Marco Polo, Biolab Farmacêutica, e Stefanini. No Brasil, estão presentes empresas canadenses como a Bombardier (transportes ferroviários), Brookfield (vários ramos, sobretudo imobiliário), Blackberry Limited (telecomunicações) e várias mineradoras (Kinross Gold, IAMGold e outras).

Em dezembro de 2014, o Governo federal canadense aprovou a aquisição da rede de "fast food" Tim Hortons (a maior do Canadá; verdadeiro ícone corporativo do país) pela empresa americana Burger King (controlada pelo fundo brasileiro 3G Capital Management), por US\$ 12,5 bilhões. A firma daí resultante passou a ser a terceira maior do setor no mundo, com vendas anuais estimadas em US\$ 23 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CANADÁ

ANO	Eventos
1812	Invasão pelos Estados Unidos; guerra termina com vitória britânica
1867	Criada a Confederação do Canadá; política externa permanece sob controle britânico
1896	Descoberta de ouro
1902	Canadá participa da II Guerra dos Boers, na África do Sul, ao lado dos ingleses
1914	I Guerra Mundial: apoio aos britânicos estimula nacionalismo no Quebec francês
1920	Primeiras descobertas de petróleo na região Norte do país
1929	Crise econômica provoca restrições à imigração de origem asiática
1931	Estatuto de Westminster estabelece soberania do Canadá sobre suas relações externas
1942	II Guerra Mundial; forças canadenses participam do desembarque na Normandia
1949	Canadá é membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
1954	Levantadas barreiras à imigração chinesa e ampliado o acesso de imigrantes ao país
1956	Na crise de Suez, Canadá apoia esforços de paz e criação dos “boinas azuis” da ONU
1964	Suprimidas leis que restringiam a imigração baseada em critérios étnicos
1969	Francês torna-se língua oficial no país, ao lado do inglês
1970	Atentados terroristas praticados pelo <i>Front de Libération du Quebec</i>
1974	Aumenta a pesquisa e a produção de petróleo e gás
1975	Após reunião de Rambouillet, forma-se o G7, com participação do Canadá
1980	Maioria do Quebec rejeita a independência da província em plebiscito
1982	Suprimidos direitos remanescentes do Reino Unido pelo “Canada Act”
1982	Constituição reconhece três grupos indígenas: “first nation”, inuit (esquimós) e métis.
1987	Tentativa de maior autonomia para províncias; conflitos em reservas indígenas
1987	Criada Área de Livre Comércio com os EUA
1989	Ingresso na Organização dos Estados Americanos (OEA)
1994	Entra em vigor o NAFTA, área de livre comércio da América do Norte
1995	Plebiscito decide manter, por estreita margem, o Quebec parte do Canadá
2001	Canadá envia tropas ao Afeganistão
2002	Canadá envia tropas ao Iraque
2006	Eleições dão vitória ao Partido Conservador (reeleição em 2008)
2007	Elevação dos preços do petróleo valoriza “areias betuminosas” da região

	de Alberta
2011	Canadá participa da coalizão da OTAN na Líbia
2011	Nova vitória do Partido Conservador nas eleições, desta vez com maioria parlamentar.
2012	Canadá rompe relações diplomáticas com o Irã

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1866	Abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil
1876	Visita (não oficial) do Imperador Dom Pedro II ao Canadá
1896	No dia 15 de setembro, o navio Moravia partiu do porto de Montreal com destino a Santos, levando a bordo quase 500 moradores daquela cidade, recrutados como imigrantes pelo estado de São Paulo.
1941	O Brasil abre missão diplomática em Ottawa. O primeiro Embaixador do Brasil no Canadá foi João Alberto Lins de Barros.
1944	Abertura da Embaixada do Canadá no Brasil. Jean Désy foi o primeiro Embaixador do Canadá no Brasil.
1996	Contencioso Brasil-Canadá (Embraer-Bombardier) na Organização Mundial do Comércio (OMC)
1998	Visita do Primeiro-Ministro canadense Jean Chrétien ao Brasil
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Canadá
2004	Visita do Primeiro-Ministro canadense Paul Martin ao Brasil
2011	Visita do Primeiro-Ministro canadense Stephen Harper ao Brasil
2012	Visita do Governador-Geral do Canadá, David Johnston, ao Brasil

ACORDOS BILATERAIS

EM VIGOR

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Tratado de Comércio	17/10/1941	17/04/1943	15/05/1943
Convênio Cultural	24/05/1944	24/05/1944	05/07/1944
Acordo de Radioamadorismo	01/02/1972	01/02/1972	25/02/1972
Acordo de Cooperação Técnica	02/04/1975	06/01/1976	28/01/1976
Ajuste sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Econômica Comercial	28/06/1976	28/06/1976	16/08/1976
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Renda	04/07/1984	23/12/1985	27/01/1986
Ajuste Complementar ao Acordo	04/09/1984	04/09/1984	21/02/1985

de Cooperação Técnica de 02/04/75, que dispõe sobre Cooperação Técnica em Comunicações e Programas Especiais			
Ajuste Complementar sobre um Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Inspetores Federais de Carne e de Classificadores de Carcaças no Brasil	23/05/1985	23/05/1985	18/07/1985
Ajuste Complementar que Dispõe sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos e nas Técnicas de Pesquisas na Área de Plantio Direto, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02 de abril de 1975	28/05/1985	28/05/1985	01/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros no Estabelecimento e na Operação de um Sistema Computadorizado de Dados de Solos para o Estado de São Paulo	30/05/1985	30/05/1985	15/07/1985
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos de Pesquisa Zootécnica Relacionada com o Gado de Leite	30/05/1985	30/05/1985	09/07/1985
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Área Médica em Tratamento de Câncer	23/04/1986	23/04/1986	06/05/1986
Acordo sobre Transporte Aéreo	15/05/1986	26/07/1990	09/03/1990
Ajuste Complementar sobre Projeto de Cooperação Técnica	22/10/1986	22/10/1986	20/11/1986

para o Aperfeiçoamento de Auditores Fiscais Brasileiros por Meio de Sistemas Computadorizados			
Ajuste Complementar sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Produção de Batatas Sementes	05/11/1986	05/11/1986	28/11/1986
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, sobre um Projeto de Cooperação Técnica para a realização Conjunta de Pesquisa e Treinamento na Área de Carnes Mecanicamente Desossadas	16/12/1986	16/12/1986	22/01/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo a Projeto para aprimorar os Processos de Tomada de Decisões nas Áreas de Política, Economia e Administração Mineral no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Relativo ao Desenvolvimento da Mineração de Ouro em Pequena Escala no Brasil	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, relativo a Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento do Setor de Mineração no Estado da Bahia	25/11/1987	25/11/1987	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 02/04/75, Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para prover Treinamento e Consultoria nas Áreas de Mobiliário e Madeira	25/07/1988	25/07/1988	16/12/1988
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991

para contribuir para Melhoria da Eficiência e da Produtividade das Indústrias de Processamento de Alimentos da Região Nordeste do Brasil			
Ajuste Complementar Relativo a Projeto de Cooperação Técnica para contribuir para o Atendimento das Necessidades das Instituições Brasileiras que se dedicam à Melhoria da Produtividade dos Setores Público e Privado, principalmente na Região Nordeste do Brasil.	21/12/1990	21/12/1990	21/01/1991
Tratado sobre Transferência de Presos	15/07/1992	16/05/1998	15/04/1998
Acordo de Co-Produção Audiovisual	27/01/1995	05/01/1999	02/03/1999
Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal	27/01/1995	01/11/2008	23/01/2009
Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/05/1995	22/04/1997	27/05/1998
Ajuste Complementar Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, para a Implementação de Projetos nos Domínios Circunscritos pelas Políticas de Cooperação Técnica dos Dois Países	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Administrativo Relativo ao Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	22/04/1997	22/04/1997	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá para Implementar o Projeto ``Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações ``	23/05/2006	23/05/2006	02/06/2006
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do	17/11/2008		28/10/2010

Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação			
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá	08/08/2011	01/08/2014	25/07/2014
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec	26/10/2011	01/10/2016	15/06/2016

EM TRAMITAÇÃO

TÍTULO	DATA ASSINATURA	INSTÂNCIA
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo	08/08/2011	Casa Civil

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Tabela I – Principais Indicadores Socioeconômicos do Canadá

Principais indicadores socioeconômicos do Canadá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,22%	2,47%	1,18%	1,45%	1,91%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,84	1,78	1,55	1,46	1,53
PIB nominal "per capita" (US\$)	52.345	50.252	43.332	40.409	41.921
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,53	1,60	1,63	1,67	1,73
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.679	44.990	45.553	46.199	47.307
População (milhões de habitantes)	35,10	35,50	35,83	36,19	36,51
Desemprego (%)	7,10%	6,93%	6,89%	7,26%	7,43%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,96%	1,92%	1,30%	1,40%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,15%	-2,28%	-3,31%	-3,54%	-2,98%
Câmbio (C\$ / US\$) ⁽²⁾	1,06	1,16	1,38	1,30	1,20

Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	1,6%
Indústria	28,4%
Serviços	70,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(1) Estimativas FMI e EU.

(2) Média de fim de período.

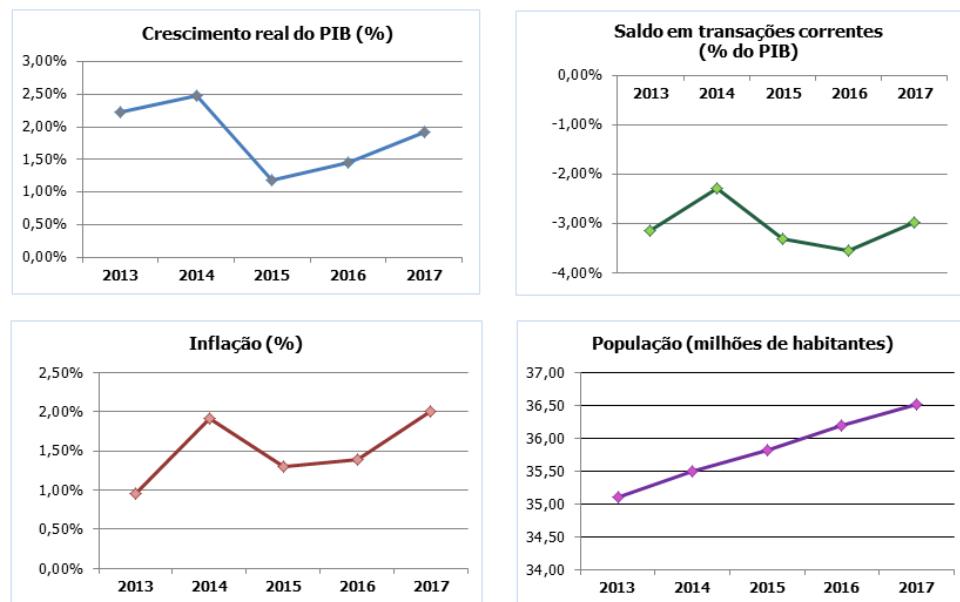


Tabela II – Evolução do Comércio Global do Canadá

Evolução do comércio exterior do Canadá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	388	7,7%	350	0,0%	738	3,9%	38
2007	420	8,2%	381	8,7%	801	8,4%	39
2008	456	8,5%	409	7,4%	864	8,0%	47
2009	315	-30,8%	321	-21,4%	636	-26,4%	-6
2010	387	22,7%	392	22,1%	779	22,4%	-6
2011	450	16,5%	451	14,9%	901	15,7%	0
2012	454	0,8%	462	2,6%	916	1,7%	-8
2013	457	0,6%	462	-0,1%	918	0,2%	-5
2014	474	3,7%	463	0,3%	937	2,0%	11
2015	407	-14,0%	419	-9,6%	826	-11,8%	-12
Var. % 2006-2015	4,9%	--	19,6%	--	11,9%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

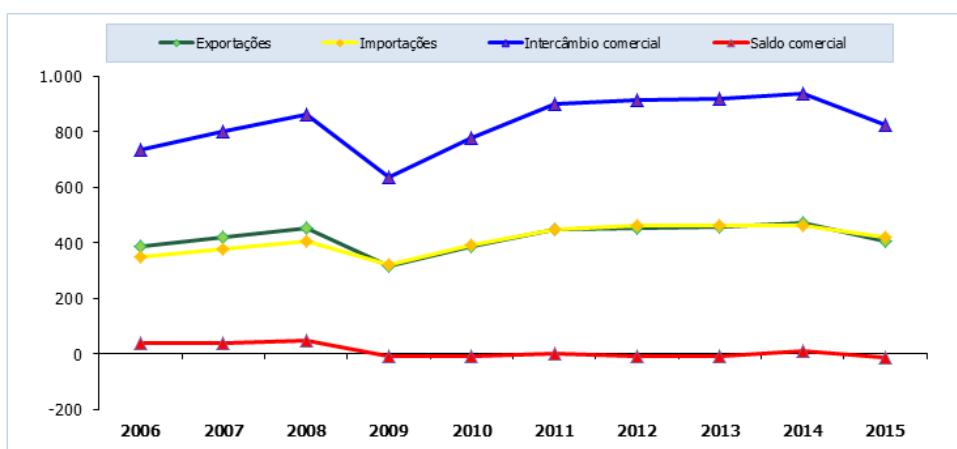


Tabela III – Direção das Exportações do Canadá para o Mundo

Direção das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	312,1	76,7%
China	15,8	3,9%
Reino Unido	12,5	3,1%
Japão	7,6	1,9%
México	5,1	1,3%
Índia	3,3	0,8%
Coreia do Sul	3,2	0,8%
Hong Kong	3,1	0,8%
Alemanha	2,8	0,7%
Países Baixos	2,8	0,7%
...		
Brasil (13ª posição)	1,8	0,4%
Subtotal	370,0	90,9%
Outros países	37,1	9,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

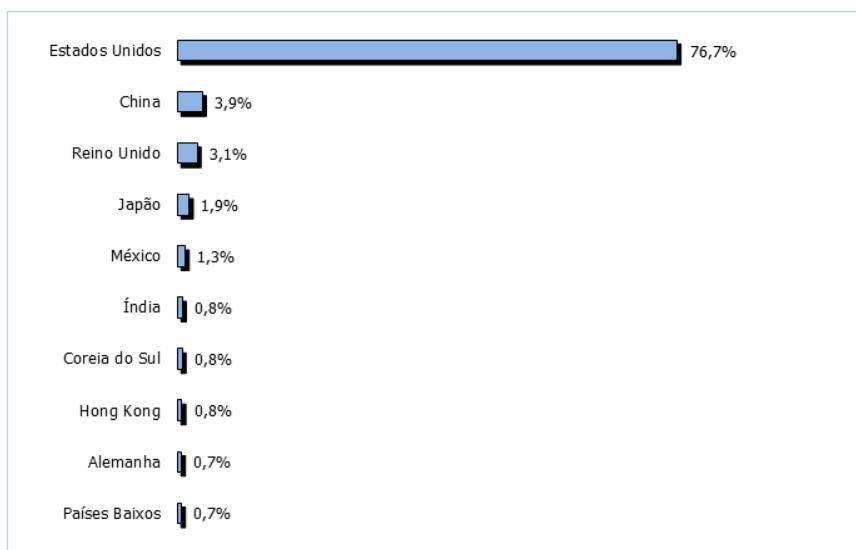


Tabela IV – Origem das Importações do Mundo para o Canadá

Origem das importações do Canadá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	223,0	53,2%
China	51,3	12,2%
México	24,4	5,8%
Alemanha	13,6	3,2%
Japão	11,6	2,8%
Reino Unido	7,2	1,7%
Coreia do Sul	6,2	1,5%
Itália	5,8	1,4%
França	5,3	1,3%
Taiwan	4,3	1,0%
...		
Brasil (15ª posição)	2,9	0,7%
Subtotal	355,6	84,9%
Outros países	63,2	15,1%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

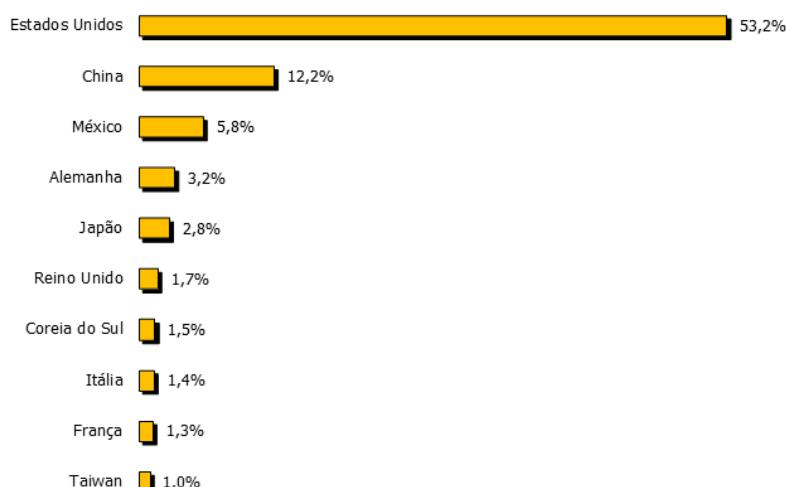


Tabela V – Composição das Exportações do Canadá para o Mundo

Composição das exportações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	77,5	19,0%
Automóveis	60,1	14,8%
Máquinas mecânicas	31,0	7,6%
Ouro e pedras preciosas	17,9	4,4%
Máquinas elétricas	13,2	3,2%
Plásticos	12,5	3,1%
Aviões	12,3	3,0%
Madeira	11,8	2,9%
Alumínio	8,2	2,0%
Papel	7,7	1,9%
Subtotal	252,2	61,9%
Outros	154,9	38,1%
Total	407,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

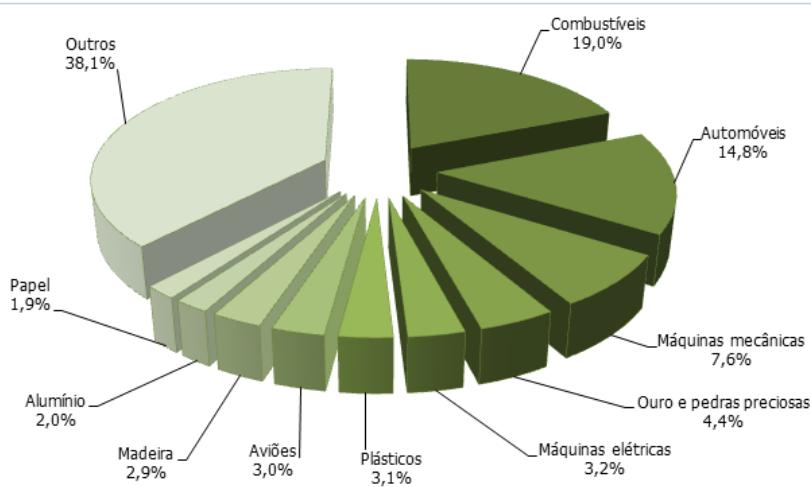


Tabela VI – Composição das Importações Globais do Canadá

Composição das importações do Canadá
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	66,8	16,0%
Máquinas mecânicas	63,2	15,1%
Máquinas elétricas	41,3	9,9%
Combustíveis	29,7	7,1%
Plásticos	15,0	3,6%
Instrumentos de precisão	12,2	2,9%
Farmacêuticos	11,4	2,7%
Ouro e pedras preciosas	10,9	2,6%
Obras de ferro ou aço	9,8	2,3%
Aviões	8,8	2,1%
Subtotal	269,0	64,2%
Outros	149,8	35,8%
Total	418,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos importados

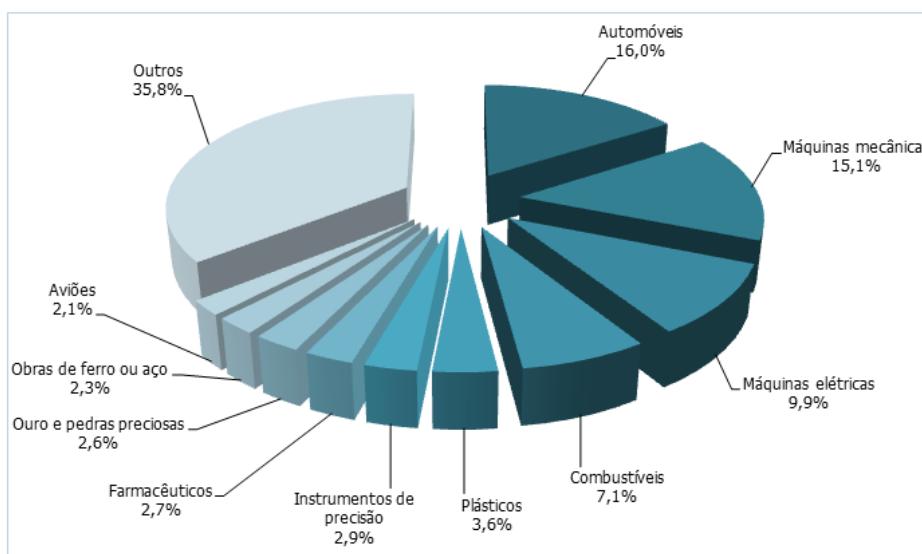


Tabela VII – Evolução do Intercâmbio Brasil-Canadá

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Canadá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	2.281	17,1%	1,66%	1.194	17,2%	1,31%	3.475	17,1%	1,52%	1.087
2007	2.362	3,6%	1,47%	1.708	43,1%	1,42%	4.070	17,1%	1,45%	653
2008	1.866	-21,0%	0,94%	3.210	87,9%	1,86%	5.077	24,7%	1,52%	-1.344
2009	1.712	-8,3%	1,12%	1.602	-50,1%	1,25%	3.314	-34,7%	1,18%	110
2010	2.321	35,6%	1,15%	2.714	69,4%	1,49%	5.035	51,9%	1,31%	-393
2011	3.130	34,8%	1,22%	3.556	31,0%	1,57%	6.686	32,8%	1,39%	-427
2012	3.080	-1,6%	1,27%	3.074	-13,6%	1,38%	6.154	-8,0%	1,32%	6
2013	2.702	-12,3%	1,12%	3.002	-2,3%	1,25%	5.703	-7,3%	1,18%	-300
2014	2.316	-14,3%	1,03%	2.713	-9,6%	1,18%	5.029	-11,8%	1,11%	-398
2015	2.363	2,0%	1,24%	2.421	-10,8%	1,41%	4.784	-4,9%	1,32%	-59
2016 (jan-abr)	669	-10,7%	1,20%	636	-17,9%	1,49%	1.306	-14,4%	0,36%	33
Var. % 2006-2015	3,6%	--		102,8%	--		37,7%	--		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

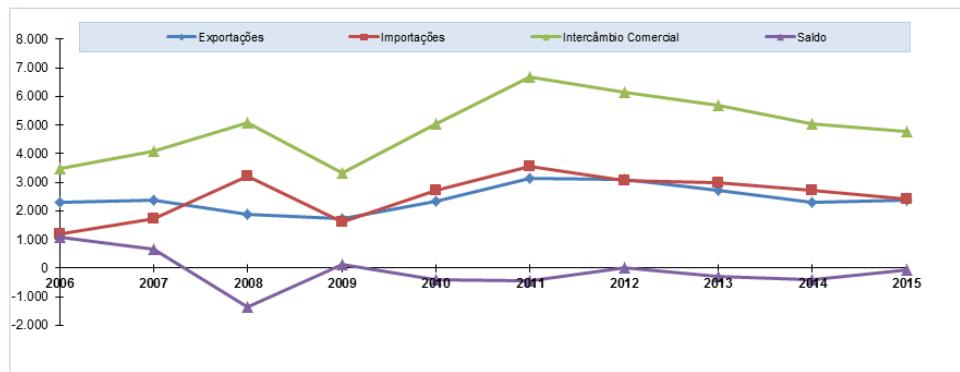


Tabela VIII – Participação do Brasil no Comércio Global do Canadá

**Part. % do Brasil no comércio do Canadá
US\$ milhões**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para o Canadá (X1)	3.130	3.080	2.702	2.316	2.363	-24,5%
Importações totais do Canadá (M1)	450.580	462.366	461.764	463.029	418.801	-7,1%
Part. % (X1 / M1)	0,69%	0,67%	0,59%	0,50%	0,56%	-18,8%
Importações do Brasil originárias do Canadá (M2)	3.556	3.074	3.002	2.713	2.421	-31,9%
Exportações totais do Canadá (X2)	450.430	454.099	456.605	473.557	407.140	-9,6%
Part. % (M2 / X2)	0,79%	0,68%	0,66%	0,57%	0,59%	-24,7%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Canadá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

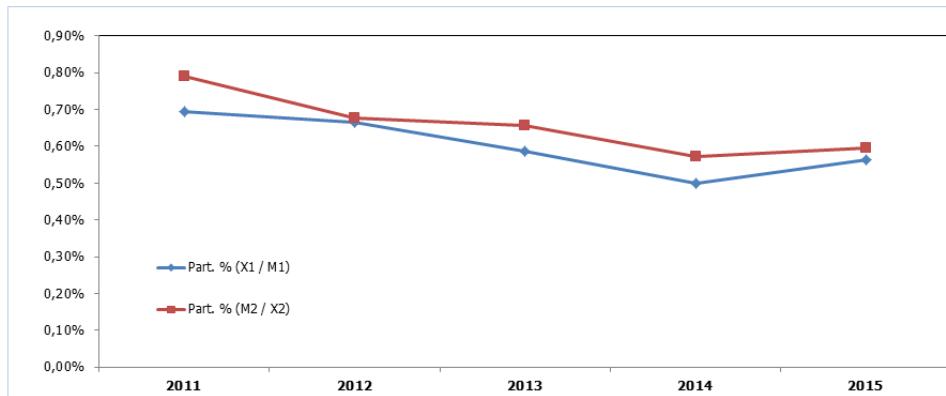


Tabela IX – Exportações e Importações Brasil-Canadá por Fator Agregado

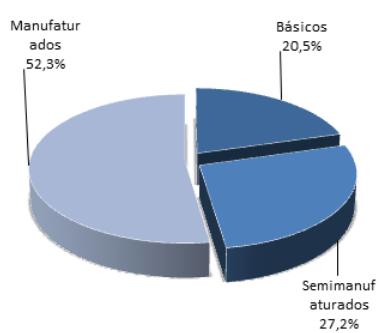
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

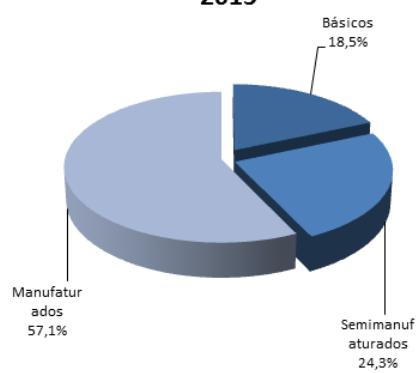
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

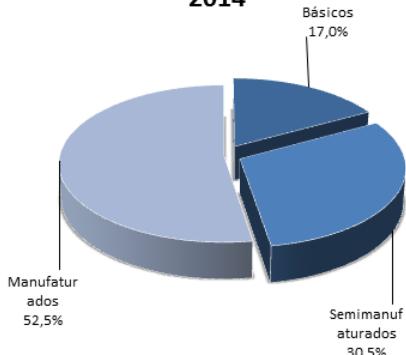


2015

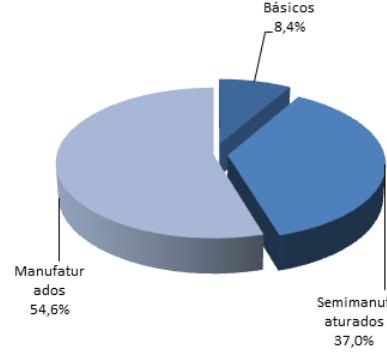


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

Tabela X – Composição das Exportações do Brasil para o Canadá

Composição das exportações brasileiras para o Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013	2014	2015			
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos inorgânicos	576	21,3%	640	27,6%	738	31,2%
Açúcar	432	16,0%	343	14,8%	255	10,8%
Ouro e pedras preciosas	199	7,4%	198	8,6%	225	9,5%
Café	88	3,3%	141	6,1%	140	5,9%
Máquinas mecânicas	160	5,9%	151	6,5%	130	5,5%
Ferro e aço	67	2,5%	103	4,4%	127	5,4%
Combustíveis	580	21,5%	147	6,3%	113	4,8%
Aviões	14	0,5%	5	0,2%	104	4,4%
Minérios	86	3,2%	97	4,2%	79	3,3%
Máquinas elétricas	79	2,9%	62	2,7%	46	1,9%
Subtotal	2.281	84,4%	1.887	81,5%	1.957	82,8%
Outros produtos	421	15,6%	429	18,5%	406	17,2%
Total	2.702	100,0%	2.316	100,0%	2.363	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

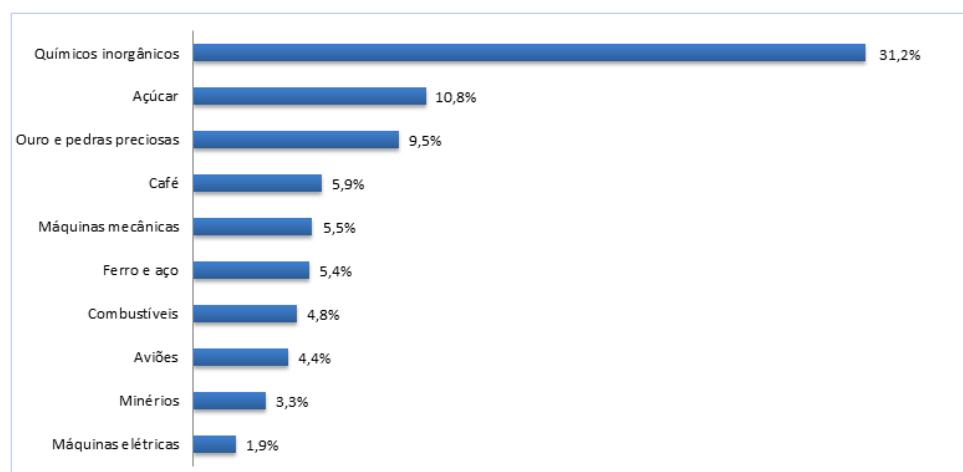


Tabela XI – Composição das Importações do Canadá para o Brasil

Composição das importações brasileiras originárias do Canadá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	1.039	34,6%	772	28,5%	850	35,1%
Máquinas mecânicas	412	13,7%	327	12,1%	304	12,6%
Aviões	117	3,9%	221	8,1%	260	10,7%
Farmacêuticos	44	1,5%	76	2,8%	148	6,1%
Combustíveis	284	9,5%	289	10,7%	147	6,1%
Máquinas elétricas	129	4,3%	87	3,2%	100	4,1%
Papel	170	5,7%	161	5,9%	98	4,0%
Plásticos	119	4,0%	107	3,9%	93	3,8%
Instrumentos de precisão	70	2,3%	58	2,1%	53	2,2%
Automóveis	133	4,4%	104	3,8%	51	2,1%
Subtotal	2.517	83,9%	2.202	81,2%	2.104	86,9%
Outros produtos	485	16,1%	511	18,8%	317	13,1%
Total	3.002	100,0%	2.713	100,0%	2.421	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

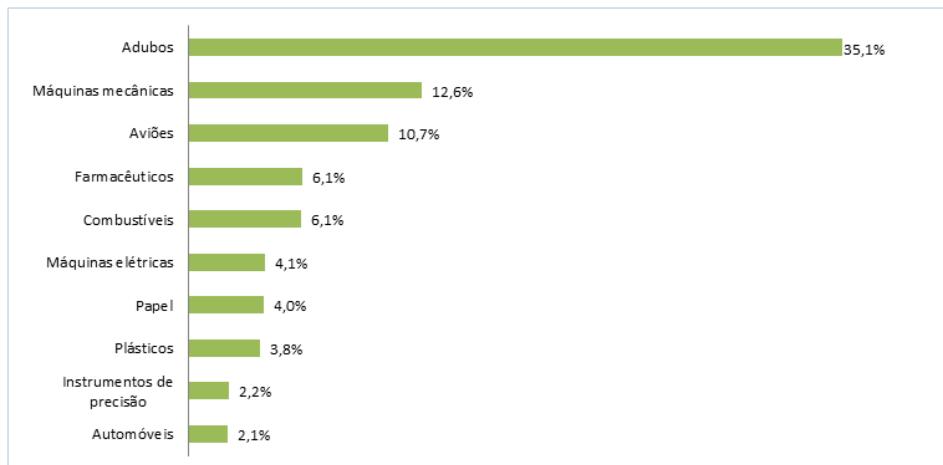


Tabela XII – Composição do Intercâmbio Brasil-Canadá (dados parciais - 2016)

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Químicos inorgânicos	264	35,2%	213	31,8%	Químicos inorgânicos 31,8%
Ouro e pedras preciosas	63	8,4%	138	20,6%	Ouro e pedras preciosas 20,6%
Máquinas mecânicas	60	8,0%	44	6,6%	Máquinas mecânicas 6,6%
Açúcar	45	6,0%	41	6,1%	Açúcar 6,1%
Café	43	5,7%	37	5,5%	Café 5,5%
Minérios	18	2,4%	21	3,1%	Minérios 3,1%
Máquinas elétricas	17	2,3%	20	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Ferro e aço	41	5,5%	17	2,5%	Ferro e aço 2,5%
Químicos orgânicos	10	1,3%	11	1,6%	Químicos orgânicos 1,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	13	1,7%	11	1,6%	Obras de pedra, gesso, cimento 1,6%
Subtotal	574	76,6%	553	82,6%	
Outros produtos	175	23,4%	116	17,4%	
Total	749	100,0%	669	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Adubos	166	21,4%	197	31,0%	Adubos 31,0%
Farmacêuticos	31	4,0%	177	27,8%	Farmacêuticos 27,8%
Máquinas mecânicas	115	14,8%	86	13,5%	Máquinas mecânicas 13,5%
Combustíveis	79	10,2%	23	3,6%	Combustíveis 3,6%
Papel	38	4,9%	21	3,3%	Papel 3,3%
Plásticos	35	4,5%	19	3,0%	Plásticos 3,0%
Máquinas elétricas	30	3,9%	19	3,0%	Máquinas elétricas 3,0%
Instrumentos de precisão	21	2,7%	13	2,0%	Instrumentos de precisão 2,0%
Aviões	135	17,4%	11	1,7%	Aviões 1,7%
Hortaliças	2	0,3%	6	0,9%	Hortaliças 0,9%
Subtotal	652	84,1%	572	89,9%	
Outros produtos	123	15,9%	64	10,1%	
Total	775	100,0%	636	100,0%	

1^a PARTE - SABATINA

3

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem nº
97, de 2016 (Mensagem nº 534, de 2016, na
origem), do Senhor Presidente da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição Federal, e com o art. 39,
combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29
de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO
CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de
Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira
de Diplomata do Ministério das Relações
Exteriores, para exercer o cargo de
Representante Permanente do Brasil junto à
Organização das Nações Unidas para a
Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo
Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
(FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos
(PMA).*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do indicado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido em Madri, na Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946), filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, o indicado concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1973; e o Curso de Altos Estudos em 1990, mediante defesa da tese com o título: “A retirada norte-americana da UNESCO no contexto dos principais aspectos da crise da organização”.

Nomeado Terceiro Secretário em 1974, o diplomata foi promovido, por merecimento, a Segundo Secretário em 1978; a Primeiro Secretário em 1980; a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1991; a Ministro de Primeira Classe em 1999. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2013.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Cônsul-Geral no Consulado Geral em São Francisco (1989/91); Cônsul-Geral no Consulado Geral em Montevidéu (1991/93); Chefe do Escritório Financeiro em Nova York (1993/97); Embaixador em São José (1997/2000); Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso (2000/03); Embaixador em Caracas (2003/08); Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO (2008/10); Embaixador em Montevidéu (2010/15); e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2015-atual).

Foi, ainda, agraciado com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras.

Além do histórico de vida relatado, consta do processado documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos sobre a tríade de organizações das Nações Unidas, com base em Roma, vocacionadas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural (FAO, FIDA e PMA). Essas organizações são objeto de acompanhamento da Representação Permanente do Brasil em Roma.

O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz, em separado, informações pormenorizadas sobre as referidas organizações. Não entraremos, neste relatório, em minúcias sobre cada uma dessas agências, uma vez que, no documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty, e disponível a Suas Excelências, esse detalhamento é feito.

Cabem, entretanto, rápidas observações sobre a principal delas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Essa organização foi fundada em 16 de outubro de 1945. Concorreu para sua consolidação o grande brasileiro Josué de Castro – médico, nutrólogo, geógrafo e político pernambucano –, que exerceu a presidência do Conselho Executivo da FAO (1952/1956).

Cuida-se da primeira agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, a FAO tem por missão ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial. Em conjunto com o PMA, criado em 1963, e o FIDA, de 1977, a FAO é referência internacional nos temas sob seus cuidados.

Integrada por 194 Estados, a União Europeia e 2 Estados Associados (Ilhas Faroe e Tokelau), tem como Diretor-Geral, no momento presente, o brasileiro José Graziano da Silva. O Dr. Graziano exerce seu segundo mandato (2015/19), para o qual foi reeleito com superlativo apoio dos membros da organização (177 votos de 182 possíveis).

O orçamento total da FAO previsto para 2016/17 é de US\$ 2,6 bilhões [39% (contribuições estatutárias, pagas pelos Estados membros) e 61% (contribuições voluntárias dos membros ou de outros parceiros)]. O Brasil é o décimo contribuinte.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão
Embaixadora Maria Laura da Rocha
Representação Permanente do Brasil junto à FAO, FIDA e PMA

Relato as principais questões com que me deparei durante os dois anos e quatro meses em que estive à frente da Representação do Brasil junto à FAO, encarregada também dos demais organismos das Nações Unidas para a alimentação e agricultura com sede em Roma. Nos termos das instruções recebidas, detalho ações realizadas e principais desafios encontrados, e dou sugestões ao próximo chefe do posto.

2. SOBRE A FAO

3. Ao promover a maior produtividade agrícola - nos setores agropecuário, pesqueiro e florestal -, a FAO busca aumentar a disponibilidade e qualidade dos alimentos para erradicar a fome e a desnutrição, a fim de garantir a segurança alimentar mundial. A FAO teve mandato renovado pela revisão de seus Objetivos Estratégicos: OE 1 - Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; OE 2 - Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável; OE 3 - Reduzir a pobreza rural; OE 4 - Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e OE 5 - Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes. Sob esse novo marco, a FAO tem buscado conciliar os propósitos que motivaram sua criação, em 1945, com os novos desafios da atualidade. Entre estes, destacam-se a necessidade de assegurar a sustentabilidade ambiental da cadeia produtiva e de respaldar o desenvolvimento econômico e social em bases duradouras. O Brasil, como potência agrícola e ambiental, possui evidente interesse em todos os debates em curso no âmbito da Organização.

4. A FAO é integrada por corpo técnico capacitado para produzir estatísticas, estudos e projetos, tanto de aplicação global quanto regional e local, nas mais diversas áreas do conhecimento agrícola. A Organização está estruturada em comitês e comissões de natureza temática (Agricultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base, Pesca, Florestas, Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura) e administrativa (Programa, Finanças, Questões Jurídicas), que, por sua vez, amparam as deliberações de seu Conselho e da Conferência bienal - sua instância decisória máxima.

5. Além disso, a FAO abriga, integralmente ou em colaboração com outras agências da ONU, outros instrumentos relevantes para o Brasil, como a Comissão do Codex Alimentarius (em

conjunto com a Organização Mundial da Saúde - OMS), responsável pela elaboração de normas de comércio internacional sobre sanidade dos alimentos e transparência de informação; a Convenção Internacional de Proteção Vegetal (CIPV) e seu órgão executivo, a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF), responsável pela elaboração de normas internacionais de proteção contra a disseminação de pragas; e o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), que visa promover a conservação e acesso facilitado aos recursos genéticos vegetais, bem como a repartição de benefícios derivados de seu uso. Há ainda diversas iniciativas e parcerias, cobrindo diferentes aspectos relacionados à atividade agrícola e temas relevantes para o Brasil, como bioenergia, solos, recursos hídricos e mudança do clima, nas suas interfaces com a agricultura.

6. A Organização possui cinco escritórios regionais e nove sub-regionais, além de escritórios de ligação e representações nacionais (em 143 países). Esses postos avançados ajudam a identificar, planejar e implementar as ações prioritárias da FAO nos diferentes níveis. Além disso, apoiam tecnicamente os países no desenvolvimento de políticas, programas e projetos voltados ao combate à fome e à desnutrição, ao desenvolvimento rural e agrícola, e ao uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

7. Sob a gestão do brasileiro José Graziano da Silva, eleito Diretor Geral em 2011 e reeleito em 2015, a FAO elevou sua meta de reduzir a fome no mundo para a de eliminar mundialmente a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição. A fim de alcançar este objetivo, as atividades da FAO foram reestruturadas de maneira transversal e inclusiva, conectando ações de emergência e de desenvolvimento, fortalecendo as parcerias dentro e fora do sistema das Nações Unidas, com governos, organizações internacionais, regionais e atores não estatais (Marco Estratégico Revisado 2010-2019). No que toca ao Programa de Trabalho e Orçamento de 2016-17, em particular, os Estados Membros acordaram atribuir maior ênfase aos temas de nutrição e mudança do clima, áreas que têm sido acompanhadas com especial atenção e interesse pelo Brasil.

8. O orçamento total da Organização previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% (pouco mais de US\$ 1 bilhão) proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente - uma parte em dólares

americanos e a outra, em euros - e correspondem à metade do valor devido no biênio.

9. O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência - do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes - em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo - contribuem com cerca de 8% do total.

10. Com a orientação de seus Membros, a FAO tem buscado afirmar-se como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As grandes áreas prioritárias são as de promoção da segurança alimentar e nutrição, uso eficiente dos recursos naturais e apoio ao desenvolvimento rural sustentável, com foco nos agricultores familiares (posse da terra e acesso a mercados). Em mudança do clima, a FAO tem exercido papel proeminente nas ações de resiliência e adaptação, mas há interesse, por parte de diversos Membros, de que suas atividades contemplem, cada vez mais e de forma integrada, os aspectos de mitigação, consoante as potencialidades e necessidades locais. Em seguimento ao Acordo de Paris, a FAO vem advogando maior atenção à agricultura nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

11. Cresce na FAO a preferência por abordagens de integração das paisagens, como as que trabalham lavoura, pecuária e florestas conjuntamente, visando alcançar resultados mais efetivos em termos de sustentabilidade. Outra tendência é a valorização do fator cultural nos sistemas de produção agrícola e seus componentes relacionados a serviços ecossistêmicos, biodiversidade e conhecimento tradicional. Ainda entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da FAO estão as medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, desenvolvimento e uso de biotecnologia (sobretudo entre pequenos produtores) e conhecimento e difusão da agroecologia. A esse respeito, destaco a criação, em 2014, do Grupo de Países Amigos da Agroecologia, arranjo informal integrado por Brasil, China, França, Japão, Suíça, Senegal, Hungria, Venezuela e Costa do Marfim, permanecendo aberto a novas adesões.

12. No campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos 25 anos, realizou, com outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e 2014; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009.

13. Muito devido aos esforços da FAO e de seu Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) – que em 2009 foi reformado para comportar atores não estatais e outras agências da ONU –, o tema da nutrição ganhou evidência, como por exemplo com a Declaração de Roma adotada na ICN-2 e seu Plano de Ação (2014) e a proclamação da Década de Ação em Nutrição (2016-2025) pela Assembleia Geral das Nações Unidas em abril de 2016. A definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas tanto específicas (ODS 2) como de impacto indireto sobre a segurança alimentar e nutrição também demonstra a priorização do tema nas Nações Unidas.

14. A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas relacionados com seu mandato e programa de trabalho. Entre elas estão, por exemplo, a Aliança Mundial pelos Solos (GSP), integrada por todos os Membros da FAO e de grande atividade na promoção do manejo sustentável dos solos; e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP), co-presidida por Itália e Brasil, que tem por principal produto um conjunto de indicadores de sustentabilidade, a que os países devem aplicar a seus sistemas produtivos de bioenergia. O Brasil também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos (SAVE FOOD), que reúne 250 associados; e da Iniciativa Global de Crescimento Azul, voltada aos países insulares em desenvolvimento. Na FAO, também cresce em relevância o Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global, com financiamento alemão e parceiros na China, Índia, Japão, México e Turquia, entre outros.

15. Criada em dezembro de 2014 na FAO, a Aliança Global pela Agricultura Climaticamente Inteligente avança rapidamente, reunindo já 150 associados, entre governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. O Brasil, representado por REBRASFAO, tem acompanhado as reuniões como Observador. Outra iniciativa acompanhada nessa condição é o

Mecanismo Floresta e Agricultura (FFF), que guarda grande convergência com as políticas nacionais nessa área e mereceria maior engajamento brasileiro.

16. Dadas as restrições orçamentárias enfrentadas nos últimos anos, a FAO tem sido constantemente instada a fazer mais com menos recursos. Nesse contexto, cresce a ênfase na cooperação Sul-Sul e no processo de descentralização da Organização, visando tornar suas ações mais efetivas no terreno.

SOBRE REBRASFAO

17. A Representação do Brasil junto à FAO, sediada no Palácio Pamphilii, juntamente com a Embaixada em Roma, conta atualmente com sete diplomatas (comigo incluída) e dois oficiais de chancelaria. Embora tenha suas atribuições reconhecidas "de facto", com autonomia de gestão, as funções de REBRASFAO permanecem juridicamente vinculadas à referida Embaixada, desde que a Representação foi extinta em 1990, juntamente com outras Missões Diplomáticas, por força da Lei 8.028 de 12/04 (Art. 27, "c"- 4). A referida Lei encerrou o interregno de dois anos e cinco meses em que a Representação existiu formalmente, desde que foi criada pelo Decreto 95.300, de 25/11/1987, como "Representação Permanente do Brasil junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos sediados em Roma". Antes disso, de 1984 a 1987, era chamada de Representação Especial e mantinha-se vinculada à Embaixada.

18. Em 1993, o Governo voltou a nomear Embaixadores para exercer a função de Representante Permanente, com dedicação exclusiva aos temas multilaterais. No entanto, desde 1990, REBRASFAO permanece sendo, juridicamente, um Setor da Embaixada do Brasil junto à República Italiana. Como se sabe, todos os servidores atualmente lotados no Posto foram removidos para essa Embaixada em Roma, a fim de exercer suas funções junto à Representante Especial junto à FAO, igualmente removida para a Embaixada (vide Diário Oficial da União). Pela mesma razão, desde 1990, nenhum Representante designado pelo Presidente da República foi submetido à sabatina no Senado Federal para atuar junto à FAO.

19. Cumpre observar que, à exceção de alguns grandes produtores agrícolas, como Brasil, Estados Unidos, China, França, Alemanha, Argentina, Venezuela e Rússia, os Representantes Permanentes junto à FAO são, geralmente, Embaixadores ou Ministros-Conselheiros das Embaixadas em Roma.

20. Em termos orçamentários, REBRASFAO é uma unidade enxuta e parcialmente integrada à administração da Embaixada. Além disso, durante a minha gestão e conforme instrução do Ministério das Relações Exteriores diante do quadro de severas restrições financeiras, a utilização dos recursos do Posto foi racionalizada. Transferi a Residência para reduzir gastos com aluguel e manutenção, e unifiquei com a Embaixada os contratos de prestação de serviços.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

21. Identifico entre os principais acontecimentos ocorridos e atividades realizadas durante a minha gestão de REBRASFAO, a reeleição de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, em junho de 2015. Em eleição com voto secreto, na 39ª Conferência da FAO, o DG brasileiro obteve 177 votos favoráveis dos 182 possíveis (sendo apenas um desfavorável), um resultado expressivo mesmo se tratando de candidatura única. A esse respeito, observo que o DG brasileiro só obteve a seu favor a quase totalidade dos votos graças a seu bem-sucedido primeiro mandato na FAO – que agradou tanto aos países em desenvolvimento, pela maior ênfase na promoção da segurança alimentar e no apoio à agricultura familiar, quanto aos países desenvolvidos, pela maior eficiência administrativa e aplicação dos recursos humanos e financeiros segundo as prioridades da FAO. O segundo mandato de Graziano da Silva estende-se até 31 de julho de 2019.

22. No mesmo dia de sua reeleição (6/06), o Diretor-Geral assinou com o então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica entre o Brasil e a FAO, visando elevar o perfil e engajamento das operações conjuntas.

23. A esse respeito, observo que o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul e Triangular – em benefício próprio e de outros países. Há 25 projetos desse tipo, em andamento no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (13), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 100 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Destes, cerca de US\$ 30 milhões, provenientes de diferentes ministérios e instituições, restam pendentes de pagamento.

24. Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros cinco projetos, com

orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é exclusivamente beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes - sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande - são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O quinto projeto - sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil - é custeado pelo programa regular da FAO.

25. Os projetos de cooperação Sul-Sul e Trilateral promovem o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no desenvolvimento de políticas e programas voltados, no caso da FAO, sobretudo à promoção da segurança alimentar e ao desenvolvimento agrícola e rural sustentável. São atividades que resultam em aprendizado mútuo e, além de ajudar a identificar oportunidades de negócios, comércio e investimento, elevam o chamado poder brando ("soft power"). Além do Brasil, outros países em desenvolvimento, como Argentina, México, Turquia, Indonésia e, principalmente, a China, têm investido na cooperação Sul-Sul com a FAO, com semelhante propósito. A China, por exemplo, ao implementar ambiciosas iniciativas de cooperação, transformou-se em grande parceira estratégica da Organização.

26. Formalmente, todos os Membros têm igual peso dentro da FAO. No entanto, como as atividades-fim são majoritariamente financiadas por contribuições voluntárias, os principais contribuintes e parceiros gozam, naturalmente, de maior prestígio e capacidade para influenciar os processos decisórios da Organização.

27. A exemplo do que ocorre nos demais fóruns multilaterais de natureza intergovernamental, a atuação brasileira na FAO é condicionada por vetores internos e externos. O primeiro diz respeito às posições nacionais sobre as matérias em debate, transformadas pelo Itamaraty em instruções a esta Representação diplomática. Como é de conhecimento, as posições brasileiras são construídas em coordenação com os ministérios e órgãos públicos pertinentes - e em consulta, sempre que possível, aos diversos setores interessados (instituições acadêmicas e de pesquisa, setor privado, sociedade civil), pelos canais institucionais existentes. O vetor externo refere-se ao locus standi próprio da diplomacia, isto é, às negociações havidas entre as delegações, visando alcançar, a partir das diferentes posições nacionais, base mínima de consenso para o seguimento dos temas.

28. No meu período de gestão de REBRASFAO, essa dinâmica não foi diferente.

29. Cheiei a delegação brasileira na maioria das reuniões dos comitês técnicos da Organização, participei de duas conferências regionais da América Latina e do Caribe (2014 e 2016) e dediquei-me à presidência do Comitê de Produtos de Base (CCP), com mandato a encerrar-se em outubro próximo. Também copresidi duas sessões do Comitê Gestor da Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP), em 2014 e 2015. Tendo em vista o elevado interesse internacional nas políticas sociais e agrárias brasileiras, participei, sempre consoante instruções, como oradora de uma série de eventos na FAO, nos temas de agroecologia, nutrição, perda e desperdício de alimentos, agricultura familiar, proteção social e desenvolvimento rural. No Vaticano, fui ainda convidada a apresentar a visão brasileira sobre a Encíclica Laudato Si, de temática socioambiental. Proximamente, participarei de evento paralelo na FAO, em parceria com a OMS, sobre resistência antimicrobiana e de diversos eventos paralelos à 43ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar (CFS), a realizar-se de 17 a 21 de outubro próximo.

30. Entre as principais reuniões realizadas durante a minha gestão, destaco a II Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), em novembro de 2014, que resultou na Declaração de Roma e no Plano de Ação da ICN-2, que contém compromissos voluntários assumidos pelos Estados para ações de combate à tripla carga da má nutrição (desnutrição, obesidade e deficiência de micronutrientes). A já mencionada Década de Ação em Nutrição, aprovada este ano pela AGNU a partir de proposta brasileira, decorreu de compromisso assumido naquela Conferência. Também chamo atenção para os seminários realizados na FAO sobre agroecologia (2015) e biotecnologia (2016), abertos à participação de representantes das instituições de pesquisa, setor privado e sociedade civil.

31. Cabe notar ainda que os diplomatas de minha equipe em REBRASFAO, acompanhados ocasionalmente de especialistas e servidores designados em Brasília, cobrem, com extraordinária competência, o intenso calendário de reuniões e eventos paralelos sediados na Organização, apresentando aportes substantivos aos debates - elaborados a partir dos subsídios recebidos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Com frequência, diplomatas do Posto têm coordenado ou integrado grupos de consultas informais, comitês de redação e mesas de negociação cujos trabalhos se estendem pela madrugada.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

32. Não encontrei dificuldades no exercício de minhas funções como Representação do Brasil junto à FAO, mas, sim desafios decorrentes da grande amplitude temática sob a competência da Organização. Apesar de ser o Brasil um dos Membros fundadores da FAO, ainda é preciso aprofundar o conhecimento nacional - no governo, nas instituições de pesquisa, entre o empresariado e a sociedade civil - sobre os temas, produtos e processos da Organização.

33. Nesse sentido, muito ajudaria ampliar o conhecimento e a coordenação interna sobre os diversos temas tratados na FAO - que se estendem da alimentação (incluindo segurança alimentar e nutrição) e da agricultura à pecuária, pesca e florestas, cooperação técnica e humanitária, prevenção de destastres e resiliência, desenvolvimento rural, nutrição, solos, recursos hídricos, recursos genéticos e da biodiversidade (voltados à alimentação e à agricultura), entre outros. A maior regularidade na designação de especialistas brasileiros, oriundos de diferentes ministérios, órgãos e instâncias públicas, para compor a delegação brasileira nas reuniões da Organização seria uma contribuição importante nesse sentido.

34. Outro desafio com que me deparei e que deverá também ser enfrentado pelo próximo Chefe do Posto diz respeito à tendência de diminuição do perfil do Brasil como parceiro de cooperação no âmbito da FAO. Recentemente, no quadro de restrições orçamentárias, reformas institucionais e revisão de prioridades, alguns projetos de cooperação Sul-Sul e Triangular do Brasil na FAO, inclusive em fase de implementação, viram seu orçamento substancialmente reduzido ou suspenso em relação ao acordado. Essa situação costuma gerar desconfiança sobre o real comprometimento do Brasil com os países parceiros - não apenas aqueles eventualmente excluídos desses projetos ou prejudicados na sua revisão posterior, mas também os doadores desenvolvidos que, por vezes, se associam às iniciativas brasileiras. Além disso, no médio e longo prazos, a redução do nível de engajamento em iniciativas com a FAO poderá prejudicar a capacidade brasileira de influir nos processos decisórios da Organização.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

35. O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos - além de ser o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta - não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas

agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, nutrição, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

36. Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

37. O envolvimento de diferentes ministérios e instituições nacionais nos debates e projetos da FAO – embora ainda esteja muito aquém de seu potencial –, já é representativo da diversidade de interesses do País com relação ao trabalho dessa agência especializada das Nações Unidas.

38. Durante a minha chefia do Posto, identifiquei como relevantes para o Brasil os seguintes temas tratados no âmbito da FAO:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural – medidas de proteção social; – acesso à terra e aos meios de produção rural; – geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição – direito à alimentação adequada; – combate à tripla carga da má nutrição: desnutrição, obesidade e deficiência de micronutrientes; – alimentação escolar e vínculos com a agricultura familiar; – melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos – agricultura familiar; – questões de gênero; – compras institucionais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis – intensificação e eficiência da produção agropecuária, conservação e uso sustentável dos recursos naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos); – manejo florestal sustentável; – pesca e

aquicultura sustentáveis; - mudança do clima e agricultura; - bioenergia e sustentabilidade; - agroecologia e produção orgânica; - biotecnologia, melhoramento genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular - assistência técnica; - construção de capacidades; - formação de redes de pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar - prevenção, mitigação e resposta a emergências; - ações estruturantes para construção de resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas - investimentos e inovação tecnológica; - promoção de sistemas de distribuição e abastecimento inclusivos, sustentáveis, suficientes e justos; - medidas contra perdas e desperdício; - integração de mercados regionais e globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal - prevenção e controle de pestes; - segurança sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. Codex Alimentarius e outras medidas regulatórias

39. A lista acima leva em conta os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo (2014-2017) da FAO, os atos bilaterais e projetos de cooperação com a participação brasileira, bem como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização desde 2014. Embora não seja exaustiva, ela representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete também o Artigo III do já mencionado Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica entre o Brasil e a FAO, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

40. As atividades futuras da FAO têm como grande marco referencial os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 17 dos quais guardariam correspondência com áreas cobertas pelo amplo mandato da Organização. Evoluções recentes nas chamadas Convenções do Rio, sobre biodiversidade (CDB), desertificação (UNCCD) e, principalmente, mudança do clima (UNFCCC) também poderão influenciar suas atividades.

41. Sobre os arranjos e agrupamentos políticos atuantes na FAO, observo que, além de participar ativamente das discussões do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), e manter diálogo estreito com países dos BRICS (Rússia, Índia e África do Sul) e da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), o Brasil assumirá em breve a presidência do Grupo dos 77 + China, cuja grande maioria de seus 134 países possui representação diplomática nesta

capital. A ação coordenada em Roma tem sido especialmente importante para as deliberações orçamentárias na FAO.

42. Não obstante o elevado perfil da participação brasileira na FAO, ainda há espaço para maior engajamento. Para tanto, seria preciso fortalecer, no Brasil, a interlocução com os diferentes ministérios e órgãos públicos com interesse nos temas agrícolas e alimentares, bem como assuntos correlatos (meio ambiente, desenvolvimento tecnológico, saúde pública etc). O Brasil tem ainda muito a contribuir para os debates com a difusão de sua experiência em políticas públicas sobre concessão de crédito, gestão de risco (zoneamento de risco climático e seguro agrícola) e agricultura de baixo carbono (Plano ABC), zoneamento econômico-ecológico, cadastro ambiental rural (SiCar), novo Código Florestal, alimentação escolar vinculada à agricultura familiar, compras institucionais, ações de redução de perdas e desperdício de alimentos, entre outras.

43. A FAO tem interesse, por exemplo, em colaborar com o Ministério da Agricultura (MAPA) no programa de recuperação de áreas degradadas, bem como em parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para apoiar produtores agrícolas africanos e latino-americanos. Especialistas do MAPA, por sua vez, já vislumbraram oportunidade de capacitação em medidas fitossanitárias no âmbito da Convenção Internacional de Proteção Vegetal (CIPV), e de projeção do Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC). Com relação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), a FAO oferece um espaço relevante, ainda a ser ocupado, para maior difusão e conhecimento da experiência brasileira em monitoramento florestal, mediante projetos de cooperação Sul-Sul concentrados em capacitação e compartilhamento de tecnologias. Também há oportunidades potenciais para a EMBRAPA, em diversas áreas de conhecimento, a Agência Nacional de Águas (proposta de parceria com a Austrália) e outras instituições de excelência do País.

44. Na área de segurança alimentar e nutrição, diversos ministérios e instituições brasileiras podem contribuir de maneira significativa nos debates da FAO, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), do Ministério da Saúde (MS), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além do já mencionado Ministério da Agricultura.

45. No que toca especificamente ao Ministério da Saúde, registro algumas oportunidades identificadas em encontro

recente do Ministro Ricardo Barros com o Diretor-Geral da FAO, à margem do evento Nutrição para o Crescimento, em 4 de agosto, no Rio de Janeiro. A FAO propôs-se a difundir em outros países em desenvolvimento as políticas brasileiras (adotadas e em curso) no campo da nutrição, entre elas o Guia Alimentar para a População Brasileira. Os esforços para a redução do consumo de sódio e de açúcar e as práticas de rotulagem de alimentos, por exemplo, também seriam bem-vindos, principalmente em países africanos, para quem o Brasil é grande modelo e referência em políticas sociais. Sobre o enfrentamento ao vírus Zika, o Dr. Graziano da Silva avaliou que a FAO teria muito a contribuir com seu "expertise" no controle de doenças em animais: a técnica dos mosquitos irradiados e estéreis, desenvolvida em conjunto com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é uma tecnologia de livre acesso, que poderia ser utilizada pelo Governo brasileiro.

46. Dado o amplo espectro de saberes e interesses, como demonstrado acima, seria igualmente oportuno ao Brasil conectar melhor o conhecimento científico produzido no âmbito da FAO com aquele oriundo das universidades e centros de pesquisa nacionais. Ao estreitar diálogo com a FAO e seus Membros, inclusive mediante cooperação Sul-Sul, as instituições brasileiras - governamentais e não governamentais - poderiam beneficiar-se da ampliação de seu conhecimento e capacidade técnica. Ao mesmo tempo, a maior participação brasileira nesse campo, além de fortalecer o "soft power" do Brasil - com benefícios tangíveis e intangíveis -, ajudaria na identificação de novas tendências e oportunidades ligadas à ciência aplicada.

47. A situação das contribuições obrigatórias brasileiras também merecerá atenção constante, dado que o Estado membro perde o direito ao voto na FAO caso seu atraso iguale ou exceda o montante das contribuições nos dois anos precedentes (Constituição da FAO, Artigo III.4). As contribuições anuais devem ser quitadas no mesmo ano de exercício, para não serem consideradas em atraso, a partir de 1/01 do ano sucessivo, ou registradas como dívida do país (dois anos sem pagamento), podendo implicar a perda do direito a voto a partir de então.

48. A parcela em dólares relativa à contribuição brasileira de 2015 foi integralmente quitada, permanecendo pendente o pagamento de EUR 2.072.743,02, daquele ano. A contribuição do Brasil no exercício de 2016, em atraso desde 1/01/2016, é de US\$ 8.010.582,84 e EUR 5.635.715,22.

49. Registro, por fim - não por razões formais, e sim porque tenho sincera satisfação em fazê-lo -, que conto com uma

equipe de diplomatas de extraordinário valor, competência profissional e compromisso com o Estado brasileiro, sem o qual não teria sido possível realizar o trabalho acima descrito.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA)

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas; atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças.

2. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

3. O PMA tem uma equipe de cerca de 10 mil funcionários, dos quais mais de 90% trabalham diretamente nas operações.

4. A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

5. Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação - inicialmente em caráter experimental - do Programa Mundial de Alimentos, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganhou caráter permanente, e órgãos de governança. O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social - ECOSOC - da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por

contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva, tendo compartilhado com a Guatemala o mandato de 2015-2017 (vide § 47).

6. O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de cinco anos renováveis. No cargo desde abril de 2012, a norte-americana Ertharin Cousin responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorada por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Ramiro Armando De Oliveira Lopes Da Silva, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmussen).

7. O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

8. A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2021 encontra-se em elaboração e deverá alinhar os objetivos estratégicos do Programa à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular os ODS 2 e 17, bem como aos resultados da Cúpula Humanitária Internacional, realizada em Istambul em 23-24/05/16. Juntamente com o novo plano estratégico, deverão ser aprovados na segunda sessão regular da Junta Executiva do PMA em 2016, prevista para novembro, o marco sobre resultados corporativos (2017-2021), a política para planos estratégicos nacionais, e a revisão do marco financeiro do PMA.

* Atividades:

9. Em 2006 (ano mais recente com dados completos e consolidados), o PMA distribuiu 4 milhões de toneladas de alimentos a 87,8 milhões de pessoas em 78 países; 63,4 milhões dos beneficiados foram assistidos em operações de emergência, incluindo vítimas de conflitos, desastres naturais e dificuldades econômicas em países como Quênia, Líbano e Sudão. As despesas diretas alcançaram US\$ 2,9 bilhões, com a maior parte dos recursos destinada a Operações de Emergência e Casos de Necessidade Imediata (EMOP). A maior operação do PMA em 2006 ocorreu no Sudão, onde o programa alcançou 6,4 milhões de pessoas. Em segundo e terceiro lugares estão, respectivamente as operações na Etiópia e no Quênia.

10. O PMA concentra sua ajuda nas mulheres e crianças, com o objetivo de erradicar a fome infantil. Em 2005, o auxílio alimentar foi fornecido a 58,2 milhões de crianças, 30% das quais menores de cinco anos. Em 2006, o PMA ajudou a 58,8 milhões de crianças famintas. A merenda escolar e/ou os programas de alimentação domiciliar em 71 países ajudam estudantes a focar-se nos estudos e incentivam os pais a enviar as crianças, especialmente as meninas, à escola.

11. Em 2015, os aportes totais ao PMA foram de cerca de US\$ 5,05 bilhões.

* Doadores:

12. O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades - convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

13. Em 2006, por exemplo, o programa recebeu US\$2,9 bilhões em contribuições. Os custos administrativos da organização ficam em cerca de 7% - um dos mais baixos e melhor cotados entre as agências humanitárias.

14. Desde 2012, o PMA arrecadou aproximadamente US\$ 19,56 bilhões - todos em valores aproximados e contabilizadas doações financeiras ou em espécie. Consideradas as doações feitas até o início desse ano (dados consolidados em 24/02/2016), são os seguintes os dez maiores doadores ao PMA nos últimos cinco anos:

1Estados Unidos US\$ 7,5 bilhões 2Reino Unido US\$ 1,54 bilhão
3Canadá US\$ 1,37 bilhão 4Comissão Europeia US\$ 1,36 bilhão
5Alemanha US\$ 1,13 bilhão 6Japão US\$ 912 milhões 7UN CERF US\$ 581 milhões 8Suécia US\$ 475 milhões 9Arábia Saudita US\$ 453 milhões 10Austrália US\$ 411 milhões

15. O Brasil ocupa a 24ª posição entre os principais doadores no período, tendo contribuído com US\$ 100,1 milhões. Com doações de montante aproximado ao do Brasil, estão Coreia do Sul (US\$ 111,3 milhões), Itália (US\$ 101,9 milhões), Bélgica (US\$ 100,1 milhões) e Irlanda (US\$ 98,5 milhões).

16. No agrupamento BRICS, a Rússia tem sido o principal contribuinte, com aportes que totalizam, desde 2012, cerca de

US\$ 223,2 milhões - em grande parte usados pelo PMA para adquirir veículos e máquinas russos. Abaixo do Brasil, ficaram China (US\$ 32,66 milhões), África do Sul (US\$ 23 milhões) e Índia (US\$ 7,68 milhões).

17. Entre os latino-americanos, os maiores contribuintes no período, além do Brasil, foram Honduras (US\$ 79,8 milhões), Colômbia (US\$ 29,8 milhões) e Guatemala, (US\$ 12,5 milhões). Nos três casos, os recursos doados foram utilizados nos próprios países ("partnerships with host governments") - modalidade de contribuição que o PMA tem incentivado, com o propósito de atrair recursos, sobretudo dos países de renda média.

18. Levantamento sobre as doações de 2015 totalizam US\$ 5.050.936.052, provenientes de 96 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1EUA US\$ 2.008.802.966 2Reino Unido US\$ 456.855.096 3Alemanha US\$ 329.258.331 4Canadá US\$ 261.645.796 5Comissão Europeia US\$ 250.347.378 6Japão US\$ 196.773.084 7UN CERF* US\$ 159.928.948 8Arábia Saudita US\$ 151.249.675 9Holanda US\$ 101.464.033 10Doadores Privados US\$ 98.338.198 (* CERF - Fundo Central da ONU de Resposta a Emergências)

19. Em 2015, o Brasil figurou em 33º lugar entre os contribuintes, com US\$ 6.093.082,00 repassados ao Programa, nos quais são estimados os valores em dólares das doações em alimentos (contribuições "in kind").

20. Levantamento parcial sobre as doações de 2016 feitas até 11/09 totalizam US\$ 4.240.755.537, provenientes de 76 contribuintes. O Brasil não realizou doações no período.

21. As informações financeiras do PMA são atualizadas regularmente e publicadas na página: <http://www.wfp.org/funding/year>.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

22. De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;

- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce ("early warning systems");
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de "fórmulas nutritivas" importadas.

* Cooperação sul-sul e triangular

23. Nesse contexto, cumpre recordar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação sul-sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, inspirados na bem-sucedida experiência brasileira de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro promove visitas de estudo e seminários, bem como missões técnicas e de alto nível para intercâmbio de experiências e capacitação, permitindo aos beneficiados transformar, a seu modo, a alimentação escolar em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.

24. Em cinco anos de existência, o Centro de Excelência prestou cooperação na área da elaboração de políticas públicas de compras intitucionais da agricultura familiar para programas de merenda escolar a cerca de 60 países da África, Ásia e América Latina. Atualmente, 24 países envolvidos já estão em processo avançado de elaboração de políticas públicas nacionais de segurança alimentar, baseadas no modelo brasileiro. Em 2016, o Centro tem focado sua atuação menos no recebimento de delegações estrangeiras e mais no trabalho de facilitação de discussões para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias nacionais

de segurança alimentar e nutrição nos países que solicitam seu apoio.

25. O trabalho do Centro de Excelência brasileiro como exemplo concreto de cooperação sul-sul para o desenvolvimento tem despertado o interesse de outros países, em particular China, Rússia e Índia, que já manifestaram a intenção de estabelecer centros de excelência nos moldes do brasileiro. A China gostaria de usar o centro para apoiar as políticas regionais asiáticas em matéria de segurança alimentar, enquanto a Rússia pretende estender os serviços de seu centro a países vizinhos, conforme suas necessidades. Por sua vez, a Índia acenou recentemente com a possibilidade de investir em um centro mais focado em inovações tecnológicas.

26. Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA é o projeto OSRO/RAF/202/BRA ("Purchase from Africans for Africa - PAA Africa"), iniciado em 2012, para promover segurança alimentar e nutricional, assim como geração de renda para agricultores em cinco países do continente africano: Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal. A iniciativa se inspirou na bem sucedida experiência brasileira do "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", e desenvolveu-se por meio de importante parceria entre Brasil, FAO, PMA e Reino Unido. O PAA África apoia projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentiva soluções de longo prazo para o combate à fome e a desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis.

27. Em associação com a iniciativa Purchase for Progress (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, também destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos mercados locais, o PAA África estimula a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o projeto compreende atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro é o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.

28. Em suas fases I e II, o projeto esteve concentrado na capacitação da agricultura familiar, no estabelecimento de sistemas de compras institucionais de alimentos e no apoio técnico, de modo a conectar organizações de pequenos produtores ao mercado. Além disso, contribuiu de maneira significativa para que estudantes tivessem acesso a alimentos mais diversificados, nutritivos e saudáveis. Também foram observados resultados positivos nas taxas de permanência e desempenho das crianças nas escolas participantes. De acordo

com dados da FAO, os cerca de 5.000 agricultores familiares que participaram do PAA África puderam, em razão do programa de compras institucionais, aumentar sua produtividade em 115%. Além disso, nos primeiros dois anos do programa, cerca de 1.000 toneladas de alimentos adquiridos de produtores locais foram destinados à alimentação de cerca de 128.000 estudantes em 420 diferentes escolas africanas.

29.O PAA África tem seu término previsto para 30 de setembro corrente, tendo a FAO solicitado ao governo brasileiro sua extensão - sem custos adicionais - até 31 de janeiro de 2017, de modo a finalizar atividades de monitoramento e avaliação. Os cinco meses de extensão, ainda pendentes de confirmação do lado brasileiro, permitiriam à FAO: (a) fornecer orientação e apoio à avaliação independente que será implementada no Maláui e no Senegal, fornecendo acesso a dados das atividades apoiadas pela FAO no nível nacional; (b) realizar atividades de monitoramento e assegurar a elaboração do relatório final das atividades atualmente em curso; (c) assegurar o apoio contínuo aos governos africanos, de modo a que as lições aprendidas no projeto estejam refletidas nas prioridades nacionais; e (d) apoiar a disseminação dos resultados do monitoramento e avaliação do projeto. Os documentos solicitados com vista a avaliar o pedido da FAO foram encaminhados à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

30. Durante minha gestão como encarregada dos temas do PMA, participeiativamente das reuniões anuais da Junta Executiva do Programa, bem como de eventos paralelos sobre o Centro de Excelência contra a Fome e o PAA África. Destaco o evento de comemoração dos cinco anos de atividades do Centro, realizado durante a Sessão Anual da Junta Executiva do PMA, em 15 de junho de 2016, que estimulou o Subdiretor Executivo do Programa a sugerir a realização de evento semelhante às margens da Assembléia Geral das Nações Unidas. O objetivo do evento seria apresentar aos participantes da AGNU o trabalho do Centro de Excelência como exemplo concreto de cooperação sul-sul para o desenvolvimento.

31. Também sublinho a realização de Seminário Internacional de três dias sobre o PAA África nas sedes da FAO e PMA, de 2 a 4 de maio de 2016, do qual participaram delegações das capitais dos países africanos envolvidos no projeto e de diferentes representações permanentes sediadas em Roma. O evento, organizado por FAO e PMA, teve por objetivo apresentar os resultados da fase II do PAA África e os planos nacionais de ampliação do projeto, incluindo a possível participação do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Na ocasião, países que não fazem parte atualmente do projeto,

como Quênia e Gâmbia, manifestaram interesse em receber apoio do PAA África, restando clara a existência de demanda para sua continuação. Entre os desafios apontados, destacou-se, em particular, a necessidade de financiamento da próxima fase do projeto.

* Contribuições brasileiras ao PMA:

32. As iniciativas acima referidas se somam às contribuições "in kind" de alimentos (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

33. Com valor acumulado de US\$ 100 milhões nos últimos cinco anos, os aportes brasileiros respondem por 0,51% do total arrecadado pelo PMA.

34. O PMA tem registrados, como contribuição potencial do Brasil, ainda sem beneficiário definido, os seguintes aportes de alimentos: arroz - 13.451 toneladas (US\$ 349,69/ton) e feijão - 17.729 toneladas (US\$ 527,36/ton). Os destinatários desses alimentos reservados ao PMA ainda não foram definidos pois é preciso, antes, identificar parceiros interessados numa operação conjunta ("twinning") com o Brasil para cobrir os custos associados da doação, principalmente seu transporte e distribuição aos destinatários.

35. Existem, porém, expectativas quanto ao destino do arroz, em função de autorizações dadas e anúncios feitos recentemente pelo Brasil junto a países interessados. O PMA estaria aguardando a confirmação das seguintes remessas em 2016: Síria - 4.500 toneladas; Sudão do Sul - 4.500 toneladas; Rep. do Congo - 1.716 toneladas; Nicarágua - 950 toneladas.

36. Ressalto que, no passado, as doações brasileiras de alimentos ao PMA foram feitas em parceria com Espanha, Canadá e Austrália, que se responsabilizaram pelos custos das operações de transporte e distribuição realizadas pelo Programa. Mais recentemente, no entanto, a identificação de parceiros para custeio do transporte e distribuição dos alimentos tem-se tornado mais difícil, não apenas pelos altos custos envolvidos nas operações, como também pelo crescente estímulo, do próprio PMA, à produção local de alimentos ou sua aquisição em mercados mais próximos do local de destino.

37. Não há pagamento brasileiro em atraso. Em 2015, o Brasil quitou valores pendentes de contribuições anunciadas em 2012 para atividades no Senegal e no Paraguai.

38. Como as contribuições anunciadas para determinado projeto são contabilizadas no ano de seu anúncio, caso um país não honre um anúncio de doação que tenha feito e o projeto correspondente seja encerrado, o PMA deduz o valor devido do total das contribuições do país no referido ano e registra o fato no relatório do projeto. O quadro geral dos doadores é corrigido, o que explica ocasionais reajustes nos montantes de anos precedentes e na classificação entre os doadores.

39. O quadro das contribuições brasileiras apresenta os seguintes montantes anuais:

2007 - US\$ 1.095.575 2008 - US\$ 1.282.966 2009 - US\$ 15.786.239 2010 - US\$ 12.942.481 2011 - US\$ 70.278.249 2012 - US\$ 82.548.102 2013 - US\$ 7.091.520 2014 - US\$ 4.435,252 2015 - US\$ 6.093.082 2016 - US\$ 0

40. Diante do quadro acima, o Brasil não se encontra entre os 75 contribuintes que efetuaram doações ao PMA até 28 de agosto deste ano.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

41. Ao longo da minha gestão, um dos principais desafios encontrados no exercício de minhas funções junto ao Programa Mundial de Alimentos diz respeito à redução do perfil de doador do Brasil, em razão das dificuldades em encontrar parceiros para financiar os custos de transporte e distribuição dos alimentos.

42. O aumento repentino das contribuições brasileiras em 2012 - quando a concretização de diversas parcerias conjuntas ("twinning") permitiu ao país contribuir com o equivalente a US\$ 82,5 milhões - gerou expectativas de que o Brasil, como potência emergente e grande produtor de alimentos, pudesse ajudar a elevar os aportes ao PMA, liderando a diversificação de sua base de doadores. O retorno das contribuições brasileiras a patamares inferiores, com US\$ 7,0 milhões e US\$ 4,4 milhões, nos dois anos seguintes, frustaram tais expectativas e colocaram em dúvida a capacidade do País de manter-se entre os principais contribuintes do Programa, ainda que continue sendo um importante doador. A dificuldade atual de encontrar parceiros interessados em financiar os (quase sempre altos) custos associados às doações de alimentos brasileiros tende a permanecer, podendo consolidar o baixo perfil de contribuição do Brasil ao PMA, caso outra solução não seja encontrada.

43. Nesse contexto, cabe destacar especial dificuldade encontrada durante minha gestão em contar com a aceitação pelo PMA de aportes diretos do setor privado brasileiro para o custeio de operações de doação de alimentos. As justificativas foram vagas; variaram desde o não atendimento de critérios para parcerias do PMA com empresas até impedimentos legais para o próprio financiamento de operações de "twinning" com recursos do setor privado.

44. Considerando que o Programa Mundial de Alimentos funciona com base em contribuições voluntárias e destinadas a atividades específicas ("earmarked"), a redução do perfil de doador implica automaticamente na redução da capacidade de influenciar as decisões adotadas pelos órgãos de governança do Programa, em particular a Junta Executiva.

45. Diante de tal cenário, uma maneira de manter a relevância e o alto perfil da contribuição do Brasil ao PMA é seguir fortalecendo as ações de cooperação sul-sul com o Programa, das quais a manutenção do Centro de Excelência contra a Fome em Brasília e a continuação do PAA África são os exemplos mais imediatos.

46. Com relação às atividades do Centro de Excelência, seu Diretor confirmou aportes de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) da ordem de US\$ 1.3 milhões, que garantem o trabalho do Centro até pelo menos 2017. Quanto ao PAA África, o compromisso brasileiro de financiamento previsto para a parte operativa do projeto foi concluído, sendo essencial para sua continuidade a identificação de novos parceiros, incluindo os fundos e bancos de financiamento ao desenvolvimento.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

47. O Brasil voltará a integrar a Junta Executiva do PMA em fevereiro de 2017, quando da realização da primeira sessão regular daquele órgão. Em acordo realizado no âmbito do Grupo da América Latina e Caribe, Brasil e Guatemala compartilham atualmente o mandato de três anos na Junta Executiva do PMA referente ao período 2015-2017. O Brasil já apresentou candidatura para integrar a Junta Executiva do PMA no período de 2018-2020, a ser decidida no Conselho da FAO, em dezembro de 2017.

48. Ao retornar à Junta Executiva do PMA, sugiro ao futuro chefe do Posto seguir trabalhando para fortalecer a participação do Brasil, na condição de país em desenvolvimento, no processo de tomada de decisão do programa. Também recomendo ênfase na necessidade de maior

cooperação com a FAO e o FIDA, a fim de estimular a otimização de recursos e, principalmente, evitar a duplicação de esforços e sobreposição de mandatos.

Sobre o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural.

2. Tem o mandato contribuir para a erradicação da fome e da pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos em conjunto com os países beneficiados e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras.

3. As iniciativas contemplam, principalmente, a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais. Desde o início de suas operações, em 1978, o Fundo investiu cerca de US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

4. Conforme o art. 2º de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas concebidos para introduzir, expandir e/ou melhorar sistemas de produção de alimentos, e para fortalecer políticas e instituições segundo as prioridades e estratégias nacionais. Busca, assim, aumentar a produção nos países menos desenvolvidos e ainda deficitários de alimentos, fomentar o potencial produtivo de outras nações em desenvolvimento, e melhorar o nível nutricional, bem como as condições de vida, das populações mais pobres desses países.

5. As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFIs). Os recursos provêm de contribuições, ganhos com operações

financeiras e outras fontes (art. 4.1 do Acordo Constitutivo). Também há expectativa de que o Fundo comece a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

6. A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas, de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias: Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE); Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP) e; Lista C (países em desenvolvimento) - esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

7. Os Estados membros são convidados a contribuir para o Fundo segundo suas capacidades. Os aportes, de natureza voluntária, são baseados na escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições cumulativas. Desse modo, nota-se que a Lista A - grupo que reúne presentemente os principais contribuintes - exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países recipientes, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçando, por conseguinte, a sua atuação política.

8. Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores. A representação do governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que indica os Governadores Titular e Alterno do país junto ao Fundo. Por decisão do MPOG, coube a mim ocupar a posição de Governadora Alterna, nos termos acordados entre o Itamaraty e aquele Ministério.

9. Nos termos do Acordo Constitutivo do FIDA, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal. Na Décima Reposição (FIDA X), concluída recentemente, foram alocados US\$ 1.149 bilhão. Nas nove reposições precedentes, os recursos totalizaram US\$ 6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B

(produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

10. Do início das atividades do FIDA até sua Nona Reposição, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de 62% do total de recursos carreados. Com o FIDA X, os montantes correspondentes aos dez maiores contribuintes passarão a ser: 1º - Estados Unidos, US\$ 977.608.500; 2º - Alemanha, US\$ 535.991.900; 3º - Países Baixos, US\$ 510.470.000; 4º - Japão, US\$ 504.561.500; 5º - Itália, US\$ 476.260.000; 6º - Reino Unido, US\$ 469.676.000; 7º - Arábia Saudita, US\$ 432.778.000; 8º - Suécia, US\$ 411.774.400; 9º - França, US\$ 382.962.100 e; 10º - Canadá US\$ 356.349.000.

11. Nota-se que Índia e China apresentaram ofertas importantes na reposição para o FIDA X, de US\$ 36.904.400 e US\$ 59.910.100 - elevando suas contribuições totais a US\$ 164.153.400 e US\$ 158.610.100, respectivamente. A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total passará a ser de US\$ 97.380.500.

** Relação do FIDA com o Brasil

12. A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades desenvolvidas no país têm o propósito de apoiar os esforços nacionais para melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano - IDH. O FIDA já financiou onze projetos no Brasil, dos quais seis ainda estão em curso. Os aportes totalizam cerca de US\$ 825 milhões; mais de 30% desse valor, US\$ 260 milhões, foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365.400 famílias.

13. A avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil, realizada em 2015, recomendou que fosse elaborada uma nova linha de ação a ser acordada com o governo brasileiro. Foi assim elaborado o Programa-País de Oportunidades Estratégicas do Brasil (COSOP/Brazil) para o período 2016-2021. Em linha com esse documento, as atividades desenvolvidas devem estar comprometidas com o desafio central da política de desenvolvimento agrário brasileira, qual seja, superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais. Consoante os objetivos estratégicos definidos conjuntamente, o Fundo deve apoiar a capacitação e aumento da empregabilidade e renda de agricultores familiares -

principalmente mulheres e jovens -, bem como facilitar seu acesso a serviços essenciais. Embora o FIDA concentre sua atuação no semiárido nordestino, o novo COSOP/Brazil também prevê iniciativas em bolsões de pobreza da Amazônia e do agreste. O Fundo deverá destinar um total de US\$ 141,2 milhões em empréstimos ao país nos próximos cinco anos.

14. Os projetos financiados pelo FIDA devem estar alinhados com os programas de investimento dos estados da federação na área de abrangência de suas atividades e em linha com as políticas públicas do governo federal. São favorecidas atividades com potencial de alcançar efeitos positivos diretos e indiretos, de acordo com as necessidades e prioridades locais. No Brasil, há projetos que apoiam, por exemplo, a aplicação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, a difusão de tecnologias de coleta e conservação de água, e o planejamento participativo para orientar o avanço da inovação associada aos conhecimentos tradicionais.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

15. Atualmente, seis projetos encontram-se em operação no Brasil, todos no semiárido nordestino. Destes projetos, cinco são implementados por governos estaduais na sua qualidade de mutuários, enquanto o sexto - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) - consiste numa ação descentralizada do governo federal no Nordeste, que visa testar e promover inovações na coordenação das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. Sua primeira etapa, iniciada em 2001, beneficiou mais de 15 mil famílias e foi considerada exitosa na avaliação do FIDA. O PDHC II entrou em vigor em agosto de 2014, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o propósito de cobrir 129 municípios em sete estados do Nordeste e beneficiar 79 mil famílias. Os demais projetos em implementação com apoio do FIDA são: Semear (AL, BA, CE, PE, PI, PB, RN, SE.), Viva o Semiárido (PI), PROCASE (PB), Dom Távora - Negócios Rurais para Pequenos Produtores (SE), e Projeto Paulo Freire (CE).

16. Embora mantenha o Nordeste como sua área de ação prioritária, o FIDA tem, como disse, a intenção de expandir o cofinanciamento de projetos para além do semiárido. Além da concessão de empréstimos, a estratégia pretende fomentar o diálogo sobre políticas, a difusão de conhecimento e a cooperação horizontal. O Presidente do Fundo, Kanayo F. Nwanze, já expressou interesse em compartilhar experiências com o Ministério da Agricultura (MAPA) na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável.

17. O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo têm visado, principalmente, assegurar e reforçar esse engajamento - objeto de crítica crescente por parte dos países industrializados, que gostariam de limitar os recursos do Fundo a países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

18. No novo período do COSOP/Brazil (2016-2021), o FIDA apoiará a cooperação Sul-Sul brasileira, sobretudo na América Latina e do Caribe e na África Subsaariana. Em nossa região, continuará a fomentar o diálogo sobre políticas e gestão do conhecimento entre o Brasil e os demais países do Mercosul ampliado. Por sua vez, as Plataformas África-Brasil e América Latina & Caribe-Brasil de Inovação Agropecuária ("Innovation Marketplace") deverão incrementar a inovação e o desenvolvimento da agricultura nessas duas regiões, com foco na melhoria do meios de vida em zonas semiáridas, mediante parcerias com instituições locais e regionais.

19. A EMBRAPA é a principal parceira do FIDA na implementação do "Innovation Marketplace", que também conta com suporte do MAPA, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). A edição latino-americana e caribenha será planejada a partir da experiência adquirida com as atividades na África, cujo projeto já recebeu subvenção do FIDA. O "Innovation Marketplace" também recebe apoio dos Bancos Mundial (BM) e Interamericano de Desenvolvimento, do Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e da Fundação Bill & Melinda Gates.

* Situação das contribuições brasileiras

20. O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA desde o início de suas operações; ao mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento, atrás de Índia e China. O direito a voto é, conforme mencionei, ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

21. Foi quitada a nota promissória do governo brasileiro referente à Oitava Reposição (FIDA VIII), no valor total de

US\$ 4.288.328,95. Com relação à Nona Reposição (FIDA IX), as contribuições brasileiras a serem pagas vencem ao final de 2016, 2017 e 2018 (US\$ 5.566.668,00 cada). A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500,00.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

22. Quando assumi o Posto, as atribuições de Governador Titular e Alterno perante o FIDA encontravam-se ambas sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) - que tem, naturalmente, a competência necessária para tratar dos temas financeiros nesse fórum. No entanto, os altos funcionários designados daquele Ministério só podiam vir a Roma ocasionalmente, para as sessões anuais do Conselho e, eventualmente, da Junta Executiva. Como REBRASFAO não estava formalmente designada a representar o país perante o Fundo, não dispúnhamos da necessária legitimidade para participar das reuniões de informação, consulta e trabalho do FIDA - ainda que o secretariado não impedisse a presença de diplomatas do Posto em suas atividades.

23. O diagnóstico conjunto do problema, seguido de tratativas entre o Itamaraty e o MPOG, permitiu que a situação fosse resolvida. Em agosto de 2015, fui designada Governadora Alterna pelo então Ministro do MPOG, na qualidade de Governador Titular. Desde então, REBRASFAO vem participando ativamente das discussões no âmbito do FIDA. E, dado o excelente nível de interlocução alcançado entre o Posto, o MRE e o MPOG, não encontrei qualquer dificuldade no exercício de minhas funções junto ao Fundo. De fato, ao longo do período de minha chefia da Representação, coube ao Brasil coordenar os países latino-americanos da Lista C-3.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

24. O grande envolvimento do Fundo com o Brasil deriva, por um lado, do fato de que 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é reconhecido por sustentar sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, afora conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade. Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação mantida com o Brasil advém, em muitos aspectos, da coordenação nacional entre os órgãos financeiros e aqueles responsáveis pelas políticas de desenvolvimento agrário.

25. Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados. Com a instalação, no início do ano, de seu escritório em Salvador/BA, o Fundo busca fortalecer sua presença no Brasil. Mais próximo das operações no terreno, pretende melhorar a supervisão dos projetos em curso e estreitar o diálogo com governos e outras partes interessadas no desenvolvimento agrícola nacional.

26. Cumpre acompanhar o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no mencionado projeto "Innovation Marketplace", que conectará especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas dedicadas à pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outra iniciativa apoiada pela EMBRAPA é o Programa de Adaptação de Conhecimentos para a Promoção da Agricultura Sustentável e do Acesso a Mercados, da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), associada à Universidade Federal de Viçosa. Aprovado pela Junta Executiva do FIDA em 2015, o programa deverá contar com doação de US\$ 2 milhões do FIDA para a sua execução no período de três anos. Ambas iniciativas contam como o apoio de entidades como o BID, o DFID e a Fundação Bill & Melinda Gates.

27. No mais, cabe atentar para a manutenção da coerência entre as ações do FIDA e seus objetivos estratégicos para o Brasil, destinados a fortalecer as políticas públicas nacionais de desenvolvimento agrário e combate à pobreza rural. Como disse (? 16), o FIDA tem interesse especial em aprofundar a troca de experiências com o Brasil no apoio aos sistemas produtivos da agricultura familiar, visando a transformação rural sustentável.

28. Em novembro próximo, o país deverá receber visita de campo da Junta Executiva. Em fevereiro de 2017, espera-se que o Brasil seja reeleito para a Junta Executiva, durante a próxima sessão do Conselho de Governadores. Nessa ocasião, será também definido o sucessor de Kanayo F. Nwanze na Presidência do FIDA. Ao encerrar seu segundo mandato, o nigeriano, ex-Diretor do Conselho de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), terá liderado o Fundo por oito anos, período em que dobrou sua presença nos Estados membros, com a instalação de escritórios nacionais: eram 25 quando assumiu, em 2009; hoje são 50, dos quais pelos menos 40 - inclusive o brasileiro - já se encontram em operação.

MARIA LAURA DA ROCHA, Embaixadora Representante Permanente
junto à FAO



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 97, DE 2016

(nº 534/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 534

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Os méritos do Senhor João Carlos de Souza-Gomes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.

EM nº 00343/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

2. Encaminho, anexos, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 619 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES

CPF.: 230.005.547-34

ID.: 5339 MRE

1948 Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, nasce em 16 de novembro, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1973 | CPCD – IRBr |
| 1974 | Direito pela Universidade do Estado da Guanabara |
| 1990 | CAE – IRBr, A Retirada Norte-Americana da UNESCO, no Contexto dos Principais Aspectos da Crise da Organização |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1974 | Terceiro-Secretário |
| 1978 | Segundo-Secretário, por merecimento |
| 1980 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 1986 | Conselheiro, por merecimento |
| 1991 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 1999 | Ministro de Primeira Classe, por merecimento |
| 2013 | Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial |

Funções:

- | | |
|-----------|---|
| 1975-77 | Divisão das Nações Unidas, assessor e Chefe, interino |
| 1977-79 | Secretaria de Assuntos Legislativos, Assessor e Chefe |
| 1979-85 | Secretaria-Geral, Coordenadoria de Projetos Especiais, assessor e Chefe |
| 1980 | Embaixada em Paramaribo, Encarregado de Negócios em missão transitória |
| 1982 | Missão Especial à Guatemala para liberação dos réfens da Embaixada |
| 1983 | Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios em missão transitória |
| 1985 | Secretaria de Assuntos Legislativos, Assessor e Chefe, interino |
| 1985 | Departamento de Comunicações e Documentação, assessor e Chefe de Gabinete |
| 1985 | Divisão de Arquivo e Documentação, Chefe |
| 1985-89 | Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado da Delegação |
| 1989-91 | Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral |
| 1991-93 | Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral |
| 1993-97 | Escritório Financeiro em Nova York, Chefe |
| 1997-2000 | Embaixada em São José, Embaixador |
| 2000-03 | Assessoria de Relações com o Congresso, Chefe |
| 2003 | Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe |
| 2003-08 | Embaixada em Caracas, Embaixador |
| 2008-10 | Delegação do Brasil junto à UNESCO, Delegado Permanente |
| 2010-15 | Embaixada em Montevidéu, Embaixador |
| 2015 | Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 1979 | Medalha Mérito Tamandaré, Brasil |
| 1980 | Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil |
| 1981 | Ordem da Águia Asteca, México, Insígnia |
| 1982 | Ordem de Palma, Suriname, Cavaleiro |

2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2003	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2003	Ordem de Orange, Países Baixos, Cavaleiro
2008	Orden del Libertador Simón Bolívar, Venezuela, Gran Cordón
2009	Ordem da Inconfidência de Minas Gerais, Grão-Colar
2010	Ordem do Mérito Cultural, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2011	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2011	Medalha da Ordem do Mérito Aperipê, Governo do Estado de Sergipe
2011	Medalha "Honor al Mérito Naval Comandante Pedro Campbell", Armada do Uruguai
2011	Ordem do Mérito de Defesa, Brasil, Grande-Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**FUNDO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA**



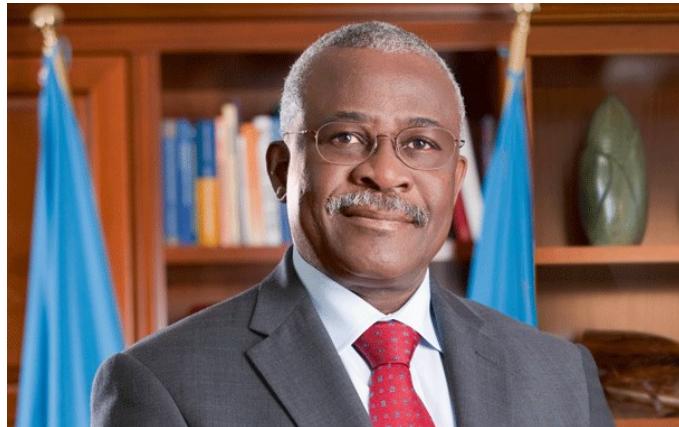
OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (<i>International Fund for Agricultural Development</i>)
Mandato:	Erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência técnica e financeira.
Natureza:	Fundo intergovernamental
Estados partes:	176 (174 membros da ONU, mais Cook Islands e Niue)
Estados associados:	Não há. Todos são membros plenos
Fundação:	30 de novembro de 1977
Ano de adesão do Brasil:	30/11/1977 – o Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conselho de Governadores e Junta Executiva
Principais chefias:	Presidente: Kanayo F. Nwanze (desde fev/2013) Vice-Presidente: Michel Mordasini (desde dez/2013)
Representante no Brasil:	Hardi Vieira, nacional brasileiro
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (FIDA e PMA)

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte em 30 de agosto de 2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Kanayo F. Nwanze
Presidente do FIDA



Nacional nigeriano, graduou-se em Ciências pela Universidade de Ibadan (Nigéria), em 1971, e tornou-se Doutor em Entomologia Agrícola pela Universidade do Estado do Kansas (EUA), em 1975. Reúne também títulos honorários das universidades de Warwick (Reino Unido) e McGill (Canadá).

Nwanzen possui mais de 30 anos de experiência na área de redução da pobreza por meio da agricultura, desenvolvimento rural e pesquisa. Foi Diretor-Geral do *Africa Rice Center* e promoveu a iniciativa *New Rice for Africa* (NERICA), sobre variedade de arroz de alto rendimento, resistente a pragas e à seca, especialmente desenvolvida para o continente africano. Possui experiência em instituições de pesquisa associadas ao Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) na África e na Ásia. Além disso, é autor de grande número de publicações e membro de várias associações científicas.

Assumiu a presidência do FIDA em 1º de abril de 2009 e iniciou em fevereiro de 2013 seu segundo mandato de quatro anos.

Michel Mordasini
Vice-Presidente do FIDA



Economista suíço com Mestrado em Economia Política pela Universidade de Genebra, Michel Mordasini possui mais de 30 anos de atuação internacional nas áreas de cooperação bilateral e multilateral, desenvolvimento e redução da pobreza.

Foi Diretor-Geral Assistente da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), trabalhando na resposta aos desafios globais enfrentados pelos países em desenvolvimento, com foco especial em mudança do clima, água, segurança alimentar, migração e desenvolvimento. Sob a SDC, Mordasini acumulou experiências de campo em cooperação para o desenvolvimento, servindo em vários países africanos e asiáticos.

Como Diretor Executivo no Banco Mundial, cobriu Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Polônia, Sérvia, Suíça, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Também exerceu funções na Secretaria de Estado da Suíça para Assuntos Econômicos e ocupou altos cargos da Cruz Vermelha no Afeganistão, Líbano, Iraque, Paquistão, África do Sul e Uganda.

Foi nomeado Vice-Presidente do FIDA, em dezembro de 2013.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com países recipientes e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras. As iniciativas são específicas para cada país e podem envolver a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais.

Conforme o Art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados Membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para introduzir, expandir ou melhorar os sistemas de produção de alimentos e para fortalecer as políticas e instituições afins no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, tendo em conta: a necessidade de aumentar a produção de alimentos nos países mais pobres e deficitários de alimentos; o potencial para aumentar a produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional das populações mais pobres dos países em desenvolvimento, bem como suas condições de vida.

Mediante empréstimos e doações, o FIDA trabalha com governos para desenvolver e financiar programas e projetos de superação da pobreza rural. Desde o início de operações, em 1978, o Fundo investiu US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

Estrutura e Governança:

Criado em 1977¹ como um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentação de 1974², o FIDA possui estrutura semelhante à de outras instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, bancos regionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

¹ Em 30/11/1977, entrou em vigor o Acordo Constitutivo do FIDA, adotado em 13/06/1976.

² A conferência foi organizada em resposta às crises alimentares da década de 1970. Decidiu-se que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola deve ser estabelecido imediatamente para financiar projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento”.

A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas ou de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias:

Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) e;

Lista C (países em desenvolvimento) – esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

Os Estados Membros são convidados a contribuir para o Fundo, segundo suas capacidades. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições. Desse modo, nota-se que a Lista A – grupo que reúne presentemente os principais contribuintes – exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países reciendários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçado sua atuação política.

Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores, em que os Estados Membros participam com poder de voto proporcional ao histórico de seus aportes.

O Conselho dos Governadores é a instância política mais elevada e a principal autoridade decisória; dele participam os Governadores ou Governadores Alternos de todos os Estados membros do Fundo. Reúne-se uma vez por ano e toma as decisões políticas mais relevantes: eleição do Presidente, nomeação dos membros da Junta, ingresso de novos membros; aprovação das consultas de reposição do Fundo e seu orçamento administrativo, e adoção de políticas gerais, critérios e regulamentos.

Por sua vez, a Junta Executiva é responsável por supervisionar as operações gerais do FIDA e aprovar o seu Programa de Trabalho. Seus 18 membros plenos e 18 alternos³ são convidados a reunirem-se três vezes ao ano com o propósito de examinar e aprovar:

- i) propostas de políticas estratégicas que orientam as atividades do Fundo, inclusive aquelas para países (Programa de Oportunidade País – COSOP, na sigla em inglês);
- ii) produtos financeiros oferecidos a programas e projetos, como doações e empréstimos a taxas de juros baixas; e
- iii) normas administrativas e financeiras.

O FIDA possui ainda dois órgãos subsidiários permanentes: o Comitê de Avaliação e o Comitê de Auditoria. O primeiro ocupa-se de avaliar as políticas e operações do Fundo – e, na condição de órgão independente, reporta-se diretamente à Junta. O segundo analisa as condições de gestão financeira e nomeia auditor externo. Seguindo diretrizes da Junta Executiva, o Fundo também pode estabelecer grupos de trabalho “ad hoc”, com a finalidade de abordar temas específicos.

³ A participação na Junta Executiva, determinada pelo Conselho de Governadores, está atualmente distribuída da seguinte forma: Lista A: oito membros e oito suplentes; Lista B: quatro membros efetivos e quatro suplentes; e Lista C: seis membros e seis suplentes – sendo dois de cada Sublista.

A representação do Governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, secundado pelo Itamaraty. O Senhor Ministro do MPOG é o Governador brasileiro junto ao Fundo, tendo a Representante Especial do Brasil junto ao Fundo como Governadora Alterna.

Orçamento:

As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFIs). Conforme seu Regulamento Financeiro⁴, é chamado de “orçamento administrativo” o orçamento anual para questões de administração do Fundo, referente ao art. 6.10 do Acordo Constitutivo do FIDA – sendo, assim, composto pelo “orçamento regular”, pelo “orçamento de capital” e pelo “orçamento do Escritório de Avaliação Independente” do FIDA. O ano financeiro do FIDA se estende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições recebidas e recursos derivados de operações financeiras ou provenientes de outras fontes, em conformidade com o Art. 4.1 do Acordo Constitutivo. Há expectativa de que o Fundo venha a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

O Presidente do FIDA deve apresentar estimativa anual de orçamento administrativo para aprovação do Conselho de Governadores - o órgão deliberativo máximo do Fundo. Como parte do processo de definição do orçamento anual, o Presidente elabora, para consideração, as projeções orçamentárias do Plano de Médio Prazo, com base na projeção do fluxo de rendimentos para o Fundo de todas as fontes e planos operacionais, bem como os desembolsos previstos no mesmo período.

As contribuições voluntárias dos países membros ao FIDA são baseadas em escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. O direito a voto, por sua vez, é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Nos termos do Acordo, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal.

Na recém-concluída décima reintegralização de fundos - FIDA X foram alocados US\$ 1.149 bilhão (um bilhão cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos). Nas nove reintegralizações precedentes os recursos totalizaram US\$

⁴ Disponível em: <http://ifad.org/pub/basic/fin/e/103finre.pdf>

6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B (produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

Desde o início das atividades do FIDA até sua nona reposição de recursos, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de 62% do total de recursos carreados. Com o FIDA X, os montantes correspondentes aos dez maiores contribuintes passarão a ser:

- 1 - Estados Unidos, US\$ 977.608.500;
- 2 - Alemanha; US\$ 535.991.900;
- 3 - Países Baixos, US\$ 510.470.000;
- 4 - Japão, US\$ 504.561.500;
- 5 - Itália, US\$ 476.260.000;
- 6 - Reino Unido, US\$ 469.676.000;
- 7 - Arábia Saudita, US\$ 432.778.000;
- 8 - Suécia, US\$ 411.774.400;
- 9 - França, US\$ 382.962.100 e;
- 10 - Canadá US\$ 356.349.000.

Nota-se que Índia e China apresentaram ofertas importantes na reposição para o FIDA X, de US\$ 36.904.400 e US\$ 59.910.100 – elevando suas contribuições totais a US\$ 164.153.400 e US\$ 158.610.100, respectivamente. A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total passará a ser de US\$ 97.380.500.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades são desenvolvidas com o propósito de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. Desde seu estabelecimento, em 1977, o FIDA já financiou onze projetos no Brasil (seis ainda em curso), que totalizam cerca de US\$ 825 milhões, dos quais US\$ 260 milhões foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365,400 famílias.

Os projetos do FIDA no Brasil concentram-se principalmente no Semiárido nordestino, mas devem estender-se também por outras regiões, como a Amazônia e o Agreste, onde também se encontram bolsões de pobreza; estão dirigidos ao apoio e na promoção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda, capacitação e acesso a serviços essenciais. Suas ações contemplam a implantação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, de tecnologias de coleta e conservação de água e de planejamento participativo para o avanço da inovação e dos conhecimentos tradicionais.

O envolvimento do Fundo com o Brasil decorre, por um lado, do fato de 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é percebido como país que hoje sustenta sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, afora conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade.

Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados.

As atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil estão comprometidas com o desafio principal da política de desenvolvimento agrário brasileira de “superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais” (COSOP - Brazil). Os focos de atuação do FIDA no Brasil são:

- i) projetos de investimentos em Estados da Federação, viabilizados com base em comum acordo com o Governo federal;
- ii) a região Nordeste, com a possibilidade de explorar futuramente iniciativas em outras regiões (em particular, o Norte);

iii) o manejo de conhecimento e o diálogo de políticas.

Os objetivos estratégicos fixados para fortalecer políticas públicas nacionais de combate à pobreza rural e desenvolvimento agrário são, por sua vez:

- a) aumentar a produção agrícola comercial da agricultura familiar, por meio de acesso ao mercado em condições sustentáveis;
- b) melhorar o acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, especialmente de mulheres e jovens;
- c) melhorar, por meio da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste para viver em espaços semiáridos;
- d) aprofundar os debates sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar em níveis nacional e internacional (com grande abertura para iniciativas de cooperação Sul-Sul).

O FIDA tem, ainda, buscado fortalecer sua presença no Brasil, principalmente por meio da instalação de escritório no país, possibilitando estreitar diálogo com as partes interessadas e melhorar a supervisão dos projetos em curso.

Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação financeira mantida com o Governo brasileiro advém em muitos aspectos da coordenação entre os órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento agrário e as áreas responsáveis por finanças.

Atividades atuais do FIDA no Brasil

Atualmente, seis operações estão em andamento no Brasil, entre as quais a Viva o Semiárido, o PROCASE-Paraíba e o *Rural business for small producers project*. Uma dessas iniciativas, o Gente de Valor, já beneficiou 34 municípios e 282 comunidades pobres. Iniciada com investimentos em cisternas no semiárido da Bahia, avançou no apoio ao cultivo de hortas e hoje contribui para melhorar a segurança alimentar e gerar renda mediante a venda de excedentes. Agentes locais capacitados conectam as comunidades com as estruturas regionais e estaduais de gestão do projeto. E, assim, 35 mil pessoas foram já diretamente beneficiadas pela iniciativa, que, estima-se, teria proporcionado benefícios difusos adicionais a aproximadamente 55 mil habitantes.

Concluída recentemente, a avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil recomendou a elaboração de nova estratégia de ação no País. Destaca-se,

nesse contexto, o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no projeto conjunto *Innovation Marketplace*, apoiado pela Fundação Bill & Melinda Gates, o Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Banco Mundial. A iniciativa, que envolve também os Ministérios da Agricultura (MAPA), Ciência e Tecnologia (MCTI) e a Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty (ABC/MRE) pretende conectar especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas na pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outro projeto do FIDA no Brasil que conta com o apoio da EMBRAPA é o programa com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) de incentivo ao desenvolvimento da agricultura sustentável e acesso a mercados, que deverá contar com doação de até US\$ 2 milhões para sua execução, nos próximos três anos.

O FIDA tem a intenção de expandir o co-financiamento de projetos para além do semiárido brasileiro, embora mantendo o foco na região Nordeste. A estratégia também compreende linha de ação baseada em atividades não associadas a empréstimos, como diálogo sobre políticas, compartilhamento de conhecimento e cooperação horizontal. O Presidente do Fundo, Kanayo F. Nwanze, já manifestou o interesse em compartilhar com o MAPA experiência na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável, visando estreitar a colaboração com aquele Ministério.

O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo visam principalmente assegurar e reforçar esse engajamento, crescentemente objeto de crítica por parte dos países industrializados, que prefeririam redirecionar os recursos do FIDA para os países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

Situação das contribuições brasileiras

O saldo das contribuições brasileiras relativas ao FIDA VIII a ser pago em 2014 (US\$ 4.288.328,95) e o montante total devido em 2015 (US\$ 4.455.000) encontram-se em atraso. No final do ano passado, foi feito depósito parcial de US\$ 166.171,05, abatido do total da contribuição devida no exercício de 2014. Com

relação ao FIDA IX, as contribuições brasileiras a serem pagas vencem ao final de 2016, 2017 e 2018 (US\$ 5.566.668 cada).

O direito a voto é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo. Em 2010, o Brasil depositou uma nota promissória relativa ao FIDA VIII, recebendo os direitos de voto correspondentes. Se o pagamento dessa nota promissória não for efetuado no prazo de dois anos, os direitos de voto correspondentes devem ser retirados e o Brasil torna-se inelegível para a Junta Executiva. Portanto, já na próxima sessão do Conselho de Governadores, em fevereiro de 2017, caso a contribuição relativa a 2014 não tenha sido paga, o Brasil não poderá ser reeleito para a Junta Executiva.

O Brasil, por ser um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA, sendo, ao mesmo tempo, o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento, encontra-se na difícil situação de estar a descoberto há vários anos em seus compromissos de contribuição com o Fundo. Como em novembro próximo deverá receber visita de campo da Junta Executiva, a persistência dessa situação provavelmente será tema de gestões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1974 – A Conferência Mundial sobre Alimentação decide criar o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

1977 – Entra em vigor, em 30/11, o Acordo Constitutivo do FIDA. Estabelecido em Roma, o Fundo inicia suas operações a partir de 1978.

1980 – É aprovado o primeiro projeto a ser financiado pelo FIDA no Brasil (*Ceará Second Rural Development Project*).

2010 – O Escritório Compartilhado da ONU em Salvador (Bahia) é inaugurado. Reúne representantes de diferentes organizações, fundos e programas do sistema das Nações Unidas. Além do FIDA, estão ali representados o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2013 – Assume o atual Presidente do FIDA, o nigeriano Kanayo F. Nwanze

2002 – O Quadro Estratégico do FIDA para 2006 confirma seu compromisso em facilitar a superação da pobreza no meio rural, com foco no fortalecimento de capacidades e na melhoria do acesso equitativo aos recursos naturais e à tecnologia de produção.

ATOS INTERNACIONAIS

O Acordo Constitutivo do FIDA e demais textos jurídicos que regulam suas atividades estão publicados no endereço eletrônico:
https://www.ifad.org/who/basic_legal/list#anchor_1

Não há registro de atos internacionais firmados entre a FAO e o Governo Federal; apenas Memorandos de Entendimento com governos estaduais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO**



OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
Mandato:	Eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.
Natureza:	Agência especializada e intergovernamental
Estados partes:	194 Estados e 1 Organização (União Europeia)
Estados associados:	2 Estados: Ilhas Faroe e Tokelau
Fundação:	16 de outubro de 1945
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Sede:	Roma, Itália (desde 1951, quando foi transferida de Washington, EUA)
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conferência, Conselho, Conferências Regionais, Comitês Administrativos (Programa, Finanças, Questões Constitucionais e Jurídicas), Comitês Temáticos (Agricultura, Florestas, Pesca e Aquicultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base)
Principais chefias:	Diretor-Geral, José Graziano da Silva (jan/2012-atual) Vice-Diretor-Geral de Operações, Daniel J. Gustafson (jan/2013-atual) Vice-Diretora-Geral de Conhecimento, Maria Helena Semedo (jun/2013-atual)
Representante na Região:	Raúl Benítez, Representante da FAO para a América Latina e o Caribe (jun/2012-atual)
Representante no Brasil:	Alan Bojanic, Representante da FAO no Brasil (mar/2013-atual)
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte, em 31 de agosto de 2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Graziano da Silva
Diretor-Geral da FAO



Brasileiro, agrônomo e professor⁵, José Graziano da Silva trabalha com agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar desde 1972. Entre 2003 e 2004, foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero. Em 26 de junho de 2011, foi eleito Diretor-Geral da FAO, tornando-se o primeiro latino-americano a ocupar tal posição. Candidato único, foi reeleito, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Desde que assumiu o cargo de Diretor-Geral da FAO, em janeiro de 2012, Graziano tem-se encarregado da conclusão de reformas estruturantes na Organização, reorientando seu trabalho para o combate à insegurança alimentar e à desnutrição e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Seus esforços vêm resultando em melhor custo-benefício para a FAO e seus parceiros, o que lhe garantiu ampla aprovação tanto entre os países desenvolvidos quanto entre aqueles em desenvolvimento.

⁵ Possui Grauação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, onde foi professor titular de Economia Agrícola. Fez, ainda, Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia e no Instituto de Estudos Latino-Americanos da University College London.

Daniel J. Gustafson
Vice-Diretor-Geral de Operações



Cidadão norte-americano, Gustafson é Bacharel em Economia e Relações Internacionais, Mestre em Economia Agrícola e Doutor em Extensão Agrícola. Iniciou carreira no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e serviu no Brasil de 1977 a 1988, apoiando programas de pesquisa e extensão agrícolas nacionais. Em seguida, tornou-se Diretor de Programa do Centro de Gestão de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Maryland, nos EUA.

Na FAO, Gustafson iniciou seus trabalhos em 1994, como Representante da Organização em Moçambique. Em 1998, foi designado a representar a FAO no Quênia e na Somália; e, em 2002, na Índia e no Butão. Tornou-se Diretor do Gabinete do Escritório de Ligação para os EUA e o Canadá, em 2007; e Diretor do Escritório de Apoio à Descentralização, em 2012. Nesse mesmo ano, foi nomeado pelo Conselho da FAO para a função de Vice-Diretor-Geral de Operações. Sob sua coordenação, além das atividades de cooperação internacional da FAO, estão concentrados os serviços corporativos, financeiros e de recursos humanos.

Maria Helena Semedo
*Vice-Diretora-Geral de Conhecimento
Coordenadora-Geral para Recursos Naturais*



Nacional de Cabo Verde, Maria Helena Semedo foi nomeada Vice-Diretora-Geral de Conhecimento pelo Conselho da FAO, em 2013. Em seu país, exerceu as funções de Ministra da Pesca, Agricultura e Assuntos Rurais (1993-1995); Ministra Coordenadora do Comitê Interestadual para o Controle da Seca do Sahel (1993-1997); Ministra para Assuntos Marinhos (1995-1998); e Ministra do Turismo, Transportes e Oceanos (1998-2001).

Na FAO, Semedo atuou como Representante da Organização no Niger (2003-2008); Representante Subregional da África Ocidental e Vice-Representante Regional para a África (2008-2009), tornando-se a titular do Escritório em Acrá e Diretora-Geral Assistente ainda em 2009. Como Vice-Diretora-Geral de Conhecimento e Diretora de Recursos Naturais da FAO, ela concentra sob seu comando todas as áreas temáticas da Organização.

INFORMAÇÕES GERAIS

Agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, a FAO tem o mandato de ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde sua fundação, em 16 de outubro de 1945, a FAO mantém-se como um dos maiores organismos internacionais das Nações Unidas. Nas suas duas primeiras décadas, era a única fonte internacionalmente reconhecida de conhecimentos técnicos em alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente, junto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), criado em 1963, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), de 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados a agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A Organização é integrada por 195 Membros e 2 Estados Associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Entre os Membros, constam 194 Estados nacionais e a União Europeia, na categoria de organização. Seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, encontra-se no segundo mandato (2015-2019), para o qual foi reeleito com amplo apoio: 177 dos 182 votos possíveis, em candidatura única. Por sua vez, os Vice-Diretores-Gerais se dividem entre os temas de natureza substantiva, a cargo da cabo-verdiana Maria Helena Semedo (*DDG Knowledge*), e aqueles de ordem administrativa e financeira, sob a responsabilidade do norte-americano Daniel Gustafson (*DDG Operations*).

Estrutura e Governança:

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários.

- **Conferência:** órgão máximo de deliberação, que reúne, a cada dois anos, todos os Membros da FAO. Tem o propósito de rever os trabalhos da Organização e aprovar o Programa de Trabalho e Orçamento para o biênio seguinte. O Diretor-Geral da FAO é eleito pela Conferência para um mandato de quatro anos, passível de uma única renovação.

- **Conselho:** é composto de 49 membros eleitos para um mandato de três anos. Supervisiona as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho da organização. É assessorado por comitês técnicos e órgãos subsidiários, que reportam ao Conselho as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho.
- **Comitês:** a estrutura da FAO contempla quatro Comitês técnicos: Agricultura (COAG), Florestas (COFO), Pesca e Aquicultura (COFI) e Produtos de Base (CCP); e três Comitês administrativos, de participação restrita: Programa; Finanças; e Questões Constitucionais e Jurídicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS ou CSA), realizado anualmente, e as Conferências Regionais, de frequência bienal, também são considerados órgãos diretores da FAO.
- **Outros órgãos estatutários:** a FAO conta com outros órgãos estatutários, cujo trabalho é de grande relevância e interesse para o Brasil. Entre eles estão a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura (CGRFAA) e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura (IPTGRFA ou TIRFAA). Também se enquadram nessa categoria aqueles órgãos considerados normativos (“rule-setting bodies”) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC): o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CPM), braço executivo da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC).



A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas específicos e afins ao seu mandato e programa de trabalho. A Aliança Mundial pelos Solos (GSP)⁶ e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP)⁷, por exemplo, contam com a associação do governo brasileiro. O país também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não-governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos⁸ e da Iniciativa Global de Crescimento Azul e Estados Insulares em Desenvolvimento⁹. Por sua vez, as atividades da Aliança Mundial pela Agricultura Climaticamente Inteligente (GACSA) ¹⁰ e do Mecanismo Floresta e Agricultura (FFF) têm sido acompanhadas pela Representação do Brasil junto à FAO, mantendo-se o país na condição de observador.

O secretariado opera em seis unidades principais, responsáveis pelos temas substantivos, além de um departamento administrativo. Listam-se abaixo as principais divisões de cada área, que sinalizam a amplitude e variedade do trabalho realizado pela Organização:

- a) Agricultura e Proteção ao Consumidor – produção e saúde animal; nutrição e proteção ao consumidor; produção e proteção de plantas; infraestrutura rural e agroindústrias; unidade de técnicas nucleares FAO/AIEA;
- b) Desenvolvimento Social e Econômico – desenvolvimento agrícola; estatísticas; comércio e mercados; gênero, equidade e emprego rural;
- c) Pesca e Aquicultura – políticas de pesca e aquicultura; uso e conservação de recursos pesqueiros e de aquicultura;
- d) Florestas – produtos, políticas e economia florestal; avaliação, manejo e conservação florestal;
- e) Cooperação Técnica – políticas e desenvolvimento de programas; operações emergenciais e reabilitação; centro de investimentos;
- f) Serviços Corporativos e Recursos Humanos e Finanças.

A FAO conta, ainda, com uma Coordenação-Geral para Recursos Naturais, que abriga as divisões de Clima, Energia e Posse, e de Terra e Água, além de integrar as ações dos departamentos de Agricultura, Florestas, e Pesca e Aquicultura. A Coordenação-Geral de Recursos Naturais é atualmente chefiada pela Vice-Diretora-Geral, Maria Helena Semedo.

⁶ <http://www.fao.org/globalsoilpartnership/en/>

⁷ <http://www.globalbioenergy.org/>

⁸ <http://www.fao.org/3/a-i4068e.pdf>

⁹ http://www.fao.org/fileadmin/templates/sids/PDF/Blue_Growth_policy_paper.pdf

¹⁰ <http://www.fao.org/climate-smart-agriculture/en/>

NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO:

A ORGANIZAÇÃO POSSUI CINCO ESCRITÓRIOS REGIONAIS, NOVE ESCRITÓRIOS SUB-REGIONAIS, CINCO ESCRITÓRIOS DE LIGAÇÃO E 143 REPRESENTAÇÕES NACIONAIS. A PRINCIPAL FUNÇÃO DESSES ESCRITÓRIOS E REPRESENTAÇÕES É A DE IDENTIFICAR, PLANEJAR E IMPLEMENTAR AS AÇÕES PRIORITÁRIAS DA FAO NOS NÍVEIS REGIONAL, SUB-REGIONAL E LOCAL. OS POSTOS AVANÇADOS DA ORGANIZAÇÃO TAMBÉM APOIAM OS PAÍSES, POR MEIO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO, NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO COMBATE À FOME E À DESNUTRIÇÃO, AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRÍCOLA E AO USO SUSTENTÁVEL E EFICIENTE DOS RECURSOS NATURAIS.

OS CINCO ESCRITÓRIOS REGIONAIS DIVIDEM-SE EM: ÁFRICA SUBSAARIANA (SEDE EM ACRA, GANA), ÁSIA E PACÍFICO (BANGKOK, TAILÂNDIA), AMÉRICA LATINA E CARIBE (SANTIAGO, CHILE); EUROPA E ÁSIA CENTRAL (BUDAPESTE, HUNGRIA); E ORIENTE PRÓXIMO E NORTE AFRICANO (CAIRO, EGITO). O REPRESENTANTE DA FAO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE É O ARGENTINO RAÚL BENÍTEZ.

NO BRASIL, A ORGANIZAÇÃO TEM ESCRITÓRIO EM BRASÍLIA, E SEU REPRESENTANTE NO PAÍS É ALAN BOJANIC, NACIONAL DA BOLÍVIA. A ATUAÇÃO DA FAO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO ABRANGE ÁREAS COMO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, REDUÇÃO DA POBREZA, DESENVOLVIMENTO RURAL, SANIDADE AGROPECUÁRIA, QUALIDADE DOS ALIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS.

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES:

ENTRE AS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA FAO, ESTÃO:

- ❖ **APOIAR PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MEDIANTE PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, NUMA VISÃO HOLÍSTICA, QUE INTEGRE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE – AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA;**

- ❖ INFORMAR SOBRE NUTRIÇÃO, ALIMENTOS, AGRICULTURA, FLORESTAMENTO E PESCA, UTILIZANDO-SE DE INFORMES (*NEWSLETTERS*), RELATÓRIOS, LIVROS, REVISTAS E DADOS EM FORMATO ELETRÔNICO;
- ❖ ACONSELHAR A GOVERNOS, COM BASE NO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO E EXPERIÊNCIA DE SEU DIVERSIFICADO QUADRO TÉCNICO, ALÉM DE CONSULTORIAS EM POLÍTICA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA E EM FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE À POBREZA;
- ❖ SERVIR COMO UM FÓRUM NEUTRO PARA DISCUTIR E FORMULAR POLÍTICAS NOS PRINCIPAIS ASSUNTOS RELACIONADOS À AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. REALIZAR CONFERÊNCIAS, ENCONTROS TÉCNICOS E CONSULTAS DE ESPECIALISTAS.

A atuação da FAO estende-se a operações de assistência humanitária, nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências. Possui também programas de prevenção e controle de pestes (*o Emergency Prevention System for Transboundary Animal and Plant Pests and Diseases*, implementado em 1994).

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa *Codex Alimentarius*, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteger os consumidores, garantir o comércio justo e promover a coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar realizados por organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Além de utilizar seus próprios recursos, a FAO busca favorecer o desenvolvimento do setor agrícola também com investimentos provenientes de instituições multilaterais como o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e fundos internacionais.

A atuação da FAO amplia-se também para operações de assistência humanitária, atuando nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências.

Reforma da Governança e Marco Estratégico Revisado:

Foi concluída, em 2013, a revisão no Marco Estratégico da FAO, que concentrou a ação da Organização em cinco Objetivos Estratégicos¹¹:

OE 1 – Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição;

OE 2 – Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável;

OE 3 – Reduzir a pobreza rural;

OE 4 – Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e

OE 5 – Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes.

Também está em fase de conclusão, processo de reforma na estrutura de governança¹² da Organização, voltado, sobretudo, para:

a) Apresentação de resultados concretos de gestão, mediante aprovação e implementação ágil de projetos e programas;

¹¹ <http://www.fao.org/docrep/meeting/027/mg015e.pdf>

¹² <http://www.fao.org/3/a-mm578e.pdf>

- b) Reforço das capacidades institucionais, sobretudo em termos de descentralização e maior capacidade de resposta dos escritórios regionais, sub-regionais e nacionais;
- c) Redução substantiva dos custos administrativos e ampliação do uso dos recursos do orçamento regular da Organização em programas de apoio concreto a Estados Membros¹³;
- d) Fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, iniciativa privada, a área acadêmica e outros atores não-estatais; e
- e) Incentivo e apoio à Cooperação Sul-Sul.

Áreas Prioritárias e Temas Emergentes

Segundo o Plano de Medio Prazo 2014-2017¹⁴ e o Programa de Trabalho e Orçamento 2016-2017¹⁵, são oito as áreas prioritárias de ação da FAO para os próximos anos, sendo três temáticas e cinco operacionais. Os temas prioritários são:

- i) Nutrição – ações de seguimento à Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2);
- ii) Mudança do Clima – apoio a negociações internacionais e adoção de ações de adaptação relacionadas à agricultura; e
- iii) Cooperação Sul-Sul – incluindo atividades de capacitação em medidas de proteção social, aquicultura, gênero e juventude.

Entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da Organização, sublinham-se: agroecologia, biotecnologia (sobretudo aplicada a pequenos produtores), medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS), entre outros.

A partir de seu amplo mandato, a FAO busca se viabilizar como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses esforços são especialmente observados nas áreas de segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento rural e mudança do clima. Sobre esta última, registro que, em seguimento ao Acordo de Paris (dezembro de 2015), a FAO vem advogando maior atenção à agricultura – incluindo pecuária, pesca e florestas – nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

Por sua vez, no campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos anos, realizou, em conjunto ou com apoio de outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e 2014¹⁶; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002¹⁷; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009¹⁸. As atividades vindouras, por sua vez, serão pautadas pela definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com metas tanto específicas para a nutrição (ODS 2), quanto dirigidas a outras áreas, mas de efeitos indissociáveis sobre a segurança alimentar e a nutrição.

Orçamento da FAO:

O orçamento total da FAO previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros.

O orçamento total da FAO previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% (pouco mais de US\$ 1 bilhão) proviriam de contribuições

¹³ Atualmente, cerca de 70% dos recursos do orçamento regular da FAO são gastos com os custos administrativos da Organização, o que leva a quase totalidade dos programas e atividades-fim a serem financiados com recursos provenientes de contribuições voluntárias.

¹⁴ <http://www.fao.org/3/a-mm710e.pdf>

¹⁵ <http://www.fao.org/3/a-mn176e.pdf>

¹⁶<http://whqlibdoc.who.int/hq/1992/a34303.pdf> e <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

¹⁷ <http://www.fao.org/wfs/> e <http://www.fao.org/docrep/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>

¹⁸ <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/Meeting/018/k6050e.pdf>

estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente – uma parte em dólares americanos e a outra, em euros – e correspondem à metade do valor devido no biênio.

O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência – do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes – em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo – contribuem com cerca de 8% do total.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos – além de ser o o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta – não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes Ministérios e instituições nacionais nos projetos de cooperação com a FAO demonstra a diversidade dos temas e das áreas de interesse do país com relação às atividades realizadas por essa agência especializada das Nações Unidas.

Não obstante, ainda há espaço para maior engajamento, por exemplo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobretudo em atividades de difusão de políticas bem-sucedidas, como crédito rural, gestão de risco (zoneamento de risco climático e seguro agrícola), a agricultura de baixo carbono (Plano ABC¹⁹), Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCar), novo Código Florestal, entre outras. Sabe-se, por exemplo, do interesse da FAO em colaborar com o MAPA no programa de recuperação de áreas degradadas, bem como em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para apoiar produtores agrícolas africanos e latino-americanos. O mesmo pode ser dito com relação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com respeito à finalização do Projeto de Monitoramento Florestal da Bacia do Congo, entre outros temas, à EMBRAPA, à Agência Nacional de Águas, e a outras instituições de excelência do Brasil.

¹⁹ Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc>).

Considerando os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo 2014-2017 da FAO, as áreas a serem enfatizadas no período 2016-2017, os projetos de cooperação que contam com a participação brasileira, os atos bilaterais firmados com o País, bem como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização, são os seguintes os temas prioritários para o Brasil no âmbito da FAO²⁰:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural

- Medidas de Proteção Social;
- Acesso à Terra e aos Meios de Produção Rural;
- Geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição

- Direito à Alimentação Adequada;
- Alimentação Escolar;
- Melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos

- Agricultura Familiar;
- Questões de Gênero;
- Compras Governamentais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis

- Intensificação e Eficiência da Produção Agropecuária, Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos);
- Manejo Florestal Sustentável;
- Pesca e Aquicultura Sustentáveis;
- Agricultura e Mudança do Clima;
- Agricultura e Bioenergia;
- Agroecologia e Produção Orgânica;

²⁰ A presente lista não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

- Biotecnologia, Melhoramento Genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular

- Assistência Técnica;
- Capacitação;
- Formação de Redes de Pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar

- Prevenção, Mitigação e Resposta a Emergências;
- Ações Estruturantes para Construção de Resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas

- Investimentos e Inovação Tecnológica;
- Promoção de Sistemas de Distribuição e Abastecimento;
- Inclusivos, Sustentáveis, Eficientes e Justos;
- Promoção de medidas Contra Perdas e Desperdício;
- Promoção da Integração de Mercados Regionais e Globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal

- Prevenção e Controle de Pestes;
- Segurança Sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias

Cumpre notar que a lista acima não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceira Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

Situação das contribuições obrigatórias do Brasil

A contribuição do Brasil no exercício de 2016 é de USD 8.010.582,84 (oito milhões, dez mil, quinhentos e oitenta e dois dólares e oitenta e quatro centavos) e EUR 5.635.715,22 (cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e quinze euros e vinte e dois centavos). Seu pagamento encontra-se em atraso desde 1º de janeiro passado e deverá ser quitado até 1º de janeiro de 2017 para não constituir dívida pendente, como ocorre com parte da contribuição de 2015 – da qual restam pagar € 2.072.743,02 (dois milhões, setenta e dois mil e setecentos e quarenta e três euros e dois centavos).

O Estado Membro perde o direito ao voto na FAO caso seu atraso iguale ou exceda o montante das contribuições nos dois anos precedentes (Constituição da FAO, Artigo III.4). Os valores das contribuições anuais devem ser quitados no mesmo ano de exercício, para não serem consideradas em atraso, a partir de 1/01 do ano sucessivo, ou registradas como dívida do país (dois anos sem pagamento), podendo implicar a perda do direito a voto a partir de então.

Projetos implementados pela FAO com o apoio brasileiro

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul e Triangular - em benefício próprio e de outros países. Há 25 projetos desse tipo, em andamento no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (13), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 100 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Destes, cerca de US\$ 30 milhões, provenientes de diferentes ministérios e instituições, restam pendentes de pagamento.

Os projetos realizados em terceiros países refletem os esforços do Governo Brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e Trilateral, o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no desenvolvimento de políticas e programas voltados, sobretudo, ao combate à pobreza e à fome. A carteira de projetos inclui, entre outros:

- OSRO/RAF/202/BRA – PAA África: *Purchase from Africans for Africa*: - Promovendo a Compra Local de Alimentos para a Assistência Alimentar na África (MRE);
- GCP/RAF/483/BRA – Fortalecimento dos Programas de Merenda Escolar em Países Africanos (FNDE);
- GCP /RLA/160/BRA - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 (MRE);
- GCP /RLA/190/BRA – Ativação dos Serviços e Consolidação da Rede de Aquicultura das Américas (MPA);
- GCP /RLA/193/BRA – Apoio às Estratégias Nacionais e Subregionais de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e Superação da Pobreza nos Países da América Latina e Caribe (MDS);
- OSRO/HAI/302/BRA – Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Produção e Provimento de Sementes e Material Vegetal do Haiti (MRE);
- GCP/RAF/498/BRA – Troca de Experiências e Diálogos sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África (MDA); sobre este, registro

que os aportes brasileiros foram reduzidos recentemente dos US\$ 4 milhões prometidos aos US\$ 600 mil previamente depositados, limitando a atividade a um único país (Moçambique).

Projetos em que o Brasil é exclusivamente beneficiário:

Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros cinco projetos, com orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é apenas beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes – sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande – são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O quinto projeto - sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil – é custeado pelo programa regular da FAO. São eles:

- TCP/BRA/3501 – Elaboração de Indicadores de Insegurança Alimentar no Brasil;
- GCP/BRA/078/GFF – Gestão Integrada do Ecossistema da Baía de Ilha Grande;
- GCP/BRA/079/GFF – Fortalecimento da Política Nacional e dos Conhecimentos em Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Brasil;
- GCP/BRA/086/GFF – Reversão dos Processos de Desertificação em Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade;
- GCP/RLA/201/GFF – Manejo Sustentável da Captura Incidental da Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe.

Ações conjuntas do Brasil com a FAO desenvolvidas recentemente, ou ainda em curso, no território nacional:

- Apoio ao programa Fome Zero, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
- Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA);
- Apoio ao Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR, em parceria com o Ministério da Integração Nacional;
- Apoio ao Programa Nacional de Florestas – PNF, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Apoio ao Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MAPA);
- Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Ministério da Educação (MEC);
- Apoio ao Programa de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e iniciativas regionais e subregionais vinculadas a Sanidade Animal, Proteção Vegetal, Biocombustíveis, Segurança Alimentar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1943 – Representantes de 44 países, reunidos em Hot Spring, na Virginia, EUA, assumiram o compromisso de financiar uma organização permanente dedicada à alimentação e à agricultura.

1945 – A primeira agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 16 de outubro, em conferência realizada no Quebec, Canadá. O Brasil foi um de seus 42 membros fundadores. O nutricionista britânico John Boyd Orr foi nomeado o primeiro Diretor-Geral da FAO, que teria sua sede provisória localizada em Washington, EUA.

1946 – A FAO publica o primeiro levantamento mundial sobre a alimentação (*First World Food Survey*), permitindo confirmar que o mundo no pós-guerra sofria com a fome e a desnutrição generalizadas. O estudo abrangeu 70 países e, embora pouco preciso para os padrões atuais, constituiu uma ação inovadora para a época.

1948 – O norte-americano Norris Edward Dodd foi eleito Diretor-Geral da FAO.

1951 – A sede da FAO é transferida para Roma, Itália.

1951 – A Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC) é adotada no âmbito da FAO. O instrumento seria revisado em 1997 e entraria em vigor em 2005.

1952 – A FAO publica o segundo levantamento mundial sobre a alimentação (*Second World Food Survey*), estendendo sua cobertura para 81 países. O estudo demonstra que a situação de fome e desnutrição se agravou nos cinco anos anteriores, com a redução do consumo médio de calorias e as crescentes disparidades entre países ricos e pobres. No mesmo ano, o médico e nutrólogo brasileiro Josué de Castro foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que exerceu até 1956.

1954 – Inicia o mandato do norte-americano Philip Cardon, o terceiro Diretor-Geral da FAO.

1956 – Assume a Direção Geral da FAO o indiano, Binay Ranjan Sen, o primeiro de um país em desenvolvimento.

1960 – É lançada a campanha Libertação da Fome (*Freedom from Hunger*), com o propósito de mobilizar o apoio da sociedade civil.

1963 – A FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) criam a Comissão *Codex Alimentarius* (expressão latina para “legislação alimentar”), a fim de desenvolver normas, orientações e códigos de conduta harmonizados para a proteção da saúde dos consumidores e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.

1967 – O holandês Addeke Hendrik Boerma torna-se o novo Diretor-Geral da FAO.

1970 – O norte-americano Norman Ernest Borlaug, considerado o “pai da Revolução Verde”, recebe o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento ao seu trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, favorecendo o cultivo de variedades de alto rendimento, principalmente trigo e arroz. A série de inovações no campo ajudou a salvar milhões de pessoas da situação de fome. Nos últimos anos, porém, as limitações do modelo (sobretudo sócio-ambientais) tornaram-se mais evidentes.

1975 – Entra em operação na FAO o Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado (*Global Information and Early Warning System – GIEWS*). O GIEWS favorece a intervenção rápida em situações de crise alimentar, em caso de dificuldades no suprimento, decorrentes de desastres, conflitos e outras causas. O monitoramento das lavouras e da cadeia produtiva de alimentos é feito nos níveis global, regional, nacional e sub-nacional.

1976 – Edouard Saoum, do Líbano, assume a Direção Geral da FAO e cria o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.

1980 – São firmados acordos para designar representantes da FAO para os 56 Estados Membros em desenvolvimento (então) associados à Organização.

1981 – O primeiro Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) conta com a participação de mais de 150 países.

1985 – A Conferência da FAO aprova o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas.

1986 – É lançado o AGROSTAT (agora FAOSTAT), para servir de fonte abrangente e regular de informações e estatísticas agrícolas.

1989 – A Conferência da FAO adota o Princípio do Consentimento Prévio Informado para a circulação internacional de pesticidas banidos ou de uso restrito. Desde então, exige-se a accordância dos países importadores sobre a entrada de tais produtos em seu território.

1992 – Realiza-se a primeira Conferência Internacional sobre Nutrição.

1994 – A FAO inicia o programa especial para a segurança alimentar, designado a apoiar países de renda baixa e com déficit de alimentos a aumentar sua produção e produtividade agrícolas para a alimentação. No mesmo ano, é criado o Sistema de Prevenção Emergencial contra Pragas e Doenças Animais e Vegetais Transfronteiriças; e o senegalês Jacques Diouf torna-se Diretor-Geral da FAO.

1995 – Os Estados membros da FAO adotam Código de Conduta para Pesca Responsável. O Código orienta esforços nacionais e internacionais para garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, em harmonia com o meio ambiente.

1996 – Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a FAO lança iniciativa de conscientização e mobilização internacionais para o tratamento dos estoques de pesticidas obsoletos e perigosos.

1997 – Ocorre a primeira campanha anual da FAO associada a redes de televisão no mundo, para o levantamento de fundos ao combate à fome e à má nutrição. Desde então, a iniciativa *Telefood* já arrecadou US\$ 9 milhões e financiou projetos em cerca de 100 países.

1998 – É adotada a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional – PIC. O instrumento, juridicamente vinculante, entraria em vigor em 2004.

1999 – O Comitê de Pesca da FAO adota planos de ação sobre capacidade pesqueira, tubarões e aves marinhas.

2000 – A pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a FAO desenvolve estratégia para a ação concertada governamental e das agências da ONU para combater a fome crônica no Chifre da África.

2001 – A Conferência da FAO aprova o Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), de natureza juridicamente vinculante. O instrumento promove a agricultura sustentável através da distribuição equitativa de material genético e seus benefícios entre os criadores de plantas, agricultores e instituições de pesquisa públicas e privadas. No mesmo ano, FAO, FIDA e PMA determinam estratégia de colaboração entre agências para combater os riscos da epidemia HIV/AIDS para a segurança alimentar, a nutrição e a subsistência no meio rural.

2002 – É adotado na FAO programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

2004 – A FAO publica diretrizes para avaliação de riscos aos vegetais, provocados por organismos vivos geneticamente modificados (OVMs), uma sub categoria dos OGMs.

2005 – FAO, OMS e a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) lançam estratégia global para o controle do surto de gripe aviária (H5N1). No ano seguinte, a FAO inaugura novo centro de gestão de crises, para tratar dessa e de outras emergências relacionadas à saúde animal e à alimentação.

2008 – A escalada dos preços dos alimentos deflagra protestos generalizados, forçando os governos a tomar medidas, incluindo a reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). O Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado publica relatórios especiais sobre a situação de Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Bening, Níger, Nigéria e Bolívia, bem como atualizações sobre o impacto do ciclone em Mianmar e do terremoto em província na China.

2011 – É criado na FAO o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), plataforma interinstitucional para melhorar a transparência nos mercados globais de alimentos e promover a coordenação das políticas em tempos de crise. O AMIS decorre de uma iniciativa do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do

mundo mais a União Europeia – para reduzir o risco de um aumento excessivo dos preços dos alimentos. No mesmo ano, a FAO e OIE anunciam a erradicação da peste bovina e o brasileiro José Graziano da Silva é eleito Diretor-Geral da FAO, para mandato de quatro anos a partir de 2012.

2012 – O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) aprova as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). A sua implementação tem sido, desde então, incentivada pelas principais economias do mundo (G7, G8 e G20) e por fóruns como a AGNU (A/RES/67/228) e a Conferência Rio+20 (documento final, *O Futuro Que Queremos*, parágrafo 115).²¹

2013 – A FAO eleva seu principal objetivo de “reduzir” para “eliminar” a fome no mundo. Essa decisão foi acompanhada de um compromisso político sem precedentes internacional pelos governos nacionais e grupos regionais, incluindo a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Africana, cujos líderes se comprometeram em 2014 a erradicar a fome até 2025.

2014 – Cerca de 170 países participam da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), assumindo o compromisso de estabelecer políticas nacionais mais eficientes para a erradicação de todas as formas de má nutrição e a transformação dos sistemas alimentares de modo a resultar em dietas nutritivas e ao alcance de todos.²²

2015 – O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, é reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39ª Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Diretores-Gerais da FAO:

²¹ A mensagem-chave das VGGT é a de que a melhoria da governança da posse, com o reconhecimento e a proteção dos direitos de posse legítima, contribui para a segurança alimentar e nutricional, particularmente entre as populações rurais mais vulneráveis.

²² Na ICN2, os governos adotaram a Declaração de Roma sobre a Nutrição, juntamente com um Quadro de Ação, que indicam recomendações de longo prazo para os responsáveis pela formulação de políticas nacionais de combate à nutrição inadequada e colocam a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental no centro da produção e distribuição de alimentos. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo 150 representantes da sociedade civil e quase uma centena do setor privado.

1. John Boyd Orr (1945-1948) – nacional britânico. Sua proposta de criação de um conselho mundial de alimentos levou ao estabelecimento do Conselho da FAO em 1946. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1949 por seus estudos no campo da nutrição.
2. Norris E. Dodd (1948-1953) – cidadão norte-americano. Antes de sua nomeação, ocupou vários papéis em associações agrícolas e agências no seu país. Sob sua liderança, a FAO mudou de Washington para Roma.
3. Philip V. Cardon (1954-1956) – dos EUA. Mestre em Economia Agrícola pela Universidade da Califórnia. Antes de ingressar na FAO, foi Diretor do Departamento de Agricultura dos EUA.
4. Binay Ranjan Sen (1956-1967) – cidadão indiano. Havia sido Secretário do Ministério da Agricultura e Embaixador. Foi o primeiro Diretor-Geral da FAO oriundo de um país em desenvolvimento. Lançou a campanha Libertação da Fome (Freedom from Hunger), em 1960.
5. Addeke Hendrik Boerma (1967-1975) – da Holanda. Foi o primeiro Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1962, antes de assumir o cargo de Diretor-Geral da FAO.
6. Edouard Saouma (1976-1993) – nacional libanês. Era o Diretor de Terra e Água da FAO até 1975. Como Diretor-Geral, criou o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.
7. Jacques Diouf (1994-2011) – do Senegal. Havia sido membro do Parlamento em seu país, Secretário-Geral do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), e Embaixador do Senegal junto às Nações Unidas. Detém a mais longa permanência na direção geral da FAO.
8. José Graziano da Silva (desde 2012) – nacional brasileiro. Possui Graduação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado em Economia Agrícola pela Unicamp. Liderou o programa Fome Zero no Brasil como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2015, foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO.

ATOS INTERNACIONAIS

Atos Multilaterais em vigor para o Brasil no âmbito da FAO:

- Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (Aprovado: 17/11/1997; Decreto: 5.759; Promulgação no Brasil: 17/04/2006)
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Aprovado: 3/11/2001; Decreto 6476; Promulgação no Brasil: 5/06/2008)

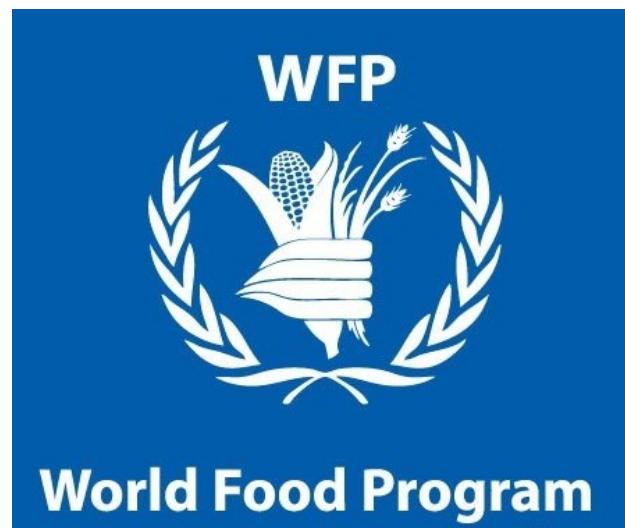
Atos Bilaterais celebrados com a FAO:

- Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA (Assinado: 29/12/1964, Entrada em Vigor: 2/05/1966, Decreto: 59.308 e Data da Promulgação: 22/09/1966);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília. (Assinado: 19/11/1979, Entrada em Vigor: 19/11/1979, Decreto: 86006 e Data da Promulgação: 14/05/1981);
- Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos. (Assinado: 02/02/1987, Entrada em Vigor: 8/06/1990, Decreto: 54 e Data da Promulgação: 8/03/1991);
- Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. (Assinado: 21/02/1995, Entrada em Vigor: 14/03/1996, Decreto: 1900 e Data da Promulgação: 9/05/1996);
- Memorando de Entendimento sobre Colaboração em Apoio ao Desenvolvimento Amplo de Segurança Alimentar ao Nível Nacional e dentro do Escopo dos Objetivos e de Desenvolvimento do Milênio (Assinado: 17/10/2005, Entrada em Vigor: 17/10/2005);
- Ajuste Complementar Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. (Assinado: 8/12/2006, Entrada em Vigor: 8/12/2006);
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO (Assinado: 26/4/2007, Entrada em Vigor: 26/4/2007);
- Declaração Conjunta (Assinado: 09/07/2007);

- Memorando de Entendimento para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Acordo Marco para Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (Assinado: 09/03/2009, Entrada em Vigor: 9/03/2009);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento (Assinado: 28/03/2012, Entrada em Vigor: 28/03/2012);
- Protocolo de Intenções entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO para a Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral e Sul-Sul (Assinado: 24/07/2012, Entrada em Vigor: 24/07/2012);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Assinado: 10/12/2013, Entrada em Vigor: 10/12/2013);
- Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica (Assinado: 6/06/2015, Entrada em Vigor: 6/06/2015).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS – PMA



OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	PMA – Programa Mundial de Alimentos (<i>World Food Program</i>)
Mandato:	Aliviar a fome aguda providenciando alívio emergencial a desastres humanitários provocados por causas humanas ou naturais, ajudar a erradicar a subnutrição crônica, assistir a países menos desenvolvidos com problemas de abastecimento e contribuir para a resiliência e desenvolvimento social das comunidades em risco.
Natureza:	Programa das Nações Unidas, de caráter intergovernamental
Estados partes:	193 Estados e 1 Organização (Comunidade Europeia)
Estados associados:	Não há
Fundação:	1961, por Resolução da AGNU e 1963 em operação
Ano de adesão do Brasil:	O Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Junta Executiva
Principais chefias:	Diretora-Executiva: Ertharin Cousin (desde jan/2012)
Representante no Brasil:	Daniel Balaban, nacional brasileiro, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (e também FIDA e PMA)

Informação elaborada por Roberta Lima Ferreira e revisada por Antonio Otávio Sá Ricarte, em 30 de agosto de 2016.

PERFIL BIOGRÁFICO

Ertharin Cousin

Diretora Executiva do Programa Mundial de Alimentos



Etharin Cousin nasceu em 1957, em Chicago, Illinois (EUA). Graduada pela Universidade de Illinois e pela Faculdade de Direito da Universidade da Georgia, tem mais de 25 anos de experiência na direção de entidades sem fins lucrativos, governamentais e empresariais, norte-americanas e internacionais, no âmbito da alimentação e luta contra a fome.

Cousin trabalhou por quatro anos na Administração Bill Clinton, como ligação da Casa Branca com a Secretaria de Estado, e foi nomeada pela Casa Branca membro da Junta para a Alimentação e Desenvolvimento Agrícola Internacional. Ocupou os cargos de Vice-Presidente Executiva e Diretora de Operações da *Feeding America* (então chamada *America's Second Harvest*), a principal organização de luta contra a fome nos Estados Unidos, que atuou na assistência humanitária e alimentar após o furacão Katrina.

No setor alimentício, foi representante de duas grandes redes de supermercados norte-americanas (Jewell Foods e Albertsons Foods). Também dirigiu e presidiu fundação institucional encarregada de gerir atividades filantrópicas do setor.

Em 2009, foi nomeada Embaixadora e Representante Permanente dos Estados Unidos junto aos organismos internacionais sediados em Roma (FAO, FIDA e PMA). Em 5 de abril de 2012, assumiu a Direção Executiva do Programa

Mundial de Alimentos (PMA), cargo tradicionalmente ocupado por norte-americanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas; atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

O PMA tem uma equipe de cerca de 10 mil funcionários, dos quais mais de 90% trabalham diretamente nas operações.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação – inicialmente em caráter experimental – do Programa Mundial de Alimentos²³, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganha caráter permanente²⁴.

Estrutura e Governança:

O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC – da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva na qualidade de observador.

O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de cinco anos renováveis. No cargo desde abril de 2012, a norte-americana Ertharin Cousin responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorada por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Ramiro Armando De Oliveira Lopes Da Silva, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmussen).

²³ Pela Resolução 16/1714 da AGNU, de 19 de dezembro de 1961.

²⁴ Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuacão do PMA.

O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2020 encontra-se sob elaboração e deverá incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 na atuação do PMA.

Atividades:

Em 2006 (ano mais recente com dados completos e consolidados), o PMA distribuiu 4 milhões de toneladas de alimentos a 87,8 milhões de pessoas em 78 países; 63,4 milhões dos beneficiados foram assistidos em operações de emergência, incluindo vítimas de conflitos, desastres naturais e dificuldades econômicas em países como Quênia, Líbano e Sudão. As despesas diretas alcançaram U\$ 2,9 bilhões, com a maior parte dos recursos destinada a Operações de Emergência e Casos de Necessidade Imediata (EMOP). A maior operação da PMA em 2006 ocorreu no Sudão, onde o programa alcançou 6,4 milhões de pessoas. Em segundo e em terceiro lugar estão, respectivamente, as operações na Etiópia e no Quênia.

O PMA concentra sua ajuda nas mulheres e crianças, com o objetivo de erradicar a fome infantil. Em 2005, o auxílio alimentar foi fornecido a 58,2 milhões de crianças, 30% menores de cinco anos. Em 2006, o PMA ajudou a 58,8 milhões de crianças famintas. A merenda escolar e/ou os programas de alimentação domiciliar em 71 países ajudam estudantes a focar-se nos estudos e incentivam os pais a enviar as crianças, especialmente as meninas, à escola.

Em 2015, os aportes totais ao PMA foram de cerca de US\$ 5,05 bilhões.

Doadores:

O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades - convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

Em 2006, por exemplo, o programa recebeu \$2,9 bilhões em contribuições. Os custos administrativos da organização ficam em cerca de 7% – um dos mais baixos e melhor cotados entre as agências humanitárias.

DESDE 2012, O PMA ARRECADOU APROXIMADAMENTE US\$ 19,56 BILHÕES – TODOS EM VALORES APROXIMADOS E CONTABILIZADAS DOAÇÕES FINANCEIRAS OU EM ESPÉCIE. CONSIDERADAS AS DOAÇÕES FEITAS ATÉ O INÍCIO DESTE ANO (DADOS CONSOLIDADOS EM 24.02.2016), SÃO OS SEGUINTE OS DEZ MAIORES DOADORES AO PMA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

1	Estados Unidos	US\$ 7,5 bilhões
2	Reino Unido	US\$ 1,54 bilhão
3	Canadá	US\$ 1,37 bilhão
4	Comissão Europeia	US\$ 1,36 bilhão
5	Alemanha	US\$ 1,13 bilhão
6	Japão	US\$ 912 milhões
7	UN CERF	US\$ 581 milhões
8	Suécia	US\$ 475 milhões
9	Arábia Saudita	US\$ 453 milhões
10	Austrália	US\$ 411 milhões

O BRASIL OCUPA A 24^a POSIÇÃO²⁵ ENTRE OS PRINCIPAIS DOADORES NO PERÍODO, TENDO CONTRIBUÍDO COM US\$ 100,1 MILHÕES²⁶. COM DOAÇÕES DE MONTANTE APROXIMADO AO DO BRASIL, ESTÃO COREIA DO SUL (US\$ 111,3 MILHÕES), ITÁLIA (US\$ 101,9 MILHÕES), BÉLGICA (US\$ 100,1 MILHÕES) E IRLANDA (US\$ 98,5 MILHÕES).

NO AGRUPAMENTO BRICS, A RÚSSIA TEM SIDO O PRINCIPAL CONTRIBUINTE, COM APORTES QUE TOTALIZAM, DESDE 2012, CERCA DE US\$ 223,2 MILHÕES – EM GRANDE PARTE USADOS PELO PMA PARA ADQUIRIR VEÍCULOS E MÁQUINAS RUSSOS. ABAIXO DO BRASIL, FICARAM CHINA (US\$ 32,66 MILHÕES), ÁFRICA DO SUL (US\$ 23 MILHÕES) E ÍNDIA (US\$ 7,68 MILHÕES).

ENTRE OS LATINO-AMERICANOS, OS MAIORES CONTRIBUINTES NO PERÍODO, ALÉM DO BRASIL, FORAM HONDURAS (US\$ 79,8 MILHÕES), COLÔMBIA (US\$ 29,8 MILHÕES) E GUATEMALA, (US\$ 12,5 MILHÕES). NOS TRÊS CASOS, OS RECURSOS DOADOS FORAM UTILIZADOS NOS PRÓPRIOS PAÍSES (*PARTNERSHIPS WITH HOST GOVERNMENTS*) – MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO QUE O PMA TEM INCENTIVADO, COM O PROPÓSITO DE ATRAIR RECURSOS, SOBRETUDO DOS PAÍSES DE RENDA MÉDIA.

Levantamento sobre as doações de 2015 totalizam US\$ 5.050.936.052, provenientes de 96 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1	EUA	US\$ 2.008.802.966
2	Reino Unido	US\$ 456.855.096
3	Alemanha	US\$ 329.258.331
4	Canadá	US\$ 261.645.796
5	Comissão Europeia	US\$ 250.347.378

²⁵ Em 2012, o Brasil chegou a ocupar a 10^a posição, com US\$ 82.547.956, em razão do grande número de operações de doação de alimentos cujos custos associados foram pagos por outro país ou fundo multilateral (*twinning*). Em 2013, de acordo com os dados do PMA, as contribuições brasileiras totalizaram US\$ 7.091.520,00 (33^a posição) e em 2014 US\$ 4.435.252,00 (43^a posição). No total, nesse período foram doados US\$ 100.167.956, o que corresponde a 0,51% do total arrecadado pelo PMA: US\$ 19.562.750.203.

²⁶ US\$ 100.167.956 como contribuições estimadas de 2012 a 2015, inclusive.

6	Japão	US\$ 196.773.084
7	UN CERF	US\$ 159.928.948
8	Arábia Saudita	US\$ 151.249.675
9	Holanda	US\$ 101.464.033
10	Doadores Privados	US\$ 98.338.198

EM 2015, O BRASIL FIGUROU EM 33º LUGAR ENTRE OS CONTRIBUINTES, COM US\$ 6.093.082,00 REPASSADOS AO PROGRAMA, NOS QUAIS SÃO ESTIMADOS OS VALORES EM DÓLARES DAS DOAÇÕES EM ALIMENTOS (CONTRIBUIÇÕES *IN KIND*).

LEVANTAMENTO PARCIAL SOBRE AS DOAÇÕES DE 2016 FEITAS ATÉ 28/08 TOTALIZAM US\$ 3.641.602.254, PROVENIENTES DE 75 CONTRIBUINTES. O BRASIL NÃO REALIZOU DOAÇÕES NO PERÍODO.

AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO PMA SÃO ATUALIZADAS REGULARMENTE E PUBLICADAS NA PÁGINA: [HTTP://WWW.WFP.ORG/FUNDING/YEAR](http://WWW.WFP.ORG/FUNDING/YEAR).

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;
- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce (*early warning systems*);
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de “fórmulas nutritivas” importadas.

Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação Sul-Sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, inspirados na bem-sucedida experiência brasileira de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro promove visitas de estudo e seminários, bem como missões técnicas e de alto nível para intercâmbio de experiências e capacitação, permitindo aos beneficiados transformar, a seu modo, a alimentação escolar em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.²⁷

Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA é o PAA África, iniciativa conjunta que envolve também a FAO e o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID).

²⁷ O Centro de Excelência responde a solicitações de países em desenvolvimento, em conjunto com os Escritórios locais e regionais do PMA. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2011, já recebeu mais de 80 delegações estrangeiras interessadas na experiência brasileira. Seu apoio técnico abrange as etapas de formulação, gerenciamento e expansão de programas nacionais para uma alimentação escolar saudável e sustentável.

Inspirado na bem-sucedida experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Brasil, o PAA África apoia projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentiva soluções de longo prazo para o combate à fome e à desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis. Representa, nesse sentido, oportunidade estratégica de cooperação horizontal com países africanos, já realizada, nos cinco anos do Programa, com Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal.

Em associação com a iniciativa *Purchase for Progress* (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos mercados locais, o PAA África estimula a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o PAA África compreende atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro é o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.²⁸

As iniciativas acima referidas se somam às contribuições *in kind* (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

Desse modo, os interesses e atividades brasileiras em cooperação humanitária convergem com as linhas gerais do PMA, para cuja definição também o país colabora, nas discussões e reuniões do Programa, em Roma.²⁹

Contribuições brasileiras ao PMA:

COM VALOR ACUMULADO DE US\$ 100 MILHÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, OS APORTE BRASILEIROS RESPONDEM POR 0,51% DO TOTAL ARRECADADO PELO PMA.

O PMA TEM REGISTRADOS, COMO CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO BRASIL, AINDA SEM BENEFICIÁRIO DEFINIDO, OS SEGUINTE APORTE DE ALIMENTOS: ARROZ – 13.451 TONELADAS (US\$ 349,69/TON) E FEIJÃO – 17.729 TONELADAS (US\$ 527,36/TON). OS DESTINATÁRIOS DESSES ALIMENTOS RESERVADOS AO PMA AINDA NÃO FORAM DEFINIDOS, POIS É PRECISO, ANTES, IDENTIFICAR PARCEIROS INTERESSADOS NUMA OPERAÇÃO CONJUNTA (“TWINNING”) COM O BRASIL PARA COBRIR OS CUSTOS

²⁸ Atualmente. PMA e FAO produzem relatório de avaliação e de monitoramento, no qual se apresentarão os resultados do programa – cuja conclusão está prevista para 31 de janeiro de 2017.

²⁹ O Brasil deverá reassumir assento na Junta Executiva do PMA em 2017, após ter cedido vaga à Guatemala (2016), que atualmente exerce a Presidência da Junta.

ASSOCIADOS DA DOAÇÃO, PRINCIPALMENTE SEU TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO.

EXISTEM, PORÉM, EXPECTATIVAS QUANTO AO DESTINO DO ARROZ, EM FUNÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DADAS E ANÚNCIOS FEITOS RECENTEMENTE PELO BRASIL JUNTO A PAÍSES INTERESSADOS. O PMA ESTARIA AGUARDANDO A CONFIRMAÇÃO DAS SEGUINTE REMESSAS EM 2016: SÍRIA – 4.500 TONELADAS; SUDÃO DO SUL – 4.500 TONELADAS; REP. DO CONGO – 1.716 TONELADAS; NICARÁGUA – 950 TONELADAS.

NÃO HÁ PAGAMENTO BRASILEIRO EM ATRASO. EM 2015, O BRASIL QUITOU VALORES PENDENTES DE CONTRIBUIÇÕES ANUNCIADAS EM 2012 PARA ATIVIDADES NO SENEGAL E NO PARAGUAI.

COMO AS CONTRIBUIÇÕES ANUNCIADAS PARA DETERMINADO PROJETO SÃO CONTABILIZADAS NO ANO DE SEU ANÚNCIO, CASO UM PAÍS NÃO HONRE UM ANÚNCIO DE DOAÇÃO QUE TENHA FEITO E O PROJETO CORRESPONDENTE SEJA ENCERRADO, O PMA DEDUZ O VALOR DEVIDO DO TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DO PAÍS NO REFERIDO ANO E REGISTRA O FATO NO RELATÓRIO DO PROJETO. O QUADRO GERAL DOS DOADORES É CORRIGIDO, O QUE EXPLICA OCASIONAIS REAJUSTES NOS MONTANTES DE ANOS PRECEDENTES E NA CLASSIFICAÇÃO ENTRE OS DOADORES.

O QUADRO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS APRESENTA OS SEGUINTE MONTANTES ANUAIS:

2007	2008	2009	2010	2011
US\$ 1.095.575	US\$ 1.282.966	US\$ 15.786.239	US\$ 12.942.481	US\$ 70.278.249
2012	2013	2014	2015	2016 (28/ago)
US\$ 82.548.102	US\$ 7.091.520	US\$ 4.435.252	US\$ 6.093.082	---

O BRASIL NÃO SE ENCONTRA ENTRE OS 75 CONTRIBUINTES QUE EFETUARAM DOAÇÕES AO PMA ATÉ 28 DE AGOSTO DESTE ANO.

NÃO HÁ MEIOS CONCRETOS PARA MENSURAR OS PREJUÍZOS À IMAGEM DO BRASIL DECORRENTES DE EVENTUAL REDUÇÃO DE PATAMAR DE SUAS CONTRIBUIÇÕES AO PMA. NO ENTANTO, O AUMENTO REPENTINO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM 2012 – QUANDO A CONCRETIZAÇÃO DE DIVERSAS PARCERIAS CONJUNTAS (*TWINNING*) PERMITIU AO PAÍS CONTRIBUIR COM O EQUIVALENTE A US\$ 82,5 MILHÕES – GEROU EXPECTATIVAS DE QUE O BRASIL, COMO POTÊNCIA EMERGENTE E GRANDE PRODUTOR DE ALIMENTOS, PUDESSE AJUDAR A ELEVAR OS APORTESS AO PMA, LIDERANDO A DIVERSIFICAÇÃO DE SUA BASE DE DOADORES. EXPECTATIVAS QUE FORAM LOGO FRUSTRADAS COM O RETORNO DAS CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS A PATAMARES INFERIORES, COM US\$ 7,0 MILHÕES E US\$ 4,4 MILHÕES, NOS DOIS ANOS SEGUINTES. APESAR DE O BRASIL CONTINUAR SENDO UM IMPORTANTE DOADOR, TEM SIDO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL ENCONTRAR PARCEIROS INTERESSADOS EM FINANCIAR OS (QUASE SEMPRE ALTOS) CUSTOS ASSOCIADOS ÀS DOAÇÕES DE ALIMENTOS BRASILEIROS.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1961 – A Resolução 16/1714 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) estabelece a criação experimental do Programa Mundial de Alimentos, para a ajuda alimentar internacional.

1963 – Sediado na FAO, o PMA torna-se operativo pelo período experimental de três anos. Vítimas de terremoto no Irã e de furacão na Tailândia, bem como refugiados da Argélia pós-independência, são os primeiros a receber ajuda do Programa.

1965 – Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA, em caráter permanente.

1974 – Ocorre em Roma primeira Cúpula Mundial sobre Alimentação das Nações Unidas.

1982-85 – O programa atende a milhares de famintos em 27 países africanos afetados pela seca. A Etiópia é a principal atingida.

1993-95 – O PMA atende a milhares de refugiados e deslocados de prolongado conflito étnico na região dos Grandes Lagos da África Central.

1996 – Na segunda Cúpula Mundial sobre Alimentação, o PMA endossa o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas.

1999 – Sob nova política, o PMA inicia as operações de alívio e recuperação duradoura, enfatizando o apoio à estabilização, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. No mesmo ano, conflito armado no Kosovo resulta na maior crise de refugiados desde 1945. O programa provê alimentos para centenas de milhares de refugiados na Albânia e na Macedônia.

2000 – O Diretor Executivo do PMA indica enviado especial para o Chifre da África, onde a seca põe em risco a vida de 16 milhões de pessoas. No mesmo ano, são adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais está o de reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo afetadas pela fome até 2015.

2001 – O PMA lança operação emergencial para ajudar mais de 200 mil vítimas de dois terremotos em El Salvador. No mesmo ano, o Programa inicia uma nova campanha mundial de alimentação escolar.

2002 – A escalada das hostilidades nos territórios ocupados da Palestina leva a uma deterioração dramática das condições de vida no local.

2003 – O PMA realiza operações de ajuda humanitária no Iraque e Afeganistão. No mesmo ano, a Junta Executiva do Programa aprova a nova política sobre doações de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros produtos alimentares derivados de biotecnologia. O Programa continuaria a aceitar doações de tais alimentos, respeitando, em sua distribuição, as regulações nacionais para OGMs.

2004 – Em seguimento a terremoto e tsunamis de grande escala no Oceano Índico, o PMA providencia ajuda em alimentos para as populações afetadas, principalmente, no Sri Lanka, nas Maldivas e na Indonésia.

2005 – O PMA expande sua presença em Darfur, no Sudão, para cobrir mais de 400 locais afetados pela fome e inicia programa de alimentação escolar na região. Também providencia ajuda a países como Níger, Lesoto, Moçambique, Malauí e Zâmbia. Na Ásia, atende a vítimas de terremoto que atingiu a região entre Paquistão, Índia e Afeganistão. Na América Latina, países assistidos incluem Colômbia, Haiti e Guatemala.

2006 – O Programa realiza operações em Angola, Afeganistão, Azerbaijão, Líbano e Coreia do Norte.

2007 – O PMA lança seu programa de Operações Prolongadas de Socorro e Recuperação (PRRO) em diversos países, principalmente da África e América Latina.

2008 – O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, combinado à crise do sistema financeiro internacional, criou dificuldades para as operações do PMA. Mesmo assim, o Programa distribuiu uma quantidade sem precedentes de alimentos: quase 4 milhões de toneladas métricas a mais de 102 milhões de pessoas em 78 países.

2009 – Levantamento registra que o número de pessoas em situação de fome no mundo cresceu para mais de 1 bilhão.

2010 – Duas grandes emergências mobilizam a ajuda humanitária: um terremoto de proporções devastadoras no Haiti e inundações que deixaram 1/5 do Paquistão submerso.

2011 – Entre catástrofes naturais e agitação política, a assistência alimentar do PMA alcança por volta dos 100 milhões de pessoas – a grande maioria de mulheres e crianças.

2012 – A norte-americana Etharin Cousin assume a Direção Executiva do PMA.

2013 – A deflagração e escalada do conflito na Síria leva à mobilização de ajuda humanitária. O PMA integra a ação entre-agências para assistência emergencial.

2014 – O PMA reduz de 120 para 68 dias o tempo médio de espera para adquirir e transportar alimentos aos países beneficiários.

2015 – Na Síria, cerca de 5 milhões de pessoas recebem ajuda alimentar emergencial do PMA, mas diversas áreas de conflito encontram-se ainda fora do alcance das organizações humanitárias.

2016 – O mundo enfrenta a maior crise de refugiados, migrantes forçados e deslocados internos desde a Segunda Guerra Mundial: são mais de 65 milhões de pessoas no mundo nessa situação.

ATOS INTERNACIONAIS

O principais documentos do PMA estão publicados no endereço eletrônico:
<https://www.wfp.org/evaluation/key-documents>.

Não há registro de atos internacionais firmados entre o PMA e o Governo Federal.

2^a PARTE - DELIBERATIVA - LEITURA DE

1



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 90, de 2016 (Mensagem nº 489, de 14 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES é filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e de Tercília Fava Simas Magalhães e nasceu



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

em Milão, Itália, em 21 de setembro de 1950 (sendo brasileiro, de acordo com o inciso II do art. 129 da Constituição Federal de 1946).

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1975, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática no ano anterior. Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1994; e a Ministro de Primeira Classe, em 2001. Todas as promoções por merecimento. Em 2015, passou para o Quadro Especial como Ministro de Primeira Classe.

Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1993, quando defendeu a tese intitulada “O Tratado de Cooperação Amazônica – Um Instrumento de Ação Diplomática”.

Em sua longa e profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Entre 1975 e 1979 serviu como Assistente na Divisão das Nações Unidas. De 1979 a 1982 esteve na Embaixada em Washington, nos postos de Segundo e Primeiro Secretário. Já na Embaixada em La Paz, como Primeiro Secretário, serviu entre 1982 e 1985. No mesmo posto, serviu na Embaixada em Paris, entre 1985 e 1987. Foi Chefe da Coordenação de Documentação Diplomática de 1987 a 1991. Ocupou o posto de Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, entre 1991 e 1994. Foi Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, em 1994 a 1997. No ano de 1995, foi Chefe de Delegação da Comissão de Comércio do Mercosul. Entre 1997 e 2001, ocupou o posto de Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra, período em que desempenhou o cargo de Representante Alterno do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio. Entre 2001 e 2003 foi Chefe, substituto, da Representação Especial para Assuntos do Mercosul da Presidência da República. Nesse período, foi Coordenador-Geral, em 2001, da Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Europeia. De 2003 a 2008, foi Embaixador do Brasil em Rabat. Entre 2008 e 2012, foi Embaixador do Brasil em Varsóvia. De 2012 a 2014, exerceu o cargo de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Montevidéu. De 2014 a 2015 desempenhou o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral das Relações Exteriores. De 2015 até o presente, exerce o cargo de Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

O diplomata recebeu, em 2003, a Ordem de Rio Branco, no Grau de Grande Oficial.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Paraguai, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República do Paraguai tem área de 406.752 km², sendo o oitavo maior país da América do Sul em extensão territorial. Nele vivem 7 milhões de habitantes. A independência do país em relação à Espanha foi proclamada em 14 de maio de 1811. Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra, em 2015, foi de 60,1 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 8.585 dólares. Em 2015, a expansão do PIB paraguaio foi uma das maiores da América do Sul, atingindo 3% de crescimento. Entre os doze países da América do Sul, o PIB do Paraguai ocupa a décima posição.

Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,679, o que coloca o país em 112º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 72 anos. Ainda no campo dos indicadores, registre-se que a estimativa é que 300.000 brasileiros vivam naquele país, a segunda maior colônia brasileira no exterior.

As relações com o Paraguai são prioritárias para o Brasil e atravessam um excelente momento. Seus principais eixos de integração são a cooperação energética, integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. Deve-se destacar, ainda, o comércio bilateral, realizado ao amparo das normas do MERCOSUL. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1844.

A hidrelétrica de Itaipu Binacional é um projeto emblemático da integração Brasil-Paraguai. A usina responde por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e 72% do consumo paraguaio. Em 2015, Itaipu – oficialmente inaugurada em 1984 – voltou a assumir a liderança mundial em produção anual de energia elétrica, ao gerar 89.215 GWh (crescimento de 1,6% em relação a 2014), superando a produção da usina de Três Gargantas (China).

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2015, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 3,4 bilhões, sendo US\$ 2,5 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 884 milhões em importações. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, destacam-se



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

adubos e fertilizantes. Dentre os importados, soja, carne e trigo. Tanto a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) quanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) incluíram o Paraguai como “mercado prioritário” para a agenda de trabalho de 2016.

Brasil e Paraguai compartilham 1.339 quilômetros de fronteira, a quarta maior extensão dentre os limites brasileiros. Desse total, 700 quilômetros correspondem à chamada “fronteira seca”, na qual inexistem barreiras naturais entre os dois países.

O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades paraguaiaias de Assunção e Ciudad del Este; Consulados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá; e Vice-Consulados em Encarnación e Concepción. O Paraguai, como mencionado, abriga a segunda maior comunidade brasileira no exterior (estimada em aproximadamente 300 mil pessoas). Embora a presença de brasileiros no Paraguai seja bastante diversificada, a maior parte dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Após a reintegração do Paraguai ao MERCOSUL e à UNASUL, ocorrida com a eleição do presidente Cartes em 2013, a atuação externa do Paraguai pautou-se pela busca de aprofundamento das relações com os países do entorno regional, tendo o Brasil como eixo principal.

Ainda no âmbito regional, o Paraguai tem sido bastante vocal com relação à situação na Venezuela. O presidente Horacio Cartes e outras altas autoridades paraguaiaias têm recebido, em Assunção, membros da oposição venezuelana, a exemplo da esposa do dirigente opositor venezuelano Leopoldo López, Lilian Tintori (02/12/15), e do governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles (13/06/16). Nas palavras do Chanceler Eladio Loizaga, as relações entre o Paraguai e a Venezuela estão “congeladas”.

A economia paraguaia é baseada na agricultura de exportação (principalmente soja, carne e cereais), que responde por 61,9% das exportações e mais de um quarto do PIB do país, segundo o Banco Mundial. Outra fonte importante de recursos para a economia paraguaia são os pagamentos do Brasil pela energia produzida por Itaipu. Atualmente, verifica-se expansão do setor industrial, estimulada pela disponibilidade de energia e mão-de-obra barata, pelo fortalecimento da integração com o Brasil e pela abertura da economia local.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Os dados do intercâmbio comercial paraguaio refletem o alto grau de abertura comercial do país, equivalente a 69% do PIB em 2015. Por esse indicador, o Paraguai é a economia mais aberta da região. Como comparação, o coeficiente do Brasil aproxima-se de 20%, o do MERCOSUL é de 25%, e o da Aliança para o Pacífico é de 55%.

O Brasil é tanto o principal destino das exportações paraguaias como principal origem das importações daquele país. A República Popular da China representa o maior déficit bilateral do comércio paraguaio, chegando a aproximadamente US\$ 2,3 bilhões. Os principais destinos das exportações paraguaias, além do Brasil (31,6% das exportações totais), são Rússia (9,1%), Argentina (8,1%), Chile (7%) e Itália (3,5%). Os principais fornecedores do Paraguai, além do Brasil (25% das importações totais), são China (23,5%), Argentina (14,9%), Estados Unidos da América (7,9%) e Coreia do Sul (2,7%).

O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia paraguaia, como autopeças, têxteis e vestuário, calçados, cimentos, frigoríficos e plásticos. Estima-se que o Brasil tenha o segundo maior estoque de capital investido no Paraguai (aproximadamente US\$ 530 milhões), sendo superado apenas pelos EUA (US\$ 866 milhões).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

, Relator

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO,
REPÚBLICA DO PARAGUAI
EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO
(2013-2016)**

INTRODUÇÃO

Apresentei credenciais ao Presidente Horacio Cartes em 12 de novembro de 2013. Depois de quase um ano e meio, retornou ao Paraguai o chefe da representação diplomática brasileira, que ficara sem titular após a chamada do Embaixador para consultas, em junho de 2012, na esteira da destituição do Presidente Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio.

2. Entre as prioridades da missão do novo Embaixador estava, pois, o esforço de recolocar no devido rumo as relações bilaterais e retomar os contatos de alto nível com as autoridades do país. Esta tarefa foi muito facilitada pela receptividade do Presidente, empossado em agosto, poucos meses antes da minha chegada. Ele e a maioria dos seus Ministros demonstram publicamente apreço pelo Brasil e procuram falar português, quando recebem autoridades e empresários brasileiros.

3. O Presidente, que é um dos maiores empresários paraguaios, assumiu o governo com a determinação de modificar a imagem do país e atrair investimentos estrangeiros, no que está obtendo êxito. Sob a minha orientação, a Embaixada passou a coadjuvar esse esforço do Presidente e seus Ministros, o que tem resultado na presença cada vez maior de empresários brasileiros no Paraguai, no comércio, na indústria e no campo.

4. O Paraguai tem atraído investimentos estrangeiros com oferta de mão-de-obra e energia baratas e com impostos reduzidos, sobretudo em comparação com os países vizinhos. O regime industrial de maquila também tem estimulado a presença estrangeira, pois permite importar insumos, montar os produtos finais no país e exportar, com pagamento de apenas 1% sobre o valor da exportação. Mais de 80 empresas brasileiras se instalaram no Paraguai nos últimos três anos, com investimentos diretos superiores a 200 milhões de dólares, em setores diversos: embalagens, plástico, confecções, autopeças, calçados, etc. O Paraguai tem

representado, para certas médias e pequenas empresas brasileiras, um primeiro passo rumo a sua internacionalização, com ganhos para o Brasil (maior competitividade) e para este país (maiores industrialização e formalização). De acordo com dados do BCP, disponíveis até 2014, no triênio 2012-2014, o Brasil foi o principal investidor estrangeiro no Paraguai, com US\$ 395 milhões, e tem o segundo maior estoque de capital investido entre 2003 e 2014 no país, com fluxos líquidos de US\$ 530 milhões, sendo superado apenas pelos EUA. Cerca de 20% do que o Paraguai exporta ao Brasil é produzido neste país por brasileiros.

5. Também tem aumentado a presença de frigoríficos brasileiros que exportam carne de qualidade para países da nossa região, Europa e Oriente Médio. Pecuaristas e agricultores brasileiros, que começaram a interessar-se pelo Paraguai há cerca de 60 anos, ajudaram a transformar o país em um dos maiores supridores mundiais de carne e grãos. A contribuição da comunidade de origem brasileira ao desenvolvimento do país, calculada em 400 mil brasileiros e descendentes (a segunda mais numerosa em todo o mundo, atrás da que vive no EUA) é reconhecida, publicamente, pelo próprio Presidente da República.

6. O fluxo bilateral Brasil-Paraguai de bens originários cresceu 94% entre 2010 e 2014, quando alcançou seu pico histórico de US\$ 4,4 bilhões (fonte: MICS). Em 2015, o comércio se retraiu, com as exportações brasileiras caindo 22% e as importações, 27%. Os principais produtos da pauta de exportação paraguaia ao Brasil foram soja triturada, carne, autopeças, trigo e arroz. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram adubos, cervejas, fumo, vidros/cerâmicas e papéis para embalagem. Os dados até julho de 2016 apontam para nova retração nas exportações do Brasil, da ordem de 20,3%. Por outro lado, o expressivo crescimento das exportações paraguaias de soja, carne, milho, trigo e arroz - além da manutenção dos níveis de venda de autopeças e confecções, produtos de destaque no setor industrial de maquila - levaram a aumento de 19,4% nas importações brasileiras de produtos de origem paraguaia (US\$ 651,6 milhões). O desempenho das exportações paraguaias em 2016 é superior, em termos relativos, ao de todos os demais parceiros do Brasil no Mercosul e ao da maioria dos países da América do Sul, que, em geral, tem apresentado queda nas vendas

ao mercado brasileiro no ano corrente.

7. Quanto à economia, após ter crescido 14,0% em 2013, 4,7% em 2014 e 3,0% em 2015, o PIB paraguaio, deverá crescer entre 3 e 3,5% em 2016, segundo projeções do Banco Central do Paraguai (BCP) e de agentes de mercado. Esses resultados são particularmente substanciais, dada a conjuntura de crescimento baixo no entorno regional durante o período. Como indicadores do bom momento do país e do ambiente positivo para negócios, o Paraguai foi classificado (i) na posição de risco "Bal" da agência Moody's, um nível acima do Brasil, após várias revisões positivas nos últimos três anos; (ii) em quinto lugar no "Doing Business" (elaborado pelo Banco Mundial para medir a facilidade de fazer negócios) para América Latina e Caribe; e (iii) em segundo lugar na América Latina, de acordo com o "Índice de Clima Econômico" (ICE) da Fundação Getúlio Vargas, medido para julho de 2016 (tendo subido da terceira posição em janeiro). A equipe econômica do Governo Cartes buscou tirar proveito do bom desempenho do país e das baixas taxas de juros internacionais para emitir bônus no exterior – que hoje somam US\$ 2,3 bilhões de captações de recursos – para financiar projetos de desenvolvimento, como na área de infraestrutura. Em março passado, por exemplo, apoiei, em conjunto com o Banco do Brasil, a organização de uma das campanhas para captação de investidores, que levou o Presidente do BCP e o Ministro da Fazenda do Paraguai a São Paulo para encontros com investidores e também para encontrar-se com empresários na FIESP.

8. Com esse cenário, foram estabelecidas as prioridades da Embaixada, com ações voltadas à promoção do comércio e dos investimentos, à cooperação em segurança e defesa e o combate à criminalidade (contrabando, tráfico de armas e drogas).

AÇÕES REALIZADAS

9. No que tange à retomada das relações bilaterais, houve, nos últimos dois anos e meio, visitas de alto nível de autoridades brasileiras ao Paraguai, como os Ministros das Relações Exteriores, do Comércio, da Defesa, dos Esportes e da Ciência e Tecnologia. Além de reunir-se com os seus contrapartes para tratar dos temas afetos às respectivas pastas, foram recebidos, sempre que possível, pelo Chanceler Eladio Loizaga e pelo Presidente Cartes, em clara demonstração de

apreço pelo Brasil.

10. No mesmo contexto, foi possível realizar em 2016 a primeira reunião do mecanismo 2+2, com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa. Foi destacada a cooperação militar do Brasil com o Paraguai, que, desde os anos 40, vem propiciando treinamento, intercâmbio de experiências, participação em forças de paz das Nações Unidas e manutenção de material de emprego militar. Em 2015, o Exército Brasileiro cedeu ao Paraguai caminhões para transporte de tropas.

11. Integram a Embaixada Adidos de Defesa e Militares das três Forças, bem como Adidos da Polícia Federal e da Receita Federal. Em contato permanente com os seus homólogos paraguaios, foi possível aumentar sensivelmente o combate aos crimes transfronteiriços, que repercutem diretamente no Brasil. Os resultados são positivos em apreensões de delinquentes, drogas e armas. A cooperação policial e judicial tem sido aproveitada pelo Brasil, sendo tramitados com eficiência os pedidos de extradição e de transferência de presos, investigações e cartas rogatórias.

12. O Adido Tributário, pertencente aos quadros da Receita Federal, se relaciona com o Ministério da Fazenda, com o Vice-Ministério de Tributação e com a Dirección Nacional de Aduanas. Auxilia na modernização dos serviços tributários e aduaneiros paraguaios e no aperfeiçoamento das normas nacionais correspondentes. Tem sido possível agilizar cada vez mais o intercâmbio de informações e o registro de importações e exportações, a fim de melhorar os controles e combater o contrabando com maior eficácia.

13. O Adido da Polícia Federal, em estreita relação com o Ministério do Interior, a Polícia Nacional e a Secretaria Nacional Antidrogas, tem contribuído amplamente para combater o narcotráfico e os crimes transfronteiriços. Uma ação necessária e exitosa tem sido a erradicação de cultivos ilícitos, por meio da chamada Operação Nova Aliança, feita em território paraguaio com a colaboração da Polícia Federal brasileira, que tem permitido destruir plantações de cannabis, narcótico que se destinaria ao Brasil.

14. Na companhia dos Adidos, realizei viagens às principais cidades da fronteira (Ciudad del Este, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero), onde

visitamos instalações policiais e aduaneiras e nos reunimos com autoridades policiais, judiciárias, governadores e prefeitos dos dois países. Tivemos em mente intensificar os controles alfandegários e o combate à delinquência, além de auscultar as comunidades da fronteira sobre os seus problemas e reivindicações. Contamos com a inestimável colaboração dos Consulados do Brasil nas cidades mencionadas.

15. É no comércio e nos investimentos que tem crescido mais fortemente a relação bilateral. Têm sido frequentes as viagens do Ministro da Indústria e Comércio do Paraguai ao Brasil, no seu esforço de divulgar as oportunidades que este país representa, de aumentar o intercâmbio e de atrair empresas brasileiras. Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil estiveram três vezes no Paraguai desde novembro de 2013.

16. Nesse período houve duas reuniões da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, uma em Brasília, em maio de 2014, e outra em Assunção, em maio de 2016, quando foram encaminhados os problemas que surgem no comércio bilateral e os decorrentes do contrabando e do descaminho. Verificou-se a condição do Brasil como maior parceiro comercial do Paraguai e segundo maior investidor.

17. Procurei impulsionar a negociação de um acordo automotivo bilateral, cuja eventual celebração beneficiará o Paraguai (ao incentivar a sua incipiente indústria automotora) e o Brasil (ao criar condições para maior exportação de veículos).

18. Desde 2014, o Posto vem acompanhando as negociações entre Paraguai e Argentina sobre as bases financeiras do tratado da hidroelétrica binacional de Yacyretá. Já no que se refere ao Brasil, o tratado de Itaipu prevê a possibilidade, a partir do ano de 2023, de revisão de seu Anexo C, o qual trata das bases financeiras e de prestação do serviço de eletricidade. Trata-se de tema relevante para as partes - por exemplo, a binacional Itaipu tem injetado mais de 600 milhões de dólares por ano na economia paraguaia, por conta da exportação de eletricidade ao Brasil.

19. No tocante à integração física entre Brasil e Paraguai, foi concluído, em agosto de 2014, o processo licitatório das obras para construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu (PR) e

Presidente Franco. Há expectativas por parte do Paraguai em relação ao início das obras. Assinalo também a assinatura, em junho de 2016, do acordo para a construção de ponte internacional sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, que integrará corredor de exportação bioceânico.

20. Na área cultural, apesar das dificuldades orçamentárias, foi possível executar uma programação cultural considerável, que contou com o apoio de empresas brasileiras instaladas no Paraguai. Destaques dessa programação foram os espetáculos de Antônio Nóbrega e do Coral de Itaipu, em 2015, e de Yamandu Costa, em 2016.

21. A cooperação técnica prestada pelo Brasil ao Paraguai tem se concentrado em áreas como o fortalecimento institucional em vigilância sanitária, a expansão da rede paraguaia de banco de leite e a produtividade algodoeira, nas quais há três projetos em execução. Programas nas áreas de hidrometeorologia e gestão de recursos hídricos transfronteiriços e de pecuária leiteira e silvicultura de precisão foram objetos de acordo complementar, em 2015, e aguardam o início das atividades propostas.

22. No campo da ciência e tecnologia, o Paraguai apresentou proposta de ajuste complementar para projeto de fortalecimento da conectividade à internet, com vistas a promover a interconexão das redes públicas nacionais de banda larga.

23. Registro que o Presidente Horacio Cartes realizou visita de estado ao Brasil em outubro de 2013 e esteve na abertura da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Eladio Loizaga foi o primeiro Chanceler a visitar Brasília após a posse do Ministro José Serra.

24. Um dos três eixos do plano de governo apresentado à nação pelo Presidente Horacio Cartes, presente também no Plano Nacional de Desenvolvimento Paraguai 2030, é a "inserção do Paraguai no mundo". Nesse contexto, Assunção foi sede de diversos eventos internacionais, como a Assembleia-Geral da OEA em 2014, encontros de Ministros da Saúde, de Controladores e Tribunais de Contas e de Procuradores e fiscais. Todos contaram com a presença de altas autoridades brasileiras na chefia das delegações. A presidência pro tempore do Mercosul foi exercida pelo

Paraguai no segundo semestre de 2015, fato marcante, após a suspensão do país do bloco regional em junho 2012 e seu retorno no final de 2013. A última cúpula do Mercosul foi realizada em Assunção em dezembro de 2015, quando a presidência foi transferida ao Uruguai.

25. Na mesma linha, foram recebidos em Assunção em 2015 o Papa Francisco, o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio e o Secretário Geral das Nações Unidas. Em 2016, a Diretora Geral da UNESCO visitou Assunção e foi realizada a Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na diplomacia, é notável o empenho do Chanceler em profissionalizar a carreira diplomática e em valorizar a formação e o aperfeiçoamento dos servidores.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

26. Com o relançamento das relações diplomáticas após a posse do Presidente Cartes, a Embaixada tem gozado de amplo acesso às autoridades locais e mantém um diálogo fluido com instituições públicas e com setores da sociedade civil. Isto tem permitido tratar pontualmente de temas de segurança jurídica e trâmites judiciais nas áreas comercial e fundiária, de interesse da comunidade brasileira. O governo paraguaio tem demonstrado empenho em aperfeiçoar a legislação e a administração da justiça, no contexto do esforço para atrair investimentos estrangeiros.

27. A guerra da tríplice aliança ainda comporta uma carga emocional importante, apesar de passados 150 anos do seu início. Algumas iniciativas contribuem para manter viva a memória da guerra, como a valorização dos sítios históricos, promoção de debates e publicações. No âmbito do Mercosul, os Ministros da Cultura estabeleceram o programa "Más Allá de la Guerra", com duração de cinco anos, com os objetivos principais de estimular a pesquisa histórica, recuperar locais de batalhas, restaurar e catalogar documentos. A cada evento comemorativo se observa uma repercussão midiática.

28. A memória da guerra também tem sido utilizada para reivindicar, do Brasil e da Argentina principalmente, a devolução de troféus, como o canhão Cristiano, que se encontra no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. O Brasil já restituiu objetos, como a espada do Marechal Francisco Solano López (em exposição no Palácio Presidencial) e farta documentação, que

constitui a coleção Rio Branco do Arquivo Nacional paraguaio.

29. São frequentes os comentários na mídia sobre Itaipu. Considerada por muitos um empreendimento modelo, que já trouxe e trará grandes benefícios, a hidrelétrica tem sido apresentada na mídia como símbolo de exploração. Também são criticados os negociadores que, no passado, concluíram os tratados que permitiram a realização de dois empreendimentos binacionais grandiosos (Itaipu com o Brasil e Yacyretá, com a Argentina). Se notícias de Itaipu raramente repercutem no Brasil, no Paraguai, ao contrário, são matéria de interesse quase diário e tem presença obrigatória nas campanhas eleitorais.

30. Alguns trâmites burocráticos podem dificultar o encaminhamento dos assuntos do interesse da Embaixada, mas não constituem impedimento maior. É notável o esforço para modernizar e tornar mais eficiente a burocracia paraguaia no executivo, legislativo e judiciário. Por outro lado, há atraso em algumas decisões importantes, inclusive para o preenchimento de cargos públicos. As obras públicas, principalmente a construção de duplicação das rodovias, são outro exemplo.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

31. Começaria pelo necessário exercício de paciência diante da imagem distorcida que certos veículos da imprensa projetam do Brasil. Procurei aproximar-me de alguns jornalistas e colunistas. Recomendaria igual aproximação com formadores de opinião de centros acadêmicos, que dispõem de intelectuais respeitados e se prontificam a um debate honesto. A relação com as universidades também é de grande utilidade.

32. O Posto reúne condições de empregar a promoção da cultura como ferramenta de diplomacia pública, com repercussões para a agenda positiva. Nesse sentido, considero importante seguir apoiando as atividades do Centro Cultural da Embaixada - e de seu teatro - e do Centro de Estudos Brasileiros. Diante do cenário de restrição orçamentária, será importante buscar apoio privado para realizar eventos culturais.

33. Creio ser relevante manter o estímulo aos investimentos brasileiros neste país, que trazem vantagens para as duas partes. A internacionalização

de empresas brasileiras, por si só, é interessante para o País, pois as torna mais resilientes e mais capazes de enfrentar solavancos econômicos. No caso paraguaio, parte desses investimentos tem sido benéfica também para o adensamento da integração produtiva na região. Há empresas que, por exemplo, produzem partes no Paraguai e as exportam para finalização no Brasil, ou produzem no Paraguai, com insumos brasileiros, para reexportação ao Brasil. Nesses e em outros casos, tem sido possível ao Brasil tornar o produto final mais competitivo, seja na disputa com produtos asiáticos dentro do mercado brasileiro, seja na exportação a terceiros mercados. Creio ser de interesse que o capital brasileiro ocupe tanto quanto possível esses espaços, os quais, em sua ausência, serão inevitavelmente preenchidos por terceiros países, especialmente como forma de obter acesso privilegiado ao Mercosul. Por sinal, as vantagens desse fluxo de investimentos não se restringem ao aspecto econômico, mas também alcançam o social. Ao criar empregos de boa qualidade, contribuem para formalizar a economia e, consequentemente, reduzir o espaço para a delinquência, o que tem impacto positivo nas fronteiras.

34. Importante parceiro na atração desses investimentos e na expansão das exportações brasileiras é o Foro Brasil Paraguai, com o qual sugiro seja mantida a estreita relação atual. O Foro Brasil Paraguai, como é chamada a câmara de comércio que reúne empresários com interesses no Brasil, nasceu em 2000, por iniciativa da Embaixada, e se constitui hoje em organismo independente e em contínuo crescimento. Além de aumentar a visibilidade do País, o Foro representa importante rede de apoio para os empresários brasileiros recém-instalados.

35. Não há como exagerar a importância da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio, que permite tratar, naquele âmbito específico, questões que de outra maneira contaminariam o relacionamento entre os dois países. Penso ser importante buscar mobilizar os atores locais de modo a que a próxima reunião se concretize na primeira metade de 2017, em Brasília, mantendo assim a sua periodicidade anual.

36. Considero prioritária a conclusão do acordo automotivo bilateral, cujas tratativas tiveram início no final de 2015. Até o momento, as discussões identificaram convergência sobre ampla cobertura de

produtos para um acordo, o qual contemplaria automóveis, ônibus, caminhões, tratores rodoviários para semirreboques, chassis com motor, reboques e semirreboques, carrocerias e cabines, tratores e demais equipamentos agrícolas, máquinas rodoviárias e autopeças.

37. Ainda no tema econômico-comercial, creio que chegou a hora de retomarmos as conversas para um novo acordo bilateral sobre bitributação. Em consultas com o Governo brasileiro, setores do empresariado têm manifestado interesse na negociação de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação ("ADT") com o Paraguai.

38. Penso que seria de utilidade a vinda a Assunção de nova missão multidisciplinar de cooperação técnica, a exemplo da coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação em abril de 2014.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 90, DE 2016

(nº 489/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 489

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Os méritos do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de setembro de 2016.

EM nº 00305/2016 MRE

Brasília, 31 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repùblica do Paraguai.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 578 - C. Civil.

Em 14 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES

CPF.: 067.656.531-04

ID.: 2441 MRE

1950 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, nasce em 21 de setembro, em Milão, Itália (brasileiro de acordo com o Inciso II, do Art. 129, capítulo I, Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Tratado de Cooperação Amazônica - Um instrumento de Ação Diplomática

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1975 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1975-79 Divisão das Nações Unidas, assistente

1979-82 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1982-85 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário

1985-87 Embaixada em Paris, Primeiro Secretário

1987-91 Coordenação de Documentação Diplomática, Chefe

1991-94 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

1994-97 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1995 Comissão de Comércio do Mercosul, Chefe de delegação

1997-2001 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro

2000 Representante Alterno do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, Genebra

2001-03 Presidência da República, Representação Especial para Assuntos do Mercosul (REPSUL), Chefe, substituto

2001 Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador-Geral

2003-08 Embaixada em Rabat, Embaixador

2008-12 Embaixada em Varsóvia, Embaixador

20012-14 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral

2014-15 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete

2015- Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PARAGUAI



Lado anverso da bandeira



Lado reverso da bandeira



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O PARAGUAI	
NOME OFICIAL:	República do Paraguai
GENTÍLICO:	paraguaio
CAPITAL:	Assunção
ÁREA:	406.752 km ²
POPULAÇÃO:	7 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol e guarani
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	bicameral (Câmara de Senadores e Câmara de Deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	presidente Horacio Cartes (desde 15 de agosto de 2013)
CHANCELER:	Embaixador Eladio Loizaga (desde agosto de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2015):	US\$ 28,8 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP) (FMI, 2015):	US\$ 60,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2015):	US\$ 4.114
PIB PPP PER CAPITA (2015):	US\$ 8.585
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3,01% (2015); 4,7% (2014); 14,04% (2013); -1,2% (2012); 4,3% (2011); 13% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,679 (112º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	72 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	98,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6,14% (Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos)
UNIDADE MONETÁRIA:	guarani
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Manuel María Cáceres Cardozo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 300 mil brasileiros no Paraguai (segunda maior no exterior)

Intercâmbio Comercial (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil - Paraguai	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (jan-jul)
Intercâmbio	2.082	3.146	2.269	3.159	3.684	3.604	4.036	4.403	3.357	1.796 (-9,4%)
Exportações	1.648	2.488	1.684	2.548	2.968	2.617	2.996	3.193	2.473	1.144 (-20,3%)
Importações	434	658	585	611	716	987	1.040	1.210	884	652 (+19,4%)
Saldo	1.214	1.830	1.099	1.937	2.252	1.630	1.956	1.983	1.589	492 (-44,7%)

Informação elaborada em 23 de agosto de 2016, por Carlos Gustavo Carvalho da Fonseca Velho.

Revisada por Elói Ritter Filho, Daniel Ferreira Magrini (29/08/16), João Marcelo Queiroz Soares (30/08/16) e Paulo Estivallet de Mesquita (31/08/16).

APRESENTAÇÃO

O Paraguai tem a nona maior população sul-americana, com cerca de 7 milhões de habitantes. É o oitavo maior país da América do Sul em extensão territorial. Em 2015, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio foi uma das maiores da América do Sul, atingindo 3% de crescimento. Entre os doze países da América do Sul, o PIB do Paraguai ocupa a décima posição. A independência do país em relação à Espanha foi proclamada em 14 de maio de 1811.

PERFIL BIOGRÁFICO

HORACIO CARTES PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Assunção, em 5 de julho de 1956. Ingressou no mercado financeiro em 1989, em atividade que dará origem ao "Banco Amambay", uma das maiores instituições bancárias paraguaias. É proprietário de empresas nos setores de pecuária, tabaco e bebidas. Filiou-se ao Partido Colorado em 2009. Em 21 de abril de 2013, foi eleito presidente da República, com 45,8% dos votos válidos. Tomou posse em 15 de agosto de 2013. Seu mandato é de cinco anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Paraguai são prioritárias para o Brasil e atravessam um excelente momento. Seus principais eixos de integração são a cooperação energética, integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. Deve-se destacar, ainda, o comércio bilateral, realizado ao amparo das normas do MERCOSUL. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1844.

A hidrelétrica de Itaipu Binacional é um projeto emblemático da integração Brasil-Paraguai. A usina responde por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e 72% do consumo paraguaio. Em 2015, Itaipu – oficialmente inaugurada em 1984 – voltou a assumir a liderança mundial em produção anual de energia elétrica, ao gerar 89.215 GWh (crescimento de 1,6% em relação a 2014), superando a produção da usina de Três Gargantas (China).

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2015, a corrente de comércio bilateral alcançou US\$ 3,4 bilhões, sendo US\$ 2,5 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 884 milhões em importações. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil, destacam-se adubos e fertilizantes. Dentre os importados, soja, carne e trigo. Tanto a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) quanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) incluíram o Paraguai como "mercado prioritário" para a agenda de trabalho de 2016.

Brasil e Paraguai compartilham 1.339 quilômetros de fronteira, a quarta maior extensão dentre os limites brasileiros. Desse total, 700 quilômetros correspondem à chamada "fronteira seca", na qual inexistem barreiras naturais entre os dois países.

Assuntos consulares: O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades paraguaias de Assunção e Ciudad del Este; Consulados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá; e Vice-Consulados em Encarnación e Concepción. O Paraguai abriga a segunda maior comunidade brasileira no exterior (estimada em aproximadamente 300 mil pessoas). Embora a presença de brasileiros no Paraguai seja bastante diversificada, a maior parte dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há financiamentos oficiais brasileiros a tomador soberano do Paraguai.

POLÍTICA INTERNA

Horacio Cartes, do Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana"), foi empossado em 15 de agosto de 2013, após vitória nas eleições presidenciais com aproximadamente 46% dos votos. Seu mandato é de cinco anos.

Há duas principais particularidades relativas às eleições presidenciais no Paraguai: (i) não há segundo turno; e (ii) é vedada a reeleição do presidente da República, tanto de forma consecutiva como alternada.

As principais forças políticas no Paraguai são o Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana") e o Partido Liberal Radical Autêntico. O Partido Colorado conta com aproximadamente 2 milhões de filiados, 19 dos 45 senadores, 46 dos 80 deputados, 12 dos 17 Governos departamentais e cerca de 140 de 250 Governos municipais. O Partido Liberal Radical Autêntico, por sua vez, tem mais de 1 milhão de correligionários e conta com 13 senadores, 25 deputados, 4 Governos departamentais e 75 Governos municipais.

O Parlamento paraguaio é bicameral, sendo conformado pela Câmara de Senadores e pela Câmara de Deputados. Os 45 Senadores, com mandato de cinco anos, são escolhidos em eleição majoritária em uma única circunscrição nacional. Os ex-presidentes da República são senadores vitalícios com direito a voz, mas não a voto. Atualmente, o Partido Colorado necessita de alianças para obter maioria no Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 80 deputados, eleitos para mandato de cinco anos, em circunscrições departamentais. São 17 Departamentos, além da capital Assunção, município autônomo. O partido do presidente Cartes conta com maioria simples nessa Casa.

Os 17 departamentos paraguaios são governados por governadores eleitos em votação majoritária, para mandato de cinco anos.

A independência do Poder Judiciário está prevista na Constituição paraguaia. Seu órgão máximo é a Corte Suprema de Justiça, composta por nove magistrados, nomeados pelo presidente da República, após indicação do Senado Federal a partir de lista tríplice encaminhada pelo Conselho de Magistratura. O mandato dos juízes da Corte Suprema é de cinco anos, renováveis por igual período. Em caso de renovação, adquirem vitaliciedade no cargo até o limite constitucional de 75 anos, sendo removidos apenas por juízo político. Não há concursos públicos para juízes, que são designados pela Corte Suprema de Justiça a partir de indicações do Conselho da Magistratura. Recentemente, foi criada uma "Comissão Nacional de Reforma Judicial" para atualizar as normas de organização do Poder Judiciário.

POLÍTICA EXTERNA

Após a reintegração do Paraguai ao MERCOSUL e à UNASUL, ocorrida com a eleição do presidente Cartes em 2013, a atuação externa do Paraguai pautou-se pela busca de aprofundamento das relações com os países do entorno regional, tendo o Brasil como eixo principal.

O Paraguai tem participado de forma regular nos foros do MERCOSUL. O presidente Cartes compareceu às Cúpulas de Caracas (29/07/2014), de Paraná (17/12/2014) e de Brasília (17/07/15) e foi o anfitrião da Cúpula de Assunção (21/12/15). A Presidência Pro Tempore paraguaia, exercida durante o segundo semestre de 2015, buscou privilegiar a visão comercial do funcionamento do bloco e as negociações comerciais com a União Europeia.

Ainda no âmbito regional, o Paraguai tem sido bastante vocal com relação à situação na Venezuela. O presidente Horacio Cartes e outras altas autoridades paraguaia têm recebido, em Assunção, membros da oposição venezuelana, a exemplo da esposa do dirigente opositor venezuelano Leopoldo López, Lilian Tintori (02/12/15), e do governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles (13/06/16). Nas palavras do Chanceler Eladio Loizaga, as relações entre o Paraguai e a Venezuela estão "congeladas".

Atualmente, nota-se ainda o esforço da diplomacia paraguaia para extrapolar a região, bem como para valorizar seu perfil no tabuleiro multilateral. Nesse sentido, destacam-se as viagens do chanceler Eladio Loizaga para a Reunião Ministerial anual da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Paris, 31/05/16) e do presidente Horacio Cartes a Israel (18-19/07/16), a primeira de um Chefe de Estado paraguaio àquele país.

O Paraguai não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China, mas sim com a República da China (Taiwan). Recentemente, o presidente Horacio Cartes participou das cerimônias de posse da "presidente" de Taiwan, Tsai Ing-Wen, (18-20/05/16). No mês seguinte, Tsai Ing-Wen realizou visita de Estado ao Paraguai (27-30/06/2016). Apesar disso, Pequim é o segundo maior parceiro comercial do Paraguai, atrás apenas do Brasil.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB paraguaio atingiu US\$ 28 bilhões em termos nominais em 2015 (FMI), em variação interanual positiva de 3%. O Governo paraguaio prevê crescimento de 3,5% em 2016.

A economia paraguaia é baseada na agricultura de exportação (principalmente soja, carne e cereais), que responde por 61,9% das exportações e mais de 1/4 do PIB do país, segundo o Banco Mundial. Outra fonte importante de recursos para a economia paraguaia são os pagamentos do Brasil pela energia produzida por Itaipu. Atualmente, verifica-se expansão do setor industrial, estimulada pela disponibilidade de energia e mão-de-obra barata, pelo fortalecimento da integração com o Brasil e pela abertura da economia local.

A inflação acumulada nos 12 meses até julho de 2016 foi de 2,9%, dentro da meta de 4,5%. A taxa básica de juros é de 5,5% ao ano. As reservas internacionais paraguaias representam cerca de 25% do PIB, equivalentes a sete meses de importações (aproximadamente US\$ 7 bilhões). O câmbio, flutuante com oscilações administradas, atualmente encontra-se em US\$ 1 para G\$ 5.511,46.

A estratégia do presidente Cartes para atrair investidores, promover a segurança jurídica e aprimorar a imagem do Paraguai no exterior aparenta ser exitosa. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) atribuiu ao Paraguai o melhor índice de "ambiente de negócios" entre os países sul-americanos. As agências "Fitch" e "Moody's" elevaram, em 2015, a nota do risco de crédito soberano paraguaio, que agora se encontra a apenas um nível do "grau de investimento".

Os dados do intercâmbio comercial paraguaio refletem o alto grau de abertura comercial do país, equivalente a 69% do PIB em 2015. Por esse indicador, o Paraguai é a economia mais aberta da região. Como comparação, o coeficiente do Brasil aproxima-se de 20%, o do MERCOSUL é de 25%, e o da Aliança para o Pacífico é de 55%.

O Brasil é tanto o principal destino das exportações paraguaias (US\$ 2,6 bilhões) como principal origem das importações daquele país (US\$ 2,5 bilhões). A República Popular da China representa o maior déficit bilateral do comércio paraguaio, chegando a aproximadamente US\$ 2,3 bilhões. Os principais destinos das exportações paraguaias, além do Brasil (31,6% das exportações totais), são Rússia (9,1%), Argentina (8,1%), Chile (7%) e Itália (3,5%). Os principais fornecedores do Paraguai, além do Brasil (25% das importações totais), são China (23,5%), Argentina (14,9%), EUA (7,9%) e Coreia do Sul (2,7%).

O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia paraguaia, como autopeças, têxteis e vestuário, calçados, cimentos, frigoríficos e plásticos. Estima-se que o Brasil tenha o segundo maior estoque de capital investido no Paraguai (aproximadamente US\$ 530 milhões), sendo superado apenas pelos EUA (US\$ 866 milhões).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1525	O explorador português Aleixo Garcia visita o território do Paraguai.
1537	Fundação da cidade de Assunção pelo capitão espanhol Juan de Salazar y Espinoza.
1609	Jesuítas espanhóis dão início a atividade missionária na região.
1776	O Paraguai é transferido do Vice-Reino do Peru ao Vice-Reino do Rio da Prata, cuja capital é Buenos Aires.
1811	Independência do Paraguai.
1814	Nomeação de José Gaspar Rodríguez de Francia como Ditador Supremo da República do Paraguai.
1840	Morte de José Gaspar Rodríguez de Francia
1844	Carlos Antonio López assume a Presidência da República do Paraguai.
1862	Posse de Francisco Solano López como presidente do Paraguai.
1864	Início da Guerra do Paraguai com a invasão do Mato Grosso.
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai).
1870	Fim da Guerra do Paraguai.
1932-35	Paraguai e Bolívia enfrentam-se na Guerra do Chaco.
1954	O general Alfredo Stroessner toma o poder em um golpe de estado, dando início a mais de 30 anos de ditadura.
1989	Stroessner é deposto em golpe de estado liderado pelo general Andrés Rodríguez, que assume a Presidência.
1992	Promulgada a nova constituição do Paraguai.
1993	Posse de Juan Carlos María Wasmosy como presidente do Paraguai.
1998	Posse de Raúl Alberto Cubas Grau como presidente do Paraguai.
1999	O presidente Cubas renuncia pouco após o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña. O presidente do Senado, Luis González Macchi, é designado presidente pelo restante do mandato.
2003	Nicanor Duarte Frutos, do Partido Colorado, toma posse como presidente.
2006	O ex-ditador Alfredo Stroessner morre no exílio, no Brasil, aos 93 anos.
2008	Eleição do ex-bispo Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança, como presidente do Paraguai. Fim da hegemonia de seis décadas do Partido Colorado.
2012 (junho)	Deposição de Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio. O vice-presidente Federico Franco assume a Presidência da República.
2013	Posse de Horacio Cartes, do Partido Colorado, como presidente da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

	Reconhecimento formal da independência paraguaia pelo Império Brasileiro.
1844	Assinatura, em Assunção, de Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países (não foi ratificado pelo Brasil).
1850	Assinatura do Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai, como resultado de negociações conduzidas em Assunção por Pedro de Alcântara Bellegarde (Missão Bellegarde).
1854	Proibição da passagem de navios estrangeiros pelo Rio Paraguai por Carlos Antonio López e expulsão do encarregado de negócios brasileiro em Assunção. Despacho de força naval brasileira ao Paraguai, em represália.
1856	Assinatura, no Rio de Janeiro, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai.
1858	Confirmação, mediante Convenção Bilateral, da "verdadeira inteligência e prática" do Tratado assinado em 1856 entre Brasil e Paraguai, em missão de José Maria da Silva Paranhos a Assunção.
1864	Declaração de guerra pelo Paraguai contra o Império Brasileiro. Início da Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança).
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio de Solano López por Argentina, Brasil e Uruguai (1º de maio).
1870	Declaração formal de término da Guerra do Paraguai, após a morte de Solano López, pelo Império (4 de abril). Assinatura de Protocolo preliminar de Paz entre a Tríplice Aliança e o governo provisório do Paraguai (20 de junho).
1872	Assinatura do Tratado definitivo de Paz e Amizade Perpétua entre o Brasil e o Paraguai.
1876	Celebração do Tratado de Paz entre Argentina e Paraguai. Retirada das últimas tropas brasileiras no Paraguai.
1877	Assinatura do Protocolo de Montevidéu, entre Argentina, Brasil e Uruguai, que confere garantia coletiva à independência, soberania e integridade territorial do Paraguai.
1881	Denúncia do Tratado de 1872 pelo Paraguai.
1883	Assinatura de Novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai, em substituição ao Tratado de Paz de 1872.
1889	Reconhecimento do governo republicano brasileiro pelo Paraguai.
1927	Assinatura do Tratado complementar de Limites entre o Brasil e o Paraguai.
1928	Visita ao Brasil do presidente eleito do Paraguai, José Guggiari (10 de julho). Primeiro choque entre Bolívia e Paraguai pela Região do Chaco; o Brasil se

	mantém neutro (5 de dezembro).
1930	Reconhecimento do novo governo de Getúlio Vargas pelo Paraguai.
1933	Proclamação, por Decreto, da completa neutralidade do Brasil na Guerra do Chaco (23 de maio).
1941	Visita de Getúlio Vargas ao Paraguai (primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro ao Paraguai).
1943	Visita do presidente do Paraguai, Higinio Morínigo, ao Brasil.
1965	Inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai.
1966	Assinatura, em Foz do Iguaçu, da Ata das Cataratas, ponto de partida da chamada “diplomacia das cachoeiras” na Bacia do Prata.
1969	Assinatura, em Brasília, do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.
1973	Assinatura do Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai para a Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Tratado de Itaipu), por ocasião de visita do presidente paraguaio, Alfredo Stroessner. Aprovação do Estatuto da Itaipu Binacional.
1975	Visita do presidente Ernesto Geisel a Assunção. Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai.
1977	Início das conversações tripartites entre Argentina, Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento energético do Rio Paraná.
1979	Assinatura do Acordo Tripartite sobre coordenação técnico-operativa para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus por Brasil, Argentina e Paraguai.
1980	Visita do presidente Figueiredo ao Paraguai, ocasião em que devolve documentos, peças históricas paraguaias e objetos pessoais de Solano López que se encontravam no Brasil.
1984	Inauguração formal da usina hidrelétrica de Itaipu.
1991	Celebração do Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição do MERCOSUL.
1996	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (26 de junho).
1998	Visita oficial do presidente paraguaio eleito, Raúl Cubas Grau, a Brasília (29 de maio).
1998	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção em virtude da posse do presidente paraguaio Raúl Cubas (15 de agosto).
1999	Visita oficial do presidente paraguaio, Raúl Cubas Grau, a Brasília (11 de fevereiro).

1999	Concessão de asilo político a Raúl Cubas Grau, após sua renúncia ao cargo de presidente da República do Paraguai.
2000	Visita oficial do presidente paraguaio Luis Ángel González Macchi a Brasília (9-13 de fevereiro).
2001	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (21-22 de junho).
2003	Visita do presidente paraguaio eleito Nicanor Duarte Frutos ao Brasil (maio).
2003	Visita do presidente Lula a Assunção em virtude da posse do presidente Nicanor Duarte Frutos (14-15 de agosto).
2003	Visita de trabalho do presidente Duarte Frutos a Brasília (14 de outubro).
2004	Encontro entre o presidente Lula e o presidente Duarte Frutos em São Paulo (14 de junho).
2004	Visita de trabalho do presidente Nicanor Duarte Frutos a Brasília (26 de agosto).
2004	Visita ao Brasil do presidente Nicanor Duarte Frutos (6 de outubro).
2005	Doação, pela Força Aérea Brasileira, de seis aeronaves T-25 Universal, de fabricação brasileira, à Força Aérea Paraguaia (4 de dezembro).
2005	Decisão de aumentar o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia de Itaipu. Assinatura de acordo para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná (8 de dezembro).
2006	Assinatura do Acordo Bilateral para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa e de comunicado conjunto para regularizar a situação de nacionais durante visita do chanceler do Paraguai Rubén Ramírez ao Brasil (11 de setembro).
2007	Assinatura de Memorando de Entendimento para eliminar o fator de correção pela inflação norte-americana dos contratos assinados entre a Eletrobras e a ANDE junto à Itaipu Binacional (19 de janeiro).
2007	Visita oficial do presidente Lula a Assunção. Na ocasião, foram assinados 11 instrumentos bilaterais.
2007	Assinatura da Declaração de Intenções sobre Cooperação Técnica para Elaboração do Projeto Básico da Linha de Transmissão entre a Subestação Itaipu-Margem Direita e a Subestação Limpio, na Cidade de Assunção, com tensão de 500 KV.
2007	Doação brasileira de R\$ 20 milhões ao Fundo de Apoio à Economia Paraguaia, conforme Lei 11.444/07 (3 de dezembro).
2008	Visita do então candidato Fernando Lugo a Brasília, para encontro com o presidente Lula (2 de abril).

2008	Participação do presidente Lula nas cerimônias de posse do presidente Fernando Lugo (15 de agosto).
2008	Visita do presidente Lugo a Brasília (17 de setembro).
2008	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em São Paulo (17 de dezembro).
2009	Realização da I Reunião Ministerial de Diálogo sobre Itaipu, com a participação dos ministros de Relações Exteriores, Fazenda e Energia dos dois países (26 de janeiro).
2009	Visita de Estado do presidente Fernando Lugo ao Brasil (7 e 8 de maio).
2009	Visita de trabalho do presidente Lula a Assunção, na sequência da Cúpula do MERCOSUL realizada naquela cidade (25 de julho).
2010	Visita de trabalho do presidente Fernando Lugo a Ponta Porã/MS (3 de maio).
2010	Visita de trabalho do presidente Lula a Villa Hayes, nos arredores de Assunção (30 de julho).
2010	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em Foz do Iguaçu (16 de dezembro).
2011	Participação do presidente Lugo nas cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2013	Participação da presidente Dilma Rousseff nas cerimônias de posse do presidente Horacio Cartes (15 de agosto).
2013	Encontro entre os presidentes Horacio Cartes, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff à margem da Cúpula da UNASUL, em Paramaribo (30 de agosto).
2013	Visita de Estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil (30 de setembro).
2013	Cerimônia de Inauguração da Linha de Transmissão da Subestação de Villa Hayes, com a presença da presidente Dilma Rousseff e do presidente Horacio Cartes (29 de outubro).
2015	Participação do presidente Horacio Cartes nas cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2015	Visita de trabalho do ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Paraguai (13 de março).
2015	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (15 de julho).
2016	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa (formato 2+2) do Brasil e Paraguai, em Assunção (4 de abril).
2016	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (8 de junho).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Publicação
Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua.	09/01/1872	26/01/1872	27/03/1872
Tratado de Limites.	09/01/1872	26/03/1872	27/03/19872
Convenção de Arbitramento.	24/02/1911	07/09/1914	16/09/1914
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	17/11/1919	01/12/1919	03/12/1919
Tratado de Extradição.	24/02/1922	22/05/1925	30/05/1925
Acordo sobre Navegação do Rio Paraguai.	30/04/1927	30/04/1927	-
Tratado de Limites Complementar ao de 1872.	21/05/1927	22/11/1929	05/12/1929
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para Estudos Econômicos e Culturais.	17/04/1937	17/04/1937	-
Convênio sobre o Estabelecimento em Santos de um Entreponto de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai.	14/06/1941	08/07/1941	29/08/1941
Convênio sobre Tráfico Fronteiriço.	14/06/1941	02/08/1941	29/08/1941
Convênio para a Constituição de Comissões Mistas Encarregadas de Estudar os Problemas de Navegação do Rio Paraguai nas Águas Jurisdicionais dos Dois Países e a Criação de uma Frota Mercante Brasileiro-Paraguaia.	14/06/1941	01/10/1941	28/08/1941
Convênio para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países.	14/06/1941	01/10/1941	29/08/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	20/12/1952	24/04/1954	28/05/1954
Convênio para o Estabelecimento,	20/01/1956	06/11/1957	07/01/1958

em Concepción, de um Entreposto de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.			
Convênio para o Estabelecimento, em Paranaguá, de um Entreposto de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai.	20/01/1956	06/11/1957	07/01/1958
Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaiá.	20/01/1956	06/09/1957	07/01/1958
Tratado Geral de Comércio e Investimentos.	27/10/1956	06/09/1957	08/01/1958
Convênio de Turismo e Trânsito de Passageiros.	12/09/1958	05/03/1960	01/11/1960
Convênio para o Estabelecimento em Encarnación, de um Entreposto de Depósito Franco para Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.	05/11/1959	04/02/1969	10/03/1969
Acordo para a Construção, em Território Paraguaio, da Rodovia que Unirá Concepción a Ponta-Porã.	05/03/1960	05/03/1960	10/05/1960
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica.	18/08/1961	21/03/1965	30/07/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais ou Documentos Equivalentes.	27/03/1965	25/06/1965	21/06/1965
Acordo sobre a utilização, Conservação e Vigilância da Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	27/03/1965	27/03/1965	21/06/1965
Acordo pelo qual se Aprova o Regulamento e o Plano de Ação da	24/11/1967	24/11/1967	-

Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai.			
Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaia no Combate à Febre Aftosa.	16/05/1969	-	19/06/1969
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Transportes e Turismo.	26/01/1970	26/01/1970	12/06/1971
Acordo Sanitário.	16/07/1971	26/01/1972	29/03/1972
Tratado para o Aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos Dois Países, Desde e Inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá, até a Foz do Rio Iguaçu, Anexos A, B e C e seis Notas.	26/04/1973	13/08/1973	30/08/1973
Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural.	17/10/1973	30/11/1974	26/12/1974
Protocolo sobre Relações de Trabalho e Previdência Social, previsto no Artigo XX do Tratado de Itaipu.	11/02/1974	08/08/1974	20/08/1974
Acordo sobre Integralização do Capital da Itaipu.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre Funcionamento de Estações de Rádio para Serviço de Assistência a Aeronaves Militares dos Dois Países.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre o Estudo do Plano de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo sobre o Centro de Estudos Brasileiros em Assunção.	10/09/1974	31/10/1974	25/09/1974
Acordo sobre Radioamadorismo.	10/09/1974	10/09/1974	25/09/1974
Acordo Administrativo Complementar sobre Higiene e	08/01/1975	08/01/1975	16/01/1975

Segurança do Trabalho Aplicável aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.			
Acordo Administrativo Regulamentador da Prestação de Serviços Médicos aos Trabalhadores Contratados pela Itaipu e seus Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços.	08/01/1975	08/01/1975	16/01/1975
Acordo sobre Estudos dos Rios do Alto Paraná.	08/01/1975	08/01/1975	20/01/1975
Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.	04/12/1975	26/05/1976	23/06/1976
Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927 entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.	04/12/1975	26/05/1976	23/05/1976
Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais.	11/02/1976	11/02/1976	23/03/1976
Tratado de Interconexão Ferroviária.	11/04/1980	19/12/1980	16/01/1981
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Propriedade Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação no Campo da Promoção do Desenvolvimento Industrial.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio sobre Cooperação em Matéria de Registro de Comércio.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983

Convênio sobre Cooperação em Matéria de Desenvolvimento Tecnológico de Álcool Carburante.	02/07/1982	10/12/1982	05/01/1983
Convênio para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande.	21/07/1987	07/02/1990	12/03/1990
Acordo de Cooperação Técnica.	27/10/1987	30/08/1990	03/06/1991
Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.	29/03/1988	14/01/1992	07/02/1992
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	26/09/1992	30/01/1994	04/04/1995
Acordo sobre Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Madeira.	01/09/1994	29/04/1996	12/07/1996
Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes.	01/09/1994	06/12/1995	07/02/1996
Acordo para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados.	01/09/1994	18/11/1996	23/01/1997
Acordo Relativo a Cooperação Militar	24/07/1995	12/09/1996	11/12/1996
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	23/10/1996	13/11/1997	29/07/1998
Memorando de Entendimento para a Criação de um Sistema de Consulta e Coordenação	13/10/1998	13/10/1998	-
Protocolo de Cooperação Técnica na Área de Indústria, Comércio e Turismo.	24/11/1998	24/11/1998	06/04/2000
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores	10/02/2000	-	-

sob Tratamento Especial.			
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais.	10/02/2000	27/03/2002	-
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.	08/12/2005	01/10/2008	05/12/2008
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa.	11/09/2006	07/05/2010	07/05/2010
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande para Cargas Transportadas por Rodovia, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006, que complementa o "Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande", celebrado em Brasília, no dia 21 de julho de 1987.	11/09/2006	07/05/2010	07/05/2010
Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai [adicional ao Acordo de 16/9/1980].	09/04/2008	30/05/2011	20/06/2012
Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu - Setembro 2009.	01/09/2009	14/05/2011	28/06/2011

Acordo para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional Sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta.	08/06/2016	-	EMI pendente de assinatura: Transportes, Fazenda e MPOG.
Acordo sobre Serviços Aéreos.	08/06/2016	-	EMI pendente de assinatura: Transportes

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

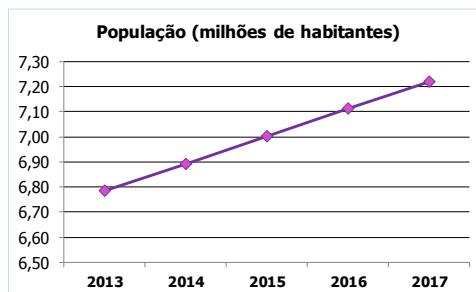
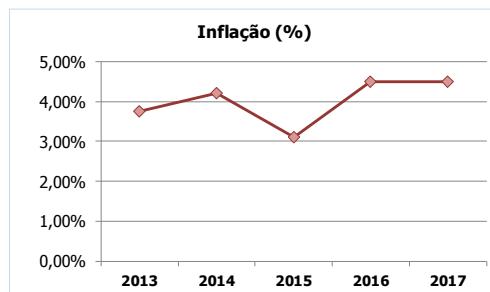
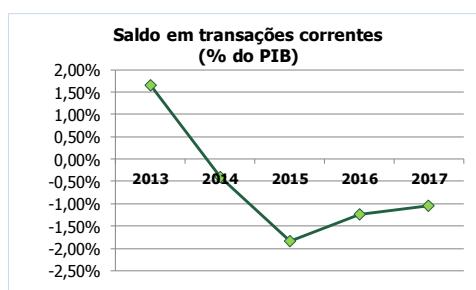
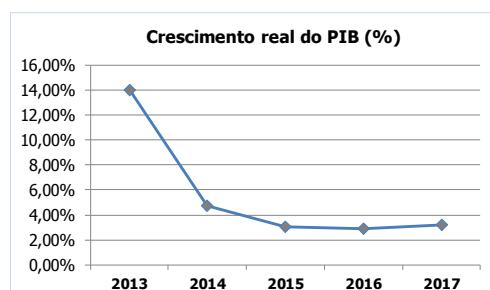
Principais indicadores socioeconômicos do Paraguai

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	14,04%	4,72%	3,01%	2,89%	3,23%
PIB nominal (US\$ bilhões)	28,97	30,88	28,08	26,80	27,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.270	4.481	4.010	3.768	3.864
PIB PPP (US\$ bilhões)	55,06	58,61	60,98	63,36	66,30
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.116	8.503	8.708	8.905	9.182
População (milhões de habitantes)	6,78	6,89	7,00	7,12	7,22
Desemprego (%)	4,99%	6,05%	6,14%	6,23%	6,08%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,75%	4,21%	3,10%	4,50%	4,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,65%	-0,41%	-1,84%	-1,24%	-1,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	13,41	14,09	14,41	15,47	16,64
Câmbio (G / US\$) ⁽²⁾	4,32	4,46	5,16	5,69	5,70
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			18,9%		
Indústria			18,5%		
Serviços			62,6%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 3rd Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

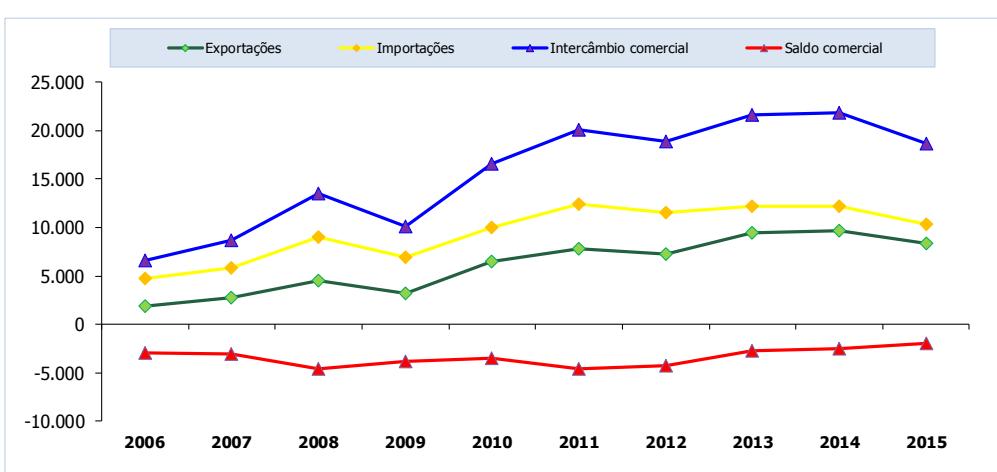


Evolução do comércio exterior do Paraguai
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	1.843	11,4%	4.758	45,3%	6.601	33,9%	-2.914
2007	2.817	52,8%	5.859	23,2%	8.677	31,4%	-3.042
2008	4.463	58,4%	9.033	54,2%	13.497	55,6%	-4.570
2009	3.167	-29,0%	6.940	-23,2%	10.107	-25,1%	-3.773
2010	6.505	105,4%	10.033	44,6%	16.538	63,6%	-3.529
2011	7.764	19,4%	12.366	23,2%	20.130	21,7%	-4.603
2012	7.283	-6,2%	11.555	-6,6%	18.838	-6,4%	-4.272
2013	9.456	29,8%	12.142	5,1%	21.598	14,7%	-2.686
2014	9.636	1,9%	12.169	0,2%	21.804	1,0%	-2.533
2015	8.361	-13,2%	10.291	-15,4%	18.652	-14,5%	-1.930
2016(jan-mai)	3.632	-4,2%	3.515	-19,0%	7.147	-12,1%	117,0
Var. % 2006-2015	353,6%	--	116,3%	--	182,6%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

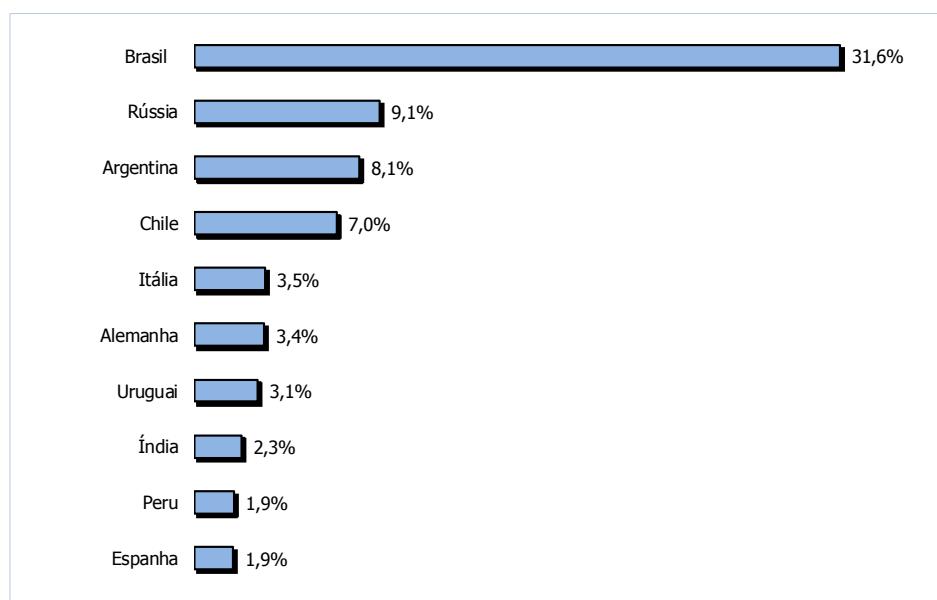


Direção das exportações do Paraguai
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Brasil	2.642	31,6%
Rússia	758	9,1%
Argentina	676	8,1%
Chile	582	7,0%
Itália	290	3,5%
Alemanha	286	3,4%
Uruguai	259	3,1%
Índia	193	2,3%
Peru	161	1,9%
Espanha	160	1,9%
Subtotal	6.007	71,8%
Outros países	2.354	28,2%
Total	8.361	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

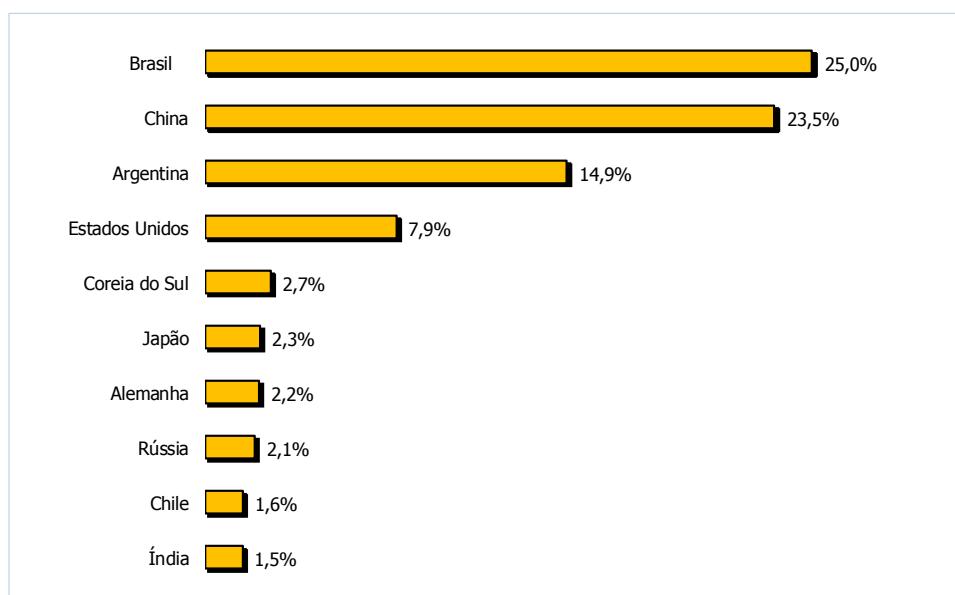


Origem das importações do Paraguai
US\$ milhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Brasil	2.577	25,0%
China	2.417	23,5%
Argentina	1.535	14,9%
Estados Unidos	812	7,9%
Coreia do Sul	278	2,7%
Japão	234	2,3%
Alemanha	230	2,2%
Rússia	212	2,1%
Chile	161	1,6%
Índia	158	1,5%
Subtotal	8.614	83,7%
Outros países	1.677	16,3%
Total	10.291	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

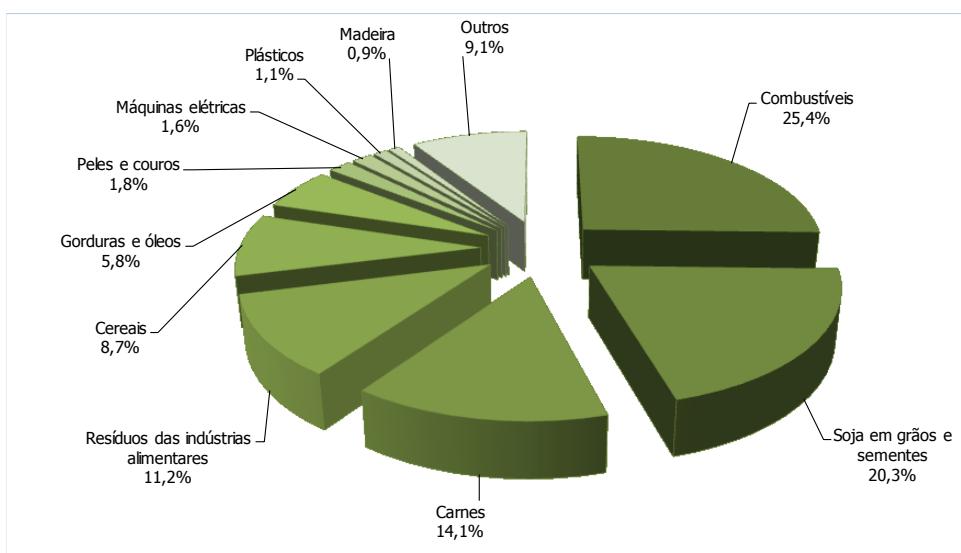


Composição das exportações do Paraguai
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	2.123	25,4%
Soja em grãos e sementes	1.697	20,3%
Carnes	1.181	14,1%
Resíduos das indústrias alimentares	940	11,2%
Cereais	728	8,7%
Gorduras e óleos	484	5,8%
Peles e couros	151	1,8%
Máquinas elétricas	132	1,6%
Plásticos	90	1,1%
Madeira	73	0,9%
Subtotal	7.599	90,9%
Outros	762	9,1%
Total	8.361	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

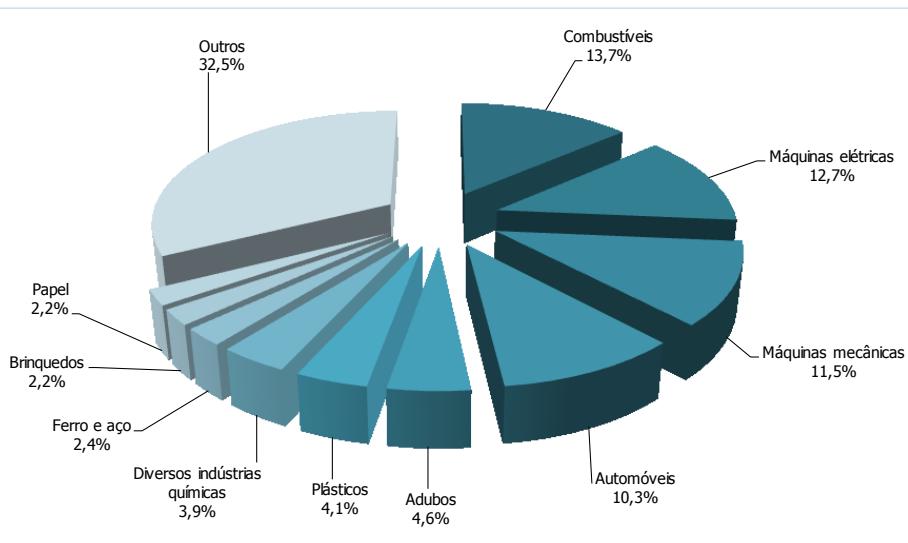


Composição das importações do Paraguai
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	1.409	13,7%
Máquinas elétricas	1.307	12,7%
Máquinas mecânicas	1.185	11,5%
Automóveis	1.061	10,3%
Adubos	472	4,6%
Plásticos	418	4,1%
Diversos indústrias químicas	400	3,9%
Ferro e aço	249	2,4%
Brinquedos	225	2,2%
Papel	223	2,2%
Subtotal	6.950	67,5%
Outros	3.341	32,5%
Total	10.291	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

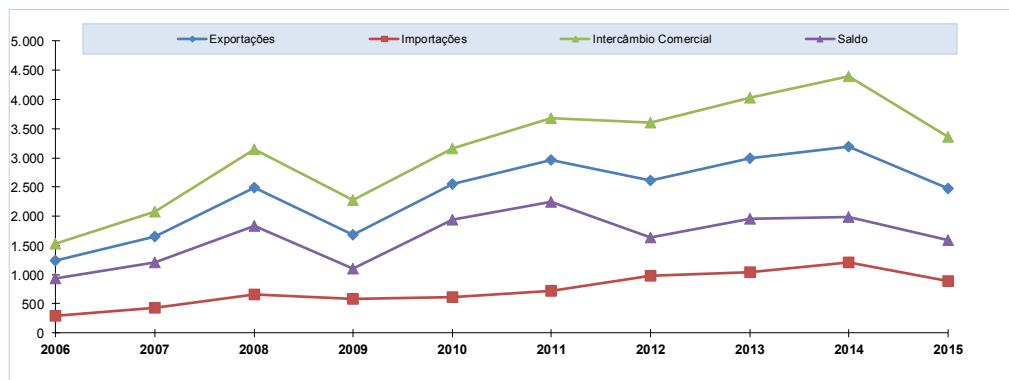
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Paraguai
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	1.234	28,1%	0,90%	296	-7,2%	0,32%	1.530	19,3%	0,67%	938
2007	1.648	33,6%	1,03%	434	46,7%	0,36%	2.082	36,1%	0,74%	1.214
2008	2.488	50,9%	1,26%	658	51,5%	0,38%	3.145	51,0%	0,94%	1.830
2009	1.684	-32,3%	1,10%	585	-11,0%	0,46%	2.269	-27,8%	0,81%	1.098
2010	2.548	51,3%	1,26%	611	4,4%	0,34%	3.159	39,2%	0,82%	1.937
2011	2.969	16,5%	1,16%	716	17,1%	0,32%	3.684	16,6%	0,76%	2.253
2012	2.618	-11,8%	1,08%	988	37,9%	0,44%	3.605	-2,2%	0,77%	1.630
2013	2.997	14,5%	1,24%	1.040	5,3%	0,43%	4.036	12,0%	0,84%	1.957
2014	3.194	6,6%	1,42%	1.210	16,4%	0,53%	4.404	9,1%	0,97%	1.983
2015	2.473	-22,6%	1,29%	884	-26,9%	0,52%	3.358	-23,8%	0,93%	1.589
2016 (jan-jul)	1.144	-20,4%	1,07%	652	19,4%	0,83%	1.796	-9,4%	0,97%	493
Var. % 2006-2015	100,5%	--	--	198,8%	--	--	119,5%	--	n.c.	

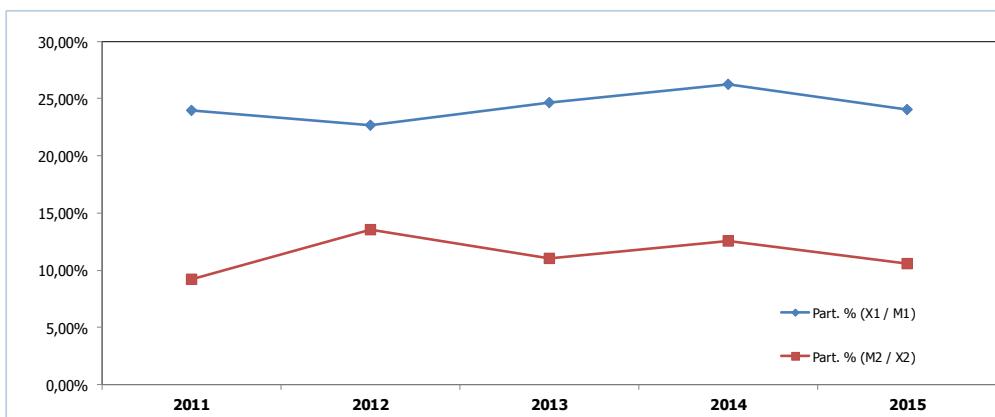
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Paraguai
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para o Paraguai (X1)	2.969	2.618	2.997	3.194	2.473	-22,6%
Importações totais do Paraguai (M1)	12.366	11.555	12.142	12.169	10.291	-15,4%
Part. % (X1 / M1)	24,01%	22,65%	24,68%	26,24%	24,03%	-8,4%
Importações do Brasil originárias do Paraguai (M2)	716	988	1.040	1.210	884	-26,9%
Exportações totais do Paraguai (X2)	7.764	7.283	9.456	9.636	8.361	-13,2%
Part. % (M2 / X2)	9,22%	13,56%	11,00%	12,56%	10,58%	-15,8%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Paraguai e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

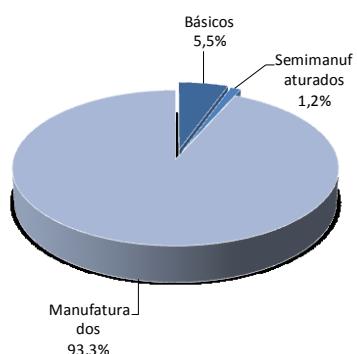


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

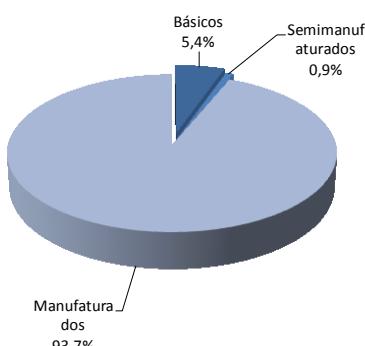
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

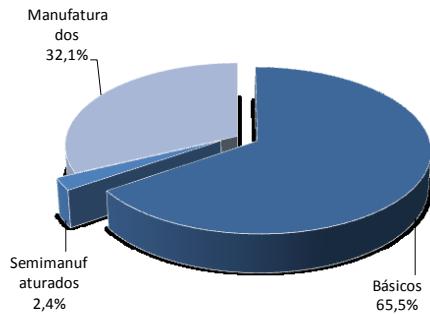


2015

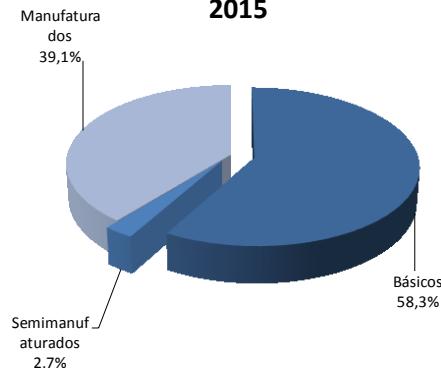


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

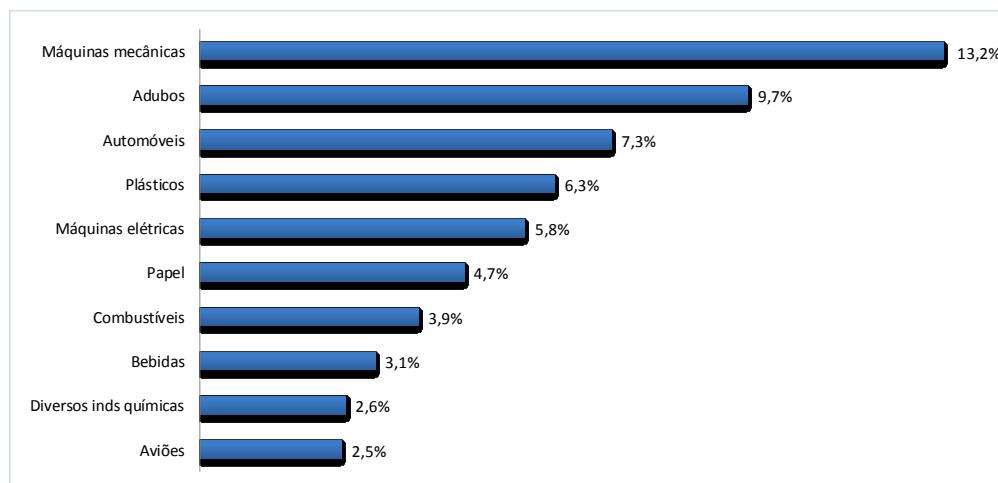
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Paraguai
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	477	15,9%	496	15,5%	327	13,2%
Adubos	357	11,9%	326	10,2%	241	9,7%
Automóveis	216	7,2%	196	6,1%	181	7,3%
Plásticos	154	5,1%	176	5,5%	156	6,3%
Máquinas elétricas	128	4,3%	166	5,2%	143	5,8%
Papel	97	3,2%	111	3,5%	116	4,7%
Combustíveis	238	7,9%	372	11,6%	96	3,9%
Bebidas	62	2,1%	88	2,8%	77	3,1%
Diversos inds químicas	70	2,3%	75	2,3%	64	2,6%
Aviões	6	0,2%	0	0,0%	62	2,5%
Subtotal	1.805	60,2%	2.006	62,8%	1.463	59,2%
Outros produtos	1.192	39,8%	1.187	37,2%	1.010	40,8%
Total	2.997	100,0%	3.194	100,0%	2.473	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

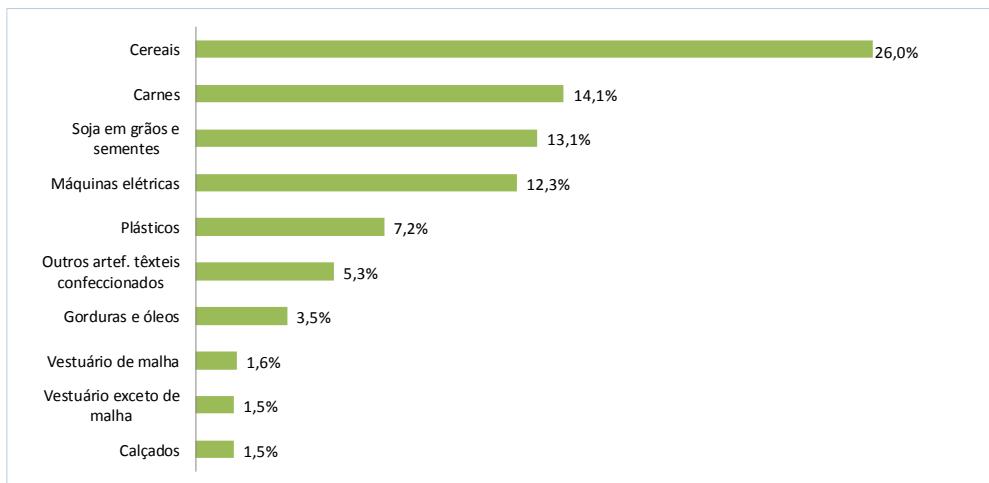


Composição das importações brasileiras originárias do Paraguai
US\$ milhões

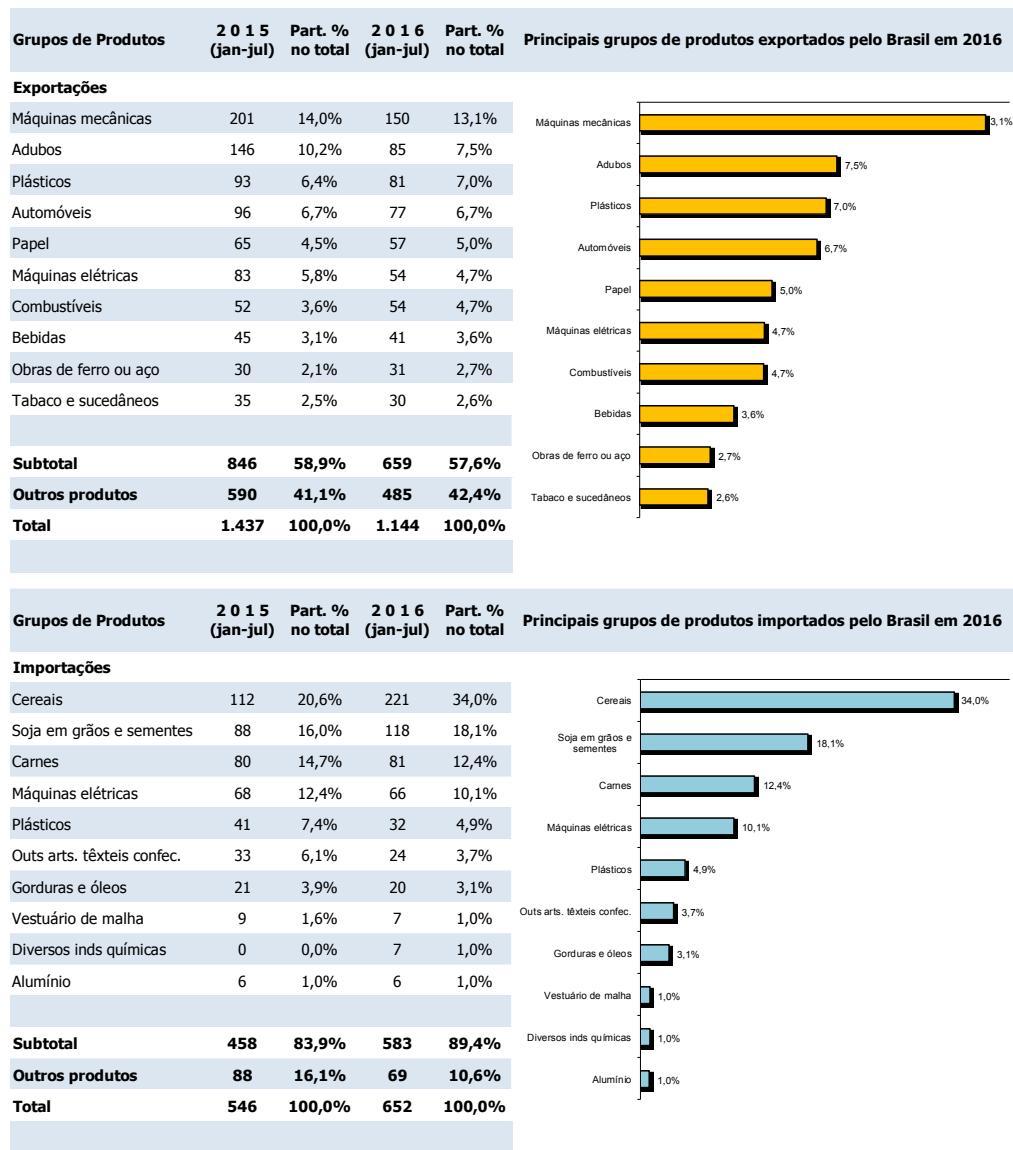
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	415	39,9%	278	23,0%	230	26,0%
Carnes	108	10,4%	197	16,3%	125	14,1%
Soja em grãos e sementes	121	11,6%	268	22,1%	116	13,1%
Máquinas elétricas	36	3,5%	95	7,9%	109	12,3%
Plásticos	60	5,8%	87	7,2%	64	7,2%
Outros artef. têxteis confeccionados	32	3,1%	50	4,1%	47	5,3%
Gorduras e óleos	40	3,8%	41	3,4%	31	3,5%
Vestuário de malha	12	1,2%	16	1,3%	14	1,6%
Vestuário exceto de malha	16	1,5%	15	1,2%	13	1,5%
Calçados	31	3,0%	24	2,0%	13	1,5%
Subtotal	871	83,8%	1.071	88,5%	762	86,2%
Outros produtos	169	16,2%	139	11,5%	122	13,8%
Total	1.040	100,0%	1.210	100,0%	884	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

2^a PARTE - DELIBERATIVA - LEITURA DE

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 95, de 2016 (nº 531, de 7 de outubro de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Para tanto e em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino. Nasceu em 28 de dezembro de 1961.

Em 1987, concluiu a graduação em Economia na Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Altos Estudos (2006), tendo defendido tese com o seguinte título: “O Sistema Global de Preferências Comerciais: resultados e perspectivas”.

O Senhor Balduino Carneiro tornou-se Terceiro-Secretário em 1986, Segundo-Secretário em 1991, Primeiro-Secretário em 1997, Conselheiro em 2003, Ministro de Segunda Classe em 2007; e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Pode-se afirmar, com base nas informações prestadas, que o diplomata desempenhou em sua carreira, entre outras, as seguintes funções: Primeiro Secretário na Embaixada em Washington (1998-2001); Chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2003/04); e Conselheiro na Embaixada em Nova Delhi (2004/07). Desde 2015 é Secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda.

Acompanha a mensagem presidencial, ainda em cumprimento à mencionada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Eslovaca, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como economia.

A Eslováquia proclamou sua independência em 1993, após a dissolução da Tchecoslováquia. Nesse mesmo ano, o Brasil estabelece relações diplomáticas com o novo país. Em 2004, dá-se a admissão da Eslováquia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O país se torna membro da União Europeia (UE) em 2009.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com missão residente em Bratislava em 2008. Até então a representação junto ao governo eslovaco era feita por meio da embaixada brasileira em Viena. As relações são bastante amistosas e têm se pautado por visitas de alto nível de parte a parte.

Nesse sentido, convém registrar visita, em comemoração ao aniversário de 20 anos de formação da República Eslovaca, de missão desta Casa, chefiada pelo saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, então Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia

Na esfera comercial, as trocas bilaterais registraram, em 2015, o montante de US\$ 139,9 milhões. A balança comercial entre os dois países é deficitária para o Brasil. Exportamos o equivalente a US\$ 21,273 milhões (peças para a indústria automobilística, obras de ferro fundido e aparelhos de ótica) e importamos US\$ 118,629 milhões (produtos destinados aos setores de máquinas e aparelhos mecânicos para as indústrias automotiva e siderúrgica).

A comunidade de brasileiros vivendo na Eslováquia é estimada em 150 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório de gestão
Embaixada do Brasil em Bratislava, República Eslovaca
Embaixadora Susan Kleebank
2012-2016

Relato minha gestão na Embaixada em Bratislava, entre 11/09/2012 e a presente data. Nesse período, sucederam-se dois governos na Eslováquia (2012-2016; 2016-previsão:2020), ambos tendo, como Primeiro-Ministro, Roberto Fico, e, como Ministro de Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Miroslav Lajcák. Apresentei minhas cópias figuradas ao Ministro Lajcák e, em seguida, as credenciais ao então Presidente Ivan Gasparovic. Dividirei meus comentários em três partes: (I) atividades realizadas, (II) dificuldades encontradas e (III) sugestões ao novo chefe do posto.

I. ATIVIDADES REALIZADAS

2. O fato de o Brasil ser o único país sul-americano com embaixada residente em Bratislava favoreceu meu acesso privilegiado a autoridades e à obtenção de informações de interesse nos planos bilateral, regional e global. O governo local valoriza esse fato. Trata-se de aspecto relevante, não só em função da agenda bilateral, mas também tendo em mente a projeção internacional da Eslováquia, membro de agrupamentos como a União Europeia/UE e o Grupo de Visegrad/V4 (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia). Associadas ao fato de que os dois países compartilham valores fundamentais (democracia, Estado de Direito, direitos humanos, valorização do multilateralismo), essas circunstâncias refletiram-se no apoio eslovaco a temas prioritários para o Brasil, tais como a troca de ofertas MERCOSUL-UE, a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de DG-OMC e as iniciativas de reforma do Conselho de Segurança da ONU, entre outros. Confirmou-se a existência de potencial significativo de colaboração em diversas áreas, reforçando a conveniência de atenção especial ao Posto.

3. As relações diplomáticas datam da criação do país em 1993, havendo inicialmente a representação brasileira junto ao governo eslovaco ficado a cargo da Embaixada em Viena. Em 2008, foi criada a Embaixada residente em Bratislava, passando Brasil e Cuba a serem os únicos países latino-americanos com embaixadas residentes na capital eslovaca (total hoje: 47). Tal fato, associado às características do país e a sua inserção regional e global, fazem com que as autoridades locais confiram ao Brasil atenção prioritária entre países não-europeus, aspecto que reiteram em diversas ocasiões.

4. Durante minha gestão, houve elevação no patamar do relacionamento bilateral, sobretudo em razão de visitas de alto nível e do adensamento do diálogo em várias áreas. Houve intensificação dos contatos com a sociedade civil e com o governo, da mesma forma que fluidez no agendamento de encontros com altas autoridades do poder executivo e três Presidentes sucessivos do Parlamento (Pavol Paska, Peter Pellegrini e Andrey Danko). Por meio de tais contatos, foi possível identificar que há interesse eslovaco em iniciativas de aproximação com o Brasil em diversas áreas, conforme comentado a seguir.

(a) Política externa e relações bilaterais

5. Em diversas oportunidades, altas autoridades eslovacas – entre as quais os Presidentes Ivan Gasparovic e Andrej Kiska, o ex-Presidente Rudolf Schuster (que tem vínculos históricos e familiares com o País), diversos Ministros (Negócios Estrangeiros e Europeus, Defesa, Economia, Finanças, Agricultura) e três Presidentes do Parlamento – repetiram-me considerar importante intensificar os laços com o Brasil. A prioridade atribuída ao Brasil no quadro extra-europeu foi reiterada em minhas conversas também no segundo escalão no MNEE.

6. Em todas as ocasiões, foi ressaltada a importância de visitas de alto nível para aprofundar o relacionamento, a exemplo das três missões brasileiras a Bratislava em 2013, ano do aniversário de vinte anos da Eslováquia e das relações bilaterais: do então Chanceler Antonio de Aguiar Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo falecido Senador Luiz Henrique da Silveira; e do então Ministro da Defesa/MD Celso Amorim (encontros bilaterais e no formato "Visegrad Plus/V4+"). Essas três visitas estão entre os momentos mais relevantes no período de minha gestão, em especial em razão de haverem sido as primeiras missões de Chanceler e de MD brasileiros à Eslováquia. O Presidente Ivan Gasparovic, em mostra de deferência ao Brasil, estendeu a mais de uma hora os usuais 20 minutos que destinava a audiências, para receber a delegação do Senado Federal brasileiro. Entre 2013-2016, visitei e ofereci almoços de trabalho a Chefes de Gabinete e Assessores do Presidente Gasparovic (2004-2014) e de seu sucessor, Andrej Kiska (2014-2019).

7. O maior conhecimento e sintonia bilateral foram também impulsionados por missões eslovacas ao Brasil, com destaque àquela do MNEE Miroslav Lajcák em 2015. Sua viagem deu seguimento à I Reunião de Consultas Políticas em Brasília, em 2013, em nível de Diretores de Departamentos Políticos.

Durante minha gestão, estiveram igualmente no Brasil o Ministro da Defesa Martin Glvác (2013), o ex-Presidente Rudolph Schuster (2014), o Secretário de Estado da Defesa Milos Koterec (2015), o Secretário de Estado do MNEE Igor Slobodník (2016), assim como, para assistir aos Jogos Olímpicos, o Presidente Andrej Kiska, e, aos Jogos e Paralímpicos, o Secretário de Estado de Temas Sociais e Família Branislav Ondrus (2016).

8. Houve igualmente maior aproximação em razão dos contatos feitos para preparar visitas que, por motivos diversos, tiveram que ser adiadas: do PM Robert Fico (2013), do Presidente do Parlamento Pavol Paska e do então MD Martin Glvác (2014), do Presidente do Parlamento Peter Pellegrini (2015) e do Ministro da Economia Vazil Hudák (2016). Consolidou-se, pouco a pouco, a prioridade ao relacionamento com o Brasil no discurso oficial, conforme reiterado, em diversas oportunidades, pelo Ministro Miroslav Lajcák e o Secretário de Estado do MNEE, Lukas Parizék.

9. A sinergia entre os dois países refletiu-se nas respostas majoritariamente positivas que recebi do governo eslovaco a 68 gestões realizadas entre setembro de 2012 e setembro de 2016. Nesse período, houve 33 pedidos de apoio a candidaturas brasileiras a cargos importantes em organismos internacionais, incluindo aqueles de DG-OMC (Roberto Azevêdo) e de DG-FAO (José Graziano da Silva).

10. Esse quadro repetiu-se em numerosas gestões que fiz sobre temas específicos adicionais. Na esfera econômica, houve gestões sobre quinze assuntos, com destaque ao pedido de apoio eslovaco à troca de ofertas MERCOSUL-UE. Na esfera política, foi possível obter apoio eslovaco em dez temas de interesse brasileiro (Reforma do CSNU, Projeto de Resolução sobre Direito de Privacidade na Internet, Parceria para Governo Aberto/OGP, Acordo Brasil-UE para extensão de estada de cidadãos que viajam a turismo/negócios, entre outros). Foi igualmente possível assegurar a participação eslovaca em nove eventos promovidos pelo Brasil, como a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil e a II Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança Viária. O bom nível de interlocução com o governo local confirmou a maturidade no relacionamento.

11. No plano multilateral, para explorar o potencial de consensos nos diferentes foros, procurei regularmente registrar a atuação do governo eslovaco e suas prioridades, além de informar sobre diplomatas eslovacos em posições de relevo no âmbito da UE e da ONU, a exemplo de Maros Sefcovic, Comissário para a União Energética, e Jan Kubis, Representante Especial das Nações Unidas para o Iraque. Por

fim, entre 2013 e 2016 participei de diversos eventos e enviei numerosas informações sobre a candidatura do MNEE Lajcák ao cargo SG-ONU.

12. Igualmente para subsidiar a identificação de espaços para a atuação internacional conjunta dos dois países, comentei os principais temas da agenda externa eslovaca, entre os quais participação do país na UE e na OTAN, Reforma do Sistema de Segurança da ONU, presença em operações de paz, ajuda ao desenvolvimento, alargamento da UE, Parceria Oriental e crise na Ucrânia, a qual ampliou enormemente a preocupação do governo eslovaco com riscos à segurança regional. Também relatei as perspectivas eslovacas sobre decisões importantes da UE, tendo em mente o possível grau de influência dessas perspectivas nacionais sobre a tomada de decisões do agrupamento (reação ao "Brexit", crise migratória, dívida grega, atentados terroristas na UE, pacote de resgate ao Chipre, Acordos de Associação).

13. Com o mesmo propósito, enviei relatos sobre eventos internacionais de relevo aos quais assisti, entre os quais a visita do SG-ONU Ban Ki-Moon (2015), a Globsec - Conferência sobre Segurança Global (2013, 2014, 2015, 2016) e a Conferência Internacional sobre Combate à Lavagem de Dinheiro (2013). Relatei igualmente inúmeras celebrações de que participei, com a presença de altas autoridades eslovacas e estrangeiras, a exemplo, em particular, dos aniversários, em 2014, do Levante Nacional Eslovaco em 1944 e dos 25 anos da Revolução de Veludo, e, em 2015, dos 70 anos da liberação de Auschwitz e do término da Segunda Guerra Mundial.

14. Além disso, para eventual coordenação de agendas externas, transmiti a posição eslovaca em reuniões internacionais importantes, como as Assembléias Gerais das Nações Unidas, as Cúpulas da União Europeia, da OTAN e dos Ministros de Ásia e Europa. Registrei, igualmente, 55 encontros bilaterais mantidos pelos líderes eslovacos com altas autoridades estrangeiras entre 2012 e 2016, com destaque a viagens do PM Fico e do Ministro Lajcák, acompanhados de missões empresariais, a Cuba, China, Vietnã, Myanmar e Irã, entre outras.

15. Para ilustrar o potencial de colaboração com a Eslováquia enquanto parte de agrupamentos regionais, enviei diversas comunicações sobre suas Presidências rotativas do Grupo de Visegrado/V4 (1/7/2013-30/6/2014) e do Conselho da União Europeia (1/7-31/12/2016). As duas oportunidades permitiram confirmar ser o país parceiro internacional de relevo, fonte de informações e canal de interlocução importante para o Brasil. Assinalei, igualmente, as possibilidades a explorar

de promoção de encontros no formato "V4+" com o Brasil e com o MERCOSUL.

16. Com relação ao V4, relatei diversas iniciativas da Presidência rotativa eslovaca. Sob o mote de "gestão dinâmica", a Eslováquia valorizou os encontros no citado formato "V4+", no qual se organizou em Bratislava reunião do Ministro da Defesa brasileiro e seus homólogos do V4 em 2013. Na oportunidade, também foi proposta a realização de encontro de DGs Políticos Brasil+V4, o qual, por motivos diversos, acabou ocorrendo em Brasília no mandato seguinte, a cargo da República Tcheca. Além de apoiar a preparação de tais eventos, relatei outros quinze encontros de alto nível que ocorreram nesse formato durante o mandato eslovaco, entre os quais com Coreia, México, China, Cuba e Turquia. Por fim, transmiti comentários sobre a contribuição do mandato eslovaco para a maior visibilidade internacional do V4.

17. No tocante à Presidência do Conselho da UE, comentei as prioridades da Presidência eslovaca durante o mandato, assim como reuniões que mantive nas pastas de Economia, Agricultura e no MNEE para reiterar a expectativa de contar com o apoio local para avançar as negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Destaquei a ênfase eslovaca na assinatura do acordo comercial da UE com o Canadá (CETA), assim como nas negociações UE-EUA (TTIP), Japão e China. Acompanhei e relatei sistematicamente os resultados dos Encontros Informais realizados em Bratislava, de nível ministerial, preparatórios das reuniões em Bruxelas (p.ex., de Chefes de Estado, Chanceleres, Ministros de Finanças, Meio Ambiente, Trabalho e Justiça e Temas Sociais). Comentei igualmente os comunicados eslovacos sobre os eventos em Bruxelas. Por fim, em almoço de trabalho oferecido pelo SE Lukas Parízek a embaixadores latino-americanos em maio último, voltei a enfatizar as expectativas sobre o Acordo MERCOSUL-UE e comentei as prioridades do Brasil para a Cúpula CELAC-UE (República Dominicana, outubro de 2016).

(b) Política interna

18. Com vistas a subsidiar encontros bilaterais e manter atualizados os dados sobre política interna eslovaca, enviei diversas informações a respeito dos dois mandatos do PM Robert Fico, líder do partido socialdemocrata (Smer): 2012 a 2016, com maioria parlamentar absoluta do Smer, e 2016 a presumivelmente 2020, em governo de coalizão (Smer, SNS/Partido Nacional Eslovaco, conservador; Most-Híd/partido representante da minoria húngara, de centro-direita; e Siet/"Rede", partido criado em 2014, igualmente conservador), formado sobretudo para assegurar estabilidade política

necessária à Presidência eslovaca do Conselho da UE. Relatei perspectivas e resultados das eleições parlamentares, composição dos dois governos e episódios mais relevantes nos dois mandatos. Enviei, ademais, comentários sobre o interesse local nas experiências do Brasil em Parceria para o Governo Aberto/OGP e direitos humanos.

19. Em 2014 informei sobre a eleição do Presidente Andrej Kiska (independente), sobre as eleições municipais e aquelas para o Parlamento europeu. Em 2016 enviei comunicações sobre as eleições parlamentares, o cenário político doméstico e a edição anual da Assembléia Geral de Municípios.

20. No tocante ao Parlamento eslovaco, além das citadas visitas de cortesia a três titulares sucessivos (Pavel Paska, Peter Pellegrini e Andrej Danko), mantive diálogo com seus assessores durante a preparação de visitas ao Brasil de Paska e Pellegrini, as quais acabaram não se realizando por motivos diversos. Além disso, encontrei-me com Ivan Sveja, líder do Grupo de Amizade América Latina-Eslováquia, preparei encontros para duas missões parlamentares brasileiras (2013 e 2014), comentei a demissão de Pavel Paska (2014), sua substituição por Peter Pellegrini e a elaboração de projetos de lei contra corrupção.

(c) Economia/Promoção comercial

21. O relacionamento econômico-comercial Brasil-Eslováquia é marcado pela bem-sucedida presença no país da EMBRACO e de suas fornecedoras brasileiras (CWR, Microjuntas e Rudolph Usinados). A prioridade que o governo eslovaco atribui ao Brasil é também, em grande parte, decorrente desse fator. A EMBRACO gera mais de 2.500 empregos em área onde há alto índice de desocupação, o que a qualifica como parâmetro para as aplicações estrangeiras na Eslováquia.

22. Por outro lado, os números do comércio bilateral são modestos, e a balança é tradicionalmente deficitária para o Brasil (2015: - USD 97,35 milhões, em trocas de USD 139,9 milhões; 2014: - USD 116,5 milhões, em comércio total de USD 165,5 milhões). Em vista disso, apoiei iniciativas para buscar equilibrar a balança comercial. Destaco o apoio a sete missões da EMBRAER a Bratislava (2014-2015). Em outro plano, registro a organização pelo Posto de estande sobre o Brasil na ITF Slovakiatour (principal evento nacional sobre turismo e gastronomia), o qual contou com participação anual da Embaixada (2013-2016).

23. Com relação aos investidores brasileiros, visitei suas fábricas em Spišská Nová Ves, mantive contato regular com

seus diretores e com o Prefeito daquela cidade, participei de audiência do MNEE Lajcák ao Presidente da EMBRACO, assim como transmiti informações ao Brasil sobre sua expansão no país, buscando ilustrar oportunidades locais de negócios. Registrei que, além dos benefícios aos investidores, os investimentos promovem o comércio bilateral, pois grande parte das trocas corresponde a peças negociadas entre filial eslovaca e matriz da EMBRACO no Brasil. Enfatizo minha impressão de que a presença da EMBRACO neste país é "cartão de visitas" da projeção econômica e potencial do Brasil. Apoiei, igualmente, missão de empresários mineiros interessados em investir em Bardejov, no nordeste do país. Por fim, divulguei oportunidades de negócios, em especial na área da defesa, por meio do envio regular de dados e sua colocação na BrazilExtraNet.

24. Na área comercial, organizei eventos com o apoio da SARIO (Agência Eslovaca para o Desenvolvimento de Investimentos e Comércio) e das Câmaras de Indústria e Comércio Eslovaca/CEIC e de Bratislava/CICB, instituições com as quais mantive contatos regulares desde minha chegada ao Posto. Os principais eventos promovidos pela Embaixada foram os seguintes: seminário "Fazendo Negócios com o Brasil - Comércio e Investimentos" (APEX/CEIC, 2013); reunião com investidores em biocombustíveis (2013); apresentações sobre turismo no Brasil (Embaixada/LATAM, 2015 e 2013); palestra sobre o Brasil no Foro Econômico Infomal (2013); eventos para Câmaras de Comércio regionais e importadores de café (2014 e 2016); "workshop" Embraer/CEIC (2015); reunião sobre investimentos no Brasil na Câmara de Indústria e Comércio de Bratislava/CICB (2015) e reunião com o Diretor da Bubo Travel, principal agência de turismo eslovaca, sobre viagens ao Brasil (2015).

25. Enviei regularmente informações sobre dados de interesse macroeconômicos e sobre temas específicos, e divulguei a intelocutores locais (SARIO, CEIC, CICB, MNEE) Pregões Internacionais e diversas feiras internacionais no Brasil (EXPO Londrina, Expodireto Cotrija, Sports Business, Festival do Turismo Gramado, ISA Automation, Vitória Stone Fair, etc).

26. No tocante às feiras internacionais na Eslováquia, informei sobre o significado da participação naquelas sobre defesa, agronegócio e setor automotivo, entre outras. Ademais, como já mencionado, a Embaixada organizou, com resultados muito positivos, estande de representação nacional na citada ITF Slovakiatour anualmente, entre 2013 e 2016. Por fim, em reunião com o Diretor do Agrocomplex-Nitra, discuti o potencial da presença do Brasil em seus eventos sobre agronegócio, móveis e decoração.

27. Além disso, apoiei e monitorei a participação eslovaca em duas edições da feira LAAD Defence & Security/Rio de Janeiro: em 2013, do Ministro da Defesa (MD) Martin Glávc, em cuja esteira ocorreu a visita a Bratislava do então MD Celso Amorim; e, em 2015, do Secretário de Estado Milos Koterec. Nesse contexto, fiz gestões no Ministério da Defesa em prol da aquisição, pelo V4, do cargueiro da EMBRAER KC-390, assim como apoiei, relatei e monitorei a evolução dos resultados das sete missões da Embraer em Bratislava em 2014-2015, relativas a vendas de suas aeronaves para uso oficial e privado.

28. As indicações são, assim, de que há significativo potencial de investimentos e comércio bilateral a ser explorado com a Eslováquia. Para tanto, seria prioritário incentivar o agendamento de missões empresariais e participação recíproca em feiras internacionais nos dois países.

(d) Setor Cultural

29. Em diversas oportunidades, proferi palestras destinadas a divulgar o Brasil, havendo igualmente informado sobre o interesse local em numerosos temas nacionais: (a) na Universidade de Economia de Bratislava, sobre "Conjuntura Econômica" (2012), "Diplomacia no Brasil" (2013 e 2014) e "Brasil e os BRICS (2015); "Diplomacia digital" (2016, feita pelo Ministro-Conselheiro da Embaixada); (b) no Centro Pastoral de Bratislava e em Ruzomberok, para 4.000 estudantes universitários, duzentos dos quais participaram da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, sobre "Religião e multiculturalismo no Brasil" (2013); (c) na Universidade de Banska Bystricia, sobre a "Igualdade de gênero no Brasil" (2012); (d) no Forum Econômico Independente, sobre o "Brasil no mundo globalizado" (2013); (e) na Embaixada, para turma de Relações Internacionais da Universidade de Bratislava, sobre a "Política externa nacional" (2015).

30. O interesse eslovaco em vários aspectos da cultura brasileira (cinema, arquitetura, capoeira, música, língua, artes plásticas) favoreceu o desenvolvimento de diversas atividades, apesar dos limites orçamentários. Para promover o relacionamento com os públicos brasileiro e eslovaco, a Embaixada ampliou as informações em seu site e criou perfil no Facebook. Ademais, contactei os principais veículos de imprensa no país (2012 a 2016), divulguei o Programa Radiofônico "Brazilian Hour", o Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior, o acervo bibliográfico da

FUNAG (2014) e o "Prêmio de Apoio à Distribuição" de filmes brasileiros (2015).

31. Realizei visitas oficiais aos prefeitos de Bratislava, Kosice e Spišská Nová Ves, para realizar projetos culturais e divulgar o Brasil. Busquei igualmente explorar o potencial de colaboração com instituições locais de relevo, entre as quais: Museu Bibiana, Kunsthalle, Galeria Nacional, Museu do Castelo e Museu Maulensteen Danubiana, para cuja biblioteca foram doados livros sobre arte contemporânea brasileira e coleção sobre Cândido Portinari. Também doei livros editados pela Embaixada e sobre o Brasil a Universidades e bibliotecas públicas de Bratislava, Petržalca e Banska Bystrica.

32. Em artes plásticas, apoiei a realização de várias mostras fotográficas entre 2013 e 2016, em diferentes cidades e com boa repercussão. Entre essas, destacaram-se "10+10: Arquitetura contemporânea e modernista no Brasil", "Crianças Ciganas no Brasil", "Mata Atlântica", "Brasil - 6 biomas" (apreciada por mais de 10 mil pessoas), "Museu Santo Antônio: Gravuras secretas", "Bratislava, Brasil", "Marcel Gatheraut - fotos de Brasília e do Brasil" e "Pássaros brasileiros". A abertura da mostra "Brasil - 6 biomas" em Kosice (2015) ocorreu durante visita oficial à cidade, com a presença do ex-Presidente Schuster, do Prefeito, de parlamentares e de grande público. Na ocasião, inaugurei a "Avenida Brasil", em bairro nobre da cidade, e divulguei os Jogos Rio 2016.

33. Na área editorial, a Embaixada publicou vários livros (2013-2016): Joarinhas da 5^a B, Brasil para Crianças, Concurso de desenhos - Jogos Rio 2016, Museu Santo Antônio: Gravuras Secretas e Quincas Borba (sua tradução será finalizada em outubro próximo). Também foi feito levantamento na rede de bibliotecas, onde se verificou a existência de 30 livros de autores brasileiros já traduzidos para o eslovaco.

34. Para promover a variante brasileira da língua portuguesa, além do contato regular com a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Comenius (principal na capital), doaram-se livros de literatura brasileira e organizou-se concurso de monografias (2015), com prêmios, para os alunos de português do Departamento de Línguas Românicas.

35. Em cinema, a embaixada deu apoio institucional e forneceu filmes para diversas iniciativas: festival na Universidade de Música, Arte e Dança de Bratislava (2012); Brasil Visual (2013, 2014, 2015 e 2016); Festival Ibero-Americano de Cinema e Festival Internacional de Cinema de Bratislava (2012-2016). Em 2013 o Posto também patrocinou edição especial da revista "Kinecko", em eslovaco e inglês, sobre o cinema brasileiro, a

qual teve grande repercussão (exemplares em inglês foram enviados a outros Postos, para divulgação). Por fim, organizaram-se, no Auditório da Embaixada (2013-2016), dezesseis exibições do filme "Tainá 2", para de turmas estudantes de escolas locais, seguidas de programas de trabalho.

36. Em arquitetura, em 2013 a Embaixada organizou diversas iniciativas: apresentação do arquiteto brasileiro Márcio Kogan no grupo "Clubovka"; mostra "10+10: Casas Modernistas e Contemporâneas no Brasil"; dois seminários sobre arquitetura brasileira na Faculdade de Arquitetura da STU e no auditório da Embaixada, com apresentações de Leonardo Finotti e Fernando Serapião. Em 2014, 2015 e 2016, manteve interlocução frequente com os organizadores da Semana de Arquitetura e Design de Bratislava.

37. Em dança e folclore, repetiu-se, de 2013 a 2016, o tradicional apoio institucional da Embaixada à Academia Universum, com 500 alunos de capoeira, a qual regularmente contribui, na maior parte das vezes sem custos, para atividades de divulgação do Brasil no país.

38. Em música, a Embaixada apoiou diversas apresentações, todas com grande público: na Academia de Artes Performáticas de Bratislava, de Marcelo Fagerlande e Mário Sève, "Bach & Pixinguinha" (outubro/2012); no Festival de Guitarra J.K. Mertz, de Celso Machado, do Duo Cerqueira Lima e de Sergio e Odair Assad (2012, 2013 e 2016, respectivamente); no festival de Rock Gothoom, em Nova Bana, da banda de rock brasileira KROW (2014); na Igreja Klarinsky, de Diana Danileli & Grace Smith e do Coral Cantus-Brasília (2015).

39. Também manteve interlocução regular com o Museu Bibiana, organizador da Bienal de Ilustração e da Bienal de Animação, dois importantes eventos internacionais em Bratislava e que sempre contam com a participação de artistas brasileiros. Em 2015, por exemplo, apoiou-se a realização de "workshop" e de mostra do ilustrador brasileiro Roger Melo, o qual também foi convidado para presidir o juri internacional da Bienal de Ilustração naquele ano.

40. Na área esportiva, em 2014 concedi entrevista sobre a Copa do Mundo ao principal canal de televisão dedicado a esportes no país (STV). Em 2016 dei apoio institucional e participei da premiação de duas jovens atletas de Kosice (Capital Europeia dos Esportes 2016), em competição com mais de 12 mil participantes, tendo como prêmio uma semana no Rio de Janeiro, para assistir aos Jogos Olímpicos. Também neste ano, em conjunto com o Museu Bibiana e a rede local de

Bibliotecas Públicas, a Embaixada promoveu concurso de desenhos sobre os Jogos no Brasil, envolvendo dezenas de escolas em Bratislava e outras cidades. Os desenhos vencedores foram expostos em Bratislava e na Casa da Eslováquia, durante os Jogos Rio 2016 e com a presença do Presidente Andrej Kiska.

41. Sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, participei de várias cerimônias promovidas pelo Comitê Olímpico local e de campeonato de tênis de mesa, preparatório dos Jogos Paralímpicos, com atletas brasileiros em visita a Bratislava (2016).

42. Além disso, em 2014 concedi entrevistas para as edições especiais sobre o Brasil no periódico "The Slovak Spectator" (único semanário local em inglês, com mais de quinze mil assinantes) e da revista Magnus (destinada à comunidade empresarial, com 10.000 exemplares). No tocante à gastronomia brasileira, participei do projeto "Cooking with Ambassadors" (reportagem e filmagem sobre o preparo, na Residência, de pratos típicos brasileiros em 2012), promovido pelo jornal "The Slovak Spectator", e de edição de capítulo sobre o Brasil em livro a respeito (2014). A Embaixada também participou de programa no canal "Telerano"/TV Markiza (2013), de evento realizado no Hotel Sheraton e de edição especial sobre o Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos, da revista de gastronomia Dobre Jedlo (2016). Por fim, os funcionários do Posto participaram anualmente, com muito êxito, do Bazar de Natal de Bratislava, divulgando a culinária e o artesanato nacionais (2012 a 2015), com base em doações e empenho pessoal.

43. O Setor Cultural é, assim, importante canal de acesso à sociedade civil no país, com perspectivas promissoras, mesmo na ausência de acordo bilateral atualizado. Em 2013 transmiti a resposta eslovaca à proposta brasileira de atualização do acordo firmado em 1989, com a ex-Tchecoslováquia, a qual havia sido apresentada em 2011. Os eslovacos teriam disposição de negociar Memorandos de Entendimento separados com as pastas responsáveis por cultura, educação e esportes. O assunto permanece em avaliação.

(d) Educação, Ciência e Tecnologia, cooperação internacional

44. Centrei os trabalhos em levantamentos sobre as possibilidades de colaboração e em propostas de instrumentos a assinar. Identifiquei cursos de excelência nos setores agrícola, florestal e de medicina, bem como oportunidades oferecidas pelo Fundo de Visegrad e pelo Programa ERASMUS (projetos com terceiros países iniciados na Eslováquia).

Também organizei reunião na Embaixada entre representantes da STU/Universidade Tecnológica da Eslováquia e do INATEL/Instituto Nacional de Telecomunicações (2015). Comuniquei à SERE ofertas de bolsas de estudo para estudantes e pesquisadores estrangeiros no país, assim como o interesse da STU de participar do então vigente Programa Ciência sem Fronteiras/PCsF.

45. Em 2014, sugeri a negociação de Memorando de Entendimento em P & D, semelhante àquele concluído entre o Japão e o V4, e relatei a assinatura de acordo entre a Eslováquia e a Agência Espacial Europeia, em razão de seu significado de permitir o acesso eslovaco a dados de caráter geral e estratégico na área espacial.

46. Em todas as ocasiões, foi possível confirmar que, apesar da barreira da diferença da língua, há possibilidades efetivas de cooperação nos campos educacional, de pesquisa e de desenvolvimento, com destaque aos setores onde há excelência no ensino eslovaco (medicina, agricultura, silvicultura, entre outros).

(f) Setor Consular

47. A comunidade brasileira na Eslováquia é estimada em cerca de 150 pessoas apenas, a maior parte residente em Bratislava e em Spišská Nová Ves, onde há investimentos nacionais. Tal número é flutuante, pois inclui técnicos e estudantes que ficam temporariamente no país. O número de eleitores registrados (18) é insuficiente para a abertura de urna eleitoral, motivo pelo qual não há registro de eleições no Posto.

48. Além das rotinas consulares (passaportes, vistos, atestados, autenticações, procurações, etc), trataram-se de diversos temas, entre os quais passaportes de emergência, assistência a brasileiros, cartilha LGBT, recuperação de menores subtraídos, presos brasileiros, legislação penal local vigente, furto de passaportes, padronização do site sobre Serviços Consulares, entre outros.

(g) Administração

49. Durante minha gestão, logrei obter redução significativa nos gastos mensais de custeio da Embaixada (-30%), assim como nos custos fixos da Chancelaria (-10% no aluguel do imóvel) e da Residência (-60% no aluguel e -70% com os funcionários, em razão da troca de imóvel). Além disso, foi possível modernizar o equipamento de trabalho e substituir os veículos de representação e de serviço do Posto. No geral, foi

possível racionalizar o uso dos recursos, diminuir os gastos (Residência e Chancelaria) e melhorar as condições logísticas do Posto (telecomunicações e veículos).

II. DIFICULDADES

50. No período em que estive no Posto (setembro/2012 – até a presente data), as restrições orçamentárias limitaram o desenvolvimento de atividades de representação e nos setores cultural e comercial. O intercâmbio educacional também foi reduzido em razão de a maior parte dos cursos oferecidos neste país serem em língua eslovaca, impedindo sua inclusão no então vigente Programa Ciência sem Fronteiras.

51. Na área econômico-comercial, a dimensão do país, sua história ainda recente e o reduzido volume de investimentos e de intercâmbio com o Brasil condicionaram o grau de atenção, pelo lado brasileiro, ao potencial de relacionamento com a Eslováquia como parceiro prioritário. Houve dificuldades em atrair empresários brasileiros para participar de seminários sobre comércio ou turismo e de missões comerciais, atividades que poderiam viabilizar novas oportunidades de negócios.

III. SUGESTÕES

52. A hipótese de seguimento das múltiplas atividades aqui relatadas seria a primeira sugestão a ser feita ao próximo Chefe do Posto. Além disso, creio que as relações com a Eslováquia poderiam ser ampliadas por meio de iniciativas tradicionais, como a troca de missões governamentais de alto nível, assim como de parlamentares, acadêmicos e empresários. Em segundo lugar, seria oportuno promover a participação de empresas brasileiras nas feiras internacionais realizadas no país, nas quais há oportunidades de contatos e intercâmbio também de caráter regional. Sugiro, ademais, prioridade às atividades culturais do Posto, as quais ampliam o interesse local pelo Brasil e favorecem a receptividade a temas gerais de interesse nacional.

53. Parece-me igualmente oportuno desenvolver o diálogo com a Eslováquia como canal de comunicação no relacionamento do Brasil/MERCOSUL com os grupos regionais que o país integra (UE e V4, em particular).

54. Quanto à ONU, o país costuma apoiar candidaturas e iniciativas brasileiras, podendo ser considerado parceiro relevante para temas como a Reforma do Conselho de Segurança. Para explorar tais oportunidades, seria importante continuar o acompanhamento sistemático da agenda externa do governo eslovaco.

55. Por último, permito-me sugerir que se continue a elevar a atenção atribuída à Eslováquia como parceiro internacional, pelas razões mencionadas neste relatório. Seria importante, como patamar mínimo de planejamento, buscar estender ao país, sempre que possível, iniciativas brasileiras que ocorram com em parceiros geograficamente próximos, em todas as áreas (cultural, empresarial, política, acadêmica, etc). Os valores comuns entre os dois países e o potencial de aprofundamento das relações bilaterais justificariam crescente atenção à agenda Brasil-Eslováquia.

Susan Kleebank, Embaixadora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 95, DE 2016

(nº 531/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 531

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Os méritos do Senhor Luís Antonio Balduino Carneiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de outubro de 2016.

EM nº 00333/2016 MRE

Brasília, 28 de Setembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 616 - C. Civil.

Em 7 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

CPF.: 344.083.041.15

ID.: 9057 MRE

1961 Filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasce em 28 de dezembro

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|--|
| 1986 | Bacharel em diplomacia - IRBr |
| 1987 | Bacharel em economia - UnB |
| 1990 | Pós graduação em sociologia - UnB |
| 2006 | Curso de Altos Estudos - IRBr "O Sistema Global de Preferências Comerciais: Resultados e Perspectivas" |

Cargos:

- | | |
|-------|-----------------------------|
| 1986 | Terceiro-Secretário |
| 1991 | Segundo-Secretário |
| 1997 | Primeiro-Secretário |
| 2003 | Conselheiro |
| 2007 | Ministro de Segunda Classe |
| 20140 | Ministro de Primeira Classe |

Funções:

- | | |
|-----------|---|
| 1986-88 | Departamento de Administração, Assistente |
| 1988-91 | Divisão de Política Comercial, Assistente |
| 1991-94 | Consulado-Geral em Genebra |
| 1994-96 | Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI |
| 1996-98 | Ministério da Fazenda |
| 1998-2001 | Embaixada em Washington |
| 2001-03 | Escritório de Representação da Cadeira do Brasil no Banco Mundial |
| 2003-04 | Divisão de Acesso aos Mercados, Chefe |
| 2004-07 | Embaixada em Nova Delhi |
| 2007-11 | Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos |
| 2011-15 | Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços |
| 2015 | Ministério da Fazenda |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 2013 | Ordre du Mérite Agricole, Chevalier, Governo da França (2013) |
|------|---|

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa II

ESLOVÁQUIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Julho de 2016

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Eslovaca
GENTÍLICO	eslovaco ou eslováquio
CAPITAL	Bratislava
ÁREA	49 035 km ²
POPULAÇÃO	5 423 milhões
IDIOMA OFICIAL	Eslovaco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo romano (68,9%); protestantismo (10,8%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Národná rada</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrej Kiska (desde 15 de junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Robert Fico (desde 4 de abril de 2012)
CHANCELER	Miroslav Lajčák (desde 4 de abril de 2012)
PIB NOMINAL (2015)	US\$ 87,53 bilhões
PIB PPP (2015)	US\$ 158,43 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (2015)	US\$ 16,1 mil
PIB “per capita” PPP (2015)	US\$ 29,3 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2.5% (2014); 1.4% (2013); 1.5% (2012); 2.8% (2011)
IDH (2014)	0,844 (35ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO	14,2% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Milan Cigán
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Há registro de 150 brasileiros residentes na Eslováquia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ESLOVÁQUIA, em US\$ milhões (fonte: MICS)								
Brasil → Eslováquia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	11.697	35.704	52.634	97.606	91.522	190.399	197.823	139.90
Exportações	4.048	23.192	21.026	22.304	17.985	32.180	27.163	21.27
Importações	7.649	12.511	31.608	75.302	73.537	158.219	170.660	118.63
Saldo	-3.601	10.680	-10.582	-52.998	-55.552	-126.038	-143.49	-97.35

Informação elaborada em 02 de julho de 2016, por Danilo Vilela Bandeira.

Revisada por Igor Abdalla Medina de Souza

APRESENTAÇÃO

A República Eslovaca é um país localizado na Europa Central. Faz fronteira com a Hungria, a República Tcheca, a Polônia e a Ucrânia. O território eslovaco se estende por cerca de 49 mil quilômetros quadrados. A população é de mais de 5 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Bratislava. A língua oficial é o eslovaco.

Os eslavos chegaram no território atual da Eslováquia nos séculos V e VI. No século X, o território foi integrado ao Reino da Hungria, que se tornou parte do Império Habsburgo e do Império Austro-Húngaro

Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução da Áustria-Hungria, os eslovacos e tchecos estabeleceram a Tchecoslováquia. Em 1939 surgiu a primeira República Eslovaca, criada com o apoio da Alemanha nazista. Em 1945, a Tchecoslováquia se restabeleceu sob um regime socialista. A Eslováquia tornou-se independente em 1 de janeiro 1993, após dissolução da Tchecoslováquia.

Em 2004, a Eslováquia ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia. Em 2009, entrou na Zona do Euro.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrej Kiska
Presidente da República Eslovaca



Nasceu em Poprad no dia 2 de fevereiro de 1963. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica da Eslováquia. Em 1990, após a Revolução de Veludo (que marcou a dissolução da Tchecoslováquia), mudou-se para os Estados Unidos. Retornou à Eslováquia e fundou as empresas de crediário Triangel e Quattro. Em 2014, foi eleito Presidente da República Eslovaca com 59% dos votos.

Robert Fico
Primeiro-Ministro da República Eslovaca



Nasceu em Topoľčany no dia 15 de setembro de 1964. Graduou-se em Direito pela Universidade de Comenius. É líder do partido Direção - Social-Democracia desde 1999. Foi primeiro-ministro de 2006 a 2010. Retornou ao cargo em 2012. Em 2014, disputou as eleições presidenciais, porém foi vencido pelo atual presidente, Andrej Kiska.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Eslováquia em 1993, ano de constituição do país a partir de sua separação da atual República Tcheca. Em 2008 Embaixada foi estabelecida em Bratislava. Até então, a representação junto ao governo eslovaco era feita pela Embaixada do Brasil em Viena.

A Eslováquia considera o Brasil parceiro prioritário no contexto não europeu, caráter para o qual contribui o fato de se ter estabelecido embaixada em Bratislava.

Visitas de alto nível possibilitaram a elevação do patamar do relacionamento bilateral. Após as viagens do então Presidente Rudolf Schuster ao Brasil (2001) e do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Eslováquia (2002), estiveram no Brasil os Ministros eslovacos da Economia (Lubomir Jahnátek, 2008), do Meio Ambiente (Peter Ziga, 2013), Defesa (Martin Glvác, 2013) e Negócios Estrangeiros e Europeus (Miroslav Lajcák, 2015), além dos Secretários de Estado da Defesa (Milos Koterec, 2015) e de Negócios Estrangeiros e Europeus (Igor Slobodník, 2016). O ex-Presidente Rudolf Schuster retornou ao Brasil em 2014, e está previsto que o Presidente Andrej Kiska assista aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Além disso, entre 2013 e 2016 foram preparadas outras visitas, as quais, por motivos diversos, tiveram que ser adiadas, mas que confirmaram o interesse eslovaco em aprofundar o relacionamento bilateral: do Primeiro-Ministro Robert Fico, do Presidente do Parlamento Pavol Paska, de seu sucessor Peter Pellegrini e do Ministro da Economia Vazil Hudák. Por fim, em 2013 e em 2015 respectivamente, ocorreram em Brasília a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Eslováquia e reunião de Diretores Políticos de Brasil+Grupo de Visegrad/V4 (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia).

Do lado brasileiro, em 2013, aniversário de 20 anos de formação do país, três importantes missões visitaram Bratislava sucessivamente: do então Chanceler Antonio de Aguiar Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo falecido Senador Luiz Henrique da Silveira, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia; e do então Ministro da Defesa Celso Amorim, para participar de encontros bilaterais e no formato "Visegrad Plus/V4+".

A maturidade do relacionamento refletiu-se nas respostas majoritariamente positivas recebidas do governo eslovaco a numerosas gestões realizadas sobre candidaturas brasileiras (entre as quais dos Diretores-Gerais da Organização Mundial do Comércio - OMC e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO), temas específicos (como reforma do Conselho

de Segurança da ONU e troca de ofertas do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia) e participação em eventos organizados pelo Brasil, entre outros assuntos. A presença de embaixada residente em Bratislava é elemento decisivo neste contexto.

Na esfera econômica, o relacionamento é marcado pelo sucesso dos investimentos em Spisská Nova Ves da empresa brasileira EMBRACO (produtora de motores de refrigeração) e de suas fornecedoras brasileiras (CRW, Microjuntas e Rudolph Usinados). Tais investimentos estão em expansão e contam com apoio do governo local, em razão de haverem reduzido substancialmente o nível de desemprego em região onde este índice era especialmente elevado.

O intercâmbio comercial bilateral tem sido deficitário para o Brasil no período recente, não obstante haver registrado crescimento de 454% entre 2003 e 2013. A retração nas trocas decorreu, em grande parte, da desaceleração das atividades econômicas no plano global.

Segundo **dados do MICS**, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 139,9 milhões em 2015, com déficit comercial de US\$ 97,3 milhões para o Brasil. As exportações brasileiras somaram US\$ 21,273 milhões, concentrando-se em produtos

industrializados (peças para a indústria automobilística, obras de ferro fundido e aparelhos de ótica). As importações totalizaram US\$ 118,629 milhões, constituindo-se sobretudo de produtos destinados aos setores de máquinas e aparelhos mecânicos para as indústrias automotiva e siderúrgica. Está-se buscando equilibrar tal quadro por meio de estímulo à troca de missões empresariais e da participação em feiras na Eslováquia. Desde 2013 a Embaixada do Brasil em Bratislava organiza, com sucesso, estande para representar o Brasil na ITC Slovakiatour, principal evento para promoção do turismo e gastronomia no país, o que confirma o potencial de promoção de negócios por meio da participação em feiras internacionais.

Em educação e cooperação científica e tecnológica, há potencial de colaboração, apesar da barreira da língua: existem cursos de excelência aptos a serem contemplados por programas de intercâmbio acadêmico nos setores agrícola, florestal e de medicina. Também existem oportunidades oferecidas localmente pelo Fundo de Visegrad e pelo Programa ERASMUS (projetos com terceiros países iniciados na Eslováquia), além do interesse de universidades locais em ampliar programas de intercâmbio com universidades brasileiras. Nesse contexto, a Embaixada do Brasil participa, regularmente e de maneira crescente, de palestras sobre o Brasil nas universidades locais.

Na área cultural, há grande interesse eslovaco por diversos aspectos da cultura brasileira, com destaque a cinema, música, arquitetura, artes plásticas, dança e capoeira. A Embaixada do Brasil apoia a participação de filmes brasileiros nos eventos internacionais que ocorrem em Bratislava, assim como o "Brasil Visual", festival destinado a divulgar a produção cinematográfica nacional na capital eslovaca e em outras cidades do país. A Embaixada também apoia apresentações de músicos brasileiros no Festival de Guitarra J.K.Mertz, um dos principais eventos musicais na Eslováquia. Além disso, desenvolve iniciativas de promoção da arquitetura nacional e de trabalhos de artistas brasileiros. O principal grupo de capoeira do país, da Academia Universum, é tradicional parceiro da Embaixada em diversas iniciativas de promoção do Brasil. No geral, há receptividade à cultura brasileira e potencial a ser desenvolvido neste âmbito, conforme especialmente registrado nas atividades de divulgação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

As indicações são de que o relacionamento bilateral alcançou nível de maturidade, existindo significativo potencial de atividades a desenvolver em todos os setores citados. Da parte eslovaca, contribuem para tal os fatos de ser o Brasil considerado prioritário para o governo local entre os países não europeus, de haver oportunidades de negócios entre os dois países, assim como confirmado interesse da sociedade civil em temas relacionados ao Brasil. Do lado brasileiro, a posição da Eslováquia na União Europeia, os interesses de mercado e as visões internacionais convergentes em temas como direitos humanos e democracia confirmam que há amplo potencial a ser explorado nas relações com o país.

Assuntos Consulares

Há cerca de 150 nacionais brasileiros na Eslováquia, muitos dos quais em caráter temporário (estudantes, turistas e técnicos). Não há consulados honorários do Brasil na Eslováquia.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Eslováquia.

POLÍTICA INTERNA

A Eslováquia é república parlamentarista, criada em 1993, quando se separou da atual República Tcheca. O Chefe de Estado é o Presidente, escolhido pelo voto direto, com mandato de cinco anos. Nas eleições presidenciais de 2014 foi eleito o empresário e filantropo Andrej Kiska, candidato sem vínculos partidários, com ideias liberais, a favor dos direitos humanos e de políticas progressistas da União Europeia.

Após as eleições parlamentares de março último, o Primeiro-Ministro Robert Fico, líder do Smer (partido socialdemocrata), foi nomeado, pela terceira vez, Chefe de governo (primeiro mandato: 2006-2010; segundo, em razão da antecipação das eleições: 2012-2016; atual mandato: 2016-2020). Com 28,3% dos votos, o Smer venceu o citado pleito, mas perdeu maioria absoluta no Parlamento, onde sua presença foi reduzida de 89 para 49 assentos, no total de 150.

Em vista disso, o Smer compôs coalizão com outros três partidos que, até então, eram de oposição: SNS (Partido Nacional Eslovaco, conservador, com 8,6% dos votos e 15 assentos), Most-Híd (um dos dois partidos que representa a minoria húngara, com 6,5% dos votos e 11 assentos) e Siet ("Rede", com caráter progressista, 5,6% dos votos e 10 assentos). Com isso, a coalizão passou a dispor de 85 votos parlamentares (76 são necessários para obter maioria simples). A titularidade das Pastas do governo foi negociada proporcionalmente à participação dos partidos na coalizão. A Presidência do Parlamento (Conselho Nacional) está a cargo de Andrej Danko (SNS).

O Smer tem posições conservadoras, com destaque às políticas restritivas quanto ao acolhimento de migrantes ou refugiados, sobretudo muçulmanos. Além disso, o partido condiciona o atendimento de demandas de setores sociais, como professores e profissionais da saúde, à política de manutenção do equilíbrio orçamentário.

Duas surpresas marcaram as eleições em 2016, nas quais a questão migratória e as preocupações com segurança foram particularmente exploradas: primeiramente, a inédita obtenção de assentos parlamentares (14) pelo partido "Nossa Eslováquia", liderado Marian Kotleba, governador da região de Banská Bistrica, de matriz conservadora, com posições polêmicas quanto a minorias (migrantes, Roma, homossexuais); em segundo lugar, os resultados inexpressivos alcançados pelo tradicional partido Movimento Democrático Cristão (KDH), ocasionando sua inesperada saída do Parlamento.

Outra novidade na política doméstica eslovaca foi a criação de nova Pasta no governo de coalizão, ocupada por Peter Pellegrini, ex-Presidente do Parlamento e

considerado estrela ascendente do Smer. Pellegrini foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro para Investimentos (VPMI), com vistas a impulsionar o crescimento econômico do país e amenizar os efeitos da política de contenção orçamentária em vigor desde 2012. Sua posição é fundamental no contexto das prioridades do presente governo: combate ao desemprego, diminuição das disparidades regionais, combate à corrupção e aprimoramento da administração pública.

O Smer manteve sua primazia no atual governo de coalizão, no qual ocupa as principais posições: além do Primeiro-Ministro Fico e do VPMI Pellegrini, são associados ao partido Robert Kalinák (Ministro do Interior), Peter Kazimir (Ministro das Finanças) e Miroslav Lajcák (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus), igualmente candidato oficial ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Por fim, Martin Glvác, igualmente do Smer, é Vice-Presidente do Parlamento.

Poder Legislativo

O Legislativo da República Eslovaca é unicameral, composto por 150 deputados eleitos por meio de voto proporcional para mandatos de quatro anos.

Poder Judiciário

O Judiciário é composto por cortes distritais (1^a instância, em número de 54), cortes regionais (2^a instância, em número de 8) e a Suprema Corte (última instância), além de uma Corte Criminal Especial. Os tribunais são administrados pelo Ministério da Justiça, respeitada a independência soberana entre os poderes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa eslovaca tem como prioridades a participação do país na União Europeia (UE) e na Organização do Atlântico Norte (OTAN), fundamentos de seu desenvolvimento socioeconômico e de sua segurança no plano global. Em segundo lugar, o país prioriza o Grupo de Visegrád/V4 (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia), com o qual busca coordenar suas posições, em especial no contexto da UE. Por fim, destaca-se o diálogo com os países do Leste europeu, cujas reformas institucionais e aspirações de adesão à UE e à OTAN são significativamente apoiadas pelo governo eslovaco.

No âmbito da UE, destaca-se a citada coordenação da Eslováquia com os países V4 e seu apoio à expansão do bloco para os Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Macedônia e Sérvia) e para a Parceria Oriental (República Moldova, Geórgia, Bielorrússia e Ucrânia). O governo eslovaco defende a continuidade das negociações entre Sérvia e Kosovo, embora não reconheça a independência da província. Durante sua Presidência rotativa do V4 (1/7/2014-1/7/2015), a Eslováquia, sob o moto "V4 dinâmico", buscou intensificar a integração econômica do agrupamento e apoiar as reformas nos países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental.

A Eslováquia ocupa a presidência rotativa do Conselho da UE entre 1/7/2016 e 31/12/2016, quando suas prioridades serão as seguintes: migração, políticas de segurança, alargamento do bloco e da área Schengen, situação da Ucrânia, sanções contra a Rússia, segurança energética e "Brexit". Com relação à OTAN, o país participa de operações militares da Aliança, não apenas em seu entorno geográfico imediato, como Balcãs, mas também em regiões mais remotas, como Afeganistão (*International Security Assistance Force/ISAF*).

A crise da Ucrânia, após a invasão russa da Crimeia em 2014, deu novas dimensões às preocupações do governo eslovaco com a segurança regional. O país busca manter posição equilibrada diante de temas sensíveis como sanções europeias, abastecimento energético (100% do gás consumido na Eslováquia provém da Rússia) e questões de segurança. Em 2014, a Eslováquia viabilizou o fluxo de gás reverso para a Ucrânia, proporcionando segurança energética ao país. Defende os acordos de Minsk e as demais posições da UE e da OTAN, mas busca, tanto quanto possível, adotar tom conciliatório e manter boas relações com a Rússia.

A diplomacia eslovaca tem intensificado sua iniciativa de desenvolver parcerias estratégicas fora do contexto europeu, conforme ilustrado por recentes visitas de autoridades de alto nível a vários países, com destaque a Vietnã, Japão, Índia, China, México, África do Sul, Turquia, Cuba e Irã. Percebe-se a intenção eslovaca de estabelecer parcerias econômicas duradouras com os grandes países em desenvolvimento. O Chanceler Lajcák encerrou seu périplo pelos cinco países BRICS com a visita ao Brasil em março de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A República Eslovaca tem território de 49 mil quilômetros quadrados, divididos em oito regiões, com população de 5,4 milhões de habitantes. Bratislava,

a capital e principal centro econômico, concentra 427 mil habitantes e com renda *per capita* de EUR 33,3 mil (renda *per capita* nacional: EUR 13,6 mil). Em 2015 o PIB eslovaco foi de EUR 78,07 bilhões, a dívida pública, 52,91% do PIB, e houve deflação (-0,34%). A balança comercial do país manteve a tendência superavitária (2014: EUR 3,4 bilhões; 2015: EUR 1,9 bilhão), mas o saldo em transações correntes apresentou queda (2014: 0,2% do PIB; 2015: -0,5% do PIB).

O país integra a União Europeia (EU) desde 2004 e a Zona do Euro (ZE) desde 2009. Seu desenvolvimento em boa parte depende da captação de recursos juntos aos fundos de investimento da UE, financiadores de diversos projetos de infraestrutura (em 2015, a UE disponibilizou EUR 4,3 bilhões; em 2016 estão previstos outros EUR 2,1 bilhões para projetos na Eslováquia).

Entre 2000 e 2008, a economia cresceu entre 4,7% e 10,7% ao ano, ficando o país conhecido como "Tigre dos Tatras" (montanhas na fronteira da Eslováquia com a Polônia). No citado período, houve expansão econômica de cerca de 60% e aumento médio da renda per capita de 6% ao ano.

Com a crise financeira internacional, houve redução dos índices de crescimento: 2009: -5,3%; 2010: 4,8%; 2011: 2,7%; 2012: 1,6%; 2013: 1,4% e 2014: 2,4%. O país retomou sua expansão com base em fundos europeus, projetos estruturais e exportações de automóveis e de eletrônicos. O governo eslovaco também adotou política de estrito controle orçamentário, havendo logrado reduzir o déficit em 2015 para 2,97% (a título comparativo, em 2009 o déficit público chegou a 9,2%), nível inferior àquele estabelecido como teto pela UE (3%).

Impulsionada pelo cenário internacional mais favorável, pela demanda interna e por sua produção industrial, a economia local registrou crescimento do PIB de 3,6% em 2015, seu melhor índice desde 2010, e que contrastou com aquele registrado na ZE no mesmo período (1,5%). A expectativa de crescimento do PIB em 2016 é de 3,5%, motivada sobretudo pela previsão de investimentos de EUR 1,5 bilhão da Jaguar Land Rover na construção de nova planta automotiva em Nitra.

A Eslováquia tem perseguido política de estímulo aos investimentos externos, o que resultou em estoque de US\$ 63,27 bilhões (FMI) em 2015. Há investimentos de relevo no país de grandes indústrias automotivas, entre as quais Volkswagen, Peugeot-Citroen, Mercedes-Benz, Kia-Motors e Hyundai, responsáveis por cerca de 25% das exportações nacionais. Os setores de tecnologia da informação e comunicação também se destacam, com a presença da Siemens, Samsung, Panasonic, Lenovo, AT&T e Accenture. Seus cinco principais investidores estrangeiros são, sucessivamente, Países Baixos, Áustria, República Tcheca, Itália e Alemanha.

O comércio externo eslovaco foi beneficiado por medidas adotadas pelo governo para criar condições favoráveis ao aumento da competitividade das exportações, com a revisão do código de trabalho e a adoção da alíquota única de imposto corporativo de 22%. A solidez macroeconômica do país, expressa em expectativas de risco declinante e benefícios crescentes, favoreceu o ingresso líquido de capitais, também atraídos pela mão-de-obra barata e qualificada, pela isenção de impostos sobre dividendos e pela localização geográfica favorável.

Apesar da rápida convergência socioeconômica com os demais parceiros europeus, as disparidades regionais da Eslováquia, em termos de emprego e renda, permanecem entre as maiores da UE. Novos postos de trabalho são em geral criados nas regiões mais desenvolvidas, próximas à fronteira com a Áustria e a República Tcheca, o que faz com que a taxa de desemprego média do país (11,5%) contraste com aquela registrada em Bratislava (6,6%). Os investimentos em infraestrutura também se concentram nas regiões de maior renda, o que desestimula a criação de empregos nas zonas menos dinâmicas. Criação de empregos e combate ao desequilíbrio regional são prioridades no programa do governo de coalizão empossado após as eleições parlamentares de março de 2016.

No geral, em razão de seu desempenho econômico, a Eslováquia configura exemplo de sucesso entre as economias emergentes em transformação, com perspectivas de aproximação crescente dos padrões dos países desenvolvidos da UE.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século V	Tribos eslavas se instalaram na área da atual Eslováquia e se uniram sob o Reino Eslavo da Grande Morávia
Século X	Tribos húngaras invadiram o território da atual Eslováquia e formaram a Grande Hungria.
1562	Os húngaros foram vencidos pelos turcos otomanos e permitiram que os austríacos ocupassem a Alta Hungria (atual Eslováquia). Pozony (atual Bratislava) tornou-se a capital da Hungria.
1867	A dupla monarquia Austro-Húngara é formalmente estabelecida, após um compromisso assumido pelo imperador Franz Josef com os nobres húngaros. A Eslováquia é incorporada à parte húngara desse reino.
1918	A dissolução do Império Austro-Húngaro, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, dá origem a novos estados inclusive à Tchecoslováquia.
1939	Surge a primeira República Eslovaca, criada com o apoio da Alemanha nazista. O clérigo fascista Josef Tiso governa o país seguindo os ditames das polícias alemãs, o que inclui a deportação dos judeus.

1945	A derrota do eixo, do qual a Eslováquia faz parte, coloca o país nas mãos de potências estrangeiras. A Tchecoslováquia é restabelecida, sem a província da Rutênia, e um governo democrático instável, dominado por comunistas tchecos, assume o poder.
1948	A União Soviética aumenta o seu controle sobre a Tchecoslováquia, sob o pretexto de restaurar a estabilidade política.
1968	Alexandre Dubcek, um eslovaco e líder político na Tchecoslováquia, introduz uma nova filosofia de Governo, batizada de “socialismo com uma face humana”. Desafiada por essas reformas, a União Soviética invade a Tchecoslováquia e instala um novo Governo, chefiado por outro eslovaco, Gustav Husak.
1989	Segundo movimentos similares em toda a Europa Oriental, protestos de massa e demonstrações colocam fim ao regime comunista e forçam Husak a renunciar. A Revolução de Veludo instaura um regime democrático e o ex-presos políticos Vaclav Havel assume a presidência da Tchecoslováquia.
1992	Após obter o segundo lugar nas eleições realizadas no verão, Vladimir Meciar torna-se o Primeiro-Ministro da parte eslovaca do Estado tchecoslovaco, em processo de dissolução. Em seguida, começam as negociações que levarão à separação das duas repúblicas (“Divórcio de Veludo”).
1993	Janeiro – O primeiro dia do ano marca o nascimento da segunda República Eslovaca.
1993	Março – Meciar renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro, após perder um voto de confiança no parlamento. Assume o governo Josef Moravcik, que comece um programa audacioso de privatizações e reformas econômicas.
1994	O novo partido político de Meciar vence as eleições e ele volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro, por um período de quatro anos, durante os quais as acusações de corrupção e hostilidade à minoria húngara se multiplicam.
1998	Meciar é derrotado nas eleições e o novo Primeiro-Ministro, Mikulas Dzurinda, assume o Governo à frente de uma coalizão, com a missão de limpar a imagem do país.
1999	Rudolf Schuster, membro da coalizão no poder, vence Meciar nas eleições presidenciais e se torna o segundo Presidente da República eleito de acordo com as normas da nova constituição eslovaca.
2000-	A Eslováquia é convidada a tornar-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a iniciar o processo de negociação com vista à entrada na União Europeia.
2004	Entrada na OTAN e na União Europeia.
2006	Robert Fico (do partido Smer, social-democrata) assume seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro; ele venceria mais três eleições (2010, 2012 e 2014).
2009	Entrada na Zona do Euro e consequente adoção do Euro como moeda nacional
2016	A Eslováquia assume a Presidência do Conselho da União Europeia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

01/01/1993	Desmembramento da Tchecoslováquia. A Eslováquia manteve sua Embaixada no Brasil e o Brasil estabeleceu que a Embaixada em Praga (República Tcheca) responderia, cumulativamente, pelas relações bilaterais com a República Eslovaca
1996	Visita a Bratislava do Ministro do Exército do Brasil; a Embaixada do Brasil em Viena passa a ser cumulativa com a Eslováquia
1998	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Zdenka Kramplová (Brasília, Santa Catarina, São Paulo; inauguração de Consulado Honorário em Brusque)
1999	Abertura de fábrica da empresa brasileira EMBRACO em Spisska Nova Ves, Eslováquia
2001	Visita ao Brasil do Presidente Schuster
2002	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Bratislava
2004	Abertura de Consulado honorário do Brasil em Bratislava
2005	Abertura da fábrica da empresa brasileira CWR em Spisska Nova Ves, Eslováquia, em presença do Primeiro-Ministro eslovaco Mikulas Dzurinda
2005	Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Brasília
2006	Reunião de Diretores de Departamento das duas chancelarias em Bratislava
2008	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Bratislava
2013	Visita à Eslováquia do então Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Eslováquia, Miroslav Lajčák

ACORDOS BILATERAIS

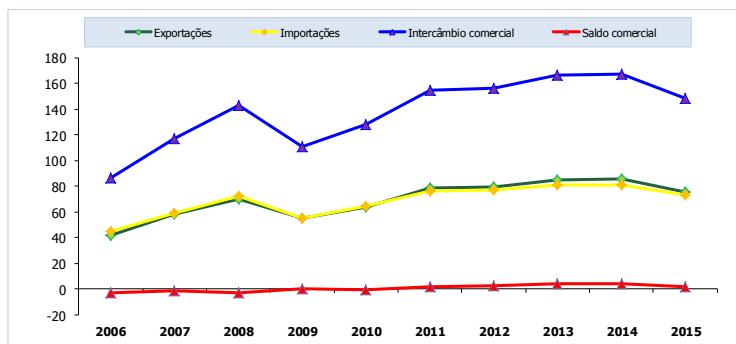
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ESLOVACA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS	12/11/2003	06/08/2005	02/08/2005
ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL	07/04/1989	26/01/1990	12/03/1990
CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA	26/08/1986	14/11/1990	26/02/1991
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	02/07/1985	26/01/1990	13/03/1990
ACORDO DE COMÉRCIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA	19/07/1977	05/06/1978	11/07/1978

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da Eslováquia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2006	41,69	0,0%	44,76	30,8%	86,44	13,9%	-3,07
2007	58,04	39,2%	59,21	32,3%	117,24	35,6%	-1,17
2008	70,19	20,9%	72,61	22,6%	142,80	21,8%	-2,42
2009	55,55	-20,9%	55,16	-24,0%	110,71	-22,5%	0,39
2010	64,00	15,2%	64,38	16,7%	128,38	16,0%	-0,38
2011	78,49	22,6%	76,69	19,1%	155,18	20,9%	1,80
2012	79,87	1,8%	76,86	0,2%	156,73	1,0%	3,01
2013	85,18	6,7%	81,30	5,8%	166,48	6,2%	3,89
2014	85,98	0,9%	81,35	0,1%	167,33	0,5%	4,62
2015	75,26	-12,5%	73,15	-10,1%	148,40	-11,3%	2,11
2016(jan-mar)	18,32	-1,5%	17,57	-0,4%	35,88	-1,0%	0,76
Var. % 2006-2015	80,5%	--	63,4%	--	71,7%	--	n.c.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

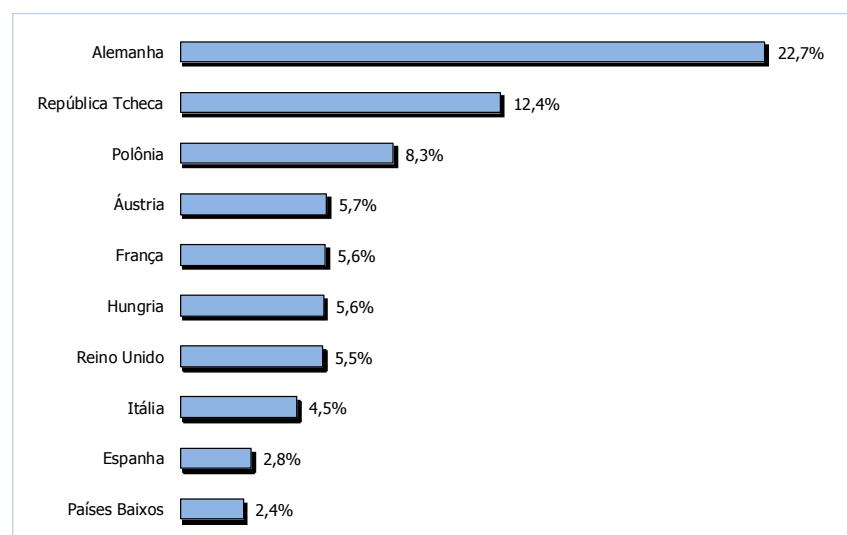


Direção das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	17,07	22,7%
República Tcheca	9,36	12,4%
Polônia	6,23	8,3%
Áustria	4,28	5,7%
França	4,25	5,6%
Hungria	4,20	5,6%
Reino Unido	4,17	5,5%
Itália	3,41	4,5%
Espanha	2,07	2,8%
Países Baixos	1,84	2,4%
...		
Brasil (46ª posição)	0,08	0,1%
Subtotal	56,97	75,7%
Outros países	18,29	24,3%
Total	75,26	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

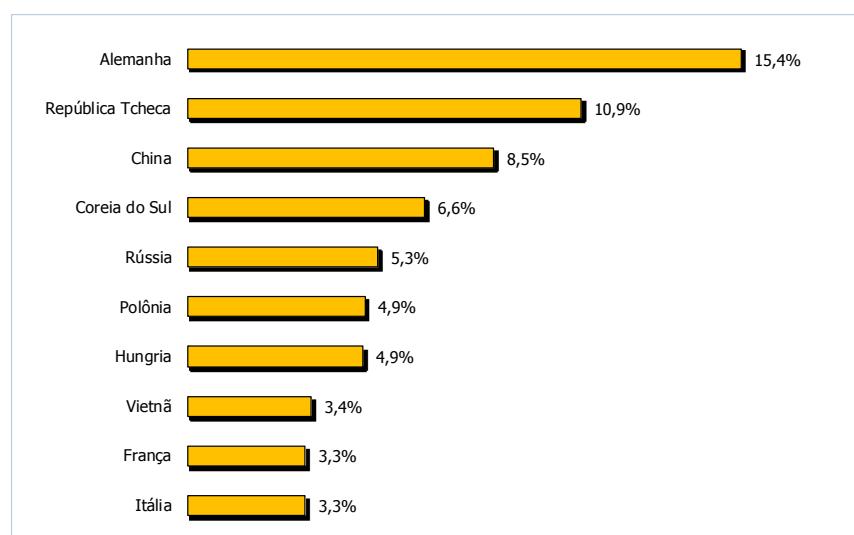


Origem das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Alemanha	11,24	15,4%
República Tcheca	8,00	10,9%
China	6,22	8,5%
Coreia do Sul	4,82	6,6%
Rússia	3,87	5,3%
Polônia	3,60	4,9%
Hungria	3,56	4,9%
Vietnã	2,52	3,4%
França	2,40	3,3%
Itália	2,40	3,3%
...		
Brasil (48ª posição)	0,10	0,1%
Subtotal	48,73	66,6%
Outros países	24,41	33,4%
Total	73,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

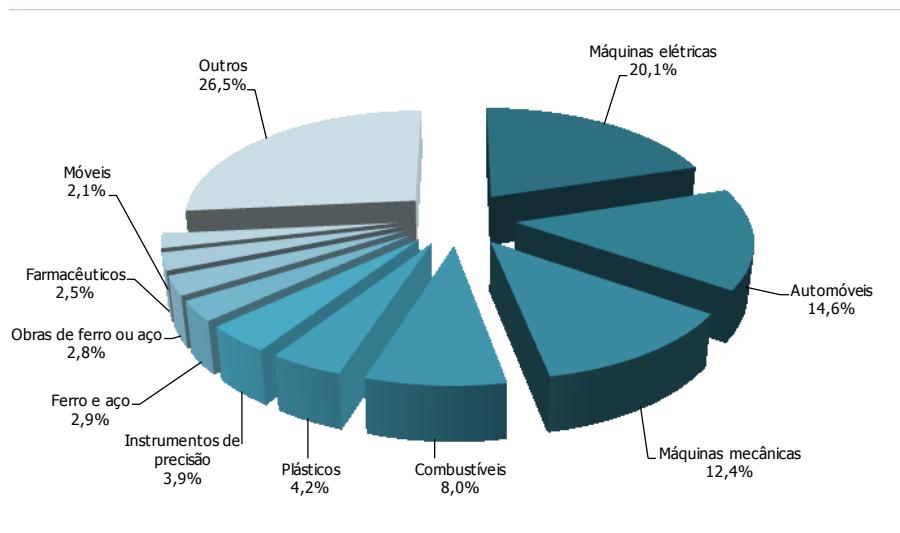


Composição das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	14,69	20,1%
Automóveis	10,65	14,6%
Máquinas mecânicas	9,04	12,4%
Combustíveis	5,87	8,0%
Plásticos	3,11	4,2%
Instrumentos de precisão	2,87	3,9%
Ferro e aço	2,13	2,9%
Obras de ferro ou aço	2,03	2,8%
Farmacêuticos	1,84	2,5%
Móveis	1,51	2,1%
Subtotal	53,73	73,5%
Outros	19,41	26,5%
Total	73,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

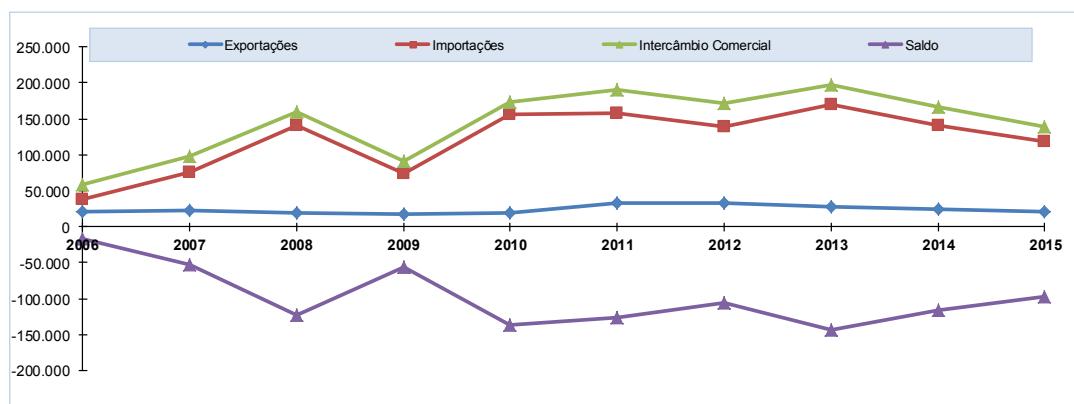
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Eslováquia
US\$ mil

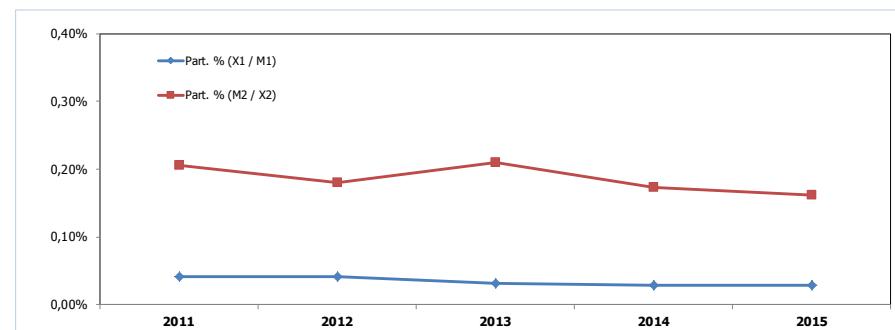
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	20.798	-1,1%	0,02%	38.006	20,2%	0,04%	58.804	11,7%	0,03%	-17.208
2007	22.304	7,2%	0,01%	75.302	98,1%	0,06%	97.607	66,0%	0,03%	-52.998
2008	18.597	-16,6%	0,01%	141.007	87,3%	0,08%	159.604	63,5%	0,05%	-122.410
2009	17.985	-3,3%	0,01%	73.537	-47,8%	0,06%	91.522	-42,7%	0,03%	-55.552
2010	18.356	2,1%	0,01%	155.600	111,6%	0,09%	173.955	90,1%	0,05%	-137.244
2011	32.191	75,4%	0,01%	158.219	1,7%	0,07%	190.410	9,5%	0,04%	-126.028
2012	32.555	1,1%	0,01%	138.526	-12,4%	0,06%	171.081	-10,2%	0,04%	-105.970
2013	27.164	-16,6%	0,01%	170.660	23,2%	0,07%	197.824	15,6%	0,04%	-143.497
2014	24.664	-9,2%	0,01%	141.177	-17,3%	0,06%	165.841	-16,2%	0,04%	-116.513
2015	21.274	-13,7%	0,01%	118.629	-16,0%	0,07%	139.903	-15,6%	0,04%	-97.355
2016 (jan-mai)	10.862	12,5%	0,01%	38.865	-29,5%	0,07%	49.728	-23,3%	0,04%	-28.003
Var. % 2006-2015	2,3%	--	--	212,1%	--	--	137,9%	--	n.c.	

*(Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



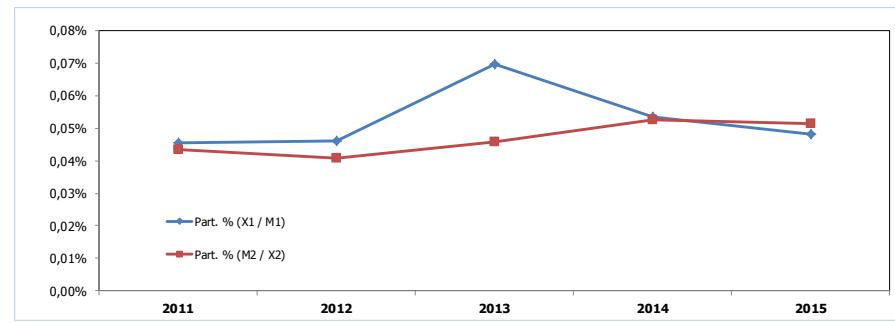
Part. % do Brasil no comércio da Eslováquia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Eslováquia (X1)	32	33	27	25	21	-33,9%
Importações totais da Eslováquia (M1)	78.487	79.867	85.184	85.976	75.257	-4,1%
Part. % (X1 / M1)	0,04%	0,04%	0,03%	0,03%	0,03%	-31,1%
Importações do Brasil originárias da Eslováquia (M2)	158	139	171	141	119	-25,0%
Exportações totais da Eslováquia (X2)	76.690	76.859	81.295	81.354	73.147	-4,6%
Part. % (M2 / X2)	0,21%	0,18%	0,21%	0,17%	0,16%	-21,4%



Part. % da Eslováquia no comércio do Brasil
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações da Eslováquia para o Brasil (X1)	103	103	167	122	82	-20,2%
Importações totais do Brasil (M1)	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	-24,2%
Part. % (X1 / M1)	0,05%	0,05%	0,07%	0,05%	0,05%	5,3%
Importações da Eslováquia originárias do Brasil (M2)	111	99	111	119	98	-11,3%
Exportações totais do Brasil (X2)	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	-25,3%
Part. % (M2 / X2)	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%	0,05%	18,8%



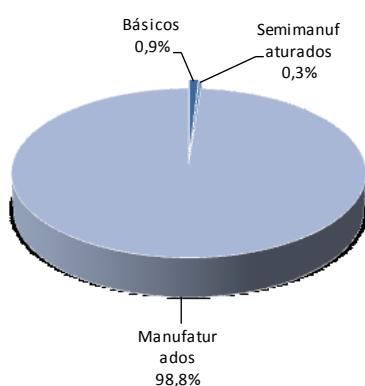
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Cazaquistão e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado

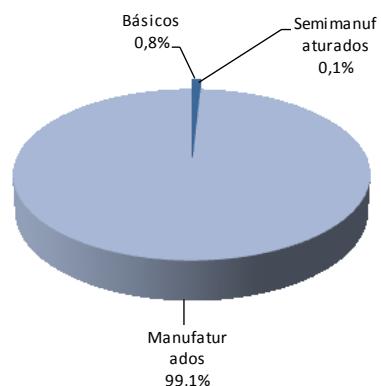
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

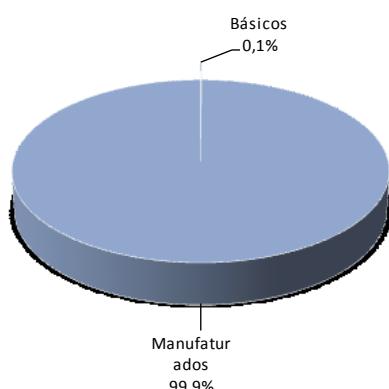


2015



Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

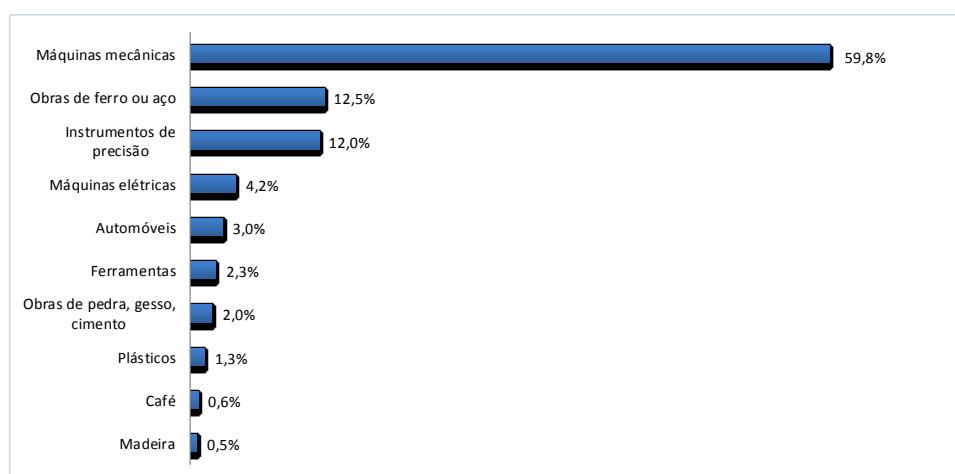
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Eslováquia
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19.799	72,9%	15.291	62,0%	12.729	59,8%
Obras de ferro ou aço	142	0,5%	2.469	10,0%	2.654	12,5%
Instrumentos de precisão	967	3,6%	2.307	9,4%	2.551	12,0%
Máquinas elétricas	574	2,1%	642	2,6%	890	4,2%
Automóveis	2.141	7,9%	803	3,3%	628	3,0%
Ferramentas	1.116	4,1%	916	3,7%	499	2,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	510	1,9%	863	3,5%	425	2,0%
Plásticos	561	2,1%	385	1,6%	273	1,3%
Café	46	0,2%	142	0,6%	134	0,6%
Madeira	26	0,1%	9	0,0%	115	0,5%
Subtotal	25.882	95,3%	23.827	96,6%	20.898	98,2%
Outros produtos	1.282	4,7%	837	3,4%	376	1,8%
Total	27.164	100,0%	24.664	100,0%	21.274	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

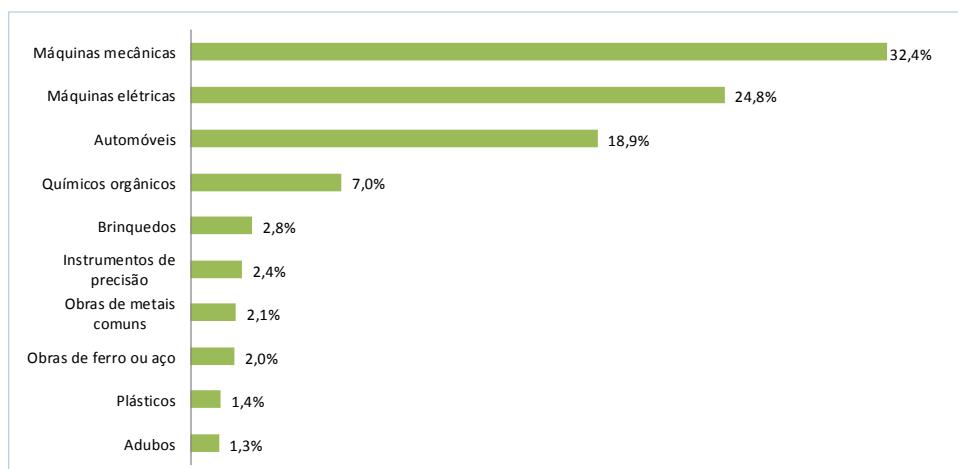


Composição das importações brasileiras originárias da Eslováquia
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	50.524	29,6%	42.149	29,9%	38.387	32,4%
Máquinas elétricas	28.520	16,7%	30.423	21,5%	29.408	24,8%
Automóveis	42.689	25,0%	29.849	21,1%	22.412	18,9%
Químicos orgânicos	16.857	9,9%	11.542	8,2%	8.303	7,0%
Brinquedos	203	0,1%	2.505	1,8%	3.379	2,8%
Instrumentos de precisão	2.751	1,6%	3.537	2,5%	2.833	2,4%
Obras de metais comuns	3.405	2,0%	3.145	2,2%	2.510	2,1%
Obras de ferro ou aço	4.742	2,8%	3.097	2,2%	2.400	2,0%
Plásticos	2.531	1,5%	2.742	1,9%	1.648	1,4%
Adubos	2.664	1,6%	2.141	1,5%	1.544	1,3%
Subtotal	154.886	90,8%	131.130	92,9%	112.824	95,1%
Outros produtos	15.774	9,2%	10.047	7,1%	5.805	4,9%
Total	170.660	100,0%	141.177	100,0%	118.629	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2015 (jan-mai)	Part. % no total	2016 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Máquinas mecânicas	5.773	59,8%	4.958	45,6%	Máquinas mecânicas
Aviões	0	0,0%	2.640	24,3%	Aviões
Obras de ferro ou aço	1.050	10,9%	819	7,5%	Obras de ferro ou aço
Máquinas elétricas	455	4,7%	731	6,7%	Máquinas elétricas
Café	134	1,4%	401	3,7%	Café
Obras de pedra, gesso, cimento	132	1,4%	308	2,8%	Obras de pedra, gesso, cimento
Ferramentas	101	1,0%	219	2,0%	Ferramentas
Automóveis	153	1,6%	203	1,9%	Automóveis
Instrumentos de precisão	1.521	15,8%	122	1,1%	Instrumentos de precisão
Frutas	0	0,0%	121	1,1%	Frutas
Subtotal	9.319	96,5%	10.522	96,9%	
Outros produtos	335	3,5%	340	3,1%	
Total	9.654	100,0%	10.862	100,0%	
Grupos de Produtos	2015 (jan-mai)	Part. % no total	2016 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Automóveis	9.109	16,5%	12.777	32,9%	Automóveis
Máquinas mecânicas	15.857	28,8%	10.213	26,3%	Máquinas mecânicas
Máquinas elétricas	14.827	26,9%	8.907	22,9%	Máquinas elétricas
Brinquedos	1.716	3,1%	1.039	2,7%	Brinquedos
Obras de ferro ou aço	849	1,5%	917	2,4%	Obras de ferro ou aço
Obras diversas metais comuns	1.356	2,5%	839	2,2%	Obras diversas metais comuns
Químicos orgânicos	6.104	11,1%	706	1,8%	Químicos orgânicos
Borracha	630	1,1%	704	1,8%	Borracha
Instrumentos de precisão	998	1,8%	544	1,4%	Instrumentos de precisão
Plásticos e suas obras	940	1,7%	462	1,2%	Plásticos e suas obras
Subtotal	52.386	95,0%	37.108	95,5%	
Outros produtos	2.767	5,0%	1.757	4,5%	
Total	55.153	100,0%	38.865	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.

2^a PARTE - DELIBERATIVA - LEITURA DE

3

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 96, de 2016 (Mensagem nº 533, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO é filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, tendo nascido a 31 de outubro de 1949, em São Paulo/SP.

O candidato ingressou no Instituto Rio Branco em 1970, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário em 1972. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1976; a Primeiro-Secretário em 1980; a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; e a Ministro de Primeira

Classe em 2000. Formou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal (1972) e, em 1976, concluiu pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. Em 1988, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.”

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores destacam-se as de Chefe da Divisão Consular (1990 a 1993); Chefe da Assessoria de Relações Federativas (1997 a 2001) e Assessor Especial da Secretaria-Geral (2013 a 2014).

No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Madri (1982 a 1984); na Embaixada em Roma (1987 a 1990); no Consulado-Geral em Frankfurt, como Cônsul-Geral (1993 a 1997); na Embaixada em Teerã, como Embaixador (2001 a 2004); na Embaixada em Ancara, como Embaixador (2004 a 2008); na Embaixada no Cairo, também como Embaixador (2008 a 2011) e na Embaixada em Havana, onde exerce a função de Embaixador desde 2014.

O diplomata em apreço foi agraciado, entre outras, com as seguintes condecorações: Ordem de Isabel, A Católica (Espanha, Oficial, 1985); Ordem Nacional do Mérito (Itália, Comendador, 1990); Ordem de Rio Branco (Brasil, Grande Oficial, 2000); Ordem do Mérito (Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe, 2000) e Ordem do Rio Branco (Brasil, Grã-Cruz, 2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República Helênica - Grécia.

A Grécia tem área de aproximadamente 131.990 km², equivalente à do Estado do Ceará, e conta com população de cerca de 11.216.708 milhões de habitantes, equivalente à do Estado do Rio Grande do Sul. Seu PIB nominal é de US\$ 193 bilhões e seu PIB per capita é de US\$ 17,6 mil, ambos em dados de 2015. A expectativa de vida, segundo o Eurostat, é de 81,5 anos e os índices de alfabetização e de desemprego são de 97,7% (2015) e 26,5% (2014), respectivamente. A comunidade brasileira estimada vivendo na Grécia é de 3.500 pessoas.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que é discreta a posição do Brasil no quadro de relações externas da Grécia. No plano multilateral, a convergência entre os dois países depende, em grande medida, das posições adotadas pela União Europeia, visto que, como membro do bloco, Atenas acompanha as suas posições. Cabe assinalar que, em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU. Mais recentemente, tem-se notado particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no âmbito do Fundo Monetário Internacional – FMI – onde são discutidas ações e políticas relativas à dívida grega. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecimento dos esforços de ajuste envidados por Atenas e dos custos sociais envolvidos no III Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país está subordinado desde 2015.

Nas relações comerciais, o Brasil mantém superávit estrutural nas trocas de produtos com a Grécia. Em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras, com destaque para café, fumo e açúcar, contra US\$ 48 milhões de importações provindas da Grécia, entre elas, nafta para petroquímica, mármore e cimento. A principal variação observada no comércio bilateral em 2015 foi a considerável ampliação das exportações de açúcar (mais de 180%), que passou da 11^a para a 3^a posição no ranking dos produtos exportados pelo Brasil. O atual governo grego tem demonstrado interesse em atrair investidores que possam assumir as usinas desativadas ou subutilizadas na Grécia. Também a carne de frango figurou entre os itens de maior crescimento na pauta comercial de 2015, tendo passado do 20º para o 9º lugar no total geral e registrado aumento de 133,23% na comparação com 2014.

A Grécia, por outro lado, tem interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil e na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa.

No tocante à população brasileira residente na Grécia, assinale-se a existência do Conselho de Cidadania de Atenas, que funciona regularmente desde 2011 e conta com dez membros. A principal reivindicação da comunidade brasileira é obter acesso aos serviços fornecidos pelo governo grego à população em matéria de saúde e educação.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ATENAS, REPÚBLICA HELÊNICA
EMBAIXADOR EDGARD ANTONIO CASCIANO

Transmito o relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Atenas (2013-2016):

RELAÇÕES BILATERAIS:

2. Em minha gestão à frente da Embaixada em Atenas, atuei para intensificar o diálogo e a cooperação bilateral em diferentes níveis, tendo presente as limitações impostas pela distância geográfica, pela concentração de temas de interesse primordial em Atenas no âmbito das relações com a União Europeia e pela prioridade atribuída por este país a seu entorno regional. Ao mesmo tempo, em meus contatos com interlocutores no Governo brasileiro, sempre procurei ressaltar o interesse em manter diálogo político fluido de alto nível com a Grécia, país que, como é sabido, tem papel singular no cenário do Mediterrâneo Oriental, o qual ganhou maior consistência nos últimos anos.

3. No que diz respeito ao intercâmbio de visitas bilaterais de alto nível, procurei, junto a meus interlocutores locais, chamar a atenção para a clara assimetria em desfavor do Brasil. Com efeito, registrou-se a visita da Presidente Dilma Rousseff a Atenas em abril de 2011, a caminho de visita oficial à China, ocasião em que se entrevistou com o então Primeiro-Ministro George Papandreu. Foi a segunda visita de um Chefe de Estado brasileiro à Grécia, após a passagem de D. Pedro II pelo país em 1876. O Chanceler Celso Amorim visitou duas vezes a capital grega: em 2003, por ocasião de encontro de chanceleres UE-América Latina, e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de um Ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Do lado grego, todavia, não há registro de qualquer visita bilateral de nível ministerial ou superior ao Brasil em tempos recentes. Visita de maior importância foi a do então Ministro Alterno da Defesa Kostas Isychos, por ocasião da feira de defesa LAAD, no Rio de Janeiro, em abril de 2015. Por sua vez, o Ministro Alterno de Esporte, Stavros Koutis, representou o Governo grego na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio, visita esta que não teve, portanto, caráter bilateral (com ele me avistei em diversas oportunidades, inclusive pouco antes de sua visita ao Brasil).

4. Caberia registrar como evolução positiva no quadro do diálogo bilateral a retomada do Mecanismo de Consultas Políticas, com a visita a Brasília, em 10 de maio de 2016, do Diretor para Assuntos Políticos da Chancelaria grega, Embaixador Petros Mavroidis, que, em breve assumirá a chefia da missão diplomática em Ancara, um dos postos mais importantes para a diplomacia helênica. O protagonismo da Grécia nas questões mais desafiadoras enfrentadas atualmente no marco da União Europeia, notadamente a crise migratória e a crise financeira da zona do euro, além da já mencionada atuação do país no cenário político do Mediterrâneo Oriental, justificam plenamente a manutenção desse mecanismo em bases regulares.

5. A despeito da escassez de visitas bilaterais de alto nível, são dignos de nota no período de minha gestão os dois encontros entre o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras e a Presidente Dilma Rousseff realizados à margem de eventos multilaterais: em junho de 2015, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC, e em setembro do mesmo ano, em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

6. No plano das relações parlamentares, merece registro a celebração em Atenas, entre 26 e 29 de março de 2014, da VII Sessão Plenária Ordinária da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EUROLAT). Procurei, ademais, manter interlocução frequente com os membros do Grupo de Amizade com o Brasil no Parlamento local, a quem recebi para almoço na Residência em 10 de março de 2016, juntamente com o Vice-Presidente do Parlamento, Anastasios Koukaris.

7. A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha a política do bloco europeu. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU. Há uma fluida troca de apoios recíprocos em candidaturas a órgãos multilaterais. Como ficou claro em encontro que mantive com o atual Ministro das Finanças, Euclid Tsakalotos, em 19/2/2016, a Grécia tem particular interesse em contar com o apoio do Brasil a seus pleitos no FMI, um dos principais responsáveis pela elaboração e implementação dos programas de ajuste da economia grega. A posição brasileira tem sido de reconhecimento da importância dos esforços de ajustes empreendidos por Atenas, sem descurar do impacto social dessas medidas.

8. Caberia registrar que, a despeito da distância, o Brasil é um país que desperta grande interesse e simpatia junto à sociedade grega como um todo, associados sobretudo à sua relevância como ator político e econômico no cenário global e ao apelo específico de vários elementos da cultura brasileira junto ao público local. Pude notar, em minha gestão, várias demonstrações de interesse no papel do Brasil no âmbito dos BRICS. A condição de sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 também contribuiu para colocar o Brasil em grande evidência na Grécia ao longo do período de minha gestão. Acredito, assim, que há considerável potencial para fortalecer o poder brando brasileiro junto aos meios locais. A despeito da escassez de recursos para tanto, procurei, nos três anos em que estive à frente da Embaixada em Atenas, explorar ao máximo o capital de simpatia de que goza o Brasil na Grécia para a promoção de nossos diversos interesses no país, com o mínimo de dispêndio de recursos orçamentários e com parcerias com diferentes atores nos dois pólos do relacionamento bilateral.

POLÍTICA INTERNA/CRISE ECONÔMICA:

9. Na política interna, o fato mais significativo do período de minha gestão foi certamente a ascensão ao poder da SYRIZA (coalizão da esquerda radical), liderada por Alexis Tsipras, em janeiro de 2015. A vitória eleitoral de Tsipras, que tive a oportunidade conhecer pessoalmente quando ainda era chefe do principal partido de oposição, foi, em grande medida, resultado dos persistentes efeitos da crise econômica iniciada em 2008 e o consequente desgaste dos dois partidos políticos tradicionais, a Nova Democracia (centro-direita) e o PASOK (centro-esquerda), que se alternavam no governo desde a redemocratização, em 1974.

10. Pude acompanhar aqui a maior parte da gestão de Antonis Samaras (2012-2015), da Nova Democracia que tinha como sócio minoritário o PASOK, seu antigo rival, consideravelmente enfraquecido. O Governo Samaras foi marcado principalmente pelos esforços em cumprir as ambiciosas metas fiscais exigidas pela "troika" FMI-CE-BCE no marco do II Programa de Ajuste Econômico. Apesar desses esforços, a possibilidade de implementar agenda de reformas de maior alcance esbarrou no escasso apoio de que dispunha o Governo Samaras junto a diferentes setores da sociedade grega, como os sindicatos, e também junto aos demais partidos políticos, notadamente a SYRIZA. Também se questionou frequentemente a

vontade política do Primeiro-Ministro de realizar de reformas com alto potencial de desgaste junto ao eleitorado.

11. Nesse contexto, a despeito dos índices que sugeriam o início de um tímido processo de recuperação da economia grega, com a saída oficial do país da recessão em 2014, Samaras não conseguiu reverter a tendência de crescimento da SYRIZA, liderada por Alexis Tsipras. Em 25 de janeiro de 2015, Tsipras venceu as eleições legislativas e se tornou Primeiro-Ministro, rompendo com a alternância no poder entre a Nova Democracia e o PASOK (centro-esquerda). Tsipras optou por formar um governo de coalizão com o partido de centro-direita ANEL, com o qual compartilhava posições contrárias às políticas de austeridade.

12. O Governo Tsipras enfrentou desde o início o desafio de manter as negociações com os credores oficiais (a "troika": Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) e de tentar implementar as promessas de campanha da SYRIZA contra a austeridade e a favor da reestruturação da dívida grega. As negociações, conduzidas por Tsipras e pelo então Ministro das Finanças Yannis Varoufakis, foram marcadas inicialmente por intensas dificuldades no diálogo com os credores. Em junho de 2015, às vésperas da expiração do II Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país estava submetido desde 2012, o novo Governo, sem a perspectiva de chegar a um "acordo equilibrado", decidiu convocar plebiscito sobre a proposta dos credores oficiais. Como, após o anúncio, a corrida bancária acelerou-se e o BCE recusou-se a ampliar os limites para a provisão de liquidez emergencial, o Governo Tsipras viu-se obrigado a decretar feriado bancário e impor controles de capitais para evitar o colapso do sistema bancário helênico. Apesar da rejeição por parte dos eleitores gregos dos termos da proposta dos credores oficiais (vitória do "Não" por 61.1% dos votos no referendo de 5/7/2015), o Governo, diante do risco real de saída da zona do euro, decidiu alterar significativamente sua estratégia negociadora inicial e acabou, em 13 de julho, por ceder à quase totalidade das posições dos credores oficiais, aceitando, desse modo, abrir negociações para o III Programa de Ajuste Econômico, que foi aprovado no mês seguinte. Recorde-se que, paradoxalmente, Tsipras havia feito campanha pelo "Não".

13. Em 20 de agosto de 2015, Tsipras apresentou sua renúncia e abriu caminho para eleições antecipadas, com a expectativa de formar uma maioria parlamentar mais sólida e

conter o avanço dos dissidentes. Embora tenha saído vitorioso, Tsipras viu-se com maioria estreita no Parlamento (155 cadeiras de um total de 300, incluídos os membros do ANEL, que se reduziria depois para 153, diante de novas dissidências). A situação de seu Governo pode ser considerada politicamente frágil, sobretudo diante de um cenário macroeconômico desafiador e da necessidade de implementar uma agenda de reformas, exigidas pelos credores oficiais no âmbito do III Programa de Ajuste Econômico, que atingem de maneira mais intensa a própria base de apoio da SYRIZA. A gestão da crise migratória também se revela um desafio de curto prazo para o PM Alexis Tsipras, sobretudo diante da perspectiva de permanência de milhares de migrantes no território grego nos próximos meses e das incertezas relacionadas ao cumprimento pela Turquia do acordo migratório com a UE.

POLÍTICA EXTERNA:

14. Os esforços da política externa grega sob o Governo do PM Tsipras têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pela União Europeia e que atingem em particular a Grécia: a crise financeira da zona do euro e o aumento dos fluxos de migrantes oriundos da Turquia, que fez com que 60 mil demandantes de asilo ficassem retidos no território grego.

15. O Governo grego tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais. Ao mesmo tempo, a diplomacia do Governo Tsipras tem procurado transmitir imagem internacional de compromisso com as reformas exigidas no marco do III Programa de Ajuste Econômico e, com isso, recuperar a confiança dos mercados.

16. No caso da crise migratória, o esforço mais recente do Governo grego tem sido o de buscar respostas no marco europeu para o agravamento da situação humanitária e securitária do país, diante dos contínuos fluxos de chegadas de migrantes oriundos da Turquia e da falta de perspectivas de sua partida imediata do território grego, à luz das restrições impostas para seu ingresso por meio da fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia (FYROM). Somente em 2015, o país recebeu mais de 900 mil migrantes, dos quais cerca de 60 mil permanecem em seu território, o que

gera intensa pressão sobre os serviços de acolhimento e abrigo mantidos pelo Estado grego.

17. A expectativa do Governo grego concentra-se na implementação do acordo entre a UE e a Turquia, vigente desde 20 de março de 2016, que logrou diminuição sensível nos fluxos de migrantes daquele país para a Grécia e permite a recondução de migrantes diretamente para o território turco. Embora haja críticas quanto a seus aspectos humanitários e ceticismo quanto à sua sustentabilidade no médio prazo, o acordo Turquia-UE é identificado como o principal instrumento, no presente, para conter o fluxo de migrantes. Nesse contexto, é grande a preocupação do Governo grego com a instabilidade política e institucional verificada desde a tentativa de golpe na Turquia, em 16 de julho de 2016, sobretudo diante de declarações de autoridades turcas que condicionam a implementação do acordo à satisfação de seus interesses em outras negociações com o bloco europeu, em particular do acordo de isenção de vistos de turismo para cidadãos turcos.

18. Paralelamente, o Chanceler Nikos Kotzias, que eu tive a oportunidade de conhecer quando era ainda professor de ciências políticas da Universidade do Pireu, vem conduzindo uma política de construção de confiança com os países vizinhos e do entorno regional com os quais a Grécia tem histórico de dificuldades, notadamente Albânia, Bulgária, Turquia e FYROM. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão, motivadas sobretudo pelos diferendos de limites aéreos e marítimos no Egeu, com iniciativas voltadas a fortalecer a cooperação, sobretudo nos campos econômico e comercial (a Turquia vem se consolidando nos últimos anos como o principal destino das exportações gregas). Mais recentemente, a crise migratória tornou-se o principal tema da pauta bilateral greco-turca, em complemento aos entendimentos havidos no marco do diálogo entre a UE e a Turquia.

19. Outro eixo importante de atuação da política externa grega é do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente, valendo-se de sua posição estratégica entre os países dotados de reservas e os consumidores da UE. Após dar sinais, no primeiro semestre de 2015, de possível interesse na participação no projeto russo "Turkish Stream" - em grande medida, como instrumento de pressão política junto a europeus

e norte-americanos, no contexto das negociações com os credores oficiais sobre a dívida grega - a Grécia vem se aproximando mais recentemente das posições da UE e dos EUA, sobretudo ao avançar nas negociações sobre a construção de um interconector com a Bulgária.

20. A ascensão da SYRIZA não representou a ruptura de algumas das linhas fundamentais seguidas pela política externa grega nos últimos anos. Isso se verificou, por exemplo, no caso das relações com Israel, que se consolidou, sob o Governo Tsipras, como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral como no marco de uma estrutura trilateral de cooperação com Chipre, na qual se destacam as perspectivas de construção de um gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa. A diplomacia grega também tem atribuído grande importância à formação de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo Chipre e Egito e Chipre e Jordânia, que consolidam o papel do país como ator relevante no cenário político e estratégico do Mediterrâneo Oriental e não deixam de representar uma contraposição ao peso da Turquia no âmbito regional. A organização da primeira Cúpula de Países Mediterrâneos da UE, em setembro de 2016, por iniciativa do PM Alexis Tsipras, veio confirmar o papel singular da Grécia como ator e articulador regional, sobretudo na coordenação de posições com demais países do sul da Europa em temas como política econômica e migrações.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS:

21. O Brasil tem mantido superávit estrutural em seu comércio com a Grécia - em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras (café, fumo, açúcar) contra US\$ 48 milhões de importações de produtos gregos (nafta para petroquímica, mármore, cimento). Como se verifica, a pauta do intercâmbio comercial é pouco diversificada. Nos últimos anos, as exportações brasileiras para o mercado grego vêm sofrendo os efeitos da redução dos preços das "commodities" e da crise econômica helênica.

22. A Grécia almeja expandir suas exportações para o mercado brasileiro, principalmente de produtos agropecuários. Tema de especial relevância para Grécia é a habilitação de suas exportações de laticínios e mel para o Brasil. Como relatei em diversas ocasiões, meus interlocutores dos setores públicos e privados suscitam o tema com frequência, não deixando de se queixar das barreiras fitossanitárias brasileiras. O assunto vinha criando dificuldades para o diálogo econômico bilateral, inclusive no acolhimento de

pleitos brasileiros. Daí o meu empenho para que missão de técnicos do MAPA fosse realizada o quanto antes, o que veio a ocorrer em dezembro de 2015. O processo de habilitação está em tramitação. Outro tema sempre suscitado por representantes dos setores público e privado refere-se às dificuldades para a exportação de pêssego em caldas para o Brasil. Em contatos com o posto, os produtores e o Governo gregos queixam-se das elevadas alíquotas de importação do produto no Brasil, fixadas em 35%, a partir de 30 de junho de 2015, o que teria tornado praticamente impossível seu ingresso no mercado brasileiro.

23. Sempre ponderei com meus interlocutores locais que os saldos comerciais favoráveis ao Brasil são mais que compensados pelos resultados na balança de serviços, amplamente favoráveis à Grécia, graças ao setor de transportes marítimos. Em anos recentes, os saldos positivos da Grécia na balança de serviços bilateral foram de cerca de US\$ 194 milhões (2012), US\$ 185 milhões (2013), US\$ 185 milhões (2014) e US\$ 131 milhões (2015). Com uma das principais frotas mercantes do mundo, empresas gregas como "Tsakos Shipping" e "Navios Maritime" possuem operações de vulto no Brasil, principalmente no setor de petróleo e gás e transporte de produtos de base, como soja e minérios.

CULTURA E DIVULGAÇÃO:

24. Na área cultural, minha gestão ressentiu-se das severas restrições orçamentárias enfrentadas pelo Itamaraty e, especificamente, do fato de o posto não mais ter sido contemplado pelos principais programas de apoio a atividades de difusão cultural em curso na instituição. A despeito dessa situação, e da elevada demanda na Grécia para ações culturais relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016, evento com o qual este país mantém vínculo histórico e singular, o posto procurou manter programação cultural regular, ao organizar ações que não impliquem o dispêndio de recursos orçamentários, além de assegurar seu apoio institucional, por vezes limitado à área de divulgação, a atividades de difusão cultural relacionadas ao Brasil.

25. Nesse contexto, ao longo de minha gestão, a Embaixada conseguiu manter sua participação no Festival LEA (Literatura em Atenas), que se consagrou nos últimos anos como o principal evento de difusão cultural dos países do espaço ibero-americano na Grécia. Em 2014, o posto logrou confirmar a participação no evento da jornalista e escritora Vassiliki Constantinidou, autora de obra sobre a imigração

grega para o Brasil, que veio à Grécia com patrocínio do Programa de Apoio à Tradução da Biblioteca Nacional. Na edição de 2015, contamos com a apresentação do Professor Professor Leonardo Tonus, da Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV). Em 2016, não foi possível trazer conferencistas do exterior, mas a Embaixada assegurou a participação do Brasil com a leitura do conto infantil "Era Uma Vez", de Luciana Sandroni, realizada pelo ator e diretor teatral Felipe Lazaris, com apresentação realizada pelos professores Débora Pio (brasileira) e Vítor Vicente (português) sobre "Vozes femininas na literaturas portuguesa e brasileira" e com a conferência "Clarice Lispector, o diálogo atávico", proferida pela Professora Cláudia Costanzo, uruguaia com pós-graduação no Brasil e docente da Universidade Aberta de Atenas. Um dos pontos altos da conferência, e da participação do Brasil como um todo na edição de 2016, foi a apresentação de vídeo realizado por Felipe Lazaris especialmente para o evento, a partir do conto "A vingança e a reconciliação penosa", de Lispector.

26. Ressalto igualmente que, por iniciativa do Brasil, as cerimônias de abertura do Festival do LEA passaram a contar, a partir de 2014, sempre com intervenção em português de representante de um país lusófono, como forma de ressaltar a presença e singularidade de nosso idioma no espaço ibero-americano. Em coordenação com a Embaixada de Portugal, tenho me revezado com o colega português no exercício dessa função. Ainda na difusão do idioma na Grécia, caberia registrar a iniciativa pioneira de organização, em parceria com a Embaixada de Portugal, de celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa na Grécia, que teve lugar em 13 de maio de 2016, em Atenas e que doravante deve inscrever-se no calendário de atividades culturais da capital helênica.

27. Na área de promoção do audiovisual brasileiro, a falta de recursos no marco do PPAB impossibilitou a continuidade da Semana de Cinema Brasileiro, que contou com três exitosas edições até 2013, realizadas na Cinemateca Grega. A despeito dessa limitação, o posto iniciou em setembro de 2014, em parceria com o Conselho de Cidadania Brasileira na Grécia (CCBG), o projeto "Tardes de Cinema Brasileiro", voltado à projeção regular de filmes nacionais para a comunidade brasileira e para o público grego em geral (os filmes são apresentados com subtítulos em inglês), com base nos títulos disponíveis no acervo da Embaixada e em empréstimos assegurados pela Divisão de Promoção do

Audiovisual do Itamaraty. Inicialmente, os filmes foram apresentados na Sala Multiuso da Embaixada, mas a partir de novembro de 2015, graças à parceria estabelecida com o Cine Danaos, o projeto passou a ter lugar naquela sala, um dos mais prestigiados espaços para a difusão do cinema de arte na capital grega, o que acarretou clara ampliação do público atingido pelo projeto.

28. A partir de 2015, a Embaixada passou a participar do Festival Outview, principal mostra dedicada ao cinema de temática LGBT na Grécia. Graças aos recursos recebidos da Secretaria de Estado, o Brasil logrou participação destacada edição de 2015, com a exibição dos filmes "Flores Raras", de Bruno Barreto, e "Praia do Futuro", de Karim Ainouz. A Embaixada voltou a participar do festival em 2016 mas, diante da impossibilidade de contar com recursos, limitou sua contribuição ao oferecimento de um coquetel, após a projeção do curta-metragem "Em Defesa da Família" e do longa-metragem "Beira-Mar", de Filipe Matzembacher e Márcio Reolon.

29. Minha gestão coincidiu com a realização dos dois principais eventos esportivos sediados pelo Brasil, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e, a despeito das já mencionadas limitações orçamentais, procurei assegurar que a programação cultural do posto também contribuísse para a promoção dos megaeventos junto ao público grego.

30. Nesse contexto, por ocasião da Copa do Mundo, a Sala Multiuso da Embaixada abrigou entre 6 e 20 de julho de 2014 exposição do pintor grego Dimos Flessas intitulada "When Art Meets Football", que incluía 18 telas e 3 esculturas dedicadas ao tema do futebol. Excetuado o coquetel de abertura, a realização da exposição não acarretou qualquer custo para a Embaixada.

31. Por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, a Embaixada assegurou, em cumprimento às instruções da Secretaria de Estado, a iluminação em verde e amarelo de edifício emblemático de Atenas, de maneira a ampliar a difusão do evento junto ao público local. Foi escolhido para esse fim o Estádio Panatenaico, sede das primeiras Olimpíadas da era moderna, celebradas em 1896, e também local onde se realizou a transmissão de chama olímpica da Grécia para o Brasil, em 27 de abril de 2016. O estádio foi iluminado em verde e amarelo em duas ocasiões, na noite do próprio dia 27 de abril, com recursos aportados pelo Ministério de Esporte, e em 4 de agosto, véspera da cerimônia de abertura dos Jogos,

com recursos aportados por patrocinador privado obtido graças a gestões da Embaixada (a produtora de azeites de oliva Olympian Green).

32. Como parte do esforço de promoção da cultura brasileira associado aos Jogos, o Megaron, principal sala de concertos de Atenas, organizou em 14 de julho de 2016, com apoio da Embaixada, espetáculo em seus jardins dedicado à música brasileira, do qual participaram o destacado músico de jazz Petros Klampanis e seu grupo e as cantoras Katerina Polemi e Miranda Verouli, e obteve grande sucesso de público. Ademais, dois festivais de jazz, realizados nas ilhas de Mykonos (6 e 7 de maio) e Tinos (24 de julho a 4 de agosto), também tiveram o Brasil como país homenageado, na condição de sede dos Jogos do Rio 2016. No caso do festival de Tinos, destacou-se a presença de importantes músicos brasileiros, como Jacques e Paula Morelenbaum e Zé Nament. Ainda no âmbito da promoção dos Jogos, a Embaixada colaborou com a organização de exposição realizada em 15 de abril de 2016 no Yacht Club da Grécia dedicada aos esportes náuticos da Rio 2016, e com evento com culinária e música brasileira realizado no Yacht Club da ilha de Andros, em 27 de agosto.

33. Um dos eventos de maior projeção de minha gestão foi a realização em 18 de setembro de 2016 da primeira edição do "Brazilian Day" em Atenas, organizado conjuntamente pela Embaixada e pelo CCBG. O evento, com entrada gratuita, teve lugar no Gazarte, uma das mais conhecidas e prestigiadas casas de espetáculos da cidade. Segundo estimativas da casa, mais de mil pessoas teriam passado pelo evento, o que configura claro sucesso de público, superior ao de qualquer outra atividade de promoção cultural brasileira realizada recentemente na Grécia.

34. O "Brazilian Day" consistiu de duas atividades principais, desenvolvidas em espaços independentes do Gazarte: ateliês de capoeira e danças brasileiras e apresentações musicais, com as figuras que mais se destacam na promoção da música brasileira na Grécia: a cantora grega Miranda Verouli, a cantora greco-brasileira Katerina Polemi, o sambista Júnior Maran, e Jef Maarawi, greco-sírio-brasileiro, que lidera a banda "Superbacana". Além dessas atrações, a Embaixada logrou obter o apoio da TAP e da Gold Star Aviação e conseguiu trazer de Lisboa para o "Brazilian Day" o cantor e compositor Mu Chebabí. Ademais, concordou em fazer apresentação especial e gratuita no evento a cantora grega Malu Kyriakopoulou, muito conhecida do público local

por ter participado do programa de TV "Greek Idol", e que vem inclui em seu repertório canções brasileiras. Tanto os ateliês como as apresentações musicais tiveram grande sucesso e comprovaram o interesse e entusiasmo despertado pela cultura brasileira junto ao público grego. Nossa cultura brasileira também se refletiu nas opções gastronômicas oferecidas excepcionalmente pelo Gazarte no "Brazilian Day", que incluíram caipirinha, guaraná e pratos com salgados brasileiros.

35. Como o posto não dispõe, como é sabido, de orçamento para atividades culturais, a primeira edição do "Brazilian Day" teve sua viabilidade assegurada graças a patrocínios obtidos tanto pela Embaixada como por membros do CCBG. Naturalmente, a possibilidade de contar no futuro com recursos específicos poderá ampliar a capacidade de atração do evento, sobretudo caso se possa assegurar a participação de artistas brasileiros não residentes na Grécia.

36. Ademais dos eventos organizados diretamente pela Embaixada ou em parceria com outras instituições, houve esforço permanente de divulgação de todos os eventos culturais com conteúdo brasileiro ou de interesse para o Brasil realizados na Grécia, no sitio eletrônico e nas mídias sociais mantidas pela Embaixada. Para isso, foi fundamental aprimoramento e intensificação do uso das duas páginas da embajada no Facebook, em português e em inglês/grego, e do website da Embaixada. A ampliação do interesse nas páginas do posto no Facebook pode ser confirmado pelo considerável aumento no número de seus seguidores, que entre agosto de 2014 e agosto de 2016, passou de 446 para 1857 (pagina em português), e de 529 para 1096 (pagina em inglês), e pelo alcance das publicações regulares em ambas as páginas, que chegaram a ultrapassar, como no caso da divulgação do "Brazilian Day", o total de 18 mil visualizações.

ASSUNTOS CONSULARES/ ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS:

37. Durante minha gestão à frente da Embaixada em Atenas, atribui especial importância ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados pelo setor consular. Cabe ter presente, a propósito, a dimensão da comunidade brasileira residente na Grécia, inicialmente estimada em 3000 indivíduos, conforme os registros que vinham sendo publicados nos dados estatísticos das três primeiras edições da Conferência "Brasileiros no Mundo". Com o objetivo de proceder a um melhor mapeamento desta comunidade, concentrada sobretudo na região metropolitana de Atenas (aproximadamente

45% da população do país reside nas imediações desta capital), procurei estimular o envolvimento do Conselho de Cidadania Brasileira na Grécia - CCBG (colegiado composto por nove integrantes e eleito pelo voto direto de membros da Comunidade para mandatos bienais) nas campanhas de alistamento das matrículas de nossos concidadãos no Serviço Consular. Com efeito, a partir de fevereiro de 2015, com mensagens veiculadas nas mídias sociais (páginas "Facebook" em português e inglês) e no sítio eletrônico do posto, replicadas nas plataformas de divulgação do CCBG, e com o apoio do Consulado Honorário em Salônica (jurisdição que atende a aproximadamente 400 nacionais brasileiros), foi possível matricular, desde então, mais de 800 compatriotas, e alcançar, em setembro de 2016, o número de 1085 matrículas consulares, o que inclui também a atualização dos dados anteriormente disponíveis. Tendo presente essas novas cifras, o Serviço Consular, em conjunto com o CCBG, revisou a estimativa de nacionais brasileiros residentes na Grécia para 4000 indivíduos ao final de 2015, com mais um quarto desse contingente já devidamente matriculado.

38. Ainda no tocante ao atendimento da comunidade brasileira residente na Grécia, sempre em estreita colaboração com o CCBG, foi possível durante minha gestão à frente do posto expandir o escopo dos serviços consulares, com ações como a publicação da "Cartilha do Brasileiro na Grécia" (dezembro de 2014); a consolidação do projeto de oficinas destinadas à manutenção da identidade cultural brasileira em crianças da comunidade (a partir de dezembro de 2014, tais oficinas passaram a ter periodicidade mensal, com suas atividades sendo desenvolvidas sempre aos sábados, na sala multiuso da Chancelaria da Embaixada, e comparecimento de um público-alvo médio de 20 crianças por sessão); a criação do projeto "Tardes de Cinema Brasileiro", a partir de setembro de 2014 (inicialmente com periodicidade mensal e, desde novembro de 2015, bimestral, diante da consolidação de parceria com o Cinema Danaos, de propriedade de família com vínculo com o nosso país - vide também o registro sobre o tema na seção "Cultura e Divulgação", supra); o início do oferecimento do programa de aulas de português para crianças, mediante parceria com a professora Débora Arruda Pio (trata-se de antiga reivindicação dos membros da comunidade, finalmente iniciada em janeiro de 2015, e sempre realizada com periodicidade semanal na já mencionada sala multiuso da Chancelaria); e, finalmente, a organização da primeira edição

do "Brazilian Day in Athens", em setembro de 2016, por tratar-se de outro antigo anseio da comunidade, sempre levantado por ocasião das reuniões do CCBG (vide também comentários adicionais sobre o tema na seção "Cultura e Divulgação", supra).

39. No tocante ao atendimento consular propriamente dito, durante minha gestão procurei racionalizar os serviços presenciais e aqueles prestados à distância pelo posto, mediante o constante aprimoramento do sítio eletrônico da Embaixada, ao qual se dedicou com grande empenho o Ministro Luiz Eduardo Villarinho Pedroso, providência que motivou a inclusão/atualização das instruções para apresentação dos pedidos para os mais variados serviços prestados pelo setor (atividade levada a cabo desde setembro de 2014, com a inclusão de novas seções e subseções). Trata-se de posto com movimento médio (40 consulentes/dia, dos quais 10 com atendimento presencial, 20 por telefone e 10 por via eletrônica ou postal), porém com características próprias, diante da significativa demanda de vistos de trabalho por parte de marítimos vinculados a empresas de cruzeiros com escritórios de representação neste país, assim como de técnicos e outras categorias de marítimos atrelados a empresas que prestam serviços à PETROBRAS no contexto da exploração de petróleo e gás na plataforma continental brasileira e nas zonas de exploração e prospecção no pré-sal (arrendamento de navios sonda, plataformas para perfuração, etc). Somente nesta última categoria, registro a concessão de 388 vistos de trabalho em 2014; 399, em 2015; e 270, ao longo dos nove primeiros meses de 2016. Outra particularidade observada, sobretudo no decorrer dos anos de 2015 e 2016, foi a importante afluência de demandas de visto de trabalho para técnicos que viajaram ao Brasil no contexto dos preparativos logísticos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: no total, o posto concedeu 182 vistos para esse contingente. Registro, por fim, que foram concedidos desde janeiro de 2013 um total de 3380 vistos (todas as categorias confundidas).

40. Registro, ainda, que manifestações dos usuários dos serviços consulares, mediante a Ouvidoria Consular, têm avaliado sempre de modo positivo o atendimento prestado pelo setor.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 96, DE 2016

(nº 533/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Repùblica Helênicá.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 533

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Os méritos do Senhor Cesário Melantonio Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.

EM nº 00340/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Exceléncia o nome de **CESÁRIO MELANTONIO NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica (Grécia).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CESÁRIO MELANTONIO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 618 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helêncica.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CESÁRIO MELANTONIO NETO

CPF.: 162.898.621-20

ID.: 4662 MRE

1949 Filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, nasce em 31 de outubro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1970 CPCD, IRBr
 1972 Direito pela Universidade do Distrito Federal
 1976 Pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris/FR
 1978 CAD - IRBr
 1988 CAE - IRBr, O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.

Cargos:

- 1972 Terceiro-Secretário
 1976 Segundo-Secretário, por merecimento
 1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1986 Conselheiro, por merecimento
 1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1972-73 Cerimonial, Chefe de Seção
 1973-75 Presidência da República, Adjunto do Cerimonial
 1975-78 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1978-79 Embaixada no México, Segundo-Secretário
 1979-80 Divisão da Europa-I, Assistente
 1980-82 Divisão do Pessoal, Assistente
 1982-84 Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário
 1984-85 Divisão de Visitas, assistente
 1985-87 Assessoria de Relações com o Congresso, Secretário-Especial, substituto
 1987-90 Embaixada em Roma, Conselheiro
 1990-93 Divisão Consular, Chefe
 1993-97 Consulado-Geral em Frankfurt, Cônsul-Geral
 1997-2001 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
 2001-04 Embaixada em Teerã, Embaixador
 2004-08 Embaixada em Ancara, Embaixador
 2008-11 Embaixada no Cairo, Embaixador
 2013-14 Secretaria-Geral, Assessor Especial
 2014 Embaixada em Havana

Condecorações:

- 1973 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
 1973 Ordem do Mérito do Paraguai, Cavaleiro
 1973 Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Grau III
 1974 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
 1975 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 1978 Ordem da Águia Azteca, México, Oficial

1980	Ordem Soberana Militar, Malta, Comendador
1985	Ordem de Isabel, A Católica, Espanha, Oficial
1990	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Comendador
1999	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1999	Ordem do Pinheiro, Paraná, Brasil, Grã-Cruz
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000	Ordem do Mérito, Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa Meridional e da União Europeia

GRÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A GRÉCIA	
NOME OFICIAL:	República Helênica
GENTÍLICO:	Grego
CAPITAL:	Atenas
ÁREA:	131.990 km ² (equivalente à do Estado do Ceará)
POPULAÇÃO:	11.216.708 habitantes (equivalente ao Estado do Rio)

	Grande do Sul)
IDIOMA OFICIAL:	
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Gregos ortodoxos: 97,6; católicos: 0,4%; protestantes: 0,1%; muçulmanos: 1,3%; outras: 0,7%
SISTEMA DE GOVERNO:	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento Grego)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Prokopis Pavlopoulos (desde 18/02/2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Alexis Tsipras (desde 26/01/2015)
CHANCELER:	Nikos Kotzias (desde janeiro de 2015)
PIB NOMINAL (FMI, 2015):	US\$ 193,0 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI, 2015):	US\$ 281,6 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 17,6 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2015):	US\$ 25,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-2,3% (2015); 0,8% (2014); -3,9% (2013); -6,5% (2012); -8,9% (2011); -5,4% (2010); -4,4% (2009)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,865 (29º)
EXPECTATIVA DE VIDA (Eurostat, 2016):	81,5 anos (2014)
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015):	97,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2014):	26,5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Kyriakos Amiridis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	3.500

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan-julho
Intercâmbio	411	399	238	243	295	202	267	205	165	84
Exportações	370	332	203	175	191	160	151	137	117	61
Importações	41	67	35	68	103	42	115	68	48	23
Saldo	329	265	168	107	88	117	36	69	69	38

PERFIS BIOGRÁFICOS

Prokopis Pavlopoulos
Presidente da República Helênica



Nasceu em 10 de julho de 1950 em Kalamata, Peloponeso. Graduado em Direito pela Universidade de Atenas, continuou seus estudos na Universidade de Paris II, onde obteve, em 1977, o título de Doutor em Direito Público. Na Universidade de Atenas, ocupou diversos cargos letivos entre 1981 e 1989.

Entre 1989 e 1990, atuou como Ministro da Presidência e Porta-Voz do Governo de Xenophon Zolotas. Entre 1990 e 1995, serviu como Chefe da Assessoria Jurídica do presidente Konstantinos Karamanlis. Em 1996, foi eleito Membro do Parlamento pelo partido de centro-direita Nova Democracia, partido do qual ainda é membro, tendo sido reeleito sucessivamente até 2012.

Entre 2004 e 2009, atuou como ministro do Interior do governo do Nova Democracia. Em 18 de fevereiro de 2015, após indicação do primeiro-ministro Alexis Tsipras, foi eleito, pelo Parlamento grego, Presidente da Grécia.

Casado, tem 3 filhos.

**Alexis Tsipras
Primeiro-Ministro**



Nasceu em 28 de junho de 1974, em Atenas. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Politécnica Nacional de Atenas, onde também concluiu pós-graduação em Planejamento Regional e Urbano. Trabalhou como Engenheiro na indústria da construção civil e conduziu série de estudos acerca do planejamento urbano.

Ainda no ensino médio, juntou-se à Juventude Comunista da Grécia. Entre 1999 e 2003, atuou como Secretário da Juventude do Synaspismos (Coalizão da Esquerda, dos Movimentos e da Ecologia). Em 2004, o Synaspismos reuniu-se com outros partidos da esquerda grega para formar a SYRIZA (Coalizão da Esquerda Radical), que se tornaria oficialmente um partido em 2012.

Em outubro de 2006, concorreu à Prefeitura de Atenas, terminando em terceiro lugar, com 10,5% dos votos. Em 2008, foi eleito Presidente do Synaspismos. No ano seguinte, foi eleito para o Parlamento grego e tornou-se líder do grupo parlamentar SYRIZA.

Em 2010, foi eleito vice-presidente do Partido da Esquerda Europeia. Em 2012, realizou visita ao Brasil, na condição de líder da SYRIZA, ocasião na qual manteve encontro com a então presidente Dilma Rousseff. Em 2013, foi o candidato da agremiação para a Presidência da Comissão Europeia.

Nomeado primeiro-ministro após a vitória da SYRIZA nas eleições de 25 de janeiro de 2015.

Casado, tem dois filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia desenvolvem relações caracterizadas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Em razão da distância, da crise

econômico-financeira internacional e da concentração da Grécia no seu entorno regional, é discreta a posição do Brasil no seu quadro de relações externas.

Após a ascensão de Alexis Tsipras à chefia do governo, em 2015, houve a intensificação momentânea do diálogo político bilateral. Foram realizados dois encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho de 2015, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC, e em setembro do mesmo ano, em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Antes disso, a então presidente Dilma Rousseff havia realizado visita a Atenas em abril de 2011, ocasião em que se entrevistou com o então primeiro-ministro George Papandreou. Por sua vez, o então chanceler Celso Amorim visitou duas vezes a capital grega durante sua gestão: em 2003, quando de encontro de chanceleres UE-América Latina, e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Do lado grego, não há registro de visita bilateral de alto nível ao Brasil em anos recentes.

A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha as posições bloco. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU. Têm-se sucedido trocas de apoios a candidaturas a órgãos multilaterais.

Mais recentemente, tem-se notado particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no FMI, no qual são discutidas ações e políticas relativas à questão da dívida grega. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecimento dos esforços de ajuste evidenciados por Atenas e dos custos sociais envolvidos no III Programa de Ajuste Econômico, ao qual o país está submetido desde 2015. O Brasil tem apoiado a Grécia nas deliberações sobre a revisão do programa de ajuste grego no FMI.

Nas relações econômicas, registra-se assimetria nas transações comerciais e de serviços. O Brasil mantém superávit estrutural em seu comércio com a Grécia – em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações brasileiras (café, fumo, açúcar) contra US\$ 48 milhões de importações de produtos gregos (nafta para petroquímica, mármore, cimento). A principal variação observada no comércio bilateral em 2015 foi a considerável ampliação das exportações de açúcar (mais de 180%), que passou da 11ª para a 3ª posição no ranking de produtos exportados pelo Brasil. O atual Governo grego tem demonstrado claro interesse em ampliar a cooperação e os negócios com o Brasil no setor de açúcar, em particular no que diz respeito à atração de investidores brasileiros que possam assumir usinas desativadas ou subutilizadas na Grécia. Outro item de potencial interesse para o

agronegócio brasileiro na Grécia é a carne de frango, que também figurou entre os itens de maior crescimento na pauta de 2015: passou do 20º para o 9º lugar no total geral e registrou aumento de 133,23%, na comparação com 2014.

A Grécia tem, ainda, interesse na exportação de laticínios e mel para o Brasil, bem como na retomada das vendas de pêssego em calda, atualmente sujeitas a sobretaxa. Após a realização de missão de inspeção à Grécia de técnicos do MAPA, em dezembro de 2015, aguarda-se a finalização do processo de habilitação do país como exportador desses produtos.

Já a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação grega no setor de navegação internacional. Assim, em anos recentes, os saldos positivos da Grécia na balança bilateral de serviços foram de cerca de US\$ 194 milhões (2012), US\$ 185 milhões (2013) e US\$ 185 milhões (2014). Cabe notar a importante participação de embarcações e de pessoal grego nas atividades da PETROBRAS no Brasil, que vem aumentando nos últimos anos.

No âmbito cultural e educacional, Brasil e Grécia assinaram, em 2003, Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Esse acordo está vigente no Brasil desde 2007. Além disso, a Grécia conta, atualmente, com uma estudante de pós-graduação brasileira no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi assinado, em 03 de abril de 2009, o Acordo de Cooperação em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, e ainda não aprovado pela parte grega.

Assuntos consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição do Posto chegue a 3.500 brasileiros, entre os quais há um pequeno número de estudantes, bolsistas e empresários; um pequeno número de binacionais; e um número considerável de irregulares.

A principal reivindicação da comunidade é obter acesso aos serviços fornecidos pelo governo grego à população em matéria de saúde e educação. Também se solicita com frequencia apoio do governo brasileiro na divulgação da cultura nacional, em especial por meio de associações que a promovem.

O Conselho de Cidadania de Atenas, que funciona regularmente desde 2011, conta com dez membros que incluem assistentes sociais, advogados, médica, psicólogo, professores universitários, brasileiros em situação irregular e representantes das igrejas católica e evangélica.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Grécia.

POLÍTICA INTERNA

A Grécia é uma República Parlamentarista. O Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado e é eleito pelo Parlamento para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 18 de fevereiro de 2015, o Presidente Prokopis Pavlopoulos (Nova Democracia) foi eleito com apoio da coalização de governo Syriza-Gregos Independentes.

O presidente da República nomeia o líder do partido mais votado no Parlamento para exercer o cargo de primeiro-ministro, que atua como Chefe de Governo. O Gabinete também é nomeado pelo presidente da República, a partir de recomendação do primeiro-ministro. O atual primeiro-ministro, Alexis Tsipras (Syriza), voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro após as eleições legislativas de 20 de setembro de 2015. Seu primeiro mandato, entre janeiro e agosto de 2015, teve fim com sua renúncia e posterior convocação de novas eleições após a assinatura do terceiro programa de resgate com os credores do país.

O Parlamento grego ("*Vouli ton Ellinon*") é unicameral, composto por 300 membros eleitos por sufrágio universal para exercer mandato de quatro anos.

O Poder Judiciário é composto por uma Corte Suprema e Criminal, com juízes vitalícios nomeados pelo Presidente da República após consulta a conselho judicial, uma Corte Suprema Administrativa e uma Corte de Auditores, além de Cortes de Apelação e de Cortes de Primeira Instância.

Em 25 de janeiro de 2015, Alexis Tsipras, líder da coalizão de esquerda radical SYRIZA, venceu as eleições legislativas e tornou-se primeiro-ministro, rompendo com a alternância no poder entre a Nova Democracia (centro-direita) e o PASOK (centro esquerda), estabelecida desde a redemocratização da Grécia, em 1974. Tsipras optou por formar governo de coalizão com o partido de centro-direita ANEL, com o qual compartilhava posições contrárias às políticas de austeridade.

O governo Tsipras enfrentou, desde o início, o desafio de conduzir as negociações com os credores oficiais (a "troika" Comissão Europeia-Banco Central Europeu-FMI) e implementar as promessas de campanha da SYRIZA de combate à austeridade e de reestruturação da dívida grega. As negociações, conduzidas por Tsipras e pelo então ministro das Finanças Yannis Varoufakis, foram marcadas por intensas dificuldades no diálogo com os credores. Às vésperas da expiração do prazo do II Programa de Ajuste Econômico, que vinha sendo aplicado desde 2012, o governo grego viu-se obrigado a decretar, em 29 de junho de 2015, feriado bancário e controle de capitais, diante do risco de colapso do sistema financeiro do país. Em 5 de julho de 2015, o PM Tsipras obteve vitória parcial ao ver respaldada por referendo sua posição de rechaço às propostas apresentadas pelos credores.

Contudo, diante do isolamento da Grécia nas negociações e do risco real de saída do país da zona do euro, Tsipras viu-se constrangido, em 13 de julho de 2015, a ceder à quase totalidade das exigências dos credores oficiais e aceitar a abertura de negociações do III Programa de Ajuste Econômico.

A posição assumida, a partir de então, pelo governo Tsipras, de compromisso com as reformas exigidas pelo terceiro "bailout", provocou dissidências no âmbito da SYRIZA. Além de Varoufakis, que se demitiu logo após a celebração do acordo de princípios de 13 de julho de 2015, outras figuras de peso que se situavam no polo mais à esquerda do partido, como o ex-ministro da Energia e do Meio Ambiente Panagiotis Lafazanis e a presidente do Parlamento Zoe Constantopoulou, passaram a contestar as decisões de Tsipras e acabaram por formar nova legenda, a Unidade Popular. Em 20 de agosto de 2015, Tsipras apresentou sua renúncia e abriu caminho para eleições antecipadas, com a expectativa de construir maioria parlamentar mais sólida e conter o avanço dos dissidentes.

Embora vitorioso, o PM obteve apenas maioria frágil no Parlamento (155 cadeiras de um total de 300, reduzindo-se depois para 153, diante de novas dissidências). A situação de seu governo pode ser considerada, assim, politicamente insegura, sobretudo frente às perspectivas de crescimento das divergências com os diferentes grupos atingidos pelas reformas contidas no III Programa de Ajuste Econômico, em particular as do sistema previdenciário e de benefícios fiscais para agricultores. A gestão da crise migratória revela-se igualmente desafio de curto prazo para o Governo, mormente em vista da possibilidade de permanência de milhares de migrantes em território grego nos próximos meses.

POLÍTICA EXTERNA

Os esforços da política externa grega têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pelo país, relacionadas à sua dívida e aos fluxos de migrantes oriundos da Turquia. O país tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais. Ao mesmo tempo, a diplomacia do governo Tsipras tem procurado transmitir imagem internacional de compromisso com as reformas exigidas no marco do III Programa de Ajuste Econômico e, com isso, recuperar a confiança dos mercados na Grécia.

No caso da crise migratória, o esforço mais recente tem sido o de buscar respostas, no âmbito europeu, para o agravamento da situação humanitária e de

segurança do país, diante dos contínuos fluxos oriundos da Turquia e das restrições impostas ao seu ingresso através da fronteira com a Antiga República Iugoslava da Macedônia. Somente em 2015, o país recebeu mais de 900 mil migrantes. A expectativa, no momento, concentra-se na implementação do acordo entre a UE e a Turquia, que permitiria a recondução de migrantes diretamente da Grécia para o território turco, embora haja ceticismo quanto às chances de sucesso desse arranjo.

Paralelamente, o chanceler Nikos Kotzias vem conduzindo política de construção de confiança com os países vizinhos e do entorno regional, notadamente Albânia, Bulgária, Turquia e FYROM. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão, motivados pelos litígios de fronteiras aéreas e marítimas no Egeu, com iniciativas voltadas a fortalecer a cooperação, sobretudo nos campos econômico e comercial.

Outro eixo importante de atuação da política externa grega é do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente. Após sinalizar, no primeiro semestre de 2015, interesse em participar do projeto russo "Turkish Stream" – o que poderá ter servido como instrumento de pressão política junto a europeus e norte-americanos, no contexto das negociações com os credores – a Grécia vem-se aproximando mais recentemente das posições da UE e dos EUA, engajando-se nas negociações sobre a construção de interconector com a Bulgária. Mantém-se, no entanto, a preocupação em preservar a qualidade da relação tradicional e multifacetada com Moscou.

Israel consolidou-se, sob o governo Tsipras, como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral como no marco de estrutura trilateral de cooperação com Chipre, na qual se destacam as perspectivas de construção de gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa. A diplomacia grega também tem atribuído grande importância ao estabelecimento de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo Chipre e Egito e Chipre e Jordânia, que reforçam o papel da Grécia como ator relevante no cenário político e estratégico do Mediterrâneo Oriental e não deixam de representar contraposição ao peso regional da Turquia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama geral da economia grega

Com um PIB de 179 bilhões de euros, a economia grega é considerada desenvolvida pelas instituições multilaterais de crédito. Em âmbito europeu, a economia grega é, contudo, pouco significativa (1,6% da economia da zona do

euro) e relativamente pobre (43% do PIB per capita alemão). Estruturalmente, o país caracteriza-se pela dominância de unidades produtivas relativamente pequenas e de baixa produtividade. O setor agrícola, que responde por 3% do PIB, consiste em unidades familiares e continua dependente dos subsídios comunitários. A indústria grega, por sua vez, representa 20% do PIB, mas tem-se mostrado pouco apta para enfrentar a abertura comercial imposta pela integração ao mercado comum europeu. Finalmente, o setor terciário, que é responsável por 75% da economia grega, também é dominado por unidades produtivas de pequena escala, embora abrigue dois dos setores mais dinâmicos do país, turismo e transportes marítimos.

A balança comercial é deficitária, o que reflete não só as fragilidades da manufatura e agropecuária gregas, como também a dependência da importação de hidrocarbonetos. A balança de serviços, por sua vez, é estruturalmente superavitária, em decorrência das rendas obtidas com transporte marítimo e turismo. Em relação às transferências unilaterais, vale mencionar o papel dos recursos recebidos da União Europeia, que equivalem, em média, a cerca de 3% do PIB. No caso da conta de capital, destaca-se a capacidade relativamente limitada da economia grega de atrair investimentos diretos estrangeiros. Durante a década de 2000, a economia grega financiou seus crescentes déficits em transações correntes por meio de empréstimos bancários. Com o início da crise e a fuga de capitais, os fundos públicos europeus e do FMI substituíram os credores privados.

Em 2010, a Grécia entrava em seu terceiro ano de crescimento negativo e os mercados financeiros especulavam fortemente com papéis gregos. Apenas a assistência financeira estendida pelos países da zona do euro e pelo FMI – que, em troca de créditos oficiais, previa a adoção de medidas de austeridade e reformas liberalizantes – evitou que a Grécia declarasse, naquele momento, moratória de sua dívida. Após dois novos programas de resgate, persistem, todavia, grandes incertezas quanto à recuperação econômica do país e mesmo sobre o futuro da Grécia na zona do euro.

A estratégia de "desvalorização interna" prevista nos programas de ajuste permitiu reduzir o déficit fiscal e eliminar o déficit em conta corrente. A recuperação das contas externas, contudo, deveu-se, principalmente, ao colapso das importações, e o ajuste fiscal não foi capaz de levar a dívida pública a trajetória descendente. Apesar da reestruturação da dívida com os credores privados (2012) e da redução de juros e ampliação dos prazos junto aos credores oficiais europeus, a relação dívida pública/PIB cresceu de 126% do PIB, em 2010, para 179% do PIB, em 2015. Tal resultado explica-se pelo colapso do PIB nominal grego (queda de 25% no período).

O mercado de trabalho foi afetado pela queda da atividade econômica, com o desemprego chegando a 28% em meados de 2013, tendo cedido lentamente desde então (situa-se, atualmente, em torno de 25%, em geral, e de 48% para a população com menos de 25 anos). O ajuste fiscal e as reformas estruturais concentraram-se na elevação de impostos indiretos, corte de serviços públicos e redução de direitos trabalhistas. Entre as várias medidas adotadas, vale mencionar: a redução nominal do salário mínimo em cerca de 20% em 2012; os cortes de gastos na área de saúde pública, e as seguidas reduções nominais nos salários de funcionários públicos e de pensionistas.

Apesar da instabilidade financeira, da imposição dos controles de capitais e das novas medidas de austeridade, a economia grega vem surpreendendo pela relativa resiliência. Dados preliminares indicam que o PIB retraiu-se 0,3% em 2015, quando a expectativa, em agosto de 2015, era de uma recessão muito mais intensa. Ao que tudo indica, os resultados fiscais, impulsionados pela nova rodada de elevação de impostos e pela bancarização da economia a partir da imposição de controle de capitais (foram emitidos cerca de 3 milhões de cartões bancários desde julho passado), também surpreenderão positivamente. De todo modo, persistem dúvidas quanto às possibilidades de recuperação econômica sustentada. Destacam-se, nesse sentido, os riscos de renovada instabilidade no setor bancário local - que, apesar da recente capitalização, permanece muito exposto a ativos de qualidade duvidosa - e de eventual desaceleração das principais economias europeias.

Atualmente, o Governo está envolvido nas negociações para concluir a primeira revisão do III Programa, que demandará de Atenas, entre outras medidas, a implementação de mais uma reforma previdenciária, bem como de novas medidas fiscais para garantir o cumprimento da meta de superávit primário de 0,5% do PIB neste ano e 3,5% do PIB em 2018. A revisão possibilitaria, por sua vez, o início das discussões sobre a renegociação da dívida pública grega junto aos credores oficiais.

O processo de revisão tem sido turbulento. Após a divulgação de sua proposta de reforma previdenciária, o Governo tem enfrentado protestos, liderados principalmente por autônomos, profissionais liberais e agricultores - os mais atingidos pela proposta. Os credores oficiais, principalmente a Alemanha e o FMI, por sua vez, julgam a proposta insuficiente e têm pressionado por novas reduções do valor nominal das aposentadorias. Não há entendimento tampouco sobre o escopo das medidas fiscais que o Governo grego deve implementar nos próximos anos, com o FMI demandando intervenções fiscais severas.

Comércio exterior

Entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Grécia mostrou

pouco dinamismo, com decréscimo de 46,1% na corrente comercial. O fluxo comercial passou de US\$ 307 milhões, no primeiro ano da série histórica, para US\$ 165 milhões, no ano passado. No último biênio, a corrente comercial sofreu forte retração. O saldo comercial, no último triênio, foi favorável ao Brasil.

Em 2015, o perfil das exportações brasileiras para a Grécia foi majoritariamente composto por produtos primários (café, tabaco, açúcar e minério de alumínio). O terreno das importações foi basicamente composto de produtos semi-manufaturados: i) naftas para petroquímica (40,0% do total); ii) mármore trabalhado (8,9%); iii) lâminas de barbear (6,2%); iv) cimento hidráulico (5,5%); (v) azeite de oliva (3,8%).

Investimentos

O último registro de Investimento Direto da Grécia no Brasil é de 2009, no valor de US\$ 9,54 milhões. O estoque dos investimentos gregos no país é de US\$ 33 milhões, consoante dados de 2014. Já o Brasil não registrou nenhum investimento no país europeu na última década, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil.

Os principais investidores estrangeiros na Grécia em 2014, por estoque de investimentos, foram Luxemburgo (4,8 bilhões de euros), Alemanha (4,6 bilhões de euros), Holanda (4,5 bilhões de euros), França (1,5 bilhão de euros) e Estados Unidos (1,4 bilhão de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1829	Independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	O país ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-	Segue-se um curto período republicano.
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Balcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
1967	Com apoio dos EUA, militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando

	repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego se torna língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito Presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.
2007	Karamanlis vence as eleições. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.
2008	Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.
2009	Início da crise econômica grega.
2012	Eleições parlamentares em maio geram impasse na formação de novo governo. Convocadas novas eleições, em junho, o partido Nova Democracia, assume o comando do governo, por meio de seu líder, Antonis Samaras, e em coalizão com o partido PASOK.
2012-2014	Agravamento da crise econômica alimenta a instabilidade política, o que se reflete na incapacidade de o Parlamento grego eleger novo presidente e na convocação de eleições antecipadas.
2015	Partido Syriza é vencedor das eleições e forma coalizão com o partido nacionalista Gregos Independentes (janeiro).
2015	Referendo rejeita termos do programa de resgate proposto pelos credores (julho).
2015	Grécia e seus credores aprovam programa de resgate no montante de EUR 86 bilhões.
2016	Grande influxo de migrantes pelo território grego leva a Macedônia a fechar sua fronteira com o país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1883	Santa Catarina é sede da primeira colônia grega constituída no Brasil.
1912	Emb. Oscar de Teffé é o primeiro Embaixador a assumir a Legação do Brasil em Atenas.
1941	Fechada a Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reaberta a Legação do Brasil em Atenas.
1958	Representação do Brasil é elevada à categoria de Embaixada.
Década de 1980	O número de gregos no Brasil diminui, com o início de fluxo imigratório revertido com a ida de descendentes de helênicos para a Grécia.
2003	Visita à Grécia do então ministro Celso Amorim, para encontro de

	chanceleres da UE e América Latina.
2005	Visita à Grécia do então presidente da APEX, Juan Quirós.
2006	Criado o Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil, presidido pelo Parlamentar Evangelos Polizos.
2006	Visita ao Brasil do deputado Eviplidis Stylianidis, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia.
2006	Visita ao Brasil de Sua Santidade Ecumênica Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla.
2007	Visita à Grécia do então presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.
2008	Visita do enviado especial da então Chanceler Dora Bakoyannis, Embaixador Michail Christides (setembro).
2008	Encontro do então ministro Celso Amorim com a então Chanceler Dora Bakoyannis, à margem da 63ª AGNU.
2009	Visita oficial à Grécia do então ministro Celso Amorim.
2011	Visita a Atenas da então presidente Dilma Rousseff e encontro com o então Primeiro-Ministro George Papandreou (abril).
2015	Encontros entre a então presidente Dilma Rousseff e o PM Tsipras, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC (junho); e em Nova York, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênicas em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação	03/04/2009	06/11/2011	Em promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênicas sobre Extradição	03/04/2009	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Grécia	27/03/2003	15/12/2007	26/03/2008
Acordo de Cooperação no Setor do Turismo	19/12/2002	16/11/2007	24/01/2008
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social	16/07/1992	29/01/1993	29/01/1993
Acordo de Previdência Social	12/09/1984	01/09/1988	12/03/1990
Acordo de Comércio	09/06/1975	02/07/1976	13/08/1976
Acordo para a Supressão de Vistos em	03/04/1961	03/04/1961	12/06/1961

Passaportes Diplomáticos e Especiais			
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por via Comum	03/05/1951	03/05/1951	16/07/1951

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos da Grécia

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-3,20%	0,65%	-0,23%	-0,58%	2,66%
PIB nominal (US\$ bilhões)	239,59	235,95	195,32	194,59	203,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	21.773	21.593	18.064	18.035	18.873
PIB PPP (US\$ bilhões)	277,39	283,80	285,98	287,11	298,83
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.209	25.972	26.449	26.610	27.753
População (milhões de habitantes)	11,00	10,93	10,81	10,79	10,77
Desemprego (%)	27,48%	26,50%	25,00%	25,03%	23,36%
Inflação (%) ⁽²⁾	-1,82%	-2,54%	0,42%	0,17%	0,85%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,05%	-2,12%	0,00%	-0,22%	-0,30%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,75	0,90	0,92	0,93

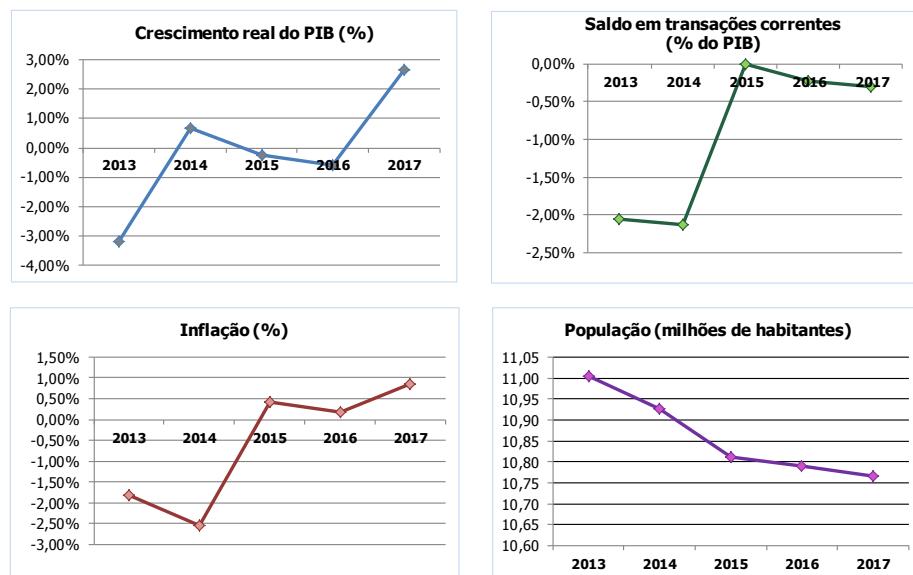
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	3,9%
Indústria	13,3%
Serviços	82,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

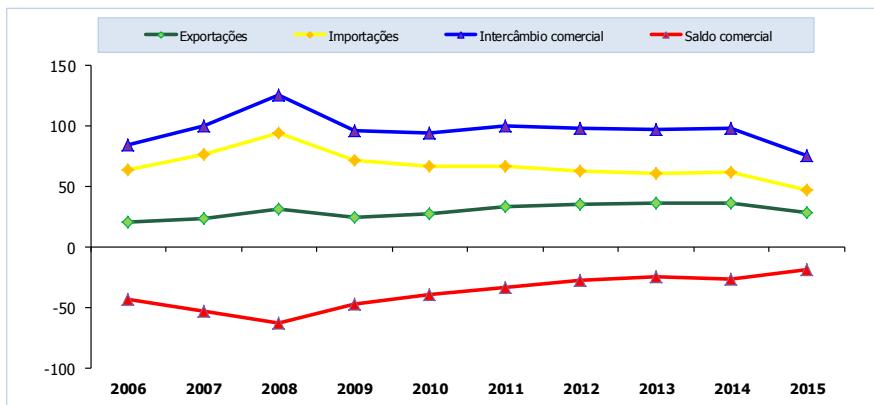
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior da Grécia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	20,94	20,1%	63,74	16,1%	84,68	17,1%	-42,80
2007	23,50	12,2%	76,10	19,4%	99,60	17,6%	-52,60
2008	31,13	32,4%	94,35	24,0%	125,47	26,0%	-63,22
2009	24,24	-22,1%	71,54	-24,2%	95,78	-23,7%	-47,30
2010	27,59	13,8%	66,45	-7,1%	94,04	-1,8%	-38,87
2011	33,38	21,0%	66,69	0,4%	100,07	6,4%	-33,32
2012	35,15	5,3%	62,50	-6,3%	97,66	-2,4%	-27,35
2013	36,26	3,2%	61,15	-2,2%	97,41	-0,3%	-24,89
2014	35,76	-1,4%	62,18	1,7%	97,94	0,5%	-26,43
2015	28,20	-21,1%	47,19	-24,1%	75,39	-23,0%	-18,98
2016(jan-mar)	6,33	-10,4%	11,28	-8,8%	17,50	-9,9%	-4,95
Var. % 2006-2015	34,7%	--	-26,0%	--	-11,0%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

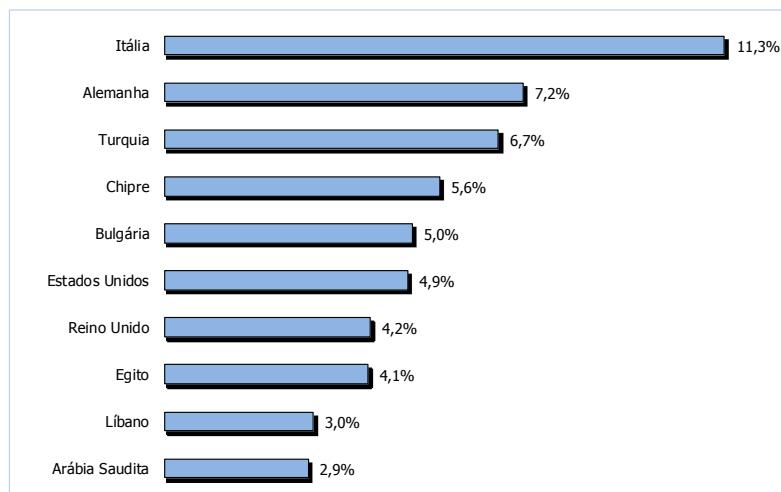


Direção das exportações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2015	Part. % no total
Itália	3,19	11,3%
Alemanha	2,04	7,2%
Turquia	1,90	6,7%
Chipre	1,57	5,6%
Bulgária	1,41	5,0%
Estados Unidos	1,39	4,9%
Reino Unido	1,17	4,2%
Egito	1,16	4,1%
Líbano	0,85	3,0%
Arábia Saudita	0,82	2,9%
...		
Brasil (67ª posição)	0,04	0,1%
Subtotal	15,53	55,1%
Outros países	12,67	44,9%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

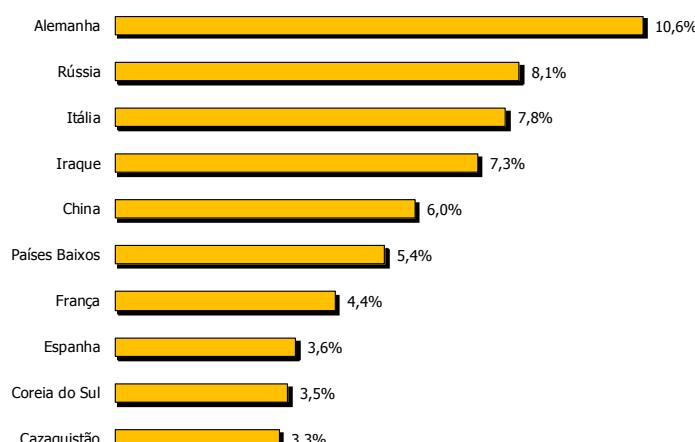


Origem das importações da Grécia
US\$ bilhões

Países	2015	Part.% no total
Alemanha	4,98	10,6%
Rússia	3,82	8,1%
Itália	3,69	7,8%
Iraque	3,43	7,3%
China	2,83	6,0%
Países Baixos	2,55	5,4%
França	2,08	4,4%
Espanha	1,71	3,6%
Coreia do Sul	1,63	3,5%
Cazaquistão	1,55	3,3%
...		
Brasil (46ª posição)	0,12	0,2%
Subtotal	28,38	60,1%
Outros países	18,81	39,9%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

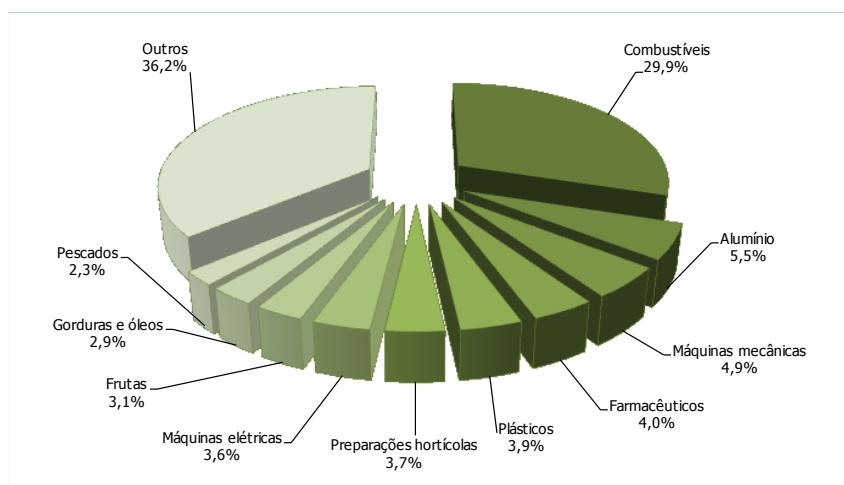


Composição das exportações da Grécia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	8,43	29,9%
Alumínio	1,56	5,5%
Máquinas mecânicas	1,39	4,9%
Farmacêuticos	1,13	4,0%
Plásticos	1,10	3,9%
Preparações hortícolas	1,04	3,7%
Máquinas elétricas	1,03	3,6%
Frutas	0,87	3,1%
Gorduras e óleos	0,83	2,9%
Pescados	0,64	2,3%
Subtotal	18,01	63,8%
Outros	10,20	36,2%
Total	28,20	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

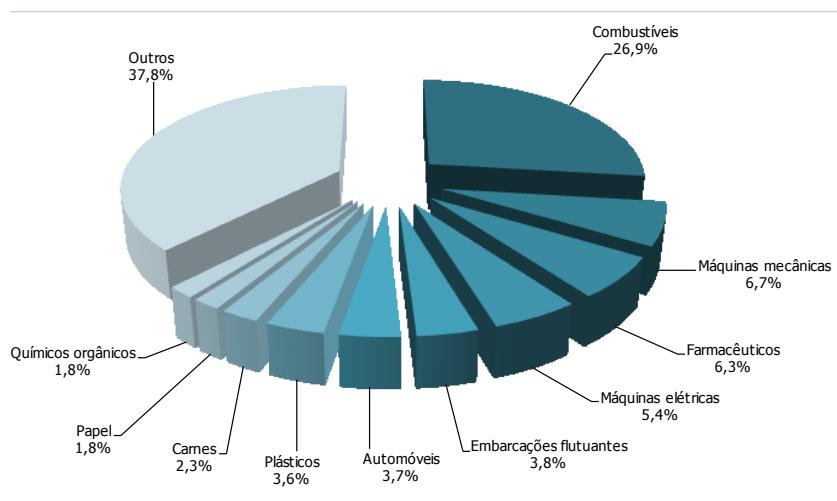


Composição das importações da Grécia
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	12,70	26,9%
Máquinas mecânicas	3,14	6,7%
Farmacêuticos	2,98	6,3%
Máquinas elétricas	2,56	5,4%
Embarcações flutuantes	1,78	3,8%
Automóveis	1,74	3,7%
Plásticos	1,70	3,6%
Carnes	1,10	2,3%
Papel	0,84	1,8%
Químicos orgânicos	0,83	1,8%
Subtotal	29,36	62,2%
Outros	17,82	37,8%
Total	47,19	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

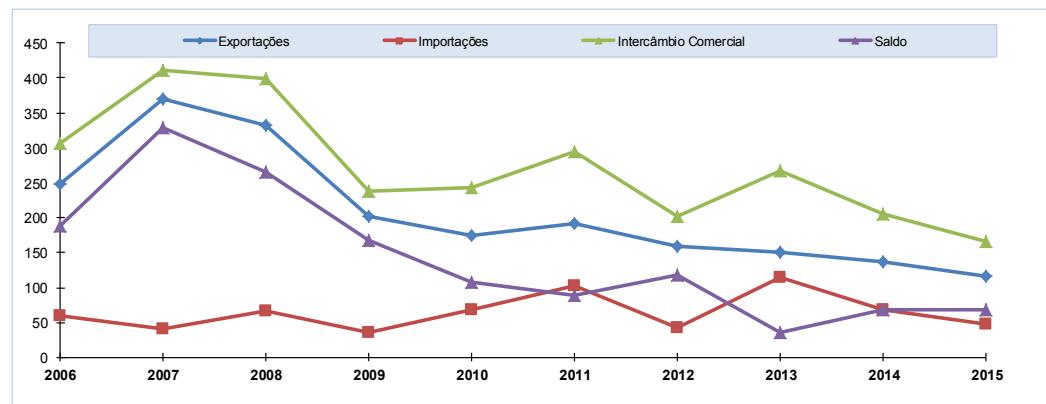
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Grécia
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial				Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil		
2006	247	42,4%	0,18%	59	123,6%	0,06%	307	53,1%	0,13%	188	
2007	370	49,6%	0,23%	41	-30,4%	0,03%	411	34,1%	0,15%	329	
2008	332	-10,3%	0,17%	67	62,1%	0,04%	399	-3,0%	0,12%	265	
2009	203	-38,9%	0,13%	35	-47,7%	0,03%	238	-40,4%	0,08%	168	
2010	175	-13,7%	0,09%	68	94,1%	0,04%	243	2,2%	0,06%	107	
2011	191	9,3%	0,07%	103	52,1%	0,05%	295	21,2%	0,06%	88	
2012	160	-16,6%	0,07%	42	-59,1%	0,02%	202	-31,5%	0,04%	117	
2013	151	-5,1%	0,06%	115	172,8%	0,05%	267	32,1%	0,06%	36	
2014	137	-9,7%	0,06%	68	-40,7%	0,03%	205	-23,1%	0,05%	69	
2015	117	-14,4%	0,06%	48	-29,2%	0,03%	165	-19,3%	0,05%	69	
2016 (jan-jul)	61	-1,2%	0,06%	23	-39,2%	0,03%	84	-15,6%	0,05%	38	
Var. % 2006-2015	-52,7%	--	--	-18,4%	--	--	-46,1%	--	n.c.		

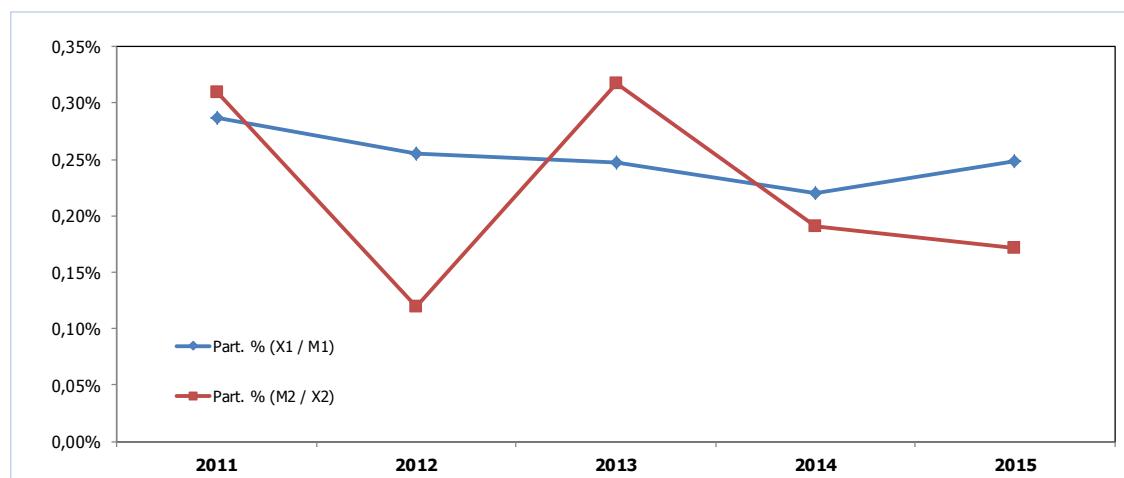
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Grécia
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014-2015
Exportações do Brasil para a Grécia (X1)	191	160	151	137	117	-14,4%
Importações totais da Grécia (M1)	66.692	62.504	61.148	62.181	47.186	-24,1%
Part. % (X1 / M1)	0,29%	0,26%	0,25%	0,22%	0,25%	12,8%
Importações do Brasil originárias da Grécia (M. I.)	103	42	115	68	48	-29,2%
Exportações totais da Grécia (X2)	33.377	35.151	36.262	35.755	28.203	-21,1%
Part. % (M2 / X2)	0,31%	0,12%	0,32%	0,19%	0,17%	-10,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Grécia e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

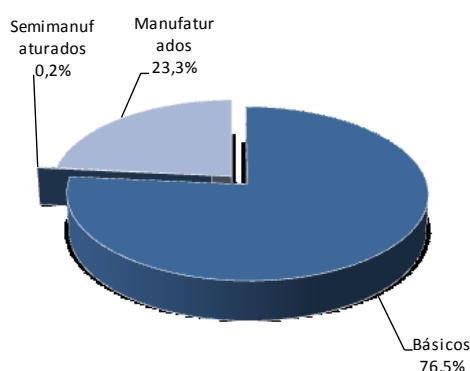


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

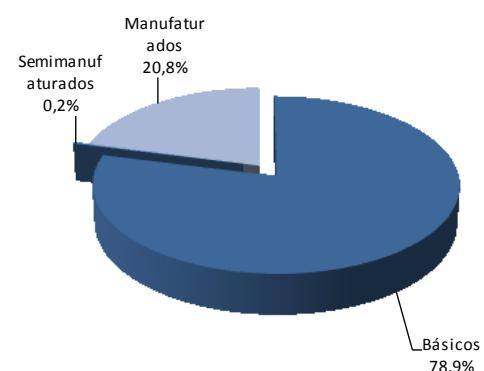
Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

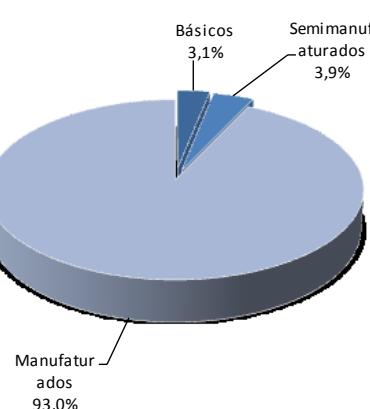


2015

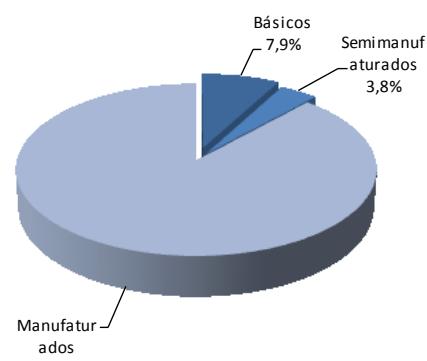


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

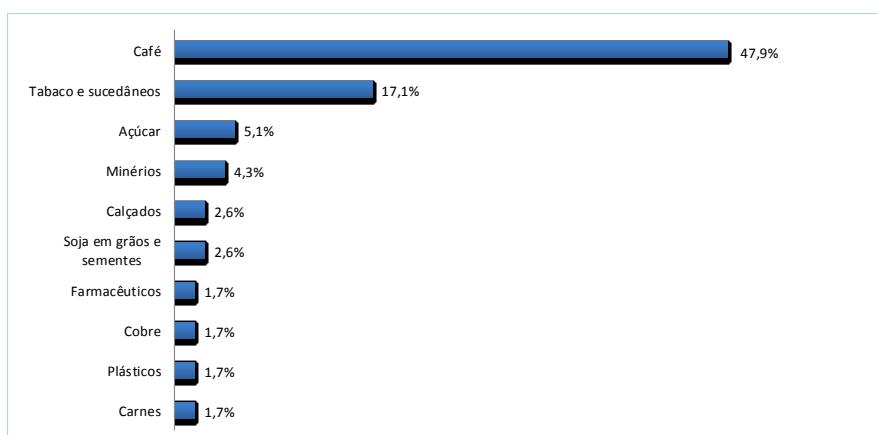
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Grécia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	60	39,3%	59	43,1%	56	47,9%
Tabaco e sucedâneos	22	14,5%	22	16,1%	20	17,1%
Açúcar	29	19,2%	2	1,5%	6	5,1%
Minérios	10	6,6%	10	7,3%	5	4,3%
Calçados	3	2,0%	5	3,7%	3	2,6%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	5	3,7%	3	2,6%
Farmacêuticos	2	1,3%	2	1,5%	2	1,7%
Cobre	0	0,0%	3	2,2%	2	1,7%
Plásticos	0	0,2%	0	0,2%	2	1,7%
Carnes	3	2,0%	1	0,7%	2	1,7%
Subtotal	129	85,1%	109	79,9%	101	86,3%
Outros produtos	23	14,9%	27	20,1%	16	13,7%
Total	151	100,0%	137	100,0%	117	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

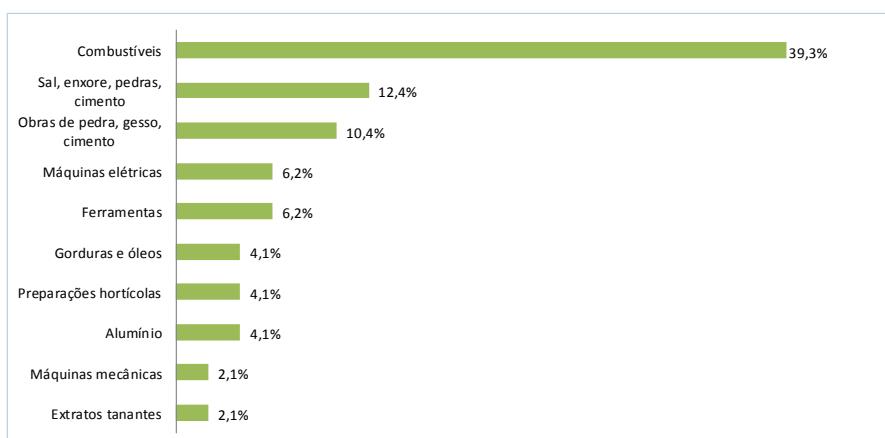


Composição das importações brasileiras originárias da Grécia
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	80	69,5%	0	0,2%	19	39,3%
Sal, enxore, pedras, cimento	4	3,5%	13	19,1%	6	12,4%
Obras de pedra, gesso, cimento	7	6,1%	7	10,3%	5	10,4%
Máquinas elétricas	4	3,5%	6	8,8%	3	6,2%
Ferramentas	5	4,3%	4	5,9%	3	6,2%
Gorduras e óleos	2	1,7%	3	4,4%	2	4,1%
Preparações hortícolas	1	0,4%	2	3,4%	2	4,1%
Alumínio	3	2,6%	2	2,9%	2	4,1%
Máquinas mecânicas	4	3,5%	3	3,8%	1	2,1%
Extratos tanantes	1	0,6%	1	1,1%	1	2,1%
Subtotal	110	95,7%	41	59,8%	44	91,1%
Outros produtos	5	4,3%	27	40,2%	4	8,9%
Total	115	100,0%	68	100,0%	48	100,0%

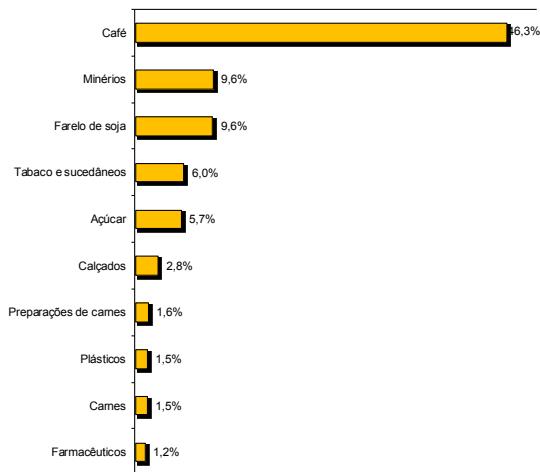
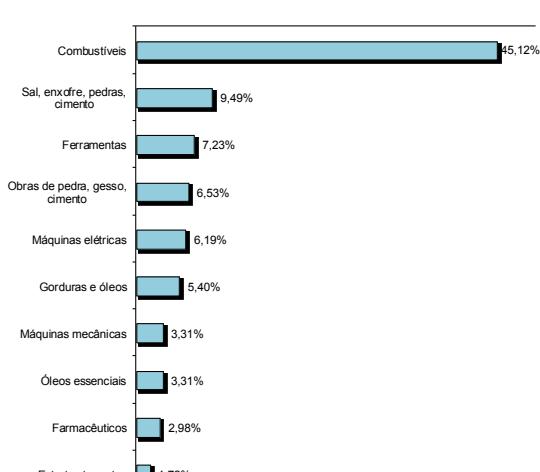
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Café	28,5	46,0%	28,3	46,3%	Café
Minérios	3,0	4,8%	5,9	9,6%	Minérios
Farelo de soja	0,8	1,2%	5,9	9,6%	Farelo de soja
Tabaco e sucedâneos	9,1	14,7%	3,7	6,0%	Tabaco e sucedâneos
Açúcar	1,9	3,0%	3,5	5,7%	Açúcar
Calçados	1,6	2,6%	1,7	2,8%	Calçados
Preparações de carnes	0,8	1,3%	1,0	1,6%	Preparações de carnes
Plásticos	1,3	2,1%	0,9	1,5%	Plásticos
Carnes	1,2	1,9%	0,9	1,5%	Carnes
Farmacêuticos	0,8	1,3%	0,7	1,2%	Farmacêuticos
Subtotal	49,0	79,2%	52,4	85,7%	
Outros produtos	12,9	20,8%	8,7	14,3%	
Total	61,9	100,0%	61,1	100,0%	
Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Combustíveis	19,34	50,9%	10,42	45,1%	Combustíveis
Sal, enxofre, pedras, cimen	4,85	12,8%	2,19	9,5%	Sal, enxofre, pedras, cimento
Ferramentas	1,70	4,5%	1,67	7,2%	Ferramentas
Obras de pedra, gesso, cim	2,83	7,5%	1,51	6,5%	Obras de pedra, gesso, cimento
Máquinas elétricas	2,29	6,0%	1,43	6,2%	Máquinas elétricas
Gorduras e óleos	1,21	3,2%	1,25	5,4%	Gorduras e óleos
Máquinas mecânicas	1,03	2,7%	0,77	3,3%	Máquinas mecânicas
Óleos essenciais	0,12	0,3%	0,77	3,3%	Óleos essenciais
Farmacêuticos	0,00	0,0%	0,69	3,0%	Farmacêuticos
Extratos tanantes	0,50	1,3%	0,40	1,7%	Extratos tanantes
Subtotal	33,86	89,2%	21,08	91,3%	
Outros produtos	4,11	10,8%	2,01	8,7%	
Total	37,97	100,0%	23,09	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

2^a PARTE - DELIBERATIVA - LEITURA DE

4

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 98, de 2016 (Mensagem nº 535, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.*

RELATOR: Senador **EDISON LOBÃO**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR é filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, tendo nascido a 2 de setembro de 1959, em Santos/SP.

O diplomata em questão ingressou no Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro-Secretário em 1982. Foi promovido a Segundo-

Secretário em 1986; a Primeiro-Secretário, em 1995; a Conselheiro em 2000; e a Ministro de Segunda Classe, em 2005. Em 1989 obteve o “Diploma in Economics” da *London School of Economics* (LSE). Em 2005, foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, com a tese “A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos”.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e em outros ministérios, destacam-se as de Chefe da Divisão de Inteligência Comercial (2001-2002); Coordenador-Geral do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2002), Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (2005 a 2007); Assessor Especial do Ministério das Minas e Energia (2010-2013) Assessor do Ministério do Esporte (2013-2015) e Chefe da Divisão da Ásia Central (2015-2016). No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres, por duas vezes (1986-1989 e 1993-1996), na Embaixada em Pretoria (1996-2000) e na Embaixada em Havana (2007-2010).

O diplomata em apreço foi agraciado com a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Grande Oficial (2010).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre a República de Santo Tomé e Príncipe.

A República de São Tomé e Príncipe tem área de aproximadamente 1001 km² e conta com população de cerca de 194.344 mil habitantes. Seu PIB nominal é de US\$ 337 milhões e seu PIB per capita é de US\$ 1.734. A expectativa de vida, em dados de 2014, é de 66,5 anos e os índices de alfabetização e de desemprego são de 91,75% (Unesco, 2015) e 13% (FMI, est. 2015), respectivamente. A comunidade brasileira estimada vivendo em São Tomé e Príncipe é de 70 pessoas.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty dá conta de que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o Brasil possa proporcionar, por meio de projetos de cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização de São Tomé e Príncipe. A cooperação técnica hoje existente refere-se a (i) minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas; (ii) instituições fortalecidas pela formação e

capacitação do quadro técnico; (iii) suporte na aquisição de equipamentos a serem utilizados em capacitações e melhorias na infraestrutura; (iv) internalização de políticas públicas nas áreas objeto da cooperação; (v) melhoria direta na qualidade de vida da sociedade, no que se refere à profissionalização, geração de renda e segurança alimentar.

Atualmente, a pauta de cooperação em execução compreende os seguintes principais projetos:

- Centro de Formação Profissional, cujas instalações foram construídas pelo SENAI – Pernambuco, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e que constitui, segundo alguns analistas, o maior empreendimento de cooperação com São Tomé e Príncipe nos últimos dez anos. O Centro, por meio de cursos de curta duração, já formou mais de 800 alunos, entre bombeiros hidráulicos, eletricistas, confeiteiros, panificadores, soldadores, serralheiros e outros.

- Apoio ao Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe – Componente Política Habitacional e Metodologias não convencionais de Construção: projeto que pretende contribuir com o desenvolvimento urbano do país, mediante transferência de conhecimento para o estabelecimento de uma política nacional de habitação, com o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional ajustada à realidade local.

- Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe: o projeto pretende apoiar a estruturação do programa de controle da Tuberculose de São Tomé e Príncipe, de forma sustentável. Entre outras ações, o projeto pretende contribuir para a descentralização do diagnóstico e tratamento da doença, ampliando o seu alcance.

Ademais dos projetos acima, o Brasil coopera com São Tomé e Príncipe em matéria de defesa, tendo a Marinha brasileira ali instalado um Núcleo de Missão Naval, com o objetivo de, por meio de treinamento de oficiais e estruturação do poder naval, capacitar o país para ações de combate a atividades ilegais em suas águas jurisdicionais. O sumário executivo encaminhado pelo Itamaraty ressalta que São Tomé e Príncipe ocupa posição estratégica no Golfo da Guiné, área de onde provém parte substancial das importações brasileiras de petróleo e que é afetada pela pirataria, o que ressalta a grande importância do arquipélago no contexto geopolítico do Atlântico Sul e na defesa dos interesses brasileiros.

No que diz respeito à cooperação educacional, cabe assinalar as ações desenvolvidas por delegação de docentes da Universidade de Minas Gerais (UFMG) na recém-criada Universidade de São Tomé e Príncipe. Além disso, o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, inaugurado em 2008, é um dos principais instrumentos da política cultural brasileira no país, com cerca de cem alunos frequentando, a cada semestre, cursos de português para estrangeiros.

No tocante a empréstimos e financiamentos oficiais, o Contrato de Reestruturação da Dívida de São Tomé e Príncipe com o Brasil, no valor de aproximadamente US\$ 4,3 milhões, foi aprovado em 2013 por Resolução do Senado Federal. Ocorre, entretanto, que o governo de São Tomé e Príncipe, sob a alegação de que a crise econômica internacional teria fragilizado as finanças do país, recusou-se a assinar o contrato. Em março de 2014, o governo santomense solicitou oficialmente ao Brasil uma nova renegociação, com pedido de perdão total da dívida ou, alternativamente, seu reescalonamento em 25 anos. Entretanto, a opção de perdão total não é possível de acordo com a legislação brasileira e o reescalonamento em 25 anos foi considerado demasiado longo.

No tocante ao comércio bilateral, este cresceu 11,2% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 790 mil para US\$ 880 mil. Em 2015, a corrente de comércio obteve significativo aumento de 31,0% em relação ao ano de 2014. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil, tendo sido os seguintes os principais produtos de exportação brasileira para São Tomé e Príncipe em 2015: preparações alimentícias de carne de bovino e de outros animais; açúcar; e preparações de cereais. O Brasil importou de São Tomé e Príncipe em 2015 principalmente obras de pedra e máquinas mecânicas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5

Relatório de gestão
República Democrática de São Tomé e Príncipe
Embaixador José Carlos de Araújo Leitão

Tendo completado quatro anos na Chefia da Missão em São Tomé, apresento, a seguir, o solicitado resumo do relatório de minha gestão nesse período, que tem representado, para mim, inestimável oportunidade de aperfeiçoamento profissional e pessoal.

2. São Tomé e Príncipe (STP) é um país muito interessante e mais ligado ao Brasil do que, à distância, se possa imaginar. STP possui um Governo democraticamente eleito e vive em relativa paz social. Entretanto, sua situação econômica é frágil, sendo o país bastante dependente da ajuda financeira externa.

3. Estrategicamente localizado onde passa a linha do Equador, o arquipélago de São Tomé e Príncipe é dotado de singular e relevante posição geopolítica em relação ao Golfo da Guiné. Nessas circunstâncias, não seria demais afirmar que STP tem indiscutível importância para a segurança marítima do Atlântico Sul.

4. O país desfruta também de inequívoca vocação para plataforma de comércio de bens e serviços, desde que se concretize a construção de um porto de águas profundas, mais do que necessário para o seu desenvolvimento. Há, a propósito, estudos realizados pelo Prof. Roberto Gianetti da Fonseca, renomado economista e consultor da FIESP, que propõem a elevação de STP a "hub logístico", com reflexos para toda a região. STP será outro país quando tais planos saírem do papel.

5. O Brasil exerceu influência direta em dois dos principais ciclos econômicos da história santomense: a primeira de forma negativa, em tempos coloniais, quando o açúcar brasileiro, de melhor qualidade, melhor produtividade e melhor preço, provocou o desaparecimento dos engenhos de cana-de-açúcar de São Tomé e seu posterior deslocamento para o nordeste

brasileiro; o segundo, de maneira positiva, quando baianos introduziram no país a bem-sucedida cultura do cacau. O Barão de Água-Izé, que na segunda metade do século XIX foi notável proprietário de fazendas e considerado uma das maiores autoridades científicas mundiais em matéria de cacau, era neto de baianos.

6. Nos duzentos anos durante os quais foram relegadas ao ostracismo pelo colonizador português, as ilhas transformaram-se em mero entreposto de escravos destinados ao Brasil. Passou-se aqui algo digno de registro: ao contrário da ilha de Gorée, no Senegal, em São Tomé tratou-se muito mais de uma preparação da mão-de-obra para o trabalho a que eram destinados. Assim, quando do retorno à África, alguns ex-escravos no Brasil preferiam regressar a São Tomé, ao invés de voltar a seus países de origem. Muitos desses, versados em novas técnicas de cultivo, vieram a enriquecer com a economia do cacau.

7. No presente, STP enfrenta situação econômica difícil, agravada pela crise internacional iniciada em 2008 e sem data para terminar. Como país pobre, embora promissor em certos segmentos, STP vive muito exposto às ações de países mais desenvolvidos. STP tem vasto histórico de projetos que são elaborados com inegável rigor e competência, mas que não chegam a ser implementados. Durante meu período de trabalho neste país sempre busquei promover, principalmente com a Embaixada de Portugal e o PNUD, ação coordenada visando a evitar a superposição de esforços entre órgãos cooperantes. Além das Nações Unidas, STP desenvolve intensa cooperação com Portugal, Brasil e Angola, segundo as autoridades locais os "parceiros preferenciais" do país.

8. Por vezes, tive a impressão de que os países desenvolvidos não conseguem perceber a realidade de um país como São Tomé e Príncipe. Suíça e Bélgica, aqui representados, seguem

no interesse pelo comércio da matéria-prima de seus afamados chocolates. Muito lamentado, aliás, nos meios locais, foi o fechamento da Embaixada da França nesta capital, em 2015. A cooperação francesa remontava aos primórdios da independência santomense e produziu bons resultados, visíveis até hoje.

9. O Brasil, por sua vez, tem dos problemas enfrentados por este país uma visão mais acurada, de quem em algum momento também os enfrentou até muito recentemente, ou ainda enfrenta. Por isso mesmo, a cooperação brasileira, o maior dos pilares da atividade desta Embaixada, tem tido uma preocupação mais estruturante, na medida em que seus projetos visam sempre à capacitação dos gestores locais, de forma a garantir a sua continuidade e auto-gestão. Exemplo do que afirmo, são os extraordinariamente bem-sucedidos projetos na área de educação.

10. A questão educacional uniu o Brasil a São Tomé e Príncipe, desde o início do período da independência na exemplar figura do pedagogo Paulo Freire. O educador brasileiro é um mito em STP. O atual Presidente, Manuel Pinto da Costa, foi seu amigo pessoal e é grande admirador de sua obra pedagógica. Na qualidade de difusor do método de alfabetização para adultos, como consultor da UNESCO, Paulo Freire passou longas temporadas em STP pós-independência e chegou a morar no modestíssimo distrito de Monte Mário, ao sul da ilha. Deixou aqui razoável número de instrutores formados, a fim de disseminarem seu método. Até hoje o professor pernambucano é alvo de justas homenagens em STP, sendo sempre citado pelos cidadãos santomenses que o conheceram.

11. Inspirado no referido método e nos ensinamentos de Paulo Freire, é válido destacar que o êxito alcançado em STP levou o projeto de alfabetização solidária (ALFASOL) a ser considerado pela UNESCO como modelo de cooperação nessa

área. O Brasil financiou praticamente toda a alfabetização de jovens e adultos nas ilhas e STP assumiu sozinho essa atividade, a partir do segundo semestre de 2012. O projeto foi responsável pela alfabetização de cerca de dez mil santomenses. Em março de 2012, por ocasião de minha chegada ao posto, ainda pude testemunhar o êxito do aludido projeto, naquela época já em fase final de avaliação. Tal iniciativa, aliada aos Programas de Estudantes - Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG); ao Projeto de capacitação de 50 professores santomenses, de Português e Matemática, das ilhas de São Tomé e Príncipe, realizado, em Fortaleza, em 2012, sob a coordenação do Prof. Hélio Barros (MEC/Governo do Ceará); e ao Programa de Implementação de Alimentação Escolar em STP, fazem da educação uma das principais áreas de atuação da cooperação brasileira.

12. O Projeto de Implementação da Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe, a propósito, constitui exemplo muito significativo da multiplicidade de abrangência da cooperação brasileira: esse projeto contou com uma coordenadora designada pelo governo brasileiro, com residência em STP, a nutricionista Raquel Mara Teixeira, que aqui permaneceu até outubro de 2014. A fase atual é de consolidação dos projetos da cooperação, que busca fundamentalmente dar capacidade ao governo santomense de oferecer merenda nas escolas. Inaugurei, ao longo desses quatro anos, cantinas em mais de uma região e coordenei a entrada de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O projeto em apreço também é um dos marcos da cooperação brasileira em STP na área de educação.

13. Outra esfera importante de atuação da cooperação brasileira é a da saúde. Ao lado da cooperação em matéria de educação, é a área da saúde a que adquire mais visibilidade. No meu período em São Tomé, cresceu muito a cooperação visando ao combate da tuberculose. O "know-how" brasileiro nesse setor é muito respeitado pelas autoridades sanitárias de STP. Devo muito ao Ministério da Saúde do Brasil, que tem levado adiante tais iniciativas e, no caso específico da

tuberculose, devo ressaltar o trabalho aqui desenvolvido pela Sra. Rosália Maia, grande entusiasta do projeto de apoio à luta contra a tuberculose. Merece ainda registro a construção ora em andamento do laboratório de diagnóstico da tuberculose, cujo prédio penso ainda vir a inaugurar no meu período em STP. Após sua conclusão, passaremos então à tarefa de equipá-lo para atender as necessidades da população local. Cabe salientar igualmente os avanços ocorridos no combate à malária, outrora um grave problema no país, hoje bem mais controlado, não obstante recentes surtos aqui observados. Paralelamente à cooperação brasileira, ressalte-se, nesse sentido, a bem-sucedida presença da cooperação de Taiwan.

14. Outra tradicional vertente da cooperação brasileira em STP tem sido, ainda mais no passado do que propriamente no presente, a agricultura. Com base no Projeto de Apoio ao Setor da Agricultura para o Desenvolvimento da Extensão Rural em STP, a Universidade Federal de Viçosa e a EMATER/MG desenvolveram de 2002 a 2012 atividades de cooperação na área rural. Um dos objetivos principais foi preparar pequenos agricultores das localidades onde foram incrementados os pilotos da merenda escolar para que pudessem fornecer diretamente alimentos para as escolas.

15. Merece registro, ainda, o projeto de cooperação para a implementação do Programa Nacional de Extensão Rural - PRONER. A Universidade Federal de Viçosa, além do PRONER, elaborou projeto de cooperação tendo por base o resultado de vários anos de cooperação com STP e a publicação, por professores daquela universidade, de estudo sobre a agricultura local.

16. Vale realçar, a propósito, que as esperanças de uma mais efetiva presença da EMBRAPA nesses últimos quatro anos em STP se frustraram. Sempre insisti, mas nunca foram levadas muito em consideração minhas persistentes observações a

respeito. Tanto a EMBRAPA quanto a CEPLAC são instituições que muito teriam a contribuir para o processo de revitalização da lavoura cacauícola, um dos setores mais promissores da economia santomense. As crises administrativas, pelas quais passou a EMBRAPA em período recente, dificultaram certamente a concretização de planos que foram esboçados quando de minha visita ao órgão, em 2011, antes de assumir a Embaixada em São Tomé.

17. A cooperação técnica brasileira atingiu patamar ainda mais elevado quando da inauguração, em 22 de maio de 2014, do Centro de Formação Profissional do SENAI, que levou em consideração as características da economia local. Para tanto, foi selecionado o SENAI de Pernambuco. Designado por aquela instituição, o referido Centro tem sido administrado, com diligência e eficiência, pelo Dr. Marconi Firmino da Silva. O Centro em apreço já formou mais de uma centena de alunos, que cursaram com êxito seus cursos profissionalizantes. O Centro de Formação Profissional é o maior empreendimento da cooperação brasileira em São Tomé e Príncipe em todos os tempos.

18. Sob os auspícios da Polícia Federal brasileira, desenvolve-se em São Tomé importante projeto de reciclagem da Polícia de Investigação Criminal (PIC). Foram realizados quatro módulos de capacitação previstos, que objetivaram a formação de pessoal especializado em áreas de atuação da PIC. O grupo da Polícia Federal do Brasil ministrou, nas diferentes ocasiões, aulas teóricas e práticas com exercícios educativos, simulação e desenvolvimento de habilidades na área da defesa pessoal. A parceria executora cabe ao Departamento da Polícia Federal do Brasil e ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos de STP. O projeto em apreço foi dos mais bem aceitos e assimilados em São Tomé durante minha permanência no posto. Aguarda-se a realização de um quinto módulo, ainda no semestre em curso.

19. Outro projeto na área de cooperação de inequívoca magnitude foi aquele intitulado: "São Tomé e Príncipe Plural:

sua gente, sua história, seu futuro - ações programáticas em Comunicação e Cultura". Finalizado recentemente, visou ao apoio técnico-funcional e ao intercâmbio cultural, de modo a promover a troca de conhecimentos acerca da comunicação e de suas funcionalidades, especificamente em relação às emissoras de TV e rádio locais. O objetivo foi o de estabelecer rotinas de treinamento nas práticas com a reflexão a respeito do papel da comunicação como elemento integrador do ponto de vista social, levando em conta as práticas culturais vigentes em São Tomé e Príncipe. No curso do projeto, foi instalado o Núcleo de Comunicação e Cultura (NCC), espaço e laboratório de tecnologia da informação e comunicação, no então Instituto Superior Politécnico (ISP), posteriormente incorporado à Universidade (USTP). Dessa forma, verificou-se a relevância da criação do NCC, que trouxe vitalidade às ações de capacitação tanto dos profissionais envolvidos, como de diferentes segmentos da população, especialmente os jovens, constituindo-se numa ação inovadora do projeto. A parceria executiva pela parte brasileira coube à Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Ministério da Educação, Cultura e Ciência, pela parte santomense.

20. Projeto de inegável envergadura e muito bem aceito nos meios locais tem sido aquele referente à cooperação naval Brasil-São Tomé e Príncipe. Esboçado desde os primeiros meses de minha gestão, resultado de conversações entre autoridades dos dois países, o projeto em apreço é de singular relevância tendo em vista os desafios de segurança marítima pelos quais passam os países do Golfo da Guiné, entre eles STP. A pirataria internacional e o contrabando são problemas reais a serem enfrentados por um país que possui apenas uma Guarda Costeira precariamente equipada. Assim, a Marinha do Brasil tem notável papel a cumprir neste país. Desde 2014, STP acolhe um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), comandado por um oficial fuzileiro naval (capitão de fragata). A experiência repetiu-se em 2015 (GATII) e em 2016 (GATIII), que chegou recentemente. O GAT, ademais, teve desde o seu

início o objetivo de treinar e capacitar pessoal militar e formou as primeiras turmas de fuzileiros navais santomenses. Em maio de 2015, instalou-se o Núcleo da primeira Missão Naval brasileira em STP, que desde então subordina o GAT. Auguro que os trabalhos aqui realizados pela Marinha do Brasil conduzam à futura instalação da Adidância Naval, à semelhança do que já ocorreu em Cabo Verde, a partir de 2014.

21. No que diz respeito à área cultural, o Brasil tem hoje uma presença marcante em São Tomé e Príncipe, em razão da existência desde março 2008 do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, que se tornou polo importante de manifestações culturais neste país, muito favorecido pelo fato de abrigar o melhor e mais bem equipado auditório desta capital. Em um país que ainda não dispõe de cinema regular, é fácil entender a importância que assumem as sessões semanais de filmes brasileiros (para crianças e adultos). A esse respeito, gostaria de expressar meu agradecimento a todos os colegas do Departamento Cultural, que nunca me faltaram com seu inestimável apoio.

22. As atividades culturais diversificadas tiveram a partir desta Embaixada efeito multiplicador e ajudaram a divulgar o nome do Brasil, aproximando a Embaixada da comunidade local. As festas juninas realizadas nos anos de 2012, 2013 e 2015, por exemplo, tornaram-se um êxito absoluto e hoje o evento faz parte do calendário de festas da cidade.

23. Ao verificar, logo na chegada, a baixa qualidade de músicas brasileiras veiculadas pelas emissoras de rádio locais, propus ao radialista Gil Vaz, que na Rádio Jubilar é quem comanda o programa "Espaço Brasil", produzir, eu próprio, programas em homenagem a grandes vultos da música popular brasileira. Assim, após a realização de vinte e cinco programas do gênero e do relativo êxito por eles alcançados, sou levado a registrar também tal iniciativa, como esforço

pessoal meu em prol da melhoria do nível das músicas brasileiras aqui divulgadas. O formato do programa é simples. Seleciono doze sucessos do artista em tela e, nos intervalos entre as músicas, converso com o mencionado radialista e faço comentários sobre as canções escolhidas e a trajetória do artista homenageado na ocasião. Por absoluta falta de tempo, não me tem sido possível estabelecer periodicidade mais regular dos programas. Eles são planejados com alguma antecedência, mas sempre sujeitos a acertos de agenda.

24. A cooperação bilateral e o conjunto de atividades levadas a efeito pelo setor cultural são, na verdade, os dois grandes pilares da Embaixada. A cooperação começou antes mesmo de sua instalação. A Embaixada foi inaugurada pelo então Presidente Lula, em novembro de 2003. A Missão em São Tomé foi, aliás, a primeira das Embaixadas abertas (ou reabertas) na era Lula na Presidência da República, ainda no primeiro ano de governo. O Centro Cultural, que se tornou referência na cidade, tem procurado estimular os notórios laços históricos e artísticos que unem a música popular, a dança, as artes plásticas e a literatura dos dois países.

25. O acompanhamento dos fatos políticos e econômicos em STP se faz de forma desafiante, uma vez que no momento há um único jornal digital. A única emissora de televisão é estatal e expressa o que o mundo oficial quer ver divulgado. O Embaixador do Brasil em São Tomé precisa conversar muito com seus pares do Corpo Diplomático, com os poucos formadores de opinião disponíveis e com o povo em geral para formar seu pensamento sobre o cotidiano do país. Vale registrar, ainda, a importância da relevância política de alguns eventos aqui realizados, sob a égide da CPLP. Exemplo disso, foi a reunião de cúpula dos Ministros da Defesa da CPLP, em 26 de maio de 2015, que trouxe a São Tomé o então Ministro da Defesa do Brasil, Sr. Jaques Wagner, e comitiva.

26. Ao finalizar o presente resumo de relatório de gestão, não posso deixar de assinalar a bem-sucedida visita realizada pelo

Embaixador Mauro Vieira a São Tomé, em 29 de março de 2015, no primeiro trimestre de sua gestão, em seu primeiro périplo africano, na qualidade de Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Na ocasião, entrevistou-se com o Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, com o Primeiro-Ministro Patrice Trovoada e com seu homólogo, o Ministro de Negócios Estrangeiros e Comunidades, Embaixador Manuel Salvador dos Ramos, entre outros.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 98, DE 2016

(nº 535/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Página da matéria

Mensagem nº 535

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os méritos do Senhor Vilmar Rogeiro Coutinho Junior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de outubro de 2016.

EM nº 00346/2016 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 620 - C. Civil.

Em 10 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR

CPF.: 238.617.381-04

ID.: 8124 MRE

1959 Filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, nasce em Santos-SP, em 2 de setembro

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|--|
| 1982 | Curso de Preparação á Carreira de Diplomata – CPCD do Instituto Rio Branco |
| 1989 | "Diploma In Economics" da "London School of Economics" - LSE, Londres - Reino Unido |
| 1990 | XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD do Instituto Rio Branco - IRBr |
| 2005 | XLIX Curso de Altos Estudos - CAE do do Instituto Rio Branco - IRBr do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com a dissertação "A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos" |

Cargos:

- | | |
|------|----------------------------|
| 1982 | Terceiro-Secretário |
| 1986 | Segundo-Secretário |
| 1995 | Primeiro-Secretário |
| 2000 | Conselheiro |
| 2005 | Ministro de Segunda Classe |

Funções:

- | | |
|-----------|---|
| 1983-84 | Divisão do Oriente Próximo I |
| 1984-86 | Embaixada em Argel |
| 1986-1989 | Embaixada em Londres |
| 1989-93 | Divisão de Agricultura e Produtos de Base |
| 1993-96 | Embaixada em Londres |
| 1996-2000 | Embaixada em Pretoria |
| 2000-01 | Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior |
| 2001-02 | Divisão de Inteligência Comercial, Chefe |
| 2002 | Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Coordenador-Geral |
| 2003-05 | Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI |
| 2005-07 | Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, Chefe |
| 2007-10 | Embaixada em Havana, Ministro Conselheiro |
| 2010-13 | Ministério das Minas e Energia, Assessor Especial |
| 2013-15 | Ministério do Esporte, Assessor |
| 2015-16 | Divisão da Ásia Central, Chefe |
| 2016 | Departamento do Serviço Exterior |

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 2010 | Ordem de Rio Branco - Grande Oficial, do Ministério das Relações Exteriores |
|------|---|

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

NOME OFICIAL:	República Democrática de São Tomé e Príncipe
----------------------	--

GENTÍLICO:	Santomense ou são-tomense
CAPITAL:	São Tomé
ÁREA:	1001 km ²
POPULAÇÃO:	194.344 habitantes (BM, 2015)
IDIOMA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (55,7%), Adventistas (4,1%), Assembleia de Deus (3,4%), Nova Apostólica (2,9%), Maná (2,3%), Universal do Reino de Deus (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional; Parlamento unicameral, composto por 55, eleitos por círculos eleitorais, para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Manuel Pinto da Costa (desde set/2011) Presidente Evaristo Carvalho (a partir de set/2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Patrice Trovoada (desde nov/2014)
CHANCELER:	Manuel Salvador dos Ramos (desde nov/2014)
PIB NOMINAL (2015):	US\$ 337 milhões
PIB PPP (2015):	US\$ 594 milhões
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.734
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 3.056
VARIAÇÃO DO PIB (BM):	4,5% (2014), 4,2% (2013), 4,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,555 (143 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	66,5 anos
ALFABETIZAÇÃO:	91,75% (UNESCO, est. 2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	13% (FMI, est. 2015)
UNIDADE MONETÁRIA:	dobra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Carlos Agostinho das Neves (em Nova York)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há algo em torno de 70 brasileiros residentes em São Tomé e Príncipe

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (US\$ mil FOB) - fonte: MDIC									
Brasil → STP	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	2.149,9	1.212,6	5.719	956,9	962,1	522,9	810,6	674,7	882
Exportações	2.149,9	1.204,5	5.719	956,9	960,2	521,8	805,5	671,9	880,2
Importações	0	8,1	0	0	1,9	1,1	5,1	2,8	1,8
Saldo	2.149,9	1.196,4	5.719	956,9	958,2	520,7	800,4	669,1	883,8

Informação elaborada em 24/8/2016, por Cosmo Ferreira Filho. Revisada por Vanessa Dolce de Faria, em 24/8/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS



MANUEL PINTO DA COSTA
Presidente (até 3 de setembro de 2016)

Manuel Pinto da Costa nasceu em 5 de agosto de 1937. É economista e jurista.

Após importante participação na luta pela independência do país, quando integrou o Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), Pinto da Costa foi Presidente, entre 1975 e 1991. Durante seu governo, o primeiro após a independência, foi instituído sistema socialista unipartidário.

Em 1991, deixa o poder e convoca as primeiras eleições multipartidárias do país. Disputa, sem sucesso, as duas eleições seguintes (1996 e 2001).

Em 2011, vinte anos depois de ter deixado o poder, Manuel Pinto da Costa foi eleito Presidente da República. Embora tenha se apresentado como candidato independente, contou com o apoio de seu antigo partido o MLSTP e do PCD - Partido da Convergência Democrática.



EVARISTO CARVALHO
Presidente eleito (posse em 3 de setembro de 2016)

Nascido em 1942, desempenhou diversas funções políticas de relevo em São Tomé e Príncipe.

Entre as funções por ele desempenhadas, destacam-se: Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro do Governo de Transição (1974-1975); Chefe de Gabinete do Presidente da República (1975-1976); membro da Assembleia, como parlamentar de 1975 a 1992; Ministro de Transportes e Comunicações (1978-1980); Procurador-Geral da República (1986-1989); Secretário-Geral da Presidência da República (1991-1992); Ministro da Defesa e Ordem Interna (1992-1994); Primeiro-Ministro em duas ocasiões, em 1994 e 2001; e Presidente da Assembleia Nacional (após ter sido líder da bancada do ADI), entre 2010 e 2012.

Em 2011, saiu derrotado das eleições presidenciais, vencidas pelo atual Presidente Manuel Pinto da Costa. Venceu as eleições presidenciais de 2016. A posse está prevista para 3 de setembro de 2016.

**PATRICE ÉMERY TROVOADA*****Primeiro-Ministro***

Nascido em Libreville (Gabão) em 18 de março de 1962, Patrice Trovoada é economista. Filho do ex-Presidente Miguel Trovoada, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de set/2001 a fev/2002.

Após ocupar altas funções durante as presidências de seu pai (1991-2001) e de Fradique de Menezes (2001-2011), exerceu a Primatura do país entre fevereiro e junho de 2008. Em 2010, voltou ao cargo, onde permaneceu até dez/2012, quando o Parlamento votou moção de censura contra o seu governo, levando à sua dissolução.

Em nov/2014, volta a ocupar o cargo de primeiro-ministro, ao emergir das eleições legislativas de out/2014 como líder incontestado da ADI (Ação Democrática Independente), partido agora majoritário no Parlamento.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Presidente Lula esteve duas vezes em São Tomé e Príncipe, em 2003 (visita bilateral) e 2004 (Cimeira da CPLP). O Presidente Fradique de Menezes visitou o Brasil em agosto de 2005. O ex-Chanceler Carlos Tiny visitou o Brasil por duas vezes, em janeiro de 2009 e fevereiro de 2010. O ex-Primeiro-Ministro Rafael Branco, visitou o País em março de 2009.

O então Ministro Mauro Vieira realizou, em março de 2015, visita oficial a São Tomé e Príncipe, no contexto do seu primeiro périplo por países africanos (Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul e Angola). A visita cumpriu o propósito principal de retomar os contatos bilaterais de alto nível. A última visita bilateral entre os dois países havia ocorrido em 2010, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros santomense, Carlos Tiny, realizou visita de trabalho ao Brasil.

1. Cooperação Técnica

As frequentes manifestações das autoridades locais relativas ao Brasil revelam que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o país possa proporcionar, por meio da cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização santomense.

De modo geral, os resultados positivos alcançados pela cooperação referem-se a: (i) minutas de leis e levantamento de dados destinados à elaboração de políticas públicas; (ii) instituições fortalecidas pela formação e capacitação do quadro técnico; (iii) suporte na aquisição de equipamentos a serem utilizados em capacitações e melhorias na infraestrutura; (iv) internalização de políticas públicas nas áreas objeto de cooperação; (v) melhoria direta na qualidade de vida da sociedade, no que se refere à profissionalização, geração de renda e segurança alimentar.

Atualmente, a pauta de cooperação em execução é de quatro projetos, merecendo destaque:

- Centro de Formação Profissional: as instalações do Centro foram inauguradas em mai/2014. Construído, pelo SENAI - Pernambuco, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, constitui, para alguns analistas, o maior empreendimento de um país cooperante com STP nos últimos dez anos. O Centro, através de cursos de curta duração, já formou mais de 800 alunos, entre bombeiros hidráulicos, eletricistas, confeiteiros, panificadores, soldadores, serralheiros e outros.

- Apoio ao Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe - Componente Política Habitacional e Metodologias não-convencionais de Construção: O projeto pretende contribuir com o desenvolvimento urbano do país, mediante transferência de conhecimento para o estabelecimento de uma política nacional de habitação, com o estabelecimento de critérios para estruturação da legislação habitacional ajustada à realidade local.

- Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe: o projeto pretende apoiar a estruturação do Programa de Controle da Tuberculose de São Tomé e Príncipe, de forma sustentável. Entre outras ações, o projeto pretende contribuir para a descentralização do diagnóstico e tratamento da doença, ampliando seu alcance.

O Governo santomense tem afirmado em entrevistas à imprensa e em reuniões bilaterais a importância e o diferencial da cooperação praticada pelo Brasil em relação à cooperação técnica recebida de outros parceiros. O Governo local ressalta como diferencial da cooperação brasileira a forma solidária, ética e participativa de atuação do Brasil, ao colaborar para a apropriação do conhecimento transferido e para o fortalecimento das instituições locais.

2. Cooperação em Defesa

São Tomé e Príncipe ocupa posição estratégica no Golfo da Guiné, área de onde provém boa parte das importações brasileiras de petróleo e que é afetada por ações de pirataria, o que ressalta a grande importância do arquipélago no contexto geopolítico do Atlântico Sul e na defesa dos interesses brasileiros.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil estabeleceu, em novembro de 2014, o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, com o objetivo de apoiar a formação de militares, por meio de cursos e treinamentos, e auxiliar na organização e na estruturação da Guarda Costeira do país. O Núcleo é a principal iniciativa de cooperação em Defesa em curso hoje. O período previsto de funcionamento do Núcleo é de seis anos e, a depender das necessidades, poderá incorporar maior quantidade de militares, bem como ter sua permanência prorrogada.

São Tomé e Príncipe é o terceiro país africano a contar com Núcleo de Missão Naval da Marinha do Brasil (depois de Namíbia e Cabo Verde). O apoio às Marinhas dos referidos países africanos, sobretudo por meio de treinamento de oficiais e estruturação do poder naval, é parte do empenho brasileiro em capacitá-los para ações de combate a atividades ilegais em suas águas jurisdicionais. A cooperação naval se insere, ainda, no interesse do Brasil em contribuir para a coesão entre os países da ZOPACAS.

A presença da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe faz crescer a dimensão brasileira no Atlântico Sul. A capacitação oferecida aos fuzileiros santomenses equipara a cooperação brasileira àquelas tradicionalmente oferecidas ao país por EUA e Portugal – este o único a possuir adidância residente.

3. Cooperação Educacional

Registra-se forte participação de São Tomé e Príncipe em cursos de graduação no Brasil, embora seja ainda modesta participação no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Desde 2001, foram 358 estudantes santomenses que participaram do PEC-G e 13 do PEC-PG. O governo santomense já manifestou interesse em que os estudantes de graduação que terminem o curso, no âmbito do PEC-G, prossigam seus estudos de pós-graduação no Brasil. As regras do programa, contudo, exigem que os estudantes retornem ao seu país de origem e lá permaneçam por 2 anos antes de se candidatarem ao PEC-PG.

Após encontro entre o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada (que retomou a Primatura em 2014), e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2009, foi intensificada a cooperação entre os dois países para a formação de professores. Nesse contexto, o Programa Linguagem das Letras e dos Números (PLLN - CAPES/MEC) treina professores de matemática e de língua portuguesa da educação básica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A partir de 2014, a Embaixada em São Tomé passou a ser posto aplicador do exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros entre outros 5 postos na África.

No âmbito do Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional, delegação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu, em 2015, ações de incentivo à mobilidade internacional de docentes e discentes da UFMG e da recém-criada Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP). Foram feitos acompanhamentos de planejamentos pedagógicos e avaliações do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) da USTP (antiga Escola de Formação de Professores - EFOPE), e atividades da Direção do Ensino Básico. Com o objetivo de promover a formação de leitores no ciclo escolar, foram doados cerca de 500 livros de literatura infantil para a Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe. A delegação da UFMG ministrou, ainda, curso de capacitação com o tema “Formação de Professores em Literatura Infantil”. Participaram 52 educadores, professores do ensino básico da rede pública, funcionários da Biblioteca Nacional, estudantes e

professores dos cursos de Língua Portuguesa e de Educação Básica da Universidade de São Tomé e Príncipe.

4. Cooperação Cultural

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP) – o Centro Cultural, inaugurado em 2008, é um dos principais instrumentos da política brasileira cultural no país. Cerca de cem alunos frequentam, a cada semestre, cursos de português para estrangeiros, preparatórios para o CELPE-Bras e para o exame de admissão da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), entre outros. O Centro Cultural organiza ainda, exibições de filmes brasileiros, exposições de artes plásticas, eventos gastronômicos, oficinas e apresentações teatrais. O CCBSTP conta com a Biblioteca Cecília Meireles, que atendeu 2,7 mil usuários em 2015.

Leitorado

Desde 2009, o Ministério das Relações Exteriores mantém leitores brasileiros em atividade no Instituto Politécnico Nacional, em São Tomé. Desde 2014, a função é desempenhada pela professora Eliane de Oliveira, cujas aulas são frequentadas por cerca de 50 alunos.

5. Cooperação Humanitária

Em 2013, o Governo brasileiro, com amparo na Lei 12.429/2011 – que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional – realizou a doação de 180 toneladas de alimentos (arroz, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em assistência alimentar a São Tomé e Príncipe.

Ainda naquele ano, foi realizada a doação de medicamentos em apoio emergencial ao país, após requisição do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais em virtude de dificuldades nos estoques para controle da tuberculose em São Tomé e Príncipe. Em caráter de cooperação humanitária, foram doados: 36.000 comprimidos de Rifa+Isso+Piraz+Etamb (150+75+400+275mg) e 72.000 comprimidos de Rifampicina+Isoniazida (150+75mg). As doações totalizaram 112kg de medicamentos.

6. Investimentos

O Banco Central não possui registro de investimentos brasileiros em São Tomé e Príncipe, tampouco de investimentos de São Tomé e Príncipe no Brasil.

As dimensões reduzidas da economia santomense, bem como as deficiências da sua infraestrutura (sobretudo no tocante à capacidade instalada de geração de energia elétrica), são elementos inibidores dos investimentos brasileiros naquele país.

São Tomé e Príncipe tem a perspectiva de se tornar produtor de petróleo e gás natural, a partir de reservas localizadas em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ou na Zona de Desenvolvimento Conjunto (compartilhada com a Nigéria, na bacia do Golfo da Guiné). Caso essa possibilidade venha a concretizar-se, as perspectivas econômicas do país melhoram substancialmente.

Ademais, São Tomé e Príncipe tem grande interesse na construção de porto de águas profundas que, além de se oferecer como ponto comercial estratégico para o país e o Golfo da Guiné, será especialmente importante ao turismo de cruzeiros, hoje muito limitado.

A ilha do Príncipe, em função de seu estatuto de autonomia, vem gerindo com alguma eficácia o problema específico da proteção de quelônios (tartarugas), bem como a questão geral das políticas de meio ambiente. A região defende uma clara opção de desenvolvimento sustentável.

7. Assuntos consulares

A capital (cidade de São Tomé) abriga a quase totalidade da comunidade brasileira no país – cerca de 70 pessoas.

A Rede consular do Brasil em São Tomé e Príncipe é composta tão-somente pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil.

Não há necessidade de realizar consulados itinerantes em São Tomé, tanto pela distância de locomoção, como também pela absoluta ausência de nacional brasileiro na ilha de Príncipe, que dista 150 km da ilha de São Tomé. Nesta está localizada a capital do país e a maioria da população do arquipélago.

8. Empréstimos e financiamentos oficiais

O Contrato de Reestruturação de Dívida de São Tomé e Príncipe com o Brasil, cujo valor é da ordem de US\$ 4,3 milhões, foi aprovado em 2013 por Resolução do Senado Federal. Submetido à parte santomense, porém, o Contrato de Reestruturação da Dívida nunca chegou a ser assinado, tendo a autorização legislativa expirado em 2014 sem que tenha sido possível dar início à execução do acordado. A justificativa das autoridades santomenses para deixar de assinar o Contrato foi a de que a crise econômica internacional e a redução do volume de donativos teriam fragilizado ainda mais as finanças do país.

Em março de 2014, o Governo santomense solicitou oficialmente ao Brasil uma nova renegociação, com pedido de perdão total da dívida ou, alternativamente, seu reescalonamento para 25 anos, com 5 anos de graça e 20 de amortização.

A opção de perdão total não é possível de acordo com a legislação brasileira, e o reescalonamento em 25 anos foi considerado demasiadamente longo. O Governo brasileiro indicou à parte santomense que segue à disposição para dar continuidade às negociações. O Governo brasileiro tem encontrado dificuldades no estabelecimento de contato regular com as autoridades santomenses sobre o assunto.

POLÍTICA INTERNA

1. Panorama Político

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) governou o país, em regime de partido único, entre 1975 e 1991, quando se realizaram as primeiras eleições multipartidárias. Os partidos expressivos no cenário político atualmente são MLSTP, o Partido de Convergência Democrática, a Ação Democrática Independente (ADI) e o Movimento Democrático Força de Mudança. Candidatos independentes são autorizados a participar nas eleições legislativas e presenciais (que ocorrem a cada 5 anos), permitida uma única reeleição. As últimas eleições presenciais foram vencidas pelo candidato independente Manuel Pinto da Costa, com apoio do MLSTP e do PCD, que fora o presidente do país no período entre 1975 e 1991.

O sistema semipresidencialista não goza de apreço unânime. Cogitou-se, em determinado momento, de plebiscito para alterar o sistema de governo para o presidencialista. No entanto, não se logrou o necessário consenso na matéria.

Em 2012, iniciou-se episódio de crise institucional, quando o Parlamento votou moção de censura contra o PM Patrice Trovoada (atual Primeiro-Ministro), ocasionando a dissolução de seu governo. Diante da intransigência da ADI (partido majoritário no parlamento) em sugerir outro nome para substituir Trovoada, o MLSTP indicou Gabriel Costa (Primeiro-Ministro em 2002) para o cargo de Primeiro-Ministro.

Em outubro de 2014, realizaram-se eleições legislativas no país, e foi exatamente o ex-Primeiro-Ministro Patrice Trovoada quem capitaneou a vitória da ADI nas referidas eleições. O partido conseguiu 60% dos assentos na Assembléia Nacional, e Patrice Trovoada reassumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

Em julho e agosto deste ano realizaram-se eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe, que tiveram como candidatos: Manuel Pinto da Costa, atual Presidente da República; Evaristo Carvalho, candidato do partido do governo (ADI); Maria das Neves (MLSTP-PSD), vice-Presidente da Assembleia Nacional e ex-Primeira-Ministra; o economista e ex-Ministro Hélder Barros; e o professor Manuel do Rosário.

O primeiro turno das eleições foi discordâncias entre os três principais concorrentes na disputa eleitoral (Manuel Pinto da Costa, Evaristo de Carvalho, e Maria das Neves) marcado por quanto à lisura na apuração dos votos. Nesse contexto, a disputa eleitoral ganhou contornos judiciais, com a apresentação de recursos de impugnação do resultado (que indicava vitória apertada do candidato Evaristo Carvalho, que teria obtido 50,14% dos votos) ao Supremo Tribunal de Justiça daquele país.

Embora o Tribunal tenha impugnado liminarmente os pedidos de impugnação, houve recontagem dos votos (os votos da localidade de Maria Luísa, no distrito de Lembá, e os da diáspora não tinham sido levados em conta nos “resultados provisórios”), que indicou a necessidade de realização de segundo turno, com os candidatos Manuel Pinto da Costa e Evaristo Carvalho.

Manuel Pinto da Costa, contudo, considerou que não existiam “condições objetivas e subjetivas” para participar do segundo turno, até que fossem restabelecidas as condições para a realização de eleições “verdadeiramente livres, justas e transparentes como sucede nos Estados de direito democrático”. Nesse sentido, decidiu por não seguir na disputa eleitoral, o que, na prática, fez que o segundo turno se tornasse um referendo a confirmar a vitória de Evaristo Carvalho.

2. Poder Legislativo

O Poder Legislativo em STP é exercido por um parlamento unicameral (Assembleia Nacional), composto por 55 deputados, eleitos por círculos eleitorais (7 ao todo), por votação direta, no sistema proporcional, para mandatos de 4 anos.

Conforme o texto constitucional santomense, os deputados “representam todo o povo, e não apenas os círculos eleitorais por que são eleitos”.

Entre outras competências, a Assembleia Nacional procede à revisão constitucional, faz leis, concede anistias, aprova o Orçamento Geral do Estado, toma as contas do Estado relativas a cada ano econômico, propõe ao Presidente da República a exoneração do Primeiro-Ministro; e vota moções de confiança e de censura ao Governo.

POLÍTICA EXTERNA

O Governo santomense dedica especial esforço à atração de recursos externos que subsidiem o desenvolvimento do país ou que remedeiem lacunas orçamentárias. O país tem seu orçamento suprido diretamente por parceiros de desenvolvimento (Banco Mundial, Portugal, Taiwan – que STP reconhece como Estado desde 1997).

O perfil de sua inserção internacional vem modificando-se nos últimos anos por dois motivos: (i) sua localização estratégica no coração do Golfo da Guiné, região de crescente importância global em razão das reservas de petróleo; e, sobretudo, (ii) a descoberta de reservas de petróleo no próprio mar territorial do país e em zona de exploração compartilhada com a Nigéria.

Em foros multilaterais, STP advoga propostas que garantam recursos para construção, manutenção ou aprimoramento de infraestruturas e apoio ao desenvolvimento.

Estados Unidos

Os EUA reforçaram sua política no país – sobretudo no que tange à presença militar – no contexto das descobertas petrolíferas e da frequência de atos criminosos naquela região. Nesse sentido, desenvolvem cooperação com São Tomé e Príncipe no campo do patrulhamento naval, a fim de fortalecer a proteção de sua zona marítima contra ataques e ameaças de piratas e traficantes internacionais. Por exemplo, os EUA apoiaram o Ministério da Defesa santomense na instalação de um sistema de radar que permite o monitoramento da navegação costeira entre o país e o continente africano.

Europa

Mais de 80% das exportações santomenses são absorvidas pelo mercado europeu, notadamente o polonês, francês, belga e espanhol. Por outro lado, Portugal é responsável por quase 70% de tudo que é importado por São Tomé e Príncipe. No plano da cooperação, Portugal também se mantém como um dos principais fornecedores de financiamentos e de doações ao país.

Em dezembro de 2015, São Tomé e Príncipe firmou com a União Europeia novo programa de cooperação bilateral, que prevê o aporte de 28 milhões de euros, que deverá ser disponibilizado para financiar o orçamento geral do Estado santomense ao longo dos próximos 5 anos. O programa de cooperação pretende estimular o desenvolvimento sustentável do país, com ênfase no abastecimento de água potável às populações carentes e na dinamização dos setores agrícolas e de

energia. O vultoso aporte financeiro gerou grande expectativa nos meios locais, pois mais de 90% do orçamento do Estado santomense provêm da ajuda externa.

Taiwan e China

São Tomé e Príncipe reconhece, desde 1997, Taiwan como Estado soberano. Desde então, a cooperação taiwanesa tem sido notável no país, sobretudo nas áreas de saúde e infraestrutura.

O Governo chinês cortou relações diplomáticas com São Tomé e Príncipe em razão do reconhecimento de Taiwan como Estado soberano. Nos últimos anos, porém tem havido uma reaproximação entre os dois países. Em outubro de 2013, por exemplo, São Tomé e Príncipe retomou as relações comerciais com a China, que abriu escritório de representação comercial na capital santomense. Em junho de 2014, o atual Presidente santomense esteve em Pequim, em visita de caráter privado.

Pela garantia de investimentos em duas frentes, analistas veem como correta a estratégia de reaproximação com a China, mantidos os laços diplomáticos com Taiwan.

África

No contexto africano, Angola e Nigéria destacam-se como os principais parceiros econômicos do país. Com a Nigéria, São Tomé e Príncipe mantém zona comum de exploração de petróleo, com alguns resultados concretos, monitorados pela Autoridade Conjunta Nigéria/ São Tomé e Príncipe. Angola, porém, continua sendo o destino internacional preferencial para políticos e empresários santomenses em busca de cooperação e parceiros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo dados do FMI a economia de São Tomé e Príncipe tem vivenciado longo ciclo de crescimento e, assim, em 2015, o país completou vinte e cinco anos consecutivos de expansão. Nessas condições, o país logrou crescimento de 4,7% em 2011 e, em 2012, a expansão observada foi de 4,4% muito em função do bom desempenho do setor de construção civil, mineração e do turismo.

O aumento nos fluxos de investimento estrangeiro direto e na despesa pública propiciou condições para que, no biênio seguinte, a economia continuasse exibindo vitalidade, tendo crescido 4,0% em 2013 e de 4,5% em 2014. Também

contribuiu para o bom desempenho da economia o avanço em projetos de infraestrutura e o bom desempenho do setor de serviços.

Em 2015 a economia de São Tomé e Príncipe terá alcançado expansão de 4,0%, conforme estimativa do FMI. A última avaliação do Fundo sugere que a economia santomense deverá apresentar crescimento de 5% em 2016. Essa expansão deverá encontrar amparo no reforço do investimento público e dos fluxos de investimento estrangeiro direto no segmento turístico, bem como na recuperação da produção de cacau (principal produto exportado pelo país).

Em julho de 2015, o FMI aprovou, em favor de São Tomé e Príncipe, uma nova linha de crédito para apoiar o programa econômico de médio prazo, no valor de aproximadamente US\$ 7 milhões. O Fundo alertou, na ocasião, para a necessidade de consolidar o crescimento em nível mais elevado e socialmente inclusivo. Apontou, assim, para a conveniência de prosseguir em reformas importantes, tais como a melhoria da arrecadação fiscal e reforço do sistema financeiro, tendo por pano de fundo a manutenção da prudência orçamental e a necessidade de reduzir debilidades no balanço de pagamentos.

Inflação

Em parte devido à paridade da moeda santomense com o euro, em vigor de 2010, São Tomé e Príncipe vem mantendo a inflação sob controle. Se, em 2011, a inflação alcançou a marca de 14,3%, desde 2012, seus números vêm caindo sucessivamente: 10,6% (2012), 8,1% (2013), 7% (2014) e 4% (2015).

Comércio Exterior

Entre 2006 e 2015, as exportações santomenses registraram crescimento de 275%, passando de US\$ 3,9 milhões, no primeiro ano da série histórica, para atingir o nível de US\$ 14,6 milhões, em 2015.

Quanto ao destino, foram os seguintes os principais mercados para as exportações de São Tomé e Príncipe, em 2015: Polônia (23,1% de participação no total); França (17,8%); Bélgica (17,8%) e Espanha (12,4%). O Brasil foi apenas 42º mercado de destino para as exportações santomenses.

No que tange à composição da oferta, a pauta exportável mostra preponderância de produtos da cacaucultura. Com efeito, o cacau respondeu por quase 70% do total exportado pelo país em 2015.

O exame da pauta exportada aponta, por conseguinte, para a conveniência de esforços voltados à necessária diversificação e enriquecimento da base econômica do país. A este respeito, alguns analistas sinalizam para eventuais ganhos de competitividade decorrentes de maior investimento em logística e infraestrutura; em promoção do turismo receptivo e do agronegócio; no incremento das atividades pesqueiras e da aquicultura. Estes setores são considerados de fundamental importância para o crescimento sustentável e a criação de empregos.

No que tange às importações, foram os seguintes os principais supridores externos de São Tomé e Príncipe: Portugal (68,6% de participação no total geral); China (8,5%); Países Baixos (2,7%); e Hong Kong (2,1%). O Brasil foi o 11º principal fornecedor de São Tomé e Príncipe, detendo participação de 0,9% sobre o total importado por este país.

No que diz respeito à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos da importação santomense, em 2014: bebidas (9,2%); máquinas elétricas (9,1%); máquinas mecânicas (8%).

Os resultados da balança comercial são estruturalmente negativos. Em 2015, o déficit santomense em transações comerciais de bens somou US\$ 78,3 milhões.

Comércio bilateral

Entre 2006 e 2015 o comércio bilateral do Brasil com São Tomé e Príncipe cresceu 11,2%, passando de US\$ 790 mil, para US\$ 880 mil. Em 2015, a corrente de comércio obteve significativo aumento de 31,0% em relação ao ano de 2014. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil e, nos últimos três anos, foram de: US\$ 800 mil (2013); US\$ 670 mil (2014); e US\$ 880 mil (2015).

Foram os seguintes os principais produtos da exportação brasileira para São Tomé e Príncipe, em 2015: i) preparações alimentícias de carne de bovino e de outros animais; ii) açúcar; e iii) preparações de cereais.

Por outro lado, também em 2015, os principais produtos importados pelo Brasil foram: i) obras de pedra; e ii) máquinas mecânicas.

Investimentos

São Tomé e Príncipe oferece oportunidades para investimentos brasileiros, em especial na área de reconstrução e preservação do patrimônio arquitetônico, com eventual exploração por rede hoteleira com expertise em turismo rural. Nesse contexto, o Governo de São Tomé e Príncipe declarou interesse em atrair investimentos brasileiros para a recuperação das “roças”, antigas

unidades produtivas que, em seu conjunto de mais de cem estabelecimentos, representam um dos maiores patrimônios arquitetônicos lusotropicais.

O próprio conjunto urbano também necessita de intervenção e revitalização, no sentido de se preservarem as marcas históricas da civilização luso-africana e seu potencial turístico. Além disso, o campo das linhas aéreas oferece possibilidades interessantes de investimento, não só em ligações diretas entre o Nordeste brasileiro e a Cidade Capital São Tomé (em provável escala a outro destino africano ou mesmo europeu), como entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, cujos voos hoje são monopolizados por empresa que mantém modestos aviões para poucos passageiros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc XVI - Colonização pelos portugueses

1951 - Província ultramarina de Portugal

1960 - Formação do grupo nacionalista que se transformou no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de orientação marxista

1974 - Governo português, após Revolução dos Cravos, reconhece o direito à independência e o MLSTP como interlocutor legítimo

12 de julho de 1975 - Independência. Manuel Pinto da Costa (MLSTP) torna-se Presidente, e Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro

1979 - Miguel Trovoada é preso, acusado de tentativa de golpe

Década de 1980 - País afasta-se do bloco comunista e declara-se não alinhado

1990 – Nova constituição estabelece multipartidarismo

1991 – Primeiras eleições multipartidárias. O MLSTP-PSD perde a maioria parlamentar. Miguel Trovoada elege-se presidente

1995 – Trovoada é derrubado e preso pelas Forças Armadas. Depois de pressões dos doadores internacionais, é reconduzido à Presidência

1996 – Trovoada reeleito Presidente

1998 – Guilherme Posser da Costa (MLSTP-PSD) é nomeado Primeiro-Ministro

Julho de 2001 – Fradique de Menezes elege-se Presidente

Março de 2002 – O MLSTP vence as eleições parlamentares. Fradique de Menezes indica Gabriel Costa (MLSTP-PSD) Primeiro-Ministro, formando governo de coalizão

Julho de 2003 – Golpe militar. Fradique de Menezes, então na Nigéria, retorna ao país uma semana depois, após acordo com os militares, todos anistiados

Março de 2007 – O BM e o FMI perdoam 90% (US\$ 360 milhões) da dívida do país

Maio de 2008 – Parlamento aprova moção de desconfiança ao Governo. Gabinete de Trovoada é desfeito

Janeiro de 2009 – O Presidente Fradique de Menezes ameaça renunciar ao cargo após acusações de perseguir adversários políticos e causar instabilidade no país

Dezembro de 2012 – Moção de censura contra o PM Patrice Trovoada

Dezembro de 2012 – Gabriel Costa é indicado ao cargo de Primeiro-Ministro

Outubro de 2014 – Ação Democrática Independente (ADI) vence as eleições legislativas. Patrice Trovoada reassume o cargo de Primeiro-Ministro.

Agosto de 2016 – Evaristo Carvalho (ADI) vence as eleições presidenciais (posse em set/2016)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 2000** - Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Rafael Branco (novembro)
- 2002** - Visita ao Brasil do PR Fradique de Menezes, para Cúpula da CPLP (agosto)
- 2003** - Decreto cria a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, até então o único Estado-membro da CPLP no qual o Brasil não mantinha missão diplomática residente (março)
- 2003** - Visita oficial do PR Lula a São Tomé e Príncipe (novembro)
- 2004** - Visita do PR Lula a São Tomé e Príncipe, para Cúpula da CPLP (julho)
- 2005** - Visita de trabalho ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Ovídio Pequeno (agosto)
- 2005** - Visita Oficial ao Brasil do PR Fradique de Menezes (agosto)
- 2006** - Visita ao Brasil do PR da Comissão Nacional Eleitoral de São Tomé e Príncipe, para acompanhar as eleições brasileiras; e da PR do Supremo Tribunal de Justiça daquele país (outubro/novembro)
- 2007** - Visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Gustavo dos Anjos (março)
- 2007** - Brasil concede linha de crédito no valor de US\$ 5 milhões a São Tomé e Príncipe, para aquisição de alimentos e produtos de primeira necessidade no mercado brasileiro (dezembro)
- 2008** - Visita do Ministro Celso Amorim a São Tomé (maio)
- 2008** - Visita de Missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal a São Tomé e Príncipe (maio)
- 2009** - Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Tiny (janeiro)
- 2009** – Visita oficial ao Brasil do PM Joaquim Rafael Branco (março)
- 2009** – Visita a São Tomé do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (março)
- 2010** – Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Carlos Tiny (Fevereiro)
- 2012:** Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Manuel Salvador dos Ramos por ocasião da Rio+20 (junho)
- 2015:** Visita do Ministro Mauro Vieira a São Tomé (março)

ACORDOS BILATERAIS

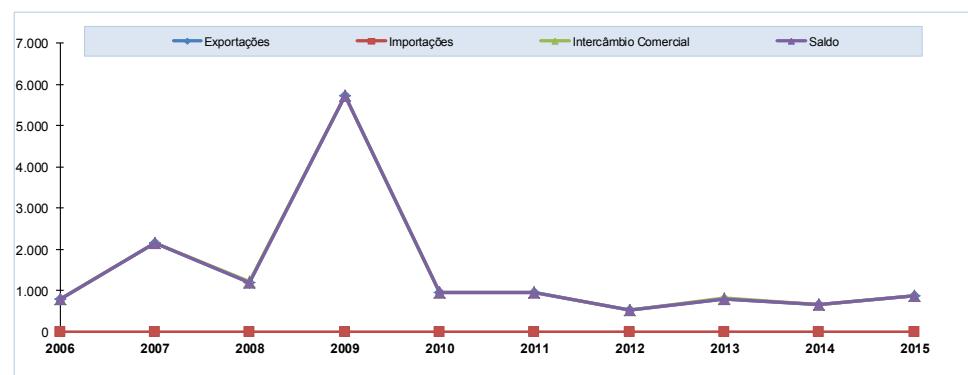
Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência	Vigor Internacional	Publicação (D.O.U.)
Acordo Cultural	26/06/1984	Em Vigor	27/06/1991	12/11/1991
Acordo Geral de Cooperação	26/06/1984	Em Vigor	20/01/1992	10/03/1992
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	26/06/1984	Em Vigor	21/12/1987	22/04/1988
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	Em Vigor bilateralmente <i>(situação especial)</i>	17/9/2003 <i>(data da notificação santomense)</i>	10/7/2003 <i>(publicação do Decreto Legislativo 329)</i>
Acordo de Cooperação Esportiva	02/11/2003	Em Vigor	2/11/2003	30/12/2003

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	791	9,1%	0,00%	3,140	-97,0%	0,00%	795	-4,3%	0,00%	788
2007	2.150	171,6%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	2.150	170,6%	0,00%	2.150
2008	1.205	-44,0%	0,00%	8.067	n.a.	0,00%	1.213	-43,6%	0,00%	1.196
2009	5.720	374,9%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	5.720	371,7%	0,00%	5.720
2010	957	-83,3%	0,00%	0,000	n.a.	0,00%	957	-83,3%	0,00%	957
2011	960	0,3%	0,00%	1.915	n.a.	0,00%	962	0,5%	0,00%	958
2012	522	-45,7%	0,00%	1.101	-42,5%	0,00%	523	-45,7%	0,00%	521
2013	806	54,4%	0,00%	5.068	360,3%	0,00%	811	55,0%	0,00%	800
2014	672	-16,6%	0,00%	2.816	-44,4%	0,00%	675	-16,8%	0,00%	669
2015	882	31,3%	0,00%	1.809	-35,8%	0,00%	884	31,0%	0,00%	880
2016 (jan-jul)	606	16,5%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	606	16,1%	0,00%	606
Var. % 2006-2015	11,4%	--		-42,4%	--		11,2%	--		n.c.

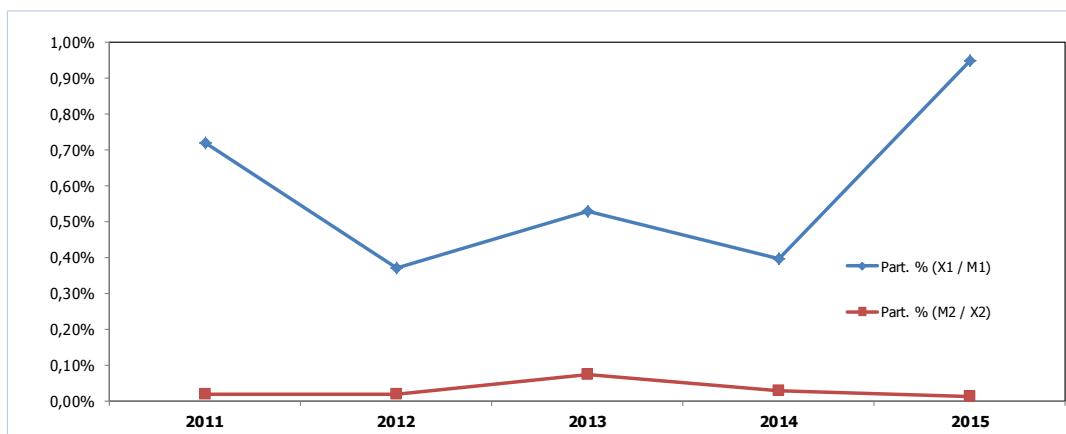
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio de São Tomé e Príncipe
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014/2015
Exportações do Brasil para São Tomé e Príncipe (X1)	0,96	0,52	0,81	0,67	0,88	31,3%
Importações totais de São Tomé e Príncipe (M1)	133,7	141,3	152,1	169,7	92,9	-45,3%
Part. % (X1 / M1)	0,72%	0,37%	0,53%	0,40%	0,95%	139,8%
Imports. do Brasil origin. de São Tomé e Príncipe (N)	0,0019	0,0011	0,0051	0,0028	0,0018	-35,8%
Exportações totais de São Tomé e Príncipe (X2)	11,0	6,0	6,9	10,5	14,6	38,8%
Part. % (M2 / X2)	0,02%	0,02%	0,07%	0,03%	0,01%	-53,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SCECE/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
n.a. Não aplicável.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de São Tomé e Príncipe e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

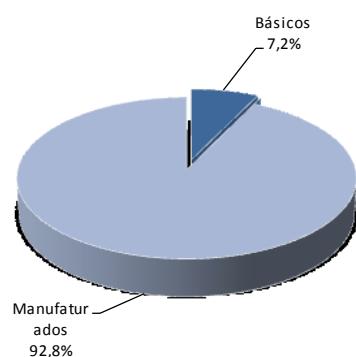


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014



2015



Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

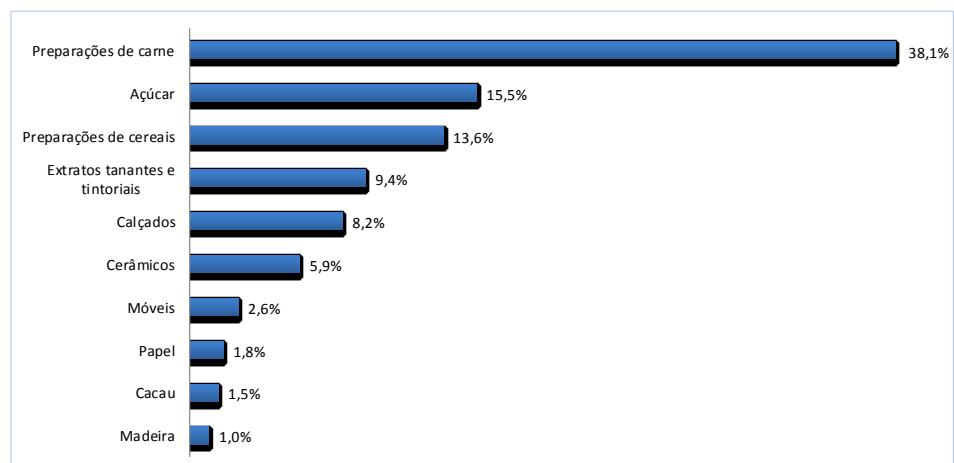
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carne	260,7	32,4%	85,9	12,8%	335,7	38,1%
Açúcar	59,8	7,4%	19,8	2,9%	136,3	15,5%
Preparações de cereais	0,0	0,0%	32,9	4,9%	120,4	13,6%
Extratos tanantes e tintoriais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	83,1	9,4%
Calçados	95,6	11,9%	52,8	7,9%	72,2	8,2%
Cerâmicos	46,6	5,8%	0,0	0,0%	51,9	5,9%
Móveis	18,8	2,3%	58,5	8,7%	22,6	2,6%
Papel	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15,5	1,8%
Cacau	0,0	0,0%	0,0	0,0%	13,1	1,5%
Madeira	12,6	1,6%	0,0	0,0%	8,8	1,0%
Subtotal	494,1	61,3%	249,9	37,2%	859,5	97,4%
Outros produtos	311,4	38,7%	422,1	62,8%	22,5	2,6%
Total	805,5	100,0%	672,0	100,0%	882,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

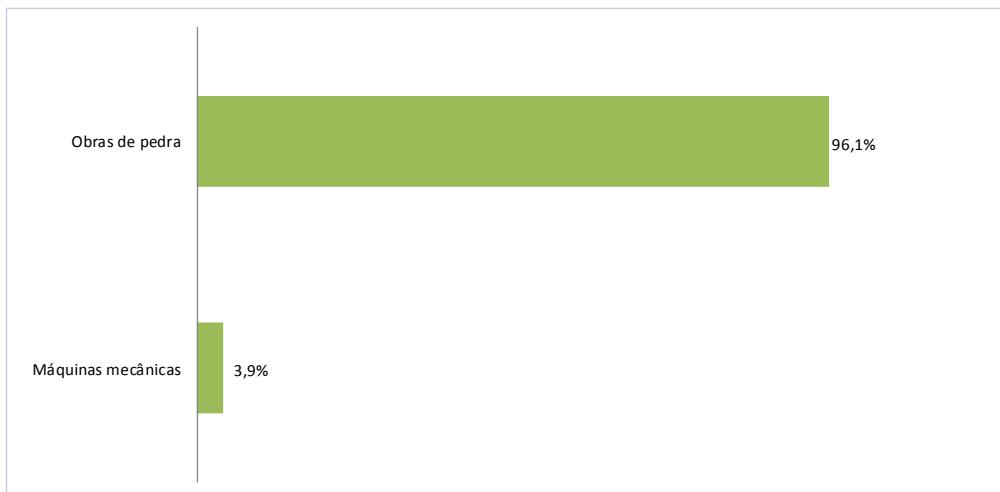


Composição das importações brasileiras originárias de São Tomé e Príncipe
US\$

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Obras de pedra	0	0,0%	0	0,0%	1.739	96,1%
Máquinas mecânicas	0	0,0%	2.816	100,0%	70	3,9%
Máquinas elétricas	4.474	88,3%	0	0,0%	0	0,0%
Obras de ferro ou aço	594	11,7%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	5.068	100,0%	2.816	100,0%	1.809	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	5.068	100,0%	2.816	100,0%	1.809	100,0%

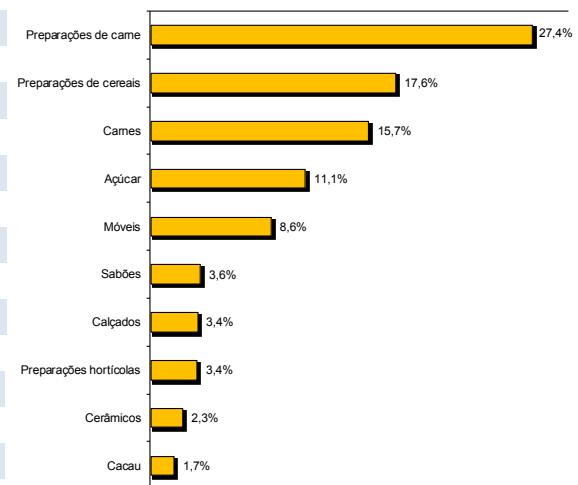
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015

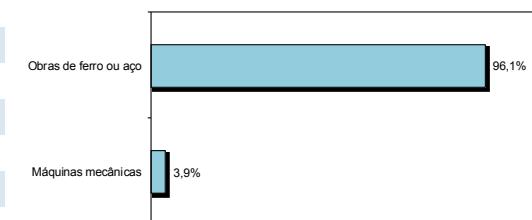


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Preparações de carne	217	41,7%	166	27,4%	Preparações de carne
Preparações de cereais	107	20,6%	107	17,6%	Preparações de cereais
Carnes	0	0,0%	95	15,7%	Carnes
Açúcar	90	17,3%	67	11,1%	Açúcar
Móveis	0	0,0%	52	8,6%	Móveis
Sabões	0	0,0%	22	3,6%	Sabões
Calçados	34	6,6%	20,4	3,4%	Calçados
Preparações hortícolas	0	0,0%	20,3	3,4%	Preparações hortícolas
Cerâmicos	52	10,0%	14	2,3%	Cerâmicos
Cacau	0	0,0%	10	1,7%	Cacau
Subtotal	500	96,2%	574	94,7%	
Outros produtos	20	3,8%	32	5,3%	
Total	520	100,0%	606	100,0%	



Grupos de Produtos	2015 (jan-jul)	Part. % no total	2016 (jan-jul)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Obras de ferro ou aço	1,7	96,1%	0	100,0%	Obras de ferro ou aço
Máquinas mecânicas	0,1	3,9%	0	100,0%	Máquinas mecânicas
Subtotal	1,8	100,0%	0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0	0,0%	
Total	1,8	100,0%	0	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais indicadores socioeconômicos de São Tomé e Príncipe

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,0	4,5	4,0	5,0	5,5
PIB nominal (US\$ milhões)	303	338	318	349	371
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.570	1.708	1.569	1.681	1.746
PIB PPP (US\$ milhões)	590	626	658	697	746
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.055	3.165	3.244	3.358	3.509
População (mil habitantes)	193	198	203	208	213
Desemprego (%)	13,68	13,47	13,03	12,60	12,16
Inflação (%) ⁽²⁾	7,13	6,43	3,96	4,00	3,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-23,42%	-27,49%	-11,25%	-9,38%	-9,84%
Câmbio (Db / US\$) ⁽²⁾	18.450	18.466	22.091	22.624	22.844

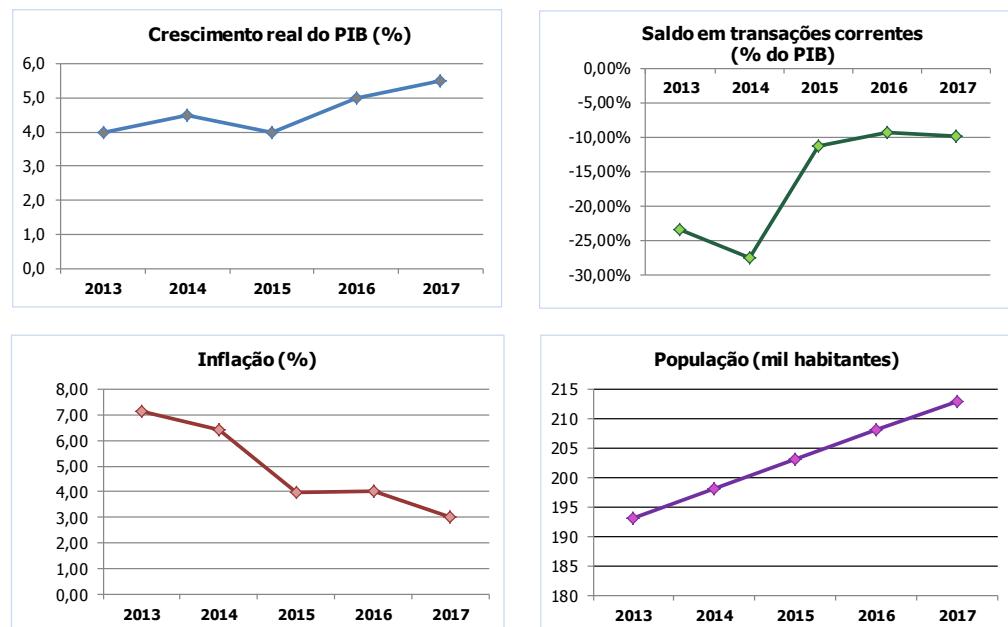
Origem do PIB (2012 Estimativa)

Agricultura	18,4%
Indústria	16,0%
Serviços	65,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 3rd Quarter 2016.

(1) Estimativas FMI e EIU.

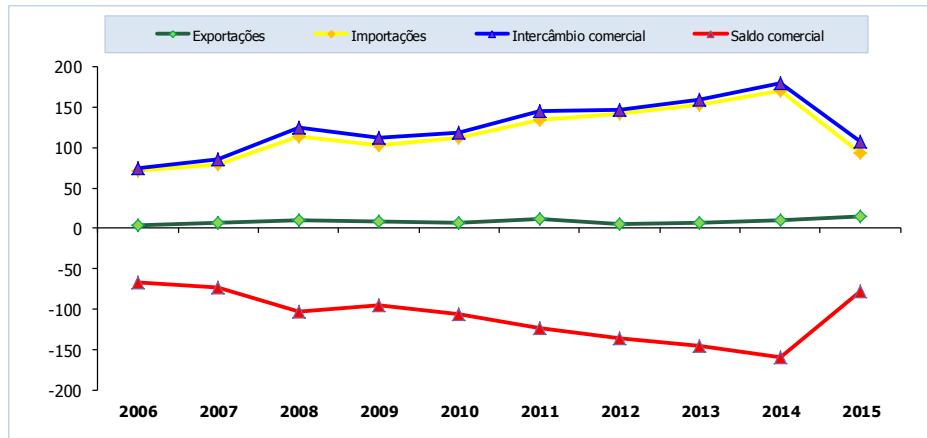
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior de São Tomé e Príncipe
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	3,9	13,4%	71,1	42,7%	75,0	40,8%	-67,3
2007	6,7	73,7%	79,4	11,6%	86,1	14,8%	-72,7
2008	10,6	58,0%	114,0	43,6%	124,7	44,7%	-103,4
2009	8,1	-23,7%	103,3	-9,4%	111,4	-10,6%	-95,2
2010	6,4	-21,4%	112,2	8,6%	118,5	6,4%	-105,8
2011	11,0	73,0%	133,7	19,2%	144,8	22,1%	-122,7
2012	6,0	-45,2%	141,3	5,6%	147,3	1,8%	-135,2
2013	6,9	14,7%	152,1	7,7%	159,0	8,0%	-145,2
2014	10,5	51,3%	169,7	11,6%	180,2	13,3%	-159,2
2015	14,6	38,8%	92,9	-45,3%	107,5	-40,4%	-78,3
Var. % 2006-2015	276,1%	--	30,6%	--	43,3%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
 São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
 (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

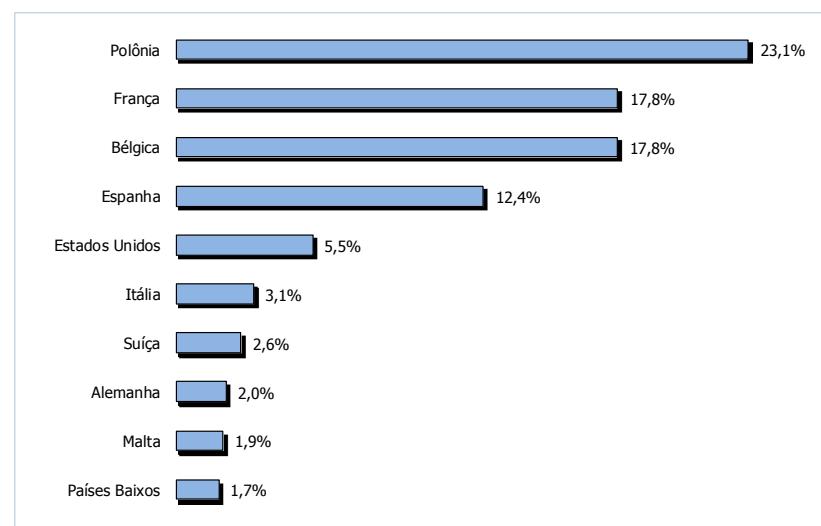


Direção das exportações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Polônia	3.360	23,1%
França	2.595	17,8%
Bélgica	2.592	17,8%
Espanha	1.806	12,4%
Estados Unidos	804	5,5%
Itália	457	3,1%
Suíça	384	2,6%
Alemanha	296	2,0%
Malta	279	1,9%
Países Baixos	252	1,7%
...		
Brasil (42ª posição)	2	0,0%
Subtotal	12.827	88,0%
Outros países	1.745	12,0%
Total	14.572	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
 São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais destinos das exportações

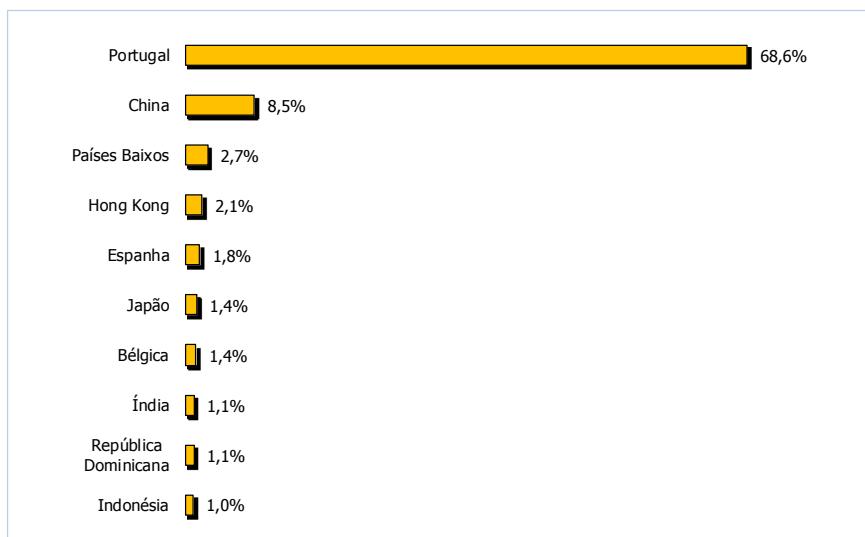


Origem das importações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Portugal	63.744	68,6%
China	7.871	8,5%
Países Baixos	2.553	2,7%
Hong Kong	1.938	2,1%
Espanha	1.688	1,8%
Japão	1.321	1,4%
Bélgica	1.270	1,4%
Índia	1.008	1,1%
República Dominicana	996	1,1%
Indonésia	942	1,0%
Brasil	882	0,9%
Subtotal	84.213	90,7%
Outros países	8.682	9,3%
Total	92.895	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações

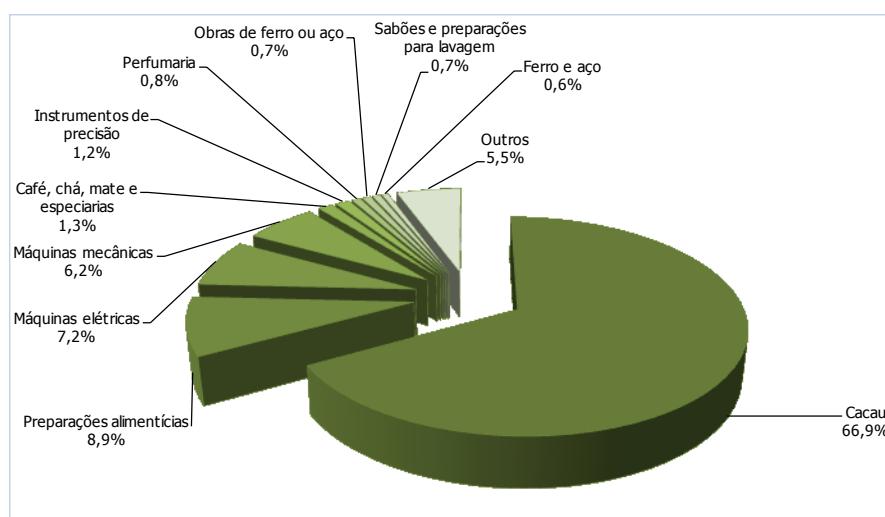


Composição das exportações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Cacau	9.755	66,9%
Preparações alimentícias	1.290	8,9%
Máquinas elétricas	1.056	7,2%
Máquinas mecânicas	898	6,2%
Café, chá, mate e especiarias	191	1,3%
Instrumentos de precisão	180	1,2%
Perfumaria	111	0,8%
Obras de ferro ou aço	107	0,7%
Sabões e preparações para lavagem	100	0,7%
Ferro e aço	82	0,6%
Subtotal	13.770	94,5%
Outros	802	5,5%
Total	14.572	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.*

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de São Tomé e Príncipe
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Bebidas	8.501	9,2%
Máquinas elétricas	8.438	9,1%
Máquinas mecânicas	7.420	8,0%
Malte	3.691	4,0%
Automóveis	3.560	3,8%
Plásticos	3.485	3,8%
Cereais	3.395	3,7%
Gorduras e óleos	3.370	3,6%
Carnes	3.007	3,2%
Móveis	2.839	3,1%
Subtotal	47.706	51,4%
Outros	45.189	48,6%
Total	92.895	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

São Tomé e Príncipe não informou seus dados à UNCTAD, em 2015. Portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados

